

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

EDNALDO MENDES SACRAMENTO

CUT, DO CLASSISMO À COOPERAÇÃO DE CLASSES:

A CUT entre pressões, determinações e escolhas.

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

AGOSTO DE 2014

EDNALDO MENDES SACRAMENTO

DO CLASSISMO À COOPERAÇÃO DE CLASSES:

A CUT entre pressões, determinações e escolhas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Profº Orientador: Dr. Eurelino Teixeira Coelho

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

AGOSTO DE 2014

EDNALDO MENDES SACRAMENTO

DO CLASSISMO À COOPERAÇÃO DE CLASSES:

A CUT entre pressões, determinações e escolhas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dr. Gildásio Santana Junior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

FEIRA DE SANTANA (B), _____ de _____ de _____

A todos que não sucumbiram
à sedução de um caminho, aparentemente,
mais fácil e vantajoso, e se mantiveram
nesta árdua empreitada de remar contra a maré.

AGRADECIMENTOS

Tarefa árdua, porque é difícil não cometer injustiças, afinal, foram conhecimentos produzidos e reproduzidos socialmente que possibilitaram a produção deste trabalho. Soma-se a isto o fato de que, só a participação de um universo de pessoas pode viabilizar esta realização, e não aparecerão nesta página. Mas algumas pessoas deram contribuições especiais para a formação que adquiri e para a realização deste trabalho, e se faz uma obrigação mencioná-los.

Não por ordem de importância, mas os agradecimentos começam “aos de casa”, pela compreensão que tiveram com minhas ausências, já que estes estão mais próximos, e durante um longo intervalo de tempo, apesar de se ressentirem da falta, compreenderam a importância do trabalho em andamento. Meu filho Pedro Ernesto, ansiosamente, perguntava quase todos os dias, *Pai, já terminou sua tarefa?*

Um agradecimento sincero aos mestres, todos, da educação básica aos da nossa atual formação. Alguns eram Mestres quando nos encaminhou para a pesquisa, e outros nos estimularam a seguir adiante, mesmo sem expressar literalmente. Na Graduação ou na Especialização, ainda na UNEB – Universidade do Estado da Bahia, mesmo correndo o risco de cometer injustiças por esquecimento, devo agradecer a Clóvis Frederico Ramaiana, Raimundo Nonato, Paulo Santos Silva, Ialmar Leocádia Viana, Marilécia Oliveira Santos e Maria Elisa Lemos N. da Silva. Neste Mestrado em História, um agradecimento a todos, indistintamente, pois foram valiosas suas contribuições para o meu amadurecimento intelectual assim como para a produção deste trabalho. Ao professor Gildásio Santana Júnior e Clóvis Frederico Ramaiana, membros da minha Banca de Qualificação, devo registrar que foi de grande valia as suas contribuições para os passos seguintes deste estudo.

Uma deferência especial a Edmilson José S. Araújo – Pretinho, que foi parte da construção da Central Única dos Trabalhadores, dedicou sua vida às lutas da classe, e teve importante contribuição na consolidação da minha formação política. Foi Edmilson quem me forneceu grande parte dos documentos relativos aos primeiros anos da CUT, utilizados neste trabalho.

E por último, mas com um sentido que poderia indicar ser o primeiro, meus agradecimentos a Eurelino Coelho, meu orientador, pela dedicação, disponibilidade, paciência e contribuição ativa para os rumos e resultados deste estudo. Sem suas leituras atentas e orientações, certamente não existiria este trabalho, e as falhas e omissões que permaneceram seriam maiores.

SACRAMENTO, E. M. *Do classismo à cooperação de classes: a CUT entre pressões, determinações e escolhas*. 2014. 185 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as mudanças que se processaram na Central Única dos Trabalhadores – CUT, a partir do início da década de 1990, que transformou o caráter desta organização, passando de uma central sindical classista a uma entidade de colaboração de classes. A trajetória desta Central foi marcada por intensos debates e disputas de projetos, podendo-se, no entanto, demarcar dois momentos em que foram decisivas estas disputas: em 1983, quando da sua fundação, com a vitória das correntes que defendiam um sindicalismo classista, independente em relação ao Estado e baseado na ação direta dos trabalhadores, na perspectiva do socialismo. O outro momento se deu no início da década de 1990, quando a Articulação Sindical, corrente majoritária na CUT, gradativamente, foi abandonando os referenciais marxistas, passando a defender propostas no sentido de superar crises do sistema capitalista e a participação da Central em fóruns de conciliação de classe.

O objetivo central deste trabalho é contribuir com a explicação destas mudanças, a partir da análise da dinâmica da luta de classes, da organização interna da Central e da disputa de projetos políticos no seu interior, bem como dos lugares sociais que os dirigentes da CUT passaram a ocupar. Buscou-se desenvolver o trabalho tentando responder à questão sobre a existência, ou não, de possibilidades de escolhas pela direção da entidade, diante das dificuldades criadas para os trabalhadores pelas ações da classe dirigente, atento à ideia das determinações recíprocas. A abordagem à Central Única dos Trabalhadores foi a de um organizador coletivo, numa perspectiva gramsciana. A hipótese central é que o processo de burocratização e as novas funções ocupadas pelos dirigentes cutistas tiveram peso determinante para as mudanças ocorridas.

Palavras-chave: História. Sindicalismo. CUT

SACRAMENTO, E. M. *From classism to cooperation of classes: CUT between pressure, determinations and choices.* 2014. 185 fls. Thesis (MA in History) – State University of Feira de Santana - UEFS.

ABSTRACT

This paper presents the results of a survey on the changes that will render in the *Central Única dos Trabalhadores* – CUT, from the beginning of the decade of 1990, which transformed the character of this organization from a central Union classist to a collaborative entity classes. The trajectory of this organization was marked by intense debates and disputes, of the projects, however mark two times when these disputes were decisive: in 1983, when it was founded, with the victory of currents that defended a unionism classist, independent in relation to the State and based on the direct action of the workers, from the perspective of socialism. The other time was in the early 1990, when labor majority in the current joint CUT gradually was abandoning marxist references, passing defending proposals to overcome crises capitalist system and the participation of the Central in conciliation forums of class.

The main objective of this research is to contribute to the explanation of these changes, from the analysis of the dynamics of class struggle, the internal organization of the Central dispute of political projects in its interior, as well as social places that the leaders of the CUT began to occupy. Sought to develop the work trying to answer the question on the existence, or not, of possibilities of choices by the direction of the institution, on the difficulties created for workers by the actions of the ruling class, attentive to the idea of reciprocal determinations. The approach to the *Central Única dos Trabalhadores* was a collective organizer, in a gramscian perspective. The central hypothesis is that the process of bureaucratization and the new functions occupied by *cutistas* leaders had decisive weight to changes.

Key Words: History, Sindicalism, CUT.

ABREVIATURAS

1. CUT – Central Única dos Trabalhadores
2. CONCUR – Congresso Nacional da CUT
3. OSM – Oposição Sindical Metalúrgica
4. ENOS – Encontro Nacional de Oposições Sindicais
5. ANAMPOS – Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical
6. ENTOES – Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
7. OLT's – Organizações por Local de Trabalho
8. PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais
9. FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
10. CNI – Confederação Nacional da Indústria
11. CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
12. STIEP – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Petróleo no Estado da Bahia
13. ARSIND – Articulação Sindical
14. FS – Força Socialista
15. CS – Convergência Socialista
16. CSC – Corrente Sindical Classista
17. CpB – CUT pela Base
18. DS – Democracia Socialista
19. PLP – Partido da Libertação Proletária
20. MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
21. FUP – Federação Única dos Petroleiros
22. FENAPE – Federação Nacional dos Petroleiros
23. CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CAPÍTULO I	
2.1 – 1978 – o início de uma nova etapa na luta de classes no Brasil	16
2.2 – A resistência ao Regime – uma ação da classe	24
2.3 – Das lutas nasceu uma central sindical classista	39
3. CAPÍTULO II	
3.1 – CUT: de uma central sindical classista à cooperação de classes	61
3.2 – A CUT vai ao <i>entendimento nacional</i>	67
3.3 – Do entendimento às câmaras setoriais e aos conselhos de políticas públicas	86
4. CAPÍTULO III	
4.1 – A trajetória da CUT – uma pluralidade de interpretações	98
5. CAPÍTULO IV	
5.1 – A nova estratégia da CUT, a resposta possível?	129
5.2 – Que caminhos levaram “dois rios” a se encontrarem?	143
6. Considerações Finais	170
7. Fontes	173
8. Referências bibliográficas	175
9. Anexos	178

INTRODUÇÃO

A análise das resoluções dos congressos da Central Única dos Trabalhadores – CUT a partir da sua criação, no ano de 1983, assim como de outros documentos internos do mesmo período, nos indica que a partir do início da década de 1990 esta organização vivenciou uma inflexão e passou a estar sob uma nova orientação política a guiar a sua atuação sindical. O fenômeno, que afetou mais diretamente sua corrente hegemônica, a Articulação Sindical, também pode ser observado na prática de grande parte dos seus sindicatos filiados. Observam-se indícios das mudanças até mesmo olhando para os novos espaços de atuação desta Central sindical, e para os novos papéis que passaram a ser cumpridos por muitos de seus dirigentes. Também na bibliografia que trata da sua trajetória existe uma quase unanimidade quanto às mudanças, variando, no entanto, quanto à percepção do grau e a avaliação de seu significado e, principalmente, quanto às tentativas de identificação dos fatores que teriam determinado estas mudanças.

Alguns episódios indicaram que a posição política que obedecia ao princípio da independência de classe passou a sofrer mudanças, a partir de 1990. Podemos citar como exemplo o “termo de compromisso” firmado entre a CUT e empresários do PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais, vistos como um segmento “progressista” dos empresários. O texto do acordo afirma ser este, parte de “um grande esforço para repensar a realidade e buscar o estabelecimento de relações entre capital e trabalho sobre bases novas e mais democráticas, existindo uma disposição em prosperar no caminho iniciado, com base em parâmetros comuns” (CADERNOS DA CUT – *Jurídico e Relações Sindicais*, nº 4, 1990, p. 12). O compromisso em si foi inédito, já que até aquele evento havia uma correspondência entre a prática da CUT e suas resoluções de negar a possibilidade de saídas comuns para trabalhadores e empresários. Em outros momentos também foi possível identificar a intenção da corrente majoritária de imprimir uma nova política à CUT. Já em 1988, na tese da Articulação Sindical apresentada ao 3º CONCUR – CONGRESSO NACIONAL DA CUT estava inserida a avaliação de que a realidade nacional e internacional implicaria em “grandes mudanças para a classe trabalhadora e seus interesses históricos” (ARSIND - Tese 10, 1988, p. 10, grifo meu). Esta formulação foi rejeitada pelo Congresso. Posteriormente, na Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990, assessores econômicos da Central apresentaram análises expressando temor com a “fragilização de setores industriais que não tiverem capacidade de concorrência com produtos importados” (*Informa CUT* – Plenária

Nacional, 1990, p. 7). Percebemos ainda, formulações que buscavam recriar a memória da CUT, contrapondo ao projeto neoliberal a visão de que o projeto dos trabalhadores apontava *para o crescimento e a modernização via distribuição de renda e melhores condições de vida e de trabalho*” (Ibid, p. 7).

Outra evidência da mudança foi a decisão tomada pela maioria da direção da CUT de participar do *entendimento nacional*, em setembro de 1990, com empresários e com o governo Collor de Melo, um fórum que foi considerado como de conciliação de classes. Este episódio gerou um intenso debate no interior da Central, antes e depois de tomada a decisão de participar, vindo a ser o tema central do 4º CONCUR, realizado em 1991. De parte de um de seus sindicatos filiados, podemos constatar também a mudança na prática política, a partir da participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo nas câmaras setoriais do setor automotivo de São Paulo, um fórum tripartite que buscou saídas comuns para trabalhadores e empresários.

Esta dissertação resultou do esforço de compreender o processo através do qual se deu a reorientação sindical da CUT, tentando entender os elementos que determinaram a nova orientação político-sindical para as ações desta Central sindical, a partir do início da década de 1990. De uma linha de atuação considerada combativa, defensora dos interesses dos trabalhadores e que se pretendia autônoma em relação ao Estado e ao empresariado nos primeiros anos de sua criação, a CUT passou a uma prática sindical considerada como de conciliação de classes por várias de suas correntes internas e por alguns intelectuais que se debruçaram sobre o estudo destas mudanças. Armando Boito Jr, por exemplo, analisando o que ele denominou de “conversão do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação”, em sua obra *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil* (1999), afirma que a CUT adotou “uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder” (BOITO JR, 1999, p.142).

Já Vito Giannotti e Sebastião Neto, em *CUT Ontem e Hoje* (1991b), identificam um processo de burocratização da Central, que teria dentre suas principais causas as alterações estatutárias realizadas pela corrente majoritária em 1988, durante o III CONCUR. Para estes autores, as medidas estatutárias adotadas retiraram das instâncias de base o papel de eixos fundamentais da construção da CUT, significando ataques à democracia interna, levando a um aprofundamento da burocratização (p. 63). Já em *Para onde vai a CUT* (1993) afirmam ter se realizado uma mudança na perspectiva estratégica da Central, que passam de “um sindicalismo classista, de confronto, com uma perspectiva estratégica socialista, a um

sindicalismo de parceria entre capital e trabalho” (p. 72). Podemos citar ainda Rodrigo Dias Teixeira (2009), dentre os autores que identificaram mudanças na Central Única dos Trabalhadores. Esse autor afirma que “No V CONCUR, em 1994, consolida-se uma nova concepção dos objetivos gerais da Central (p. 116) [...] A partir do VII CONCUR, realizado em 2000, a própria Central teria passado a intitular-se ‘CUT Cidadã’, cujo conteúdo de classe, pela preocupação com a ‘conquista da cidadania plena’ seria a concepção de um sindicalismo social-liberal” (p. 205).

São diversos os aspectos em que é possível identificar mudanças na Central Única dos Trabalhadores, mas as evidências apontam que, no geral, elas estão relacionadas à sua mudança de orientação política. Este trabalho, portanto, teve como principal objetivo tentar identificar os elementos que contribuíram para esta reorientação política da Central.

Antes de qualquer outra questão, tentar encontrar respostas para a problemática que aqui é apresentada impõe precisar as características da orientação política prevalecente na origem desta organização. Assim, buscaremos por um lado, a partir de diferentes documentos produzidos pelas diversas correntes políticas no interior da CUT e recorrendo ainda à já diversificada produção acadêmica que tem a CUT como objeto de estudo, discutir o caráter da central sindical que foi construída, destacando seus princípios, formas de atuação, e representatividade alcançada. Por outro lado, procuramos analisar o alcance do seu projeto estratégico, atento às formulações que se referem à ideia de superação do capitalismo e construção do socialismo, discutindo os conceitos de democracia e de cidadania, uma vez que há referências na produção acadêmica que sugerem ter sido a busca da cidadania o horizonte da Central Única dos Trabalhadores, a exemplo do trabalho de Iram Jácome Rodrigues, *Sindicalismo e Política, a trajetória da CUT* (1997). Os documentos pesquisados, visando cumprir este primeiro objetivo, foram teses aos congressos, balanço de atuação, artigos em publicações operárias, bem como das resoluções de fóruns da Central, desde a sua fundação até 1991.

A CUT é vista neste trabalho como um organizador coletivo, que atuou diretamente e influenciou no ciclo das lutas dos anos 1980 até a primeira metade da década de 1990, movendo a classe para o enfrentamento contra a classe dominante e seus representantes nas instâncias de poder do Estado, com uma perspectiva de superação do sistema capitalista. Também no segundo momento, em que já haviam se verificado mudanças na concepção da Central, ela é vista cumprindo um papel de partido político, que buscava dar um direcionamento político à classe, só que agora visando a estabilidade do regime, a superação

de crises. Enfim, não mais um sujeito coletivo voltado para o enfrentamento, mas para a cooperação.

A pesquisa foi construída guiada por algumas interrogações: primeiro, teriam sido as transformações que se realizaram no mundo do trabalho, decorrente do que se convencionou chamar de reestruturação produtiva, associada ao avanço na aplicação de políticas de orientação neoliberal, as causas determinantes para as mudanças que se verificaram na CUT? Ou, fatores internos à Central foram suficientemente importantes para determinar as mudanças que se verificaram nesta Central sindical? Ou seja, pesaram mais nas mudanças, as condições objetivas ou elementos que estão situados ao nível das subjetividades?

Outra questão que nos guiou ao longo da pesquisa está sintetizada na seguinte interrogação: Por que na conjuntura adversa do final dos anos de 1970 e início de 1980 foi possível enfrentar o regime ditatorial instalado, superar as direções pelegas e reformistas que controlavam os sindicatos, e a partir daí construir uma central sindical classista, e no momento seguinte não se conseguiu impedir que a corrente majoritária imprimisse uma nova linha de atuação, distinta das definições e da prática da origem?

Os elementos que compõem o universo das diferentes explicações apresentadas para as mudanças da CUT aparecem, quase que invariavelmente, em todos os trabalhos. No geral, o que os tem diferenciado são as abordagens e o peso atribuído a cada um dos elementos. Ao lado da reestruturação produtiva, do avanço do neoliberalismo e da permanência da estrutura sindical oficial, o fenômeno da burocratização é um dos fatores mais presentes nas explicações. Ocorre que existem lacunas nos estudos quando estes se voltam para o campo das opções dos sujeitos, especialmente porque deixa-se de considerar que a concepção ideológica também pode ser determinada por elementos da realidade objetiva. Até mesmo autores que se propuseram a desenvolver estudos que estariam atentos às múltiplas determinações e às inter-relações, que seriam as determinações recíprocas, buscam perceber a mudança da CUT a partir da relação desta com a institucionalidade, sem atentar para a possibilidade de que para estas mudanças tenha contribuído a transformação na visão de mundo dos dirigentes, decorrente dos lugares que estes passaram a ocupar. Quando esta questão é mencionada, o é de forma secundária sem constituir em objeto de investigação.

A hipótese deste trabalho é a de que existiram múltiplas determinações para as mudanças, em que elementos da realidade objetiva contribuíram para a realização de escolhas, que pertencem ao campo das opções políticas.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos demonstrar que o surgimento da CUT não pode ser entendido sem se levar em consideração a emergência das lutas reais da classe trabalhadora na segunda metade dos anos 1970, que tem suas raízes na organização silenciosa nas fábricas iniciada ainda na década anterior. Buscamos evidenciar que as características que esta Central sindical assumiu na sua origem são decorrentes da luta concreta e da disposição dos que lutavam para construir uma organização com aquele perfil. São expostos os passos concretos no sentido da sua concretização, através dos diversos encontros realizados, que acompanhavam o desenvolvimento das lutas. Havia dois projetos distintos em disputa nos debates que precederam à criação da Central Única dos Trabalhadores, tendo sido vitorioso aquele desenvolvido pelos que defendiam um sindicalismo com um claro delineamento de classe, organizado a partir da base, privilegiando as ações diretas, com a mais ampla democracia, ao qual estava vinculada a visão de um projeto estratégico que tinha como meta a construção de uma sociedade socialista. Recuperamos o debate que se realizou envolvendo a relação partido-sindicato, decorrente da definição da CUT pelo socialismo, o que terminou demonstrando a existência de divergências significativas em relação a algumas questões, ainda nos seus primeiros anos.

Destacamos ainda neste capítulo, as condições adversas impostas aos trabalhadores pelo regime ditatorial vigente, e a importância da tática adotada pelos movimentos sociais no período para que as mudanças no regime político não se dessem no ritmo pretendido pelos militares e por setores da classe dominante. Fizemos também uma discussão sobre o caráter do regime instalado a partir do golpe militar de 1964, e apresentamos os princípios da Central que foi construída. Buscamos também explicitar a consolidação e difusão da concepção do sindicalismo cutista a partir da sua implantação na categoria dos condutores de São Paulo.

No segundo capítulo dedicamo-nos a demonstrar a mudança na prática da Central Única dos Trabalhadores, através do detalhamento de diversos episódios que sinalizaram a existência de disposição da sua corrente majoritária de imprimir outra orientação política à Central, abandonando a definição de princípios que negava a possibilidade de cooperação entre as classes, pelo seu caráter antagônico de interesses. Apresentamos ao leitor o “termo de compromisso” firmado entre a CUT e empresários do PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais, assinado no mês de abril, já na vigência do Governo Fernando Collor. Procuramos demonstrar as novas elaborações políticas da Articulação sindical, apresentadas em suas teses aos congressos e plenárias da entidade, e a forma como a Articulação sindical, sozinha, aprovou a participação da CUT no *entendimento nacional*. Recuperamos o debate

realizado antes da tomada da decisão, e o balanço posterior a partir das teses apresentadas ao IV CONCURTO. Dedicamos ainda neste capítulo um acompanhamento dos processos de mobilização que estavam sendo desenvolvidos por categorias de abrangência nacional e de atividades estratégicas, nos momentos em que se discutia a participação da CUT neste fórum.

O outro episódio considerado como de conciliação de classes que analisamos foi a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo na Câmara setorial do setor automotivo.

No terceiro capítulo procuramos dar conta de elaborar um panorama em torno da pluralidade de interpretações sobre a trajetória da CUT, buscando, em primeiro lugar, discutir o caráter da Central que foi criada, apresentado por alguns autores, bem como discutir o alcance do seu objetivo estratégico. Neste ponto, buscamos confrontar as visões apresentadas por alguns autores com as definições políticas e com a prática desenvolvida pela CUT, bem como realizar este confronto com a visão de outros autores. Em segundo lugar, se pretendeu identificar nas análises realizadas pelos diversos pesquisadores, quais os elementos que foram apresentados como determinantes para explicar as mudanças vivenciadas por esta Central sindical. Estabelecemos, assim, um diálogo com grande parte dos estudiosos que se dedicaram a estudar a Central Única dos Trabalhadores, de forma a contar com suas contribuições teóricas, bem como tentar identificar lacunas existentes, de modo a nos guiarmos na busca de explicações para o fenômeno ora estudado.

Finalmente, iniciamos o quarto e último capítulo, guiando-nos pela tentativa de entender os motivos que possibilitaram a direção da CUT aplicar uma política que colocava em prática uma nova concepção sindical, oposta àquela até então desenvolvida e defendida pela maioria das suas correntes internas. Voltamos nosso olhar, portanto, para as relações internas, no sentido de identificar o ambiente político em que se desenvolveram estas mudanças.

Passamos na sequência a discutir o fenômeno da burocratização, buscando entender como este fenômeno se processa, já que aparece em diversos trabalhos como um dos elementos que contribuíram decisivamente para a mudança de estratégia da CUT. Fizemos isto recorrendo à visão de alguns autores, em confronto com a realidade vivida por dirigentes sindicais cutistas que passaram a ocupar outras funções, além de sindicalistas. Para isto acompanhamos a participação destes nas eleições a cargos eletivos no Estado, na gestão de fundos de pensão e em conselhos de políticas públicas, a partir do CODEFAT - Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Para cumprir os objetivos que nos propusemos, utilizamos fontes primárias e secundárias. Quanto às fontes documentais me valeu um pequeno acervo construído, despropositadamente, em que reuni um razoável volume de documentos produzidos por organizações operárias nas últimas três décadas, que por ora, permanece como acervo particular. Foram de grande valia as informações reunidas na pesquisa realizada por Cyro Garcia, presentes na sua tese de doutorado, que consta da nossa bibliografia. E recorri ainda às atas das reuniões do CODEFAT, disponibilizadas em meio eletrônico, consultadas do ano de 1990, quando da instalação deste conselho, até o ano de 2003, que foi o limite temporal planejado para este trabalho.

2. - CAPITULO I

2.1 - 1978 – O início de uma nova etapa na luta de classes no Brasil

Aos poderosos grupos empresariais, organizados e unidos na defesa de seus interesses comuns, deverá se contrapor a unidade da classe trabalhadora, através de uma central única de trabalhadores de âmbito nacional.¹

A Central Única dos Trabalhadores – CUT foi fundada no ano de 1983, no Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, realizado em São Bernardo do Campo – SP. Nesse congresso estiveram presentes mais de cinco mil delegados da cidade e do campo, representantes de, aproximadamente, 12 milhões de trabalhadores, organizados em 912 entidades sindicais (CUT, 1983). Este evento foi precedido de uma série de encontros, realizados a partir do final da década de setenta do século passado, que se propunham a construir uma entidade nacional que organizasse a classe trabalhadora brasileira, independente da estrutura sindical oficial.

Esses encontros que precederam a criação da Central Única dos Trabalhadores, realizados desde 1974, e mais sistematicamente a partir de 1978, acompanharam o processo de retomada das lutas sindicais e do movimento popular em geral, reprimidos pela ditadura civil-militar que se instalara no país em 1964. De forma crescente, seja em número de trabalhadores paralisados, ou em amplitude pela participação de novas categorias, a partir de 1978 ocorreu no Brasil uma escalada de greves, que teve como centro irradiador o ABC Paulista.² Aproveitando-se de uma informação publicada pelo Banco Mundial, que indicava uma manipulação de índices inflacionários praticada pelo Ministro da Fazenda, Delfim Neto, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo começou uma campanha pela reposição salarial de 34,1%, percentual

¹(Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – Resoluções do III Congresso, outubro de 1978, *Apud GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 20*).

²Eduardo Noronha (1991) nos apresenta um panorama destas greves e o desenvolvimento do conflito trabalhista no Brasil, abordando o intervalo de 1978 a 1989.

correspondente ao índice da inflação subtraída dos salários.³ Em maio de 1978, os trabalhadores da fábrica de caminhões Scania Vabis, em São Bernardo do Campo, paralisaram suas atividades num tipo de greve em que os trabalhadores permaneciam no seu local de trabalho, porém com as máquinas paradas; era o coroamento da campanha iniciada em 1977 (**GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 26**).

Este processo de retomada das lutas sindicais foi considerado por Eurelino Coelho (**2012, p. 44**) como “um dos mais importantes acontecimentos da história do Brasil contemporâneo [...] reconhecido como um marco para a história do movimento operário brasileiro, pela quase unanimidade dos estudiosos do mundo do trabalho”. Eurelino Coelho destaca ainda a dimensão adquirida por estas greves, realizadas a partir de 1978: nas suas palavras, ali se verificava, “o reencontro do movimento sindical com a prática da reivindicação salarial, com a forma mais importante da luta contra a exploração do trabalho”.

As mobilizações se fizeram acompanhar de demonstrações da disposição de unificar a classe trabalhadora numa entidade de grau superior. O III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, realizado em dois finais de semana de outubro de 1978, na cidade de Guarujá/SP, foi um momento importante daquele esforço, no qual foi afirmada categoricamente a necessidade dos trabalhadores brasileiros construírem a sua central sindical. A epígrafe à qual recorreremos para abrir este texto faz parte das resoluções daquele congresso, que teve como eixo temático o debate sobre a estrutura sindical brasileira. Este evento ocorreu após um ciclo de greves realizadas entre maio e julho de 1978 pelos metalúrgicos de São Paulo, tendo à frente os trabalhadores ligados à Oposição Sindical Metalúrgica – OSM/SP, corrente de oposição à diretoria do Sindicato. Naquela onda de greves, segundo a OSM/SP, “mais de 30% dos metalúrgicos de São Paulo paralisaram o serviço, conquistando reajustes salariais fora da época do dissídio, criando comissões de fábrica eleitas pelos operários e reconhecidas pelos patrões”. Ainda na avaliação desse ciclo de greves, a OSM/SP chama atenção para o fato de que “conquistavam assim, na prática, as primeiras vitórias contra a política de arrocho salarial e contra a lei antigreve, impostas pelos governos militares” (**OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA – OSM/SP, 1980, p. 6**).⁴

³Esta é uma informação já amplamente citada bela bibliografia que trata da retomada das lutas sindicais na segunda metade da década de 1970. Pode ser encontrada em (GIANNOTTI e NETO, 1991a, p. 25-26; SILVA, 1989, p. 152; COELHO, 2012, p. 57; SADER, 1988, p. 182-183).

⁴ Em 1980, alguns operários, membros da Oposição Sindical metalúrgica (OSM/SP), grupo de oposição à Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, produziram uma avaliação do ciclo de greves realizadas entre maio e novembro de 1978 e novembro de 1979. Esta avaliação foi publicada

O entendimento de Ricardo Antunes (1986, p. 46-47) em relação ao significado das conquistas destas greves tem o mesmo sentido expressado acima pelos trabalhadores. Para Antunes, verifica-se nelas uma dimensão política, duplamente evidenciada, porque fere a base material do poder instalado, que era o arrocho salarial, e também afronta diretamente a legislação repressiva. Chama atenção ainda para o aprendizado político que a paralisação trouxe para o trabalhador metalúrgico, tornando evidente a verdadeira face do Estado, em perfeita sintonia com o Capital, mas que se intitula representante de todo o povo.

Não é nosso propósito fazer uma avaliação de cada uma das greves realizadas neste período, e seria impossível cumpri-lo, mas alguns episódios contribuem para explicitar algumas questões, a exemplo do papel das direções e da atuação de organismos de base para contribuir com o avanço da organização dos trabalhadores. Contribuem também para evidenciar a concepção e a prática sindical que esteve presente na origem da Central Única dos Trabalhadores.

Segundo a OSM/SP, a experiência positiva das greves de maio a julho de 1978 fez crescer o ânimo dos trabalhadores de tal forma que, em novembro, “encostada na parede”, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo viu-se forçada a decretar a greve geral da categoria (1980, p. 6). Em novembro, os metalúrgicos de São Paulo realizaram uma greve ainda mais forte que as do primeiro semestre. Foi uma greve geral da categoria e com uma adesão muito maior, no entanto, ao final da greve, o movimento sofreu uma importante derrota, devido à demissão de diversas lideranças. Para a Oposição Sindical Metalúrgica, apesar de fortes, representaram uma derrota parcial, uma vez que o Acordo Coletivo assinado nesse mês “deixara livre o caminho” para a demissão de lideranças e ativistas que participaram da greve do meio do ano. Para a oposição sindical isto teria sido uma traição da diretoria do sindicato, provocando desânimo e desconfiança nos trabalhadores (Ibid., p. 8-9).

Este processo de retomada das lutas decorreu, portanto, cheio de contradições. Em 1979, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, dirigida por Joaquim dos Santos Andrade, mais conhecido como Joaquinção – interventor nomeado pelo Governo militar⁵ -

sob a forma de caderno, com o objetivo de socialização da experiência, como instrumento de debate, e como elemento de educação política.

⁵Inicialmente, Joaquinção foi nomeado pelos militares como interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, cuja diretoria foi deposta após o Golpe Militar de 31 de março. No ano seguinte, foi eleito para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, estando presos os membros da Oposição Sindical (<http://www.oexplorador.com.br/site/ver.php?codigo=11017> acessado em 14 de mar./2014).

começou a apoiar, pelo menos formalmente, alguns movimentos grevistas e ações da classe, a exemplo da Greve do ABC de março-abril, e também teve participação nas comemorações do 1º de maio unificado, procurando aproximar-se dos *sindicalistas autênticos*.⁶ Segundo a Oposição, esta mudança de comportamento decorreu do repúdio explícito da base à política da direção sindical *pelega*, com episódios que chegavam à contestação da mera presença de um diretor do sindicato na porta da fábrica. Ainda em setembro de 1979, pouco antes da primeira assembleia da campanha salarial, a diretoria concordou com a criação do Comando de Mobilização, que teve a participação de mais de 200 trabalhadores, descentralizados em Comandos regionais, e aceitou ainda a unificação da campanha com os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos. Para a OSM/SP, estava sendo desenvolvida “uma tática que visava atrair os reformistas e conciliadores para o seu lado e diminuir os ataques à sua posição [...] É no bojo desse processo que se caracteriza a aliança entre o peleguismo e o reformismo” (OSM/SP, 1980, p. 10-11).

A tentativa de aproximação entre a diretoria do sindicato – considerada *pelega*, e outras correntes de dirigentes sindicais, sugere a intenção de tirar a direção das lutas das mãos da Oposição, impondo um freio, ou ao menos, um limite a estas.⁷ A contradição se expressa na possibilidade de abertura de espaços para o sindicalismo considerado combativo, ao serem implementados os Comandos regionais de greve, mas, por outro lado, um processo cercado de medidas que buscaram manter o controle sobre o aparelho sindical. A OSM/SP acusou a diretoria do Sindicato de, em aliança com os reformistas, boicotar a Oposição nos debates sobre a estrutura sindical. Teriam impedido assim, uma verdadeira luta pela completa reformulação do capítulo da CLT que trata da estrutura sindical (OSM/SP, 1980, p. 11),

⁶ *Autênticos* era a denominação utilizada para se referir aos dirigentes sindicais considerados combativos que, ainda na década de 1970, defendendo um sindicalismo pautado na ação direta das massas, disputou espaços no interior de diretorias sindicais, combatendo o imobilismo destas e a política de colaboração de classes. Estes sindicalistas passaram a atuar por dentro da estrutura sindical oficial, mas defendiam a liberdade de organização sindical, ou seja, uma atuação dos sindicatos de forma autônoma em relação ao Estado. Juntamente com as Oposições sindicais formaram a base para o que passou a se denominar *Novo Sindicalismo*, diferenciando-se radicalmente, tanto das diretorias sindicais que mantinham vinculações políticas com os governos e/ou empregadores, denominadas *pelegas*, bem como com dirigentes considerados *reformistas*, que defendiam apenas pequenas alterações na legislação sindical, e um outro ritmo para as transformações políticas do país. Para uma descrição mais detalhada das correntes sindicais no contexto ver (GIANNOTTI e NETO, 1991b; RODRIGUES, 1991; ALMEIDA, 2007; COELHO, 2012).

⁷ A OSM/SP fez um paralelo entre a tática da ‘abertura’ adotada pelo general Figueiredo, com uma maior liberdade de atuação política [para a oposição liberal] e “a aproximação entre uma parte dos pelegos e certas correntes conciliadoras, ambos procurando isolar as oposições e interromper os movimentos grevistas” (OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA, 1980, p.25).

proposta defendida pelos sindicalistas considerados *autênticos*, e que tinha a discordância tanto dos considerados pelegos quanto dos dirigentes ligados ao PCB e PCdoB. Estes, segundo a OSM/SP, tiveram abertos para eles os espaços do Sindicato.⁸

Na preparação da greve dos metalúrgicos de São Paulo, em 1979, segundo a OSM, era pequena a presença de operários nas assembleias gerais, mas havia, por outro lado, um crescimento da participação da base nas reuniões setoriais. Este envolvimento dos trabalhadores na preparação da greve, apesar da desconfiança da categoria, já relatada anteriormente, foi considerado como de fundamental importância para a eclosão da greve. Um movimento que, como veremos, teve idas e vindas, tendo a sua dinâmica levado os atores envolvidos a mudar a tática adotada mais de uma vez, em função da evolução dos acontecimentos (OSM/SP, 1980, p. 12).

A Greve teve início no dia 29 de outubro, uma segunda-feira. Começou forte nas diversas regiões da capital, ampliando-se no decorrer dos acontecimentos. Segundo a OSM/SP, a disposição da categoria era grande, em que pese alguma insegurança que, para ela, “não se devia a fatores econômicos [...] mas à ausência quase total de direção e organização sindical, que desse maior confiança aos operários” (Ibid. p. 14). Por outro lado, afirmam que a simples presença de alguns ativistas distribuindo panfletos, convocando os trabalhadores a aderirem à greve, levava à adesão imediata (Ibid., p. 13).

Houve repressão ao movimento, principalmente na Zona Sul da Capital. A polícia invadiu a sub-sede do Sindicato dos Metalúrgicos e prendeu quase todo o comando regional já na madrugada do primeiro dia de greve. Mesmo assim, várias fábricas da região fizeram paralisações parciais ou totais, a exemplo dos trabalhadores da Villares que, na terça-feira, segundo dia de greve, paralisaram a fábrica espontaneamente, por dentro, aumentando a força do movimento paredista (Ibid., p. 14).

Um acontecimento provocou mudanças de qualidade neste movimento grevista. No segundo dia da greve, o operário Santo Dias da Silva, membro do comando de greve, foi assassinado num piquete na porta de uma fábrica na Zona Sul de São Paulo, por um policial militar. Esta

⁸Posteriormente, esta aliança se confirma, quando, em 1981, a chapa da Oposição Metalúrgica disputou as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo enfrentando uma chapa composta por dirigentes sindicais orientados politicamente pelo PCB em aliança com o MR-8 e Joaquinão. Existiu ainda uma terceira chapa, formada por militantes ligados ao PCdoB. A decisão do PCdoB de apresentar chapa própria às eleições dividiu os votos dos denominados *combativos*, que enfrentavam o PCB em aliança com um sindicalista-interventor, facilitando, assim, a vitória desta composição.

morte provocou indignação, levando o seu enterro a ser acompanhado por uma grande manifestação política. A Greve passou a receber o apoio de forças populares e democráticas, e a partir daí tornaram-se constantes as manifestações com passeatas de até 10 mil grevistas, reforçando no decorrer do movimento o seu conteúdo político. A greve, então, generaliza-se.

Num primeiro momento, diante do apoio à greve, houve um recuo da repressão; com a ampliação do movimento, novamente ela é acionada com força total, combinada com a declaração da sua ilegalidade pela Justiça do Trabalho (OSM/SP, 1980, p. 15).

A greve refluíu diante destas circunstâncias e o resultado econômico esteve muito aquém do pleiteado, mas o saldo político foi considerado positivo pelos membros da OSM. Logo após o final da greve, teria sido relativamente grande a presença de metalúrgicos na assembleia do dia 30 de novembro, “em clara oposição à diretoria do sindicato”. Também teria crescido o número de trabalhadores dispostos a sindicalizar-se “para derrubar a então diretoria” e aumentado o número de participantes nas reuniões da oposição, “mesmo sem a perspectiva de ações imediatas” (Ibid., p. 16). Outro aspecto de grande importância presente na avaliação desta greve foi o aprendizado proporcionado aos trabalhadores, decorrente da experiência vivida. Para a OSM/SP:

A ação policial permitiu que milhares de operários passassem por uma experiência fundamental: o confronto direto com a polícia, a guarda-costas dos patrões. Ficou evidente para os metalúrgicos o posicionamento do governo em defesa dos patrões. Esta experiência é fundamental, pois educa mais profunda e amplamente do que a propaganda falada ou escrita. É a experiência própria, a vivência do fato. O que se viu nesta fase da greve foi que a própria luta ajudou a clarear o papel que a repressão joga em nossa sociedade. A consciência de que o governo, patrões e polícia estão do mesmo lado ficou mais clara para centenas de milhares de elementos do povo, não só os operários. (OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA - OSM/SP, 1980, p. 16).

O nascimento da CUT foi precedido de diversos episódios como esse. Greves reivindicando melhorias salariais e liberdade de organização sindical se chocavam, ao mesmo tempo, com o patronato e com o governo; foram lutas que, invariavelmente, chocavam-se contra os limites do regime político vigente. Este processo se combinava com outro, que se desenvolvia a partir da organização nos locais de trabalho, onde novas lideranças buscavam firmarem-se como alternativas de direção às diretorias dos sindicatos, muitas destas nomeadas como interventores pelo governo militar instalado em 1964.

Dentre os fatores que podem ter contribuído para a organização dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo que, em outubro/novembro de 1979, construíram a greve, está o

fato de que em março deste mesmo ano eles estiveram reunidos em Congresso. Apesar da OSM/SP considerar ainda incipiente a sua organização sindical, aquele evento pode ser considerado como um momento de culminância da organização construída no interior das empresas. Assim, entre 24 e 26 de março de 1979, passados apenas seis meses após o Congresso dos metalúrgicos de São Bernardo, tinha sido a vez dos metalúrgicos de São Paulo, através da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM/SP), realizarem seu I Congresso. Este é um espaço em que os trabalhadores, especialmente os que vieram a construir a Central Única dos Trabalhadores, recuperaram a prática de, periodicamente, realizar uma série de debates com uma temática que, quase invariavelmente, inclui uma Análise da conjuntura econômica e política, a avaliação das ações desenvolvidas num período imediatamente anterior, definições estratégicas e o planejamento tático a guiar suas próximas ações. Neste sentido, uma das resoluções daquele I Congresso da OSM/SP foi a definição pelo chamado à construção de uma central sindical. Vito Giannotti e Sebastião Neto transcreveram um trecho da resolução:

O movimento de oposição sindical existe em todo o país e vai continuar existindo enquanto estiver na ordem do dia a unidade de todos na luta pelo sindicato independente. À medida que forem surgindo direções independentes e que pratiquem a ruptura com a atual estrutura, as oposições devem ir se unificando a elas, para centralizar a força dos trabalhadores. Esse processo irá crescendo até o momento em que os trabalhadores sentirem forças para fundar a sua central sindical. E isso não será conseguido com pedidos de ajuda às autoridades, sejam quais forem. Será a unificação das lutas operárias entre as diversas categorias, referendadas por um ato soberano, que os mesmos, em ação representativa de todos os seus organismos, decidirão a **fundação de sua central sindical nacional** (OSM/SP , Apud GIANNOTTI; NETO, 1991a p. 29-30, grifo meu).

Um importante passo no sentido definido pelos membros da oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se deu em maio do ano seguinte, quando foi realizado em São Paulo o *Encontro Nacional de Oposições Sindicais* (ENOS), envolvendo militantes de várias categorias de trabalhadores, cujos objetivos foram assim definidos pela OSM/SP:

Unificar todas as oposições existentes e todas as diretorias combativas num amplo movimento nacional que organize os trabalhadores de forma independente, expulsando os pelegos de todos os sindicatos, e não respeitando as leis que controlam as atividades sindicais (Apud GIANNOTTI; NETO, 1991a, p.30).

Ainda segundo Vito Giannotti e Sebastião Neto, este encontro significou uma troca de experiências entre as oposições sindicais de categorias que vinham num processo crescente de mobilizações, a exemplo de bancários, jornalistas, metalúrgicos, professores, trabalhadores da construção civil e lideranças sindicais do campo (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 31).

Na sequência das articulações, visando a construção de uma central sindical, ocorreram ao longo do ano de 1980 vários encontros com representantes do movimento sindical e dos movimentos populares em geral, dentre eles o Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado nos dias 13 e 14 de setembro, em Nova Iguaçu (RJ), e os primeiros encontros que resultaram na criação da *Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical* (ANAMPOS). Como o próprio nome indica, esta não foi uma reunião específica, um evento, mas uma *articulação* concretizada em vários encontros, dos quais fizeram parte representantes de diversos segmentos de trabalhadores, sindical e popular e de outras entidades da sociedade civil. Do setor sindical fizeram parte as Oposições Sindicais e os “sindicalistas autênticos”.

Estes encontros, que representaram esforços no sentido da construção de uma articulação nacional, deram concretude a algumas das formulações presentes nas resoluções do I Congresso da OSM/SP. Foram encontros que se realizaram em paralelo aos processos concretos de lutas e que aproximaram os trabalhadores organizados no setor sindical aos de outros movimentos populares. Por exemplo, o ENOS (idealizado já em 1979) e o ENTOES foram realizados no rastro de uma greve prolongada dos metalúrgicos do ABC em abril/maio de 1980. À frente voltaremos a tratar desta greve, mas podemos adiantar que ela sofreu forte repressão policial e contou com o apoio do “Comitê de Solidariedade” organizado por setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação e concretizado pela participação ativa da população pobre e bairros da periferia. Através destes encontros e articulações vai se consolidando também a unidade entre as oposições e as direções sindicais consideradas combativas. Para Vito Giannotti e Sebastião Neto:

No campo dos sindicalistas autênticos não influenciados pelos PCs tradicionais durante a greve de abril/maio de 80 no ABC, ocorreu um fato importante. As duas principais experiências de luta, a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e a da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, se aproximam durante a longa greve. No Comitê de Solidariedade, no jogo do trabalho conjunto, as duas experiências se interpenetram e gradativamente se integram no mesmo esforço, englobando vários outros sindicatos (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 33).

Uma preocupação central, expressa nas resoluções do I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, realizado em março de 1979, bem como no III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, realizado em outubro de 1978, confirmando declarações dos dois congressos anteriores, foi a necessidade da livre organização sindical, autônoma, independente de autorização outorgada pelo Estado. Na prática, os trabalhadores ousavam, desafiando a ditadura militar; lutavam concretamente contra a lei anti-greve e se

propunham a construir uma organização nacional dos trabalhadores independente da estrutura sindical oficial, sustentada na força das mobilizações. Mas ela não se deu sem respostas radicais, tanto por parte de órgãos de repressão do governo quanto diretamente pelos proprietários. São a estes embates, com destaque para o peso da repressão imposta sobre a classe trabalhadora, e a luta para lhe pôr fim, buscando ao mesmo tempo a sua unificação numa entidade nacional, que nos referiremos a seguir.

2.2 - A resistência ao Regime – uma ação da classe

Pela Memória de Santo,

Pela Vitória Operária⁹

O assassinato do companheiro representou uma perda enorme para nosso movimento. Mas se enganam os que pensam que nos derrotaram. Condenados à fome, os operários fazem greve. Silenciados pela repressão, os operários ganham mais força para continuar a luta. Perseguidos, os operários se enchem de coragem. Traídos pelos pelegos, os operários forjam seus próprios líderes. Assassinados, eles se multiplicam numa multidão solidária e combativa. Um operário que tomba faz nascer mil outros comprometidos com a mesma luta.

Em memória do companheiro Santo, reafirmamos nosso compromisso de levar até o fim a luta pela libertação da classe operária [...].

Vimos na seção anterior, que nos últimos anos da década de 1970 se realizou um extraordinário ciclo de greves operárias no Brasil, acompanhadas da disposição de se construir uma organização nacional que unificasse estas lutas. Neste período, o país ainda vivia sob o regime instaurado em março de 1964, construído a partir de um golpe militar, e

⁹A epígrafe à qual recorremos para abrir este texto foi uma a dedicatória dos membros da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM-SP), à memória do operário Santo Dias da Silva, morto pela polícia durante a greve de novembro de 1979, na vigência da ditadura militar instaurada no Brasil em março de 1964 (OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA, 1980, p. 2).

presenciara nesta década o auge do “milagre econômico”, para em seguida se ver submetido a uma grave crise, o que provocou fissuras no bloco de poder. Sendo este o ambiente em que se desenvolveram as lutas operárias que possibilitaram a construção da Central Única dos Trabalhadores, precisamos voltar a ele, analisando o regime vigente, suas contradições, e as ações da classe trabalhadora que, por um lado, contribuíram para acelerar o processo de redemocratização do país e por outro, foram essenciais para o nascimento do denominado “novo sindicalismo”.

Entre 1964 e 1977, o movimento operário e popular brasileiro esteve contido por uma legislação e por ações fortemente repressivas, impostas pelo regime militar. Os governos do período pós-64, segundo Rachel Meneguello (1989), teriam aplicado, basicamente, duas formas de controle sobre as organizações sindicais. A primeira, exercida diretamente pela intervenção e restrição político-ideológica das entidades sindicais, entendendo-se aí a cassação de lideranças, muitas delas, banidas, presas, torturadas e assassinadas, colocando-se interventores em seus lugares, por designação dos militares. A segunda seria o controle indireto, garantido através da legislação que limitava a autonomia das organizações e distorcia as suas atribuições. Fortaleceu-se, neste período, o sindicalismo do tipo burocrático-assistencial, voltado essencialmente para a prestação de serviços assistenciais, tirando dos sindicatos o seu caráter de instrumento de luta da classe trabalhadora (MENEGUELLO, 1989, p. 43-44).¹⁰

Também analisando o conflito trabalhista neste período, Eduardo Noronha, na sua obra já citada (1991, p. 102-103), destaca os três mecanismos, já amplamente mencionados pela bibliografia, que teriam garantido “a exclusão absoluta dos sindicalistas da cena política”: a repressão às greves e às lideranças, as intervenções seletivas nos sindicatos mais atuantes e o controle estatal dos reajustes salariais. Assim, os reajustes automáticos dos salários definidos pelo governo levavam, inicialmente, o empresariado a recusar qualquer reivindicação de negociação salarial. Para Noronha, esse conjunto de ações teriam transformado os sindicatos em “agências prestadoras de serviços”, modificando o seu caráter de instrumento de luta, a que se referiu Rachel Meneguello.

Vale destacar que estas foram ações de governo, visando controlar a atuação dos dirigentes sindicais, mas que permanecia inalterada a legislação sobre a estrutura e a organização

¹⁰ (MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido* (1979 - 1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989).

sindical, já existente no período pré-64. Os sindicatos, para atuar com poder de representação, dependiam de autorização do Ministério do Trabalho, através da concessão da “carta sindical”, e estavam sujeitos ao princípio da “unicidade sindical”, pelo qual só pode existir um sindicato por categoria, em uma mesma base territorial (o município). Estes dois mecanismos, combinados, na prática, estabeleciam um “monopólio” de representação, outorgado pelo Estado. Além destes, outro mecanismo que mantinha as organizações sindicais vinculadas ao Estado, era o imposto sindical, uma “contribuição” sindical obrigatória, paga por todos os trabalhadores assalariados, sindicalizados, ou não, correspondente a um dia de trabalho, que era descontado de seus salários. Parte destes recursos retornava aos sindicatos, e cabia a fiscalização do governo sobre a sua aplicação. Estes recursos garantiam, por um lado, a prestação dos serviços assistenciais aos sindicalizados, e por outro, a subordinação de dirigentes sindicais às regras estabelecidas pelo governo.¹¹

O período que vai de 1968 a 1973 foi considerado o mais duro do regime militar. Por força do AI-5 (Ato Institucional nº 5), o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado e o direito a *habeas corpus* foi suspenso – o que permitiu aos agentes da repressão realizar prisões e torturas, sem mesmo recorrer às formalidades legais. Estes anos coincidiam com a fase do crescimento econômico monopolista, apelidado de “milagre econômico”, financiado pelo endividamento externo do país e às custas de uma redução do poder aquisitivo do trabalhador, a quem a manipulação de índices inflacionários prestava um grande desserviço. Entre 1968 e 1973, o Brasil cresceu a taxas bastante altas, experimentando no início dos anos 70, durante três anos, um crescimento do PIB que flutuou em torno de 10% ao ano. Esse foi também um período de aumento da intervenção direta do Estado na economia, com a criação de quase uma centena de empresas estatais.¹²

Algumas análises identificam a pretensão dos governos militares de sustentar as altas taxas de crescimento econômico como decorrente da necessidade de buscar legitimação, a exemplo das obras de Sydenham Lourenço Neto; Gelsom Rozentino (2012, p. 18) e Raul Pont (1986, p. 51).¹³ Se, por um lado, é possível falar em busca da legitimidade para o exercício do poder, por outro, a tentativa a qualquer custo de maximizar o crescimento econômico correspondia

¹¹ Sobre a estrutura sindical brasileira, ver (BOITO JR., Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; _____ . *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora e Gráfica LTDA, 1999).

¹²(NETO, Sydenham Lourenço; ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru, - SP: Canal6 Editora, 2012, p. 15).

¹³ (PONT, Raul. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre - RGS: Seriema, 1985).

aos próprios objetivos da montagem deste governo; significava uma resposta política que garantisse o processo de acumulação de capital pelas classes dominantes. A instalação do novo governo pós-64 provocara um rearranjo no bloco de poder, com bases a numa aliança de vários setores da classe dominante do país, da qual faziam parte setores ligados ao campo, à indústria e ao setor financeiro. Afirma Gelsom Rozentino que, “a aliança entre o governo, os empresários siderúrgicos privados, os dirigentes de empresas estatais, a indústria de bens de capital e os consumidores de aço só foi possível em um contexto de expansão” (2012, p. 25). Após um ciclo expansionista, a partir de 1973 observa-se um processo de crise econômica, que se expressou, inicialmente, no declínio nos índices de crescimento e posterior estagnação da economia, uma situação que contrariava os interesses dos setores dominantes. Afirma Ricardo Antunes que “[...] os três setores que compõem o tripé da economia – o capital privado nacional, o setor produtivo estatal e o capital monopolista estrangeiro – passaram a pressionar o Estado visando implementar medidas que propiciassem uma retomada no ritmo de crescimento econômico ou, na pior das hipóteses, preservarem-se dos ônus decorrentes da situação de crise” (ANTUNES, 1986, p. 34).

No início deste capítulo me referi ao regime que se instalara no país em 1964 como uma ditadura civil-militar. Esta é uma caracterização assumida explicitamente por Sydenham Lourenço Neto e Gelsom Rozentino na Introdução do seu mais recente trabalho (2012), mas esta é uma noção também presente em trabalhos de outros autores, a exemplo de *Crise e Poder* (ANTUNES, 1986) e *Da crítica ao populismo à fundação do PT* (PONT, 1985). Civil-militar no sentido de que se constituía uma aliança entre os militares que se apossaram do poder e grupos e entidades da sociedade civil. Ou seja, “o regime não estava solto no ar”, havia uma base de sustentação civil. Apesar de forte, no sentido da centralização e da utilização da repressão contra as oposições, um setor da sociedade, que auferia vantagens com o tipo de governo implantado, lhe dava suporte.¹⁴

Para Raul Pont:

A legitimidade mínima sem a qual o exercício do poder torna-se praticamente impossível, entre as frações dinâmicas da burguesia foi alcançada graças ao ‘boom’ da economia pós-68. Os excelentes níveis de

¹⁴ Recentemente estabeleceu-se um debate quanto à adequação do uso da expressão civil-militar para caracterizar o regime instaurado no Brasil em 1964. Um artigo publicado por Pedro Pomar, intitulado *Um modismo equivocado*, reconhece as bases civis do regime, mas considera que o poder foi exercido diretamente pelos militares, e que a denominação que virou moda termina por diminuir a responsabilidade dos militares. Pedro Pomar recorre a uma citação do historiador Lincoln Secco para sustentar sua argumentação.

crescimento alcançados pela economia, em seus setores de ponta nos anos seguintes, constituíram-se, sem dúvida, na sua maior forma de legitimação [...] no pós-68, portanto, as várias frações e o aparelho burocrático militar alcançam seu maior monolitismo [...] enquanto perduraram as ótimas performances, a legitimação perante as classes dominantes, as minorias tecno-burocrático-militares justificavam tudo: repressão, torturas, fraudes, corrupção, etc. (PONT, P. 51).

As afirmações acima nos remetem à contribuição teórica do marxista italiano, Antonio Gramsci, no que diz respeito às relações entre sociedade civil e Estado, ao propor a superação da separação mecânica entre estes “dois momentos distintos”, mas que se combinam, na sua teoria ampliada do Estado moderno. Marx e Engels afirmaram o caráter de classe de todo fenômeno estatal; a divisão da sociedade em classes (que decorre das relações sociais de produção) como razão para a existência do Estado, e a reprodução de tal divisão como função do Estado. Devido às condições históricas, olhando para a estrutura do Estado de então, atribuíram ao monopólio da violência o modo como o Estado impunha a sua natureza de classe.

Nas palavras de Carlos Nelson Coutinho:

Gramsci, porém, trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pode assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política [...] surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado (COUTINHO, 2007, p. 124).¹⁵

Marx [...] não pode, em suma, captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela ‘trama privada’ a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de ‘sociedade civil’, de ‘aparelhos privados de hegemonia’ (Ibid., p. 125).

Assim, Gramsci desenvolveu o seu conceito de sociedade civil e com ele ampliou a teoria marxista do Estado.

Sydenham Lourenço Neto e Gelson Rozentino nos dizem, com base em Gramsci, que “a sociedade civil perpassa o Estado e ajuda a moldar seu formato institucional, através de ações negativas, isto é, voltadas para o protesto e a reivindicação, mas também através de ações propositivas e participativas” (2012, p. 11). Olhando para a realidade brasileira do período que estamos analisando, eles chamam atenção para um aspecto que, segundo eles, não costuma ser destacado: “o papel dos empresários tanto na determinação da política econômica

¹⁵(COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).

praticada nos anos 70, quanto na reorientação verificada na segunda metade dos anos 80” (2012, p. 16). No mesmo sentido, também se referindo ao marxista italiano, Ricardo Antunes nos diz que “[é] impensável dentro da dialética, conceber-se o Estado como alguma coisa separada das classes que o controlam e o dominam. Dai o poder ditatorial não pairar no ar; sua base de sustentação é dada pelas classes burguesas nacionais, que ‘buscaram na ditadura um excedente de poder para se autoprotegerem e autoprivilegiarem [...]’ (1986, p. 27).

Enquanto algumas medidas adotadas pelo governo militar, a exemplo da legislação salarial, da contenção do movimento sindical, via repressão, e da implementação de um determinado modelo de desenvolvimento econômico, indicavam que o governo tomava para si a tarefa de assegurar os interesses do empresariado, a aliança foi mantida; entretanto, num momento seguinte, quando o Estado não mais conseguia garantir o desenvolvimento econômico, as suas bases de sustentação se tornaram mais frágeis.

Os focos de resistência ao regime, por segmentos da classe trabalhadora, através do enfrentamento ao sindicalismo oficial atrelado, tiveram início num período imediatamente posterior ao Golpe. As experiências dos metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP) são os seus expoentes. Em Minas Gerais, apoiados nas comissões de fábrica, uma forma de organização de base, os trabalhadores entraram em greve em abril de 1968, reivindicando melhorias salariais. A greve começou no dia 16 de abril na Belgo-Mineira e, passados dez dias, já abrangia os trabalhadores de mais de uma dezena de empresas e com um comando de greve unificado, constituído a partir das comissões de fábrica. O Coronel Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho do governo militar, se fez presente pessoalmente no enfrentamento aos grevistas, tanto nas negociações quanto nas ameaças. Declarações públicas deixaram claro que o governo atribuiu ao movimento um conteúdo político mais amplo que a reivindicação salarial, e autorizaram interpretações de que “Para o governo militar, a greve de Contagem poderia ser uma faísca que incendiaria a classe operária em todo o país” (OLIVEIRA, 2010, p. 85).¹⁶

Experiência parecida foi a dos operários metalúrgicos de Osasco/SP. A Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Osasco se estruturou a partir da Comissão de Fábrica da Cobrasma – a maior fábrica que abrangia aquela base. Ela disputou e ganhou as eleições sindicais já em 1967, e pelo trabalho desenvolvido à frente do sindicato, que culminou numa greve de ocupação em

¹⁶(OLIVEIRA, Edgard L. *Conflito social, Memória e Experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*. 2010. 229 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de MG).

junho de 1968, sofreu os rigores da repressão, tendo toda a diretoria cassada (GIANNOTTI; NETTO, 1991a, p. 23).

José Ibrahim foi um dos fundadores e presidente da Comissão de Fábrica da Cobrasma de 1965 a 1967, quando então foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Em 1968 teve seu mandato cassado, juntamente com toda a diretoria, e foi banido do país em decorrência da greve. Ibrahim regressou ao Brasil em 1979, e em 1986 publicou *O que todo Cidadão precisa saber sobre Comissões de Fábrica*. Buscando historiar o surgimento do *novo sindicalismo*, o autor e personagem da história centra-se naquilo que ele considera básico para o sindicalismo, que é a organização de base. Uma informação sobre o resultado das eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, realizadas em junho de 1967, evidencia a dimensão e importância da Organização por Local de Trabalho (OLT) para a identificação dos trabalhadores com a sua representação sindical: “Vale notar que em todas as fábricas a Chapa Azul, da situação, ganhou por margem apertada de votos, dividindo com a Chapa Verde [Oposição] a preferência do eleitorado, mas na Cobrasma a Chapa Verde obteve mais de 90% da votação, o que lhe garantiu a maioria absoluta no primeiro escrutínio” (IBRAHIM, 1986, p. 64).¹⁷ Dos 24 membros que compunham a chapa vencedora, 15 eram da Comissão de Fábrica da Cobrasma. Ainda segundo José Ibrahim:

No resultado dessas eleições ficou evidente o respaldo massivo dos trabalhadores da Cobrasma à chapa que simbolizava a sua própria experiência de organização e de luta e, ao mesmo tempo, expressava a penetração relativa que essa experiência havia alcançado no conjunto das fábricas de Osasco (Ibid., p. 64).

Visando mostrar as origens do *Novo Sindicalismo*, José Ibrahim nos diz que:

A retomada da luta sindical ocorreu em torno da resistência à política de arrocho salarial imposta pela ditadura, a luta contra o fundo de Garantia e pela estabilidade, pelo direito de greve e contra os interventores no sindicato. A responsabilidade dessa luta recaiu fundamentalmente sobre os militantes de base, aqueles ativistas que formavam a periferia das direções sindicais, aqueles que vivenciaram a experiência das assembleias sindicais, das greves e dos piquetes. Esses setores mais combativos e conscientes começaram a se aglutinar para a luta, mas, ao mesmo tempo, passaram por um processo de reflexão sobre a prática sindical anterior, seus vícios e erros, o cupulismo de que o movimento padecia e o questionamento apenas parcial à estrutura sindical corporativista. Desse processo nasceram as primeiras oposições sindicais (...).

As chamadas oposições sindicais surgiram questionando a falta de abertura para a participação de base nos sindicatos, fazendo uma crítica à postura

¹⁷(IBRAHIM, José. *O que todo cidadão precisa saber sobre Comissões de Fábrica*. São Paulo: Global Editora, 1986).

cupulista e antidemocráticas das direções anteriores. O importante desse processo é que os grupos de trabalhadores que se assumiam enquanto oposição sindical não se colocavam apenas como uma alternativa às direções pelegas ou de interventorias, mas como agentes da construção de um novo sindicalismo, de uma nova prática sindical, que teria como eixo central o rompimento com a estrutura sindical oficial e a organização pela base, através das comissões de fábrica (IBRAHIM, 1986, p. 49 - 50).

Vito Giannotti e Sebastião Neto, em *CUT, Por Dentro e Por Fora* (1991a), procuraram mostrar a importância dessa organização de base para o surgimento do *novo sindicalismo* e, especialmente, para a fundação da CUT. Na subseção *A Preparação Subterrânea da CUT, de 1964 até 1978* atribuíram à “autocrítica formulada ao sindicalismo praticado anteriormente a 1964, as raízes da CUT”. Esta mesma noção de autocrítica voltou a ser afirmada na sua obra seguinte, *CUT ontem e hoje* (1991b). Para estes autores, “Quem formou a CUT, realizou, entre 1964 e 1983, uma profunda autocrítica do tipo de sindicalismo praticado até o golpe [...] uma crítica que sindicalistas vindos das hostes do PCB nunca assimilaram” (1991b, p. 23). Mais adequado, no entanto, seria falar em crítica ao modelo anteriormente predominante, como ficou evidenciado na citação de IBRAHIM, ao se referir “à reflexão sobre a prática sindical anterior”, já que seus autores não se viam como responsáveis por aquela prática, ao contrário, as críticas foram direcionadas aos dirigentes. GIANNOTTI e NETO destacaram também a experiência das comissões de fábrica de Osasco e Contagem como referência para a construção “de um sindicalismo livre, de base e de classe”. Para eles, essa acumulação de experiências das oposições sindicais pode ser sintetizada numa frase das teses aprovadas no 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, em 1979:

O papel da oposição sindical é o de dismantlar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização da fábrica (OSM/SP *Apud* GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 24).

Uma informação de José Ibrahim reforça a noção de crítica formulada ao sindicalismo praticado no período anterior a 1964. Nas palavras de José Ibrahim:

Antes mesmo do golpe, um grupo de militantes operários, dissidentes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), tomou a iniciativa de organizar um comitê de fábrica na Brasseixos (indústria metalúrgica) com o objetivo de romper com a excessiva centralização da cúpula, trazendo a luta sindical para o interior da fábrica (...).

O grande valor dessa experiência não foi seu resultado prático junto aos operários da fábrica, mas seu papel precursor na crítica à prática sindical cupulista e na apresentação de uma alternativa que vislumbrava o rompimento com a estrutura sindical corporativista. Foi isso que calou fundo na consciência de vários ativistas sindicais das fábricas de Osasco, particularmente em alguns trabalhadores da Cobrasma, vizinha da Brasseixos, empresa do mesmo grupo econômico (IBRAHIM, 1986, p. 51 - 52).

Podemos afirmar então que, assim como o regime ditatorial “não estava no ar”, também o processo de mobilização sindical que tomou grandes proporções a partir de 1978, “não surgiu do ar”. Como destaca Iram Jácome Rodrigues “[essas greves] em alguma medida, foram fruto do trabalho ‘miúdo’ no interior das fábricas, no período da resistência [...]” (1991, p. 149).¹⁸ Quase ao mesmo tempo, surgiram iniciativas no seio da população reivindicando a solução de problemas que as afligia, levando à criação do Movimento do Custo de Vida, assim como nas empresas, localmente, os trabalhadores começaram a se mobilizar por reivindicações específicas. Os trabalhadores se mobilizaram em torno de demandas relacionadas ao transporte fornecido pela empresa, por melhorias na alimentação, bem como desenvolveram ações criativas exigindo reajuste salarial e anulação de punições impostas a colegas de trabalho.

Eder Sader, em *Quando Novos Personagens Entraram em Cena* (1988, p. 197-251) nos relata os passos dados e o momento em que o Movimento do Custo de Vida “saiu dos grupos fechados [clubes de mães] e foi pra praça pública”.¹⁹ Eder Sader destaca a novidade desde momento: “Seus objetivos se apresentavam como comuns ao conjunto das famílias trabalhadoras [...] o movimento vai tecendo uma ligação do mundo do cotidiano com o mundo da política” (SADER, 1988, p. 215). Processo semelhante se desenvolveu no movimento operário. As informações presentes na obra citada nos permitem acompanhar os desdobramentos das “pequenas lutas” nas fábricas, evoluindo para a construção de comitês Interfábricas e a organização de oposições à diretoria do Sindicato. Referindo-se especificamente à Oposição Sindical Metalúrgica (OSM/SP), diz ele que, “Todos os depoimentos vinculam essa maior estruturação interna da Oposição a um esforço mais sistemático, com criação de grupos no interior das fábricas, preocupados em fazer das condições de trabalho os temas de pequenas lutas que mobilizassem os operários localmente” (Ibid., p. 240).

A partir de 1974, durante o governo do General Ernesto Geisel, neste contexto de organização silenciosa nas fábricas e de fortalecimento dos movimentos urbanos, o regime passou a apresentar-se como detentor do propósito de caminhar para a “abertura” política, mas o governo agia com ambigüidades. Na opinião de Gelsom Rozentino (ALMEIDA, 2011, p. 32),

¹⁸Encontramos um interessante trabalho sobre “a persistência na organização de formas autônomas de poder sindical” pelos trabalhadores no Brasil em (RODRIGUES, 1991).

¹⁹(SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988).

as eleições parlamentares de 1974, “se constituíram no primeiro grande marco da distensão”.²⁰ E aqui ele faz referência ao processo de “abertura” com o significado de uma liberalização consentida pelos detentores do poder, numa estratégia de “distensão do regime”, de forma “gradual, lenta e segura” (Ibid., p. 32). “A distensão política iniciada em 1974, pelo governo Geisel, com ‘retrocessos’ e ‘vacilações’, obedecia a uma concepção política e ideológica de longo prazo, não se reduzindo nem a interesses táticos nem a ‘constraints’ econômicos imediatos” (Ibid., p. 31). Aqui ele dialoga com os autores de análises que tentam entender a “abertura” dando maior importância às restrições impostas pela nova conjuntura econômica de crise.

Nestas eleições legislativas de 1974, houve um extraordinário crescimento eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conquistando dezesseis das vinte e duas cadeiras em disputa no Senado e um significativo crescimento na Câmara dos Deputados, quase dobrando sua participação, em relação à legislatura anterior. Posteriormente, estabeleceu-se um debate sobre o significado destas eleições, se de identificação do eleitorado com o MDB ou se de rejeição ao regime, mas é um fato que houve uma derrota eleitoral da ARENA – Aliança Renovadora Nacional, partido claramente identificado com o regime, apesar de este se manter com a maioria dos parlamentares nas duas casas legislativas. Segundo Edison Nunes, “em que pese a forte repressão política e a censura à imprensa, a relativa liberdade concedida à propaganda eleitoral possibilitou ao MDB, o partido de oposição, obter uma significativa vitória nas eleições de 1974”.²¹

A iniciativa política de garantir uma maior liberdade de opinião nas eleições de 1974 sofreu um retrocesso no campo político-institucional, em 1977. Neste ano, dando “um passo atrás”, o governo voltou a utilizar-se dos poderes do AI-5 (Ato Institucional Nº 5) para fechar o Congresso Nacional por tempo determinado e instituir o “Pacote de Abril”. Dentre outras medidas, decretou a prorrogação das regras de eleições indiretas para Governador de Estado e a criação da figura do “Senador biônico” (1/3 das cadeiras) – senador que ao invés de eleito passaria a ser indicado. Esta foi uma forma adotada pelo governo para reforçar a sua maioria no Senado.

²⁰(ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida* - PT, CUT e a Democracia no Brasil: 1979 - 1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 32).

²¹ (NUNES, Edison. *Movimentos populares na transição inconclusa*. Lua Nova, set, 1987, no. 13. P 86-94).

Podemos considerar a ambiguidade das medidas adotadas como decorrência de duas ordens de fatores. De um lado, as contradições internas aos militares; uma tensão entre um setor mais disposto à liberalização e o outro considerado “o núcleo duro do poder”. Teve peso também para as idas e vindas, a contradição decorrente da existência de negociações implícitas entre o governo e a oposição liberal, que buscava em parte responder às reivindicações empresariais com interesses contrariados pela nova conjuntura econômica de crise, criando dificuldades para a acomodação de interesses. O empresariado se dividia quanto ao apoio ou recusa à distensão política, e juntamente com o governo ainda tiveram que se defrontar com a “entrada em cena de novos personagens”, a exemplo do movimento estudantil e dos movimentos de bairros. “A incorporação – ainda que seletiva e limitada – das demandas populares alternava-se com a repressão” (ALMEIDA, 2011, p. 34).

Evidenciando a ambiguidade, expressa na seletividade da repressão, as contradições internas e ainda, os limites pretendidos para a “abertura”, em 1974 e 1975, o PCB – Partido Comunista Brasileiro sofreu sérios golpes da repressão, o que significou a desarticulação de vários de seus organismos, devido à prisão e assassinato de militantes e dirigentes. Ao longo do ano de 1974, foram presos e assassinados pelo menos seis dirigentes do PCB; já em janeiro de 1975, mais três militantes foram mortos, tendo sido contabilizados até outubro daquele ano, 12 membros mortos do Partido. O último desses foi o jornalista Vladimir Herzog, que morreu nas dependências do II Exército, numa sessão de tortura. Já em janeiro de 1976, dando sequência à repressão, foi morto o operário Manoel Fiel Filho, e ainda em 1976, por ordem do Comandante do II Exército, três membros do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – PCdoB foram assassinados, episódio que ficou conhecido como o “Massacre na Lapa”.²²

Palavras de Gelsom Rozentino expressam a fragilização das bases de sustentação do regime:

Os diversos segmentos empresariais estavam divididos quanto à distensão, com alguns setores assumindo posições favoráveis à democratização. Entretanto, estabelecer limites à intervenção do Estado na economia seria o centro de sua preocupação [...] outros agentes sociais se destacaram na pressão ao regime pela ‘redemocratização’: a Igreja Católica (CNBB), a OAB, a ABI, a SBPC e organizações de defesa dos direitos humanos. As suas principais reivindicações estavam relacionadas ao fim da censura, à liberdade de expressão, ao término da tortura, ao retorno do *habeas corpus*, ao fim do AI-5 etc. e afetaram significativamente o processo de distensão, colocando permanentemente o governo na defensiva (ALMEIDA, 2011, p. 37).

²² Sobre este episódio, ver (POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. Pinheiros – SP: Editora Busca Vida LTDA, 1987).

Por outro lado, evidenciando os limites da “abertura” pretendida, é ainda ROZENTINO que nos diz:

Um outro conjunto de atores seria formado pelos ‘grupos excluídos’, composto pelos estudantes e operários. As suas atividades e organizações eram consideradas ‘subversivas’ e encontravam hostilidade aberta, pois a estratégia de lidar com todos a partir de uma posição de força ‘pressupunha que grupos que jamais aceitaram a legitimidade do governo militar não teriam permissão para desempenhar nenhum papel no processo político. Eles teriam que continuar excluídos’ (...).

[Mas] A reorganização da UNE e a revitalização do movimento sindical, com os conflitos operários a partir de 1977, evidenciaram a impossibilidade do governo de mantê-los afastados da cena política (Ibid., p. 38).

Se, por um lado, as constatações de Gelsom Rozentino mostram os limites pretendidos pelo governo e por setores da classe dominante para a “abertura”, por outro, deixam claro que as ações diretas de diferentes segmentos da classe trabalhadora no Brasil foram responsáveis pela imposição de outro ritmo e significaram, na prática, a recusa à mudança do regime político sem a participação popular.

Foi neste contexto, de crise econômica, de derrota eleitoral da ARENA (partido do governo), e de lenta retomada das lutas populares, especialmente do movimento estudantil e as organizadas pelo Movimento Contra a Carestia, que foi gestado o processo de “abertura”. Segundo Gelsom Rozentino, existem três linhas de interpretação para explicar o processo de transição. Não é o propósito deste trabalho, aprofundar esta análise, nos contentará mencionar alguns elementos que estão presentes nas diferentes interpretações apresentadas e que teriam contribuído para o seu desenvolvimento.

1. A transição teria sido um processo iniciado pelos dirigentes do regime, porém, mais do que uma estratégia deliberada, seu início indicaria uma crise interna do sistema de dominação.
2. As pressões sociais como fator gerador da mudança política. Estariam aí presentes, a crise econômica internacional, com reflexo interno, e a crescente insatisfação das classes médias e do empresariado.
3. Teria sido um processo de abertura, cuja iniciativa coube ao regime, porém ela detonaria um processo de mudança cuja magnitude escaparia ao controle do autoritarismo.

Para Gelsom Rozentino, foi “um processo iniciado pelos detentores do poder, buscando recompor-se o bloco que se constituía, mas que terminou evidenciando a erosão da legitimidade do sistema autoritário” (ALMEIDA, 2011, p. 30-31)

Ricardo Antunes chamou este processo de “auto-reforma”.

Estaria sendo buscado implementar a ‘república institucionalizada’, sem modificar no essencial “a sua feição autocrática” [...] “reequacionar o bloco de poder”, mantendo os privilégios e interesses das várias frações da burguesia monopolista nacional e internacional, este seria o significado da “abertura” (1986, p.15).

[...] Almejava-se o reequacionamento político, capaz de rearticular os diversos interesses em jogo e impulsionar a economia para uma nova fase de acumulação. Mas as dificuldades foram maiores que as esperadas. Quer porque a crise internacional se agravou, dificultando e onerando ainda mais as economias dos países subordinados, que se submeteram às diretrizes do FMI, quer porque, desde 1978 os trabalhadores ressurgiram vigorosamente negando-se a arcar com o ônus desse período (Ibid., p.35).

Em relação a este segundo elemento que, nas palavras de Ricardo Antunes, contribuiu para aumentar as dificuldades do regime instalado para a implementação do projeto de “abertura”, ao menos no ritmo e com a dimensão pretendida, já nos referimos anteriormente ao citarmos as palavras de Gelsom Rozentino, quando este se reporta aos grupos (inicialmente) “excluídos” do processo de distensão. Para ele, “A reorganização da UNE e a revitalização do movimento sindical, com os conflitos operários a partir de 1977, evidenciaram a impossibilidade do governo de mantê-los afastados da cena política”. E a este elemento vamos voltar mais uma vez, agora nas palavras de Eurelino Coelho, para destacar outra questão de grande importância para a análise do contexto histórico da segunda metade da década de 1970:

Quando dezenas ou até uma centena de milhar de trabalhadores ocupam estádios e praças, como ocorreu em 1979 e 1980, desafiando abertamente as interdições impostas pela ditadura, há um questionamento direto sobre a efetiva capacidade dirigente dos mandatários. Diante da reincidência e da expansão das greves, o modo de dominação ditatorial provou sua ineficiência para salvaguardar adequadamente os interesses dominantes. Há indícios claros de que muitos dentre os empresários que se beneficiaram das políticas de arrocho salarial implementadas e garantidas diretamente pelo governo, diante da intensidade dos conflitos e da persistência dos trabalhadores estavam dispostos a mudar: trocariam de bom grado os respaldos legais e repressivos fornecidos pela ditadura por espaços de busca de solução negociada. E isso não por estarem comprometidos com os valores universais da democracia, mas por calcularem custo e benefício. (COELHO, 2012, p. 47).

A realidade brasileira do final dos anos 70, retratada acima, expõe um quadro de crise política. Olhando-se para as relações entre as classes, fica evidente a incapacidade “dos de cima” manter o regime político, e está claro que as classes subalternas passaram à contestação aberta a este, negando-se à submissão. Buscamos aqui nos aproximar de uma caracterização formulada por Antonio Gramsci, sobre as crises políticas. Gramsci, teorizando sobre as crises revolucionárias e pensando no que seria um recuo das barreiras econômicas e uma maior

autonomia do político, afirmou que estas não se manifestariam imediatamente como resultado das crises econômicas; haveria uma articulação em vários níveis, daí veio a noção de crise orgânica. No aspecto econômico, esta se apresentaria como manifestação das contradições internas do modo de produção, e no aspecto político apareceria como expressão da crise de hegemonia, em que a classe dominante perdeu o consenso, ‘não é mais dirigente’, apenas ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva (COUTINHO, 2007, p. 153-154). No caso brasileiro, apesar de não se tratar de uma crise revolucionária, mas de mudanças no regime político, podemos afirmar que a realidade objetiva e a subjetividade dos sujeitos se combinaram em determinações recíprocas apresentando um novo momento da luta de classes no Brasil.

Foi neste contexto que se desenvolveram as lutas com “ensaios de independência de classe”, fruto da experiência de “organização silenciosa nas fábricas” que produziram as combativas oposições aos dirigentes dos sindicatos atrelados ao Estado – chamados *pelegos*, e que desembocaram na “explosão das greves”, especialmente no ABC paulista. A luta direta impôs o operariado como sujeito; este não se curvou às regras do jogo estabelecidas.

Convém salientar que a onda grevista que marcou o início do *novo sindicalismo* não se restringiu a São Paulo, nem aos metalúrgicos, apesar da importância destes para a retomada das lutas. Marcelo Badaró Matos (1998) nos mostra algumas experiências do sindicalismo combativo no Rio de Janeiro, valendo destacar os casos dos metalúrgicos e dos bancários.²³ Ricardo Antunes diz que no primeiro ano do triênio 1978-80 a onda grevista atingiu especialmente o setor metalúrgico, mas que se alastrou aos trabalhadores da construção civil, médicos, bancários, e professores. Relata ainda que, em 1979, “o surto grevista atingiu maior vulto, uma vez que se generalizou para o resto do país, abrangendo um leque de assalariados urbanos e rurais” (ANTUNES, 1986, p. 50). Estas greves se deram por reivindicações econômicas e políticas. Ao lado da luta pela reposição salarial, buscava-se também a liberdade e autonomia sindical; e o “Fim da Ditadura Militar” passou a ser uma bandeira constantemente utilizada.

A política de confrontação com o regime e com o empresariado se chocava com a orientação do PCB que, em novembro de 1978, produziu a *Declaração do PCB sobre o movimento sindical*, na qual identificava como indispensável ao proletariado a “ligação da luta pela

²³(MATOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos* – Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998).

satisfação de suas necessidades urgentes, com as exigências gerais de liberdade e democracia, comuns a outras camadas sociais” (PCB, 1978, p. 308). Em Resolução política de maio de 1979, o seu Comitê Central reafirmou o centro dessa tática, tendo sido identificado que o centro mais nervoso da luta pelas liberdades democráticas e contra o regime residiria nas relações entre o governo militar e o movimento operário e sindical. A partir desta constatação, via como perspectiva, de um lado, o aumento das tensões na vida nacional, e de outro, o avanço da unidade, organização e luta do conjunto das forças democráticas contra a ditadura (Ibid., 1979, p. 320).

Diante do receio de que o governo viesse a “abandonar a sua política de ‘abertura’ e tentar impor um retrocesso no país” (Ibid., p. 320), o PCB propõe uma unidade do conjunto de forças que desejavam o fim do regime, “independentemente de seus interesses e concepções políticas” (Ibid., p. 321), uma política que, naturalmente, exigia moderação.

Mas a vontade de lutar e a necessidade de romper com os limites impostos pelo regime militar estiveram combinadas em um momento que possibilitava às direções denominadas *combativas*, tornar mais claro, pelo menos para uma parcela da classe trabalhadora, a intensidade do nível de exploração a que a classe estava submetida. Permitia também, denunciar as formas utilizadas pelo governo e pelos patrões para garantir esta exploração. Uma destas era, exatamente, ter à frente dos sindicatos diretorias comprometidas com o projeto de segmentos da classe dominante.

Um exemplo do sindicalismo de base, que esteve na origem da fundação da Central Única dos Trabalhadores, foi o que se fortaleceu no interior do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Como vimos anteriormente, a sua diretoria era composta por sindicalistas identificados como *pelegos*, mas era obrigada a conviver com uma oposição sindical organizada a partir da base, constituída por sindicalistas identificados como *combativos*, que começou a se formar logo após os episódios de Contagem e Osasco. A greve de novembro de 1979 foi resultado desta concepção de sindicalismo; foi construída e dirigida a partir da base, sob a direção de um comando de greve, independente da diretoria.

2.3 - Das lutas nasceu uma central sindical classista

1º de Maio de 1980

“Os Meninos e o Povo no Poder”²⁴

Quero a utopia, quero tudo e mais
 Quero a felicidade nos olhos de um pai
 Quero a alegria muita gente feliz
 Quero que a justiça reine em meu país
 Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
 Quero ser amizade, quero amor, prazer
 Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
 São José da Costa Rica, coração civil
 Me inspire no meu sonho de amor Brasil
 Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
 Bom sonhar coisas boas que o homem faz
 E esperar pelos frutos no quintal
 Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?
 Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é que sabe ter
 Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
 Eu viver bem melhor
 Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar.

As articulações visando a construção de uma central sindical no Brasil, no final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980, se desenvolveram como desdobramentos dos processos concretos de lutas. A onda de greves realizadas em 1978, 1979 e 1980 acelerou esse processo de unificação sindical. Os debates sobre a forma de conduzir estes movimentos, muitas vezes realizados no calor das lutas, permitiram que as diferenças de concepção presentes no seio do movimento sindical, nos anos que antecederam à criação da Central Única dos Trabalhadores, fossem se expressando. Assim, as greves e mobilizações, além de

²⁴Verso da música Coração civil, do cantor e compositor Milton Nascimento, cantada pelo próprio nas comemorações do Primeiro de Maio de 1980, em São Bernardo do Campo – SP.

cumprir os papéis que lhes são próprios, ou que lhes foram atribuídos pelos trabalhadores, contribuíram para desencadear outros processos.

No enfrentamento contra o regime, as greves serviram para “ferir as bases materiais do poder instalado [...] e romper, na prática, com a legislação repressiva” (ANTUNES, 1986, p. 46-47), mas também contribuíram decisivamente para impulsionar a reorganização do movimento sindical. Reorganização no sentido das novas articulações em base aos posicionamentos políticos que se expressaram nestas lutas.

A ANAMPOS – Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical foi o coroamento de três encontros realizados, respectivamente, em Monlevade (MG), Vitória (ES) e São Bernardo do Campo (SP). Gradativamente, esta articulação reuniu toda a área do sindicalismo combativo, das oposições sindicais e dos sindicalistas *autênticos*. O programa da ANAMPOS,²⁵ que guiou as ações do *bloco combativo* até a fundação da Central, teve como base a afirmação da necessidade de criar um outro modelo sindical, baseado “na proposta de um sindicalismo livre, desatrelado do Estado, enraizado na base e [que deveria ser] transformado em poderosa arma dos trabalhadores na sua luta contra a exploração”. Para Vito Giannotti e Sebastião Neto, “a ANAMPOS [teria sido] o embrião e ao mesmo tempo a parteira da CUT. Os princípios da futura central estão já colocados nessa articulação” (1991a, p. 34-35).

Paralelo à ANAMPOS, sindicalistas influenciados politicamente pelo PCB, PCdoB e grupos menores se reuniram formalmente num bloco sindical e assumiram o nome de Unidade Sindical, com nítidas ligações com a estrutura sindical oficial.²⁶ Segundo Vito Giannotti e Sebastião Neto, esta articulação reunia “sindicatos de reputação claramente pelega, como o dos metalúrgicos de São Paulo, com outros de tendência reformista de influencia direta do PCB, como o dos metalúrgicos de Santos, e outros da área “autêntica” como o dos bancários de São Paulo” (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 31-32).

Ainda segundo Vito Giannotti e Sebastião Neto:

De início, houve a tentativa de puxar para a ANAMPOS os sindicalistas da área chamada ‘reformista’ (...) a ideia era ganhar os reformistas e fazê-los se

²⁵ Após o CONCLAT-83, tendo sido definida a criação de uma central com caráter apenas sindical, a ANAMPOS passou a considerar-se Articulação Nacional dos Movimentos Populares.

²⁶ Já mencionamos a chapa que veio a se formar em 1981, visando às eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que envolveu uma aliança de dirigentes sindicais orientados pelo PCB e MR-8, juntamente com o sindicalista-interventor, Joaquinção, em disputa contra a chapa da Oposição Sindical Metalúrgica (OSM/SP).

distanciar dos pelegos. Em curto prazo de tempo, essa tática se manifesta inviável. Os sindicalistas autênticos se aproximam cada vez mais das oposições sindicais e afastam-se de companheiros de viagem que tinham práticas cada vez mais discordantes (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 35).

Segundo Leôncio Martins Rodrigues (1991, p. 21) sindicalistas vinculados ao PCB participaram dos dois primeiros encontros, realizados no ano de 1980, em João Monlevade (MG) e São Bernardo.²⁷

Em abril/maio de 1980, os metalúrgicos do ABC realizaram uma greve prolongada; houve forte repressão, intervenção no sindicato e prisão de várias lideranças. A aliança do movimento popular e do movimento sindical se materializou no “Comitê de Solidariedade”,²⁸ formado por iniciativa de setores da Igreja Católica para apoiar o movimento, que durou 41 dias.²⁹ Neste Comitê poderia ter sido exercitada a aliança entre a ANAMPOS e a Unidade Sindical – US, mas esta não se concretizou. Os sindicalistas ligados à US montaram sua rede de apoio própria, mas se recusaram a fazer parte do Comitê alegando discordâncias quanto à participação das oposições no mesmo. Na opinião de Vito Giannotti e Sebastião Neto, “a verdade era que discordavam da linha política que o sindicalismo do ABC vinha tomando junto aos seus aliados reais [...] não se sentiam mais à vontade com quem liderava greves prolongadas de até 50 dias. Para eles, era cutucar a onça com vara curta” (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 33).

É possível perceber na formulação do PCB sobre o movimento sindical, elaborada em nov./1978, o estabelecimento de um debate com o que seriam “as posições ‘esquerdistas’ de supostas soluções radicais do gênero ‘socialismo sim, democracia formal não’” (PCB, 1978, p. 312).

²⁷(RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In: BOITO Jr., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. P. 11-42).

²⁸ Leôncio Martins Rodrigues (1991, p. 16-17) destaca o surgimento em 1974 da Pastoral Operária, sob inspiração da Teologia da Libertação, resultado da ‘esquerdização’ do comportamento da Igreja e da sua franca oposição ao governo militar, o que teria levado a um esforço no sentido da aproximação dos movimentos populares do movimento sindical.

²⁹ Matéria do Jornal Folha de São Paulo, do dia 03, ainda se reportando aos acontecimentos do Primeiro de Maio de São Bernardo, fez referências ao “centro de distribuição de alimentos” montado para atender às famílias dos trabalhadores em greve. Diz a matéria que no dia anterior havia uma estimativa de atendimento a 2 mil famílias, e que desde o dia 14 de abril, portanto, passados 18 dias, 16 mil famílias já haviam sido atendidas, com a distribuição de 275 toneladas de alimentos. (*DEPOIS DA MANIFESTAÇÃO, UM DIA TRANQUILO NO ABC*. Folha de S. Paulo, S.P., 03 de maio de 1980. Caderno de Economia, p. 13).

Esta polêmica sobre a melhor tática para o enfrentamento ao regime, vinculado à definição do arco de alianças, decorria do entendimento, já mencionado, de que a tarefa principal naquele momento seria “unir o máximo de forças sociais e políticas para conquistar as liberdades democráticas” (p. 312). Posição que foi reafirmada em diversas passagens da Resolução política de maio de 1979 (PCB, 1979, p. 315-327).

Antes mesmo da Greve de abril/maio de 1980 e, portanto, antes da constituição do “Comitê”, a OSM/SP, no Balanço realizado sobre as greves de 1978 e 1979, sem se referir explicitamente ao PCB, estabeleceu um debate com os autores do documento *Chega de Aventuras*, publicado com uma análise destas greves, fazendo críticas à sua realização. A OSM/SP considerou que este documento era portador de uma “análise reformista” e diz que “[...] este tipo de concepção leva a frear a luta da classe operária, a atrasar seu desenvolvimento político independente, para não assustar a burguesia, prejudicando a ‘unidade’ com seus setores liberais” (OSM/SP, 1980, p. 7).³⁰

Estas duas correntes do movimento sindical, mesmo antes de uma delas assumir a identidade de Unidade Sindical – US, e da outra adquirir a configuração política da ANAMPOS, estiveram juntas na *Intersindical* formada durante a greve dos metalúrgicos de São Pulo de 1979 e no Primeiro de Maio daquele ano, mas em 1980 percorreram caminhos próprios. Os sindicalistas vinculados à US, além da não participação no “Comitê de Solidariedade” formado em apoio à greve dos metalúrgicos do ABC, também estiveram ausentes do Primeiro de Maio de São Bernardo, uma manifestação emblemática para o movimento sindical brasileiro.

O Primeiro de Maio é uma data que guarda um enorme significado para os trabalhadores a nível mundial. Pelo menos desde 1891, depois de quase duas décadas de lutas pela redução da jornada de trabalho, o Primeiro de Maio passou a ser comemorado todo o ano, como o Dia Internacional do Trabalhador. Também no Brasil, já no final do século XIX, foram realizadas mobilizações operárias no Primeiro de Maio, incentivadas pelos núcleos anarquistas. Vale

³⁰Também Vito Giannotti e Sebastião Neto, em sua Obra, *CUT Ontem e Hoje*, mencionam o documento intitulado *Chega de Aventuras*, que condena a greve dos metalúrgicos de São Paulo, realizada em 1979. Atribuem a autoria do documento aos militantes sindicais vinculados ao PCB, e os caracterizam como “seguidores de uma linha mais moderada, tipicamente reformista e sem confronto com a estrutura sindical oficial” (1991b, p.17).

registrar uma manifestação realizada no Rio de Janeiro, no Primeiro de Maio de 1919, convocada por várias associações operárias, que reuniu cerca de 60 mil trabalhadores.³¹

Existem registros de manifestações do Primeiro de Maio realizadas no Brasil, e de conquistas alcançadas, com alguns pequenos intervalos, durante todo o século XX.³²

No ano de 1980, entretanto, pelo contexto que o envolveu, pelo nível de participação alcançada e radicalidade imprimida às ações, o primeiro de maio ganhou importância especial para os trabalhadores brasileiros, ainda mais para os que estiveram envolvidos nas lutas, ou que as apoiaram de algum modo. Foi considerado um marco no desafio ao regime militar e um símbolo da solidariedade operária pelo apoio prestado aos trabalhadores metalúrgicos em greve e pela exigência da liberdade para seus líderes que se encontravam na prisão.

Sobre esse Primeiro de Maio, Vito Giannotti e Sebastião Neto nos dizem que:

Neste dia, no estádio de Vila Euclides, trabalhadores do Brasil inteiro levaram sua solidariedade aos grevistas metalúrgicos de São Bernardo, parados desde 1^o de abril, e que continuariam paralisados por mais 11 dias.

A união da classe se concretiza nesta grandiosa manifestação. A central dos trabalhadores estava nascendo das lutas de milhões de brasileiros.

Analisando a composição desta massa de trabalhadores, neste 1^o de Maio, podemos facilmente localizar todas as componentes que determinarão, a partir de 81, a CONCLAT, depois a PRÓ-CUT e finalmente a CUT (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 19).

Vito Giannotti e Sebastião Neto nos dizem ainda, na sequência que, “[...] Encontramos ali, lado a lado, representantes das Oposições Sindicais [...] E representantes de sindicatos ‘autênticos’ que aprenderam a fazer a luta sindical no coração da própria estrutura sindical oficial, preocupados em levar na prática um sindicalismo combativo e de massas”, mas lá não estavam os sindicalistas organizados na Unidade Sindical.

Nas palavras do jornalista e assessor sindical, Dermeval Júlio de Grammond,³³ em depoimento ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo:

[...] Veio a peãozada das fábricas e esse pessoal não tem meias palavras, foram pra cima, aconteceu um recuo da repressão. Acho que a ditadura

³¹ Ver (HARDMAN, Francisco Foot; VICTOR, Leonardi. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982, PP. 329-359).

³² Está disponível na internet, em <http://www.piratiniga.org.br> uma cartilha sobre o Primeiro de Maio, com informações e reflexões sobre seu significado ao longo da história, produzido por Vito Giannotti e Reginaldo Moraes.

³³ Júlio de Grammond trabalhava na rede de televisão Bandeirantes e no Jornal Folha de S.Paulo, em 1978, quando participou da fundação do ABCD Jornal, um veículo de comunicação que foi construído e esteve engajado às lutas operárias.

militar caiu ali, naquele Primeiro de Maio, porque nunca tinha cedido nada antes! Eles tiveram que recuar e aí foi um espetáculo, saiu uma passeata bonita portando flores e bandeiras em direção ao Estádio de Vila Euclides e encheu de gente. Tinha perto de 100 mil, 80 mil pessoas. Essa manifestação foi simbólica porque Lula e outras lideranças sindicais estavam na prisão, ao mesmo tempo cresciam as forças de combate à ditadura. Os egressos do exílio estavam todos aqui em São Bernardo, dos menos progressistas aos mais radicais. Aquele 1º de Maio foi, então, o primeiro momento que a repressão do governo recua literalmente com Brucutu, fuzis na mão, granada e tudo site (<http://www.abcdeluta.org.br> acessado em 13 de fev..2014.)

Apenas quanto ao número de trabalhadores presentes nos atos daquele Primeiro de Maio, existiu informes discrepantes, mas quanto ao caráter e importância dessa manifestação, existe praticamente uma unanimidade. Os números variaram de 80 a 130 mil. O Jornal Folha de São Paulo, do dia 2 de maio, estampou manchete anunciando 100 mil pessoas no ato.

Podemos ler numa publicação da CUT, editada logo após o Segundo CONCUR – Congresso Nacional da CUT, realizado no ano de 1986, um texto que expressa a compreensão que temos procurado desenvolver neste trabalho quanto à relação que existiu entre a prática sindical exercitada pelas correntes e tendências políticas nos anos que precederam à sua criação (1983), e os princípios que foram aprovados no seu Congresso de fundação e reafirmado em congressos seguintes.

A história da CUT não começa em 1981, nem se limita aos Congressos de 83, 84 e 86. Pelo contrário, a construção de uma central sindical independente e autônoma é o resultado de décadas de lutas dos trabalhadores contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado, [contra] a política patronal, a conciliação de classe, a coexistência pacífica com pelegos, demagogos e oportunistas (CUT, Almanaque da CUT, 1986, P. 10).

Um sindicalismo com experiências de organização na base das empresas, levado à ação por comandos bem mais amplos que as diretorias sindicais, e muitas vezes passando por cima destas, defendendo a liberdade e a autonomia sindical, esta foi concepção e a prática que deu origem à Central Única dos Trabalhadores. Este *novo sindicalismo* foi se consolidando em cada experiência concreta de enfrentamento com os patrões e o governo, formado por sindicalistas de origens e trajetórias distintas, que tinham em comum a negação de qualquer possibilidade de conciliação com o governo e com os patrões.

Teve importância decisiva no processo de fundação da CUT, a conferência realizada no ano de 1981, em Praia Grande, na Baixada Santista, SP, também denominada de CONCLAT – 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Um evento que contou com mais de cinco mil participantes – sindicalistas das mais variadas trajetórias políticas, inclusive, alguns setores da Unidade Sindical, trazendo consigo experiências e visões sindicais bem

diferenciadas. Segundo os autores de *CUT por dentro e por fora*, nesta Conferência só não estiveram presentes os sindicatos claramente comprometidos com os empresários e com o governo, denominados pelegos (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 37). Era a primeira vez, desde 1964, que trabalhadores de todo o país reuniam-se num evento de grande visibilidade para discutir sua organização nacional.

É importante registrar que em 1979, logo após a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo somar-se aos metalúrgicos de São Bernardo, expressando a sua disposição de trabalhar para a construção de uma organização nacional, o governo federal manifestou a intenção de combater a sua criação. Segundo Vito Giannotti e Sebastião Neto, o então Ministro do Trabalho do governo Figueiredo, Murilo Macedo, teria declarado ao Jornal Folha de S. Paulo, no dia 08.06.1979, não concordar com a criação da Central Única dos Trabalhadores. Posteriormente, quinze dias após a fundação da CUT, o Ministro teria voltado a dar declarações com “ameaças aos que se atreveram a criar a CUT: ‘Se a ideia da CUT for levada adiante, os idealizadores estarão sujeitos às sanções penais’” (*Apud* GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 36). Destacaram ainda, Vito Giannotti e Sebastião Neto, que “essa nova Central nasceu, portanto, à revelia do Governo e em confronto com os interesses dos empresários”. A estrutura sindical brasileira só admitia a organização das entidades sindicais de forma vertical, através de sindicatos, federações e confederações, estando vetadas, portanto, a criação de centrais sindicais. Foi baseado neste aspecto legal, que o Ministro proferiu as ameaças à criação da CUT.³⁴

Na CONCLAT de 1981, após intensos debates sobre qual o caráter da central sindical que se pretendia criar, afirmou-se a disposição de construir um sindicalismo classista, com ampla participação da base e com autonomia em relação ao Estado. Esta compreensão pode ser constatada nas afirmações de princípios e na concepção sindical expressa nas resoluções da Conferência. Logo na abertura da coletânea que registra as resoluções, na “Declaração de princípios”, podemos ler que “A solução das questões que interessam aos trabalhadores depende de seu nível de mobilização e organização, implementada por um sindicalismo

³⁴ Vale lembrar ainda que, o combate à tentativa de criação de uma central sindical no Brasil remonta ao início dos anos 20 do século passado, com a repressão à COB – Confederação Operária Brasileira, criada em 1906, portanto, anterior à CLT. Apesar do nome de confederação, esta foi uma organização que buscou se construir de forma autônoma e independente dos governos, organizando horizontalmente os trabalhadores. Por outro lado, não é um detalhe secundário o fato de, mesmo sem a previsão de existência legal, a Central Única dos Trabalhadores – CUT ter sido convidada à mesa de negociações diversas vezes, por diferentes governos, desde a segunda metade da década de 1980. O reconhecimento formal das centrais sindicais no Brasil só ocorreu com a criação da Lei 11.648/2008.

combativo, autêntico e construído pela base” (CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS - Resoluções, 1981).

Na seção de SINDICALISMO, a compreensão é de que:

A mobilização e a organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho são condições indispensáveis para o fortalecimento do sindicato e de sua própria democracia interna (...).

O que une os trabalhadores em torno de seus sindicatos são as suas contradições de classe com o patronato, sua luta comum contra a exploração e por melhores condições de vida, independentemente de suas convicções religiosas, políticas ou ideológicas (...).

Embora não tenha caráter partidário, o sindicato é uma entidade eminentemente política, cabendo-lhe desenvolver a luta pela emancipação política, social e econômica, bem como a solidariedade dos trabalhadores (Ibid.).

Apesar das diferenças de concepção presentes, foi aprovado também um plano de lutas; elegeu-se uma Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Comissão pró-CUT) encarregada de coordenar a implementação das deliberações e de organizar um congresso nacional da classe trabalhadora para agosto de 1982, quando então, seria fundada a Central Única.

Logo após a CONCLAT-81, a Comissão Pró-CUT convocou os trabalhadores para realizar “Um Dia Nacional de Luta” no dia 10 de Outubro, dando início à execução do plano de lutas aprovado na Conferência. O Jornal Folha de S. Paulo do dia 02 de outubro publicou na primeira página a seguinte manchete, acompanhada de imagens: “*Cinco mil pessoas participaram, ontem, na Praça da Sé, do ato público realizado no início da noite, como parte do ‘Dia Nacional de Luta’*” (Jornal Folha de S. Paulo, 02 de out. de 1981. Primeiro Caderno, p.1)

Vito Giannotti e Sebastião Neto afirmaram que a criação da Comissão Pró-CUT teria sido uma tentativa de evitar uma divisão entre os participantes desse processo, mas que teria servido apenas para adiá-la (GIANNOTTI; NETO, 1993, p. 21).

Profundas divergências impediram a realização do congresso em agosto de 1982, que cumpriria deliberação da CONCLAT-81, e provocou o rompimento entre as duas correntes representadas na Comissão pró-CUT. Confirmada a não realização do congresso que fundaria a nova central, “em 12 de setembro de 1982, o bloco combativo [...] torna pública sua decisão de organizar o congresso” (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 107). O debate prossegue até às vésperas do CONCLAT- 83, com discussões em tons ásperos. A análise deste processo

contribui para o objetivo de apresentar o caráter da central que foi construída, pois revela os princípios dos quais os sindicalistas que vieram a fundar a CUT não abriram mão.

As discordâncias eram profundas, indo desde as análises de conjuntura, que repercutiam na visão de como enfrentar a denominada “abertura democrática”, até a concepção de central.

Para os autores da Tese *Por uma CUT Livre*, apresentada ao CONCLAT – 83:

Pois bem, agora, quando nos encontrávamos todos nesta situação que apontava para o avanço político e organizativo dos trabalhadores brasileiros, surgem de novo os que insistem em frear este avanço [...] em colocá-lo dentro dos esquemas de conciliação com o governo e os patrões. [...] Os que, ao invés de elevarem a qualidade da organização, criando uma CUT livre da estrutura sindical e com uma orientação independente do Estado e dos patrões [...] esforçam-se por boicotar esta CUT e por substituí-la por uma central qualquer atrelada ao governo e aos patrões [...] insistem em confundir [os trabalhadores] com mistificações e chamamentos à conciliação com o governo, com os pelegos e os patrões [...] é exatamente o que está no centro das intenções de todo este bloco de pelegos e reformistas [...] (POR UMA CUT LIVRE 1, 1983, p. 4).

Neste mesmo sentido, embora em tom mais ameno, diz os autores de *CUT por dentro e por fora* que “o bloco dos reformistas-conservadores defendia uma política de conciliação de classes e fazia críticas apenas periféricas à estrutura sindical oficial, enquanto os *autênticos* exigiam a total autonomia e independência de organização sindical”. Quanto à proposta de saída para a crise econômica e política, estes defenderiam a mobilização e o confronto, colocando assim, em primeiro plano, a ação das massas (GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 38).

Precisamos destacar aqui que, já nas suas formulações de 1978 sobre o movimento sindical, o PCB colocava a necessidade de mudanças na estrutura sindical “para libertar as entidades sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e assegurar a livre organização sindical dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, até a conquista de uma central única dos trabalhadores”. No entanto, esta Organização apontava limites à reestruturação da CLT, que deveria alcançar apenas os seus “aspectos antidemocráticos” (PCB, 1978, p. 309). Um dos pontos da estrutura sindical que, na compreensão de seus dirigentes, deveria ser preservado e que marcava uma importante diferença com a outra corrente de sindicalistas foi a unicidade sindical. Por este princípio, deve existir apenas um sindicato por categoria profissional, numa mesma base territorial.

O grupo de sindicalistas que se articulou na ANAMPOS, e que estavam representados em minoria na Comissão Pró-CUT, um mês antes da fundação da Central, e já com a iminência de um rompimento, convocou uma Greve Geral de 24 horas para o dia 21 de julho de 1983. Diz a convocação que, “Com essa greve, nós trabalhadores vamos deixar claro para o

Governo e para os patrões que não vamos mais aceitar pacotes e outras medidas que só servem para aumentar a exploração” (Pró-CUT, JUL./1983).

Os números quanto à adesão a esta greve são discrepantes, mas, independente das avaliações, vale destacar que mesmo antes do congresso de sua fundação, entre 3 a 5 milhões de trabalhadores atenderam à convocação da futura CUT. Segundo Giannotti e Neto (1991a, p. 9-10), 5 milhões de trabalhadores teriam aderido à convocação da greve geral. Para Eduardo Noronha (1991, p. 109), “As discordâncias no meio sindical levaram ao fracasso da greve, cujas estimativas mais otimistas foram de 3 milhões de adeptos em todo o país”.

Paralelo ao encaminhamento de ações concretas de lutas, os debates relativos ao congresso para a criação da Central, conforme aprovados em 1981, prosseguiram até menos de vinte dias de sua realização. Uma questão que polarizou as discordâncias entre as tendências foi o peso da participação das bases nos fóruns da central a ser construída. O regimento interno do futuro congresso, no seu artigo 8º, garantia aos trabalhadores de uma determinada categoria o direito de convocar a assembleia para a eleição dos delegados, caso a diretoria do sindicato não a convocasse, e então, se apresentarem ao congresso. A *Unidade Sindical* foi contra este dispositivo do regimento, alegando que uma central é composta por entidades (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 38-41).

Este posicionamento que questiona a participação das Oposições e que demonstra a disposição de criar uma Central a partir de entidades sindicais oficiais pode ser vista em declarações de dirigentes de entidades sindicais ligadas ao PCB.

Para José Francisco da Silva, Presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura:

Para construir uma Central Única dos Trabalhadores, coisa que não abrimos mão, ela tem que se basear nas entidades. A entidade sindical é a ferramenta dos trabalhadores. Esse artigo oitavo está sendo utilizado para deturpar o bom andamento do movimento sindical (*Apud* GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 40).

Hugo Perez, Presidente Federação dos Urbanitários de São Paulo, questiona:

Que tipo de CONCLAT queremos? Com ou sem federações e confederações? Priorizar a participação das oposições sindicais ou das entidades? Ao prosseguir a deturpação, a CONCLAT será do conjunto do movimento sindical? (*Apud* GIANNOTTI; NETO, 1991a, p.40).

Estes questionamentos foram interpretados como valorização das entidades por elas mesmas, sem levar em conta o caráter destas; entre oposições sindicais consideradas combativas e diretorias de sindicatos, independentemente de suas práticas, optaram por estas últimas. É importante, no entanto, atentar para o fato de que o art. 8º não era um mero detalhe

regimental; se, por um lado, o conteúdo deste artigo refletia uma posição quanto à liberdade e a autonomia sindical, que se expressava na defesa do fim da unicidade sindical e de qualquer ingerência do governo nos sindicatos, e representava a afirmação de uma forma de sindicalismo em que os trabalhadores não estão centralizados burocraticamente pelas cúpulas, por outro lado, demonstrava também o peso que tinham as oposições sindicais para a conformação da central que se pretendia construir. É de se supor que também este aspecto tenha influenciado na discordância de dirigentes oriundos dos PC's, pois isto mudaria substancialmente a correlação de forças. Estas foram as razões que os levaram à recusa de participação no Congresso, ficando de fora da CUT. Vemos, portanto, que a Central sindical que nascia como resultado das lutas concretas dos trabalhadores enfrentou, e não se submeteu, às posições de um segmento importante e bem representativo do sindicalismo brasileiro.

Os setores que não participaram do CONCLAT realizado em São Bernardo, entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983, e que, portanto, ficaram de fora da CUT, marcaram outro “Conclat”³⁵ para novembro do mesmo ano, em Praia Grande, e contou com a participação de 4234 delegados, representantes de 1243 entidades (RODRIGUES, 1991, p. 35). Neste evento foi criada uma “Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora” que, em março de 1986, no denominado II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, modificou o seu nome para Central Geral dos Trabalhadores – CGT (SILVA, 1989, p. 215).

Apesar dos atritos entre os dois agrupamentos, o *Almanaque da CUT* afirma que o Congresso de fundação da Central teria sido convocado unitariamente pelas duas vertentes, no entanto, teria sido boicotado pelo bloco contrário às regras estabelecidas para o evento (1986).

Confirmando a linha política adotada nos debates que antecederam à criação da CUT, o CONCLAT de 1983 aprovou os princípios norteadores das ações da Central Única dos Trabalhadores, que podem ser sintetizados em: unidade e independência da classe trabalhadora em relação aos patrões, governos e partidos políticos, negando toda forma de cooperação entre as classes sociais; luta diária pelos objetivos imediatos e históricos da classe,

³⁵ São pelo menos quatro os significados e momentos distintos em que a sigla CONCLAT aparece na literatura do movimento sindical. 1. Foi o nome da primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada em Praia Grande, em agosto de 1981, da qual participaram quase todas as correntes do sindicalismo brasileiro e decidiu-se pela fundação de uma central única dos trabalhadores no ano seguinte; 2. É a designação para o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Bernardo do Campo (SP) entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983, depois de vários adiamentos, e que criou a CUT; 3. É a denominação da conferência realizada em novembro de 1983, em Praia Grande, pelo bloco que se recusou a participar do Conclat-83; 4. Conclat também diz respeito à Coordenação Geral da Classe Trabalhadora, resultado da conferência realizada em novembro, e que em 1986 foi transformada em Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

na perspectiva de construção de uma sociedade sem exploração; direção e orientação das lutas dos trabalhadores, constituindo-se como órgão máximo de sua representação; garantia da mais ampla democracia em todas as suas instâncias, e a busca de mudanças na estrutura sindical de então, com o objetivo de se conquistar a liberdade e a autonomia sindical (CUT. *Almanaque da CUT*, 1986, p. 4-9).

A definição destes princípios partia da compreensão expressa no seu congresso de fundação (CONCLAT-1983), de que vivemos em uma sociedade organizada em classes, e de que, diante de uma crise, “cada classe social apresenta soluções que condizem com seus interesses”, daí a negação de qualquer possibilidade de cooperação entre as classes.

No artigo 2º dos estatutos aprovados, a CUT se definiu como “uma central sindical unitária classista que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica”.³⁶

Dizem ainda os estatutos aprovados em 1983 que:

[para cumprir seus objetivos] a CUT se regerá pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões em complemento a uma férrea unidade de ação.

[Para garantir a unidade de ação] A CUT orienta sua atuação no sentido de fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho.

A CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais.

A CUT será solidária com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária. A CUT será solidária nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora, pela emancipação dos povos e pelo fim das guerras imperialistas (1º CONCLAT. Resoluções, 1983).

Coerente com estes objetivos, princípios e forma de atuação propostos em 1983, no 1º Congresso Nacional da CUT - 1º CONCLAT, realizado em 1984, foi afirmada a defesa de uma sociedade sem exploração, definição que foi reafirmada nos dois Congressos seguintes. No 2º CONCLAT (1986) a Central se manifesta claramente pelo socialismo, posição que se mantém no Congresso seguinte, realizado em 1988.

³⁶ A plenária da Conferência aprovou em bloco a proposta de Estatutos apresentada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e Bancários de São Paulo, apenas introduzindo alterações que constam dos itens 4 e 5. Os estatutos ficaram de ser aperfeiçoados, com novas alterações no 1º Congresso Nacional, realizado em agosto de 1984 (1º CONCLAT – Resoluções, 1983).

A democracia que queremos é a democracia sem miséria, é a democracia de terra e trabalho para todos, a democracia de uma sociedade igualitária, sem explorados e exploradores. Uma sociedade socialista (CUT. Resoluções - 2º CONCUR, 1986, p. 2).

Nos Estatutos aprovados em 1988, no art. 2º, se pode ler:

A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo. (CUT. *Estatutos*, 1988, p. 10).

Os autores de *CUT, ontem e hoje*, com base nas resoluções dos congressos da CUT, buscaram evidenciar a interligação que havia dentro do ideário cutista, entre os conceitos de classismo, independência de classe e socialismo. Vito Giannotti e Sebastião Neto nos ajudam a perceber nas resoluções, que trazem definições e reafirmações mais elaboradas a cada evento, a disposição de seus membros e correntes de construir uma central sindical tendo como horizonte uma sociedade socialista (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 39-40).

Em *CUT, ontem e hoje*, ganham destaque as passagens do artigo 2º dos estatutos que se referem ao *caráter classista* da CUT e à *defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora* e, no item “i” do Art. 4º *a luta pela emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista*. (Ibid., p. 26-27).

As resoluções do 2º CONCUR realizado em 1986, reafirmadas no 3º Congresso em 1988, consideraram a conquista do poder político como um objetivo legítimo e fundamental para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão (CUT. Resoluções - 3º CONCUR, 1988, p. 27). A compreensão era de que as reivindicações imediatas, que poderiam ser econômicas, deveriam se combinar com os objetivos políticos, contribuindo para, na experiência concreta, elevar o nível de consciência de classe dos trabalhadores e assim apontar no rumo da construção de uma sociedade socialista. Segundo (SILVA, 1989, p. 216-218), esta teria sido uma resolução construída a partir da busca de consenso entre as forças políticas presentes no 2º Congresso Nacional da CUT, buscando resolver as diferenças de compreensão. As resoluções do II Congresso da CUT – Regional Grande São Paulo, realizado em dez./1985, fizeram uma definição clara da Central pelo socialismo, vendo-a como um dos instrumentos para a sua realização, e daí

acirrara-se o debate, com acusações dos que discordaram desta resolução de que estariam querendo ‘partidarizar’ a CUT.

As passagens citadas indicam o objetivo de algumas correntes no interior da CUT de caminhar para a construção de uma sociedade que viesse a romper com o capitalismo, e por isto esforçavam-se por criar uma organização com claro conteúdo de classe.

Apesar da existência de outras centrais sindicais, a CUT cumpriu, em certo sentido, o propósito de ser uma central classista e unitária, pois o movimento sindical referenciado na sua orientação política, apesar da elevada heterogeneidade de suas bases, conseguiu expandir suas ações no plano nacional, englobando praticamente todos os setores de atividades. A partir de 1984, por exemplo, se verificou, de forma crescente, a organização sindical do setor público, nos seus diversos níveis, e em 1986 a Central estava implantada em todos os Estados da Federação (CUT. *Almanaque da CUT*, 1986, p. 14).

A organização da CUT no campo também passou a ser uma realidade, conseguindo constituir-se numa central do campo e da cidade. Este trabalho, inicialmente cumprido pela Secretaria Rural, passou a ser desempenhado a partir de 1988 pelo DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais,³⁷ afirmando-se como direção das lutas do campo. Em abril de 1990, já estavam filiados à CUT 438 sindicatos de trabalhadores rurais (CUT. Resoluções - 1º Congresso, DNTR, 1990).

Os dados sobre as greves no período de 1982 a 1987 indicam uma evolução no número de greves, de grevistas e de jornadas não trabalhadas. Pelo balanço da CUT, publicado nas resoluções do 3º CONCUR (1988), o número de greves realizadas cresceu de 147 em 1982 para 1.052 no ano de 1987. Analisando as greves do período de 1978 a 1988, Eduardo Noronha (1991) destaca o número de jornadas não trabalhadas que teria pulado de 1,8 milhão para 132 milhões.³⁸ No ano em que se vivenciou “a explosão das greves”, o número registrado destas é de 118, enquanto em 1988 há um pulo para 2.188 (NORONHA, 1991, p. 95).

³⁷ A unicidade sindical imposta pela legislação levava as entidades sindicais a organizarem-se unicamente por categorias, estando os trabalhadores rurais vinculados à Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, entidade que, quando da criação da CUT, ficou no grupo que deu origem à CGT). Os sindicatos oficiais integraram-se à CUT a partir de uma filiação. Posteriormente, para atender o objetivo de organizar-se por ramos de atividades foram criados os Departamentos Nacionais, que deveriam abranger todos os trabalhadores de um mesmo ramo de produção.

³⁸ Jornadas perdidas representam o resultado da multiplicação do número de grevistas pelo número de dias parados, no período de um ano.

As ações da classe trabalhadora, dirigidas pela CUT, foram desenvolvidas sob a exigência de reposição salarial e contra as sucessivas políticas econômicas do governo. As mobilizações e greves gerais de dezembro de 1986, agosto de 1987, e de março de 1989, derrubaram planos econômicos e possibilitaram conquistas que superaram as determinações da legislação salarial em vigor.

O maior exemplo a ser dado foi o da greve geral de 14 e 15 de março de 1989, que derrotou o Plano Verão,³⁹ enfraqueceu o governo Sarney e potencializou greves por ramos de atividades. Estas lutas se davam por questões salariais, mas foram além do economicismo, pois saíram do âmbito das categorias e assumiram um caráter de confrontação com o governo.

As mobilizações de massa, em que pese a limitação das conquistas econômicas, foram decisivas para a elevação do nível de organização e possibilitaram aos trabalhadores, a partir da experiência dos enfrentamentos com os patrões e os governos, se verem como pertencentes à classe trabalhadora, em conflito de interesses com uma classe que os explora. A caracterização dos sindicatos como instrumentos de luta levou grande parte de suas diretorias a abandonarem a cultura assistencialista,⁴⁰ observando-se a assimilação desta compreensão por parte dos trabalhadores de base.

Tomemos como base para análises, a experiência dos trabalhadores em transporte da cidade de São Paulo. Em dezembro de 1988, tomou posse a nova diretoria do sindicato da categoria, eleita em outubro. A chapa 2 venceu estas eleições, defendendo “se juntar à CUT e aos demais trabalhadores do Estado e do país, para brigar por um Brasil melhor e mais justo”.⁴¹ Ao analisar um balanço da história recente da categoria, publicado pela diretoria em 1991, envolvendo esses três anos à frente do Sindicato, podemos perceber nas palavras, imagens e relatos das experiências, que ali estavam firmados os valores e princípios que balizaram a construção da Central Única dos Trabalhadores no ano de 1983.

³⁹ Este foi um plano econômico instituído em janeiro de 1989, durante o governo do presidente José Sarney, tendo como ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Este foi o terceiro pacote econômico durante o governo de José Sarney ((1985 – 1989) e teve como base as mesmas premissas dos dois anteriores: mudança do nome da moeda (de Cruzado para Cruzado novo), corte de três zeros, congelamento de preços e salários e mudanças nos indexadores de salários e de remuneração da Caderneta de Poupança. A meta era fazer baixar a inflação, mas os efeitos só duraram nos primeiros meses; um ano depois a inflação estava na casa de 80%.

⁴⁰ O *assistencialismo* é a prática sindical que privilegia a prestação de serviços aos associados do sindicato, tais como assistência médico-odontológica, jurídica (nos diversos níveis), etc. Existiam casos de prestação de serviços de salão-de-beleza, fornecimento de medicamentos, etc.

⁴¹ SINDICATO DOS MOTORISTAS e TRABALHADORES EM TRANSPORTE DE SÃO PAULO. *Nossa Vida, Nossa Luta* (1989 – 1991).

Na greve geral de 14 e 15 de março de 1989, em protesto contra a política de arrocho salarial aprofundada pelo *Plano Verão*, lançado pelo governo Sarney, a paralisação dos condutores de São Paulo alcançou 95% de adesão, contribuindo para que a maior cidade do país parasse por completo.

Nos dias 31 de março, e 1 e 2 de abril de 1989, passados pouco mais de quinze dias da greve geral, foi realizado o I congresso da categoria, no qual os delegados presentes “tomaram a histórica decisão de filiar o sindicato à Central Única dos Trabalhadores. Saiu fortalecida a luta pela construção de um sindicalismo classista, democrático, organizado pela base e independente dos patrões” (NOSSA VIDA, NOSSA LUTA, 1989 – 1991, p. 12).

A organização pela base, numa categoria cujo número de filiados ao sindicato pulou de 20 mil para 63 mil em três anos, foi buscada através das comissões de garagem. Entre 19 e 21 de outubro de 1990, foi realizado em Caraguatatuba, interior de São Paulo, o I Encontro das Comissões de Garagem. Segundo o relato, as comissões, organizavam cursos, debates, palestras e também festas. “[As garagens] são a alma das greves. A categoria diz, a voz corrente, que ‘onde tem comissão pára’” (Ibid., p. 16).

Diversas greves foram realizadas pela categoria; algumas com avanços significativos, mas a repressão às lutas e as vítimas fatais também fizeram parte da realidade. No dia 02 de agosto de 1989, segundo dia de greve da categoria, o dirigente sindical Alcídio Gomes foi assassinado por funcionários da empresa Viação Campo Limpo. A morte de um colega e delegado sindical, à frente da luta, mostrou aos demais “A lógica do sistema [...] e deixa um alerta: a luta por melhores salários é muito importante, mas só uma sociedade onde não haja explorados nem exploradores dará à vida humana todo o seu valor” (Ibid., p. 14).

A compreensão de uma identificação entre Estado e classes dominantes pode ser vista quando o documento diz que “O Presidente da República Fernando Collor de Mello [...] impôs o maior arrocho salarial da história; demitiu funcionários públicos, *enquanto eram mantidos os favores do Estado às classes dominantes*” (Ibid., p. 19).

A compreensão de pertencimento a uma classe e de identificação da classe antagônica com o Estado possibilitou uma atuação sindical para além de ações corporativas. Por exemplo, além da greve geral de março de 1989, em maio de 1991, os condutores de São Paulo se uniram aos do ABC, aos metroviários e aos bancários e realizaram uma manifestação no centro de São

Paulo contra o Plano Collor.⁴² E a noção de que sindicato é pra lutar, pode ser vista nas atitudes dos trabalhadores aposentados, que “estão cada vez mais integrados às atividades do sindicato. Participaram ativamente dos dois congressos de condutores; apoiaram com decisão as últimas greves; mobilizam-se em caravanas até Brasília, na defesa de aposentadorias dignas e contra a privatização da Previdência Social” (Ibid., p. 35).

Além da presença do trabalhador aposentado, nas ações concretas da luta sindical, a compreensão de que o sindicato deve ser um instrumento de luta fica expressa na negação pela diretoria do sindicato de exercer o *assistencialismo*. A diretoria implantou um Departamento de Saúde do Sindicato, em substituição ao ambulatório que fazia atendimento a problemas de saúde imediatos. Considero relevante observar que, ao mesmo tempo em que retirava a prestação dos serviços assistenciais anteriormente disponibilizados pela então diretoria e concentrava as ações na organização da luta direta, crescia o número de trabalhadores filiados ao sindicato.

Ao coloca-lo em funcionamento, [o Departamento de Saúde] sabíamos que muitas das doenças que afligem os condutores têm relação direta com o exercício da profissão. Mas rejeitávamos o assistencialismo, que procura transferir para as entidades dos trabalhadores responsabilidades que cabem ao Estado e à Previdência Social (NOSSA VIDA, NOSSA LUTA, 1989-1991, p. 28).

A experiência de um número grande de categorias de trabalhadores, a exemplo de bancários, petroleiros, servidores públicos, trabalhadores rurais, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, etc., com suas entidades sindicais orientadas politicamente pela Central Única dos Trabalhadores, sobre as quais não cabe aqui neste trabalho um estudo particular, poderiam ser tomadas para analisarmos o nível de inserção do ideário cutista no interior das categorias. No caso dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos transportes, segundo os relatos contidos no seu documento, foi possível perceber a disseminação da concepção sindical que esteve na base das resoluções dos três primeiros congressos da CUT, certamente com desigualdades entre os trabalhadores, assim como pode se revelar entre diferentes categorias.

⁴²Oficialmente chamado de Plano Brasil Novo, mas associado à figura do Presidente da República Fernando Collor de Mello, ficou conhecido como “Plano Collor”. Foi um plano desenvolvido pelo economista Antonio Kandir e aplicado pela ministra Zélia Cardoso de Melo. O pacote foi instituído no dia 16 de março de 1990, portanto, um dia após a posse, e englobou um plano de estabilização da inflação herdada do governo de José Sarney (82% ao mês), retenção de depósitos bancários, alteração nos índices de indexação da economia e uma série de reformas econômicas que atingiram o comércio exterior, a política industrial, além de um programa de privatizações, intitulado Plano de Desestatização. Em relação à inflação, tal qual o último plano do governo anterior, em poucos meses a inflação voltou a crescer.

Retornemos às resoluções do 3º CONCUR. Não é secundário o fato de que nele foi reafirmada a concepção de um sindicalismo que não admitia a cooperação entre as classes, pelo caráter antagônico de seus interesses. É preciso lembrar que este foi um dos debates realizados no período anterior à fundação da CUT, se não o mais importante, do qual derivavam as demais questões, que terminou por deixar todo um segmento do movimento sindical fora da CUT. E a colaboração de classes, naquele momento, tinha no *pacto social*⁴³ sua formulação mais explícita. A Articulação Sindical - ARSIND, corrente sindical que se tornou majoritária a partir de 1988, apresentou ao 3º CONCUR a tese 10, *CUT classista, de massa, democrática, de luta e pela base*, que foi votada e escolhida por maioria como a tese-guia para as discussões. Esta tese já apresentava formulações quanto ao caráter classista da CUT, na qual se pode ler que:

A análise correta e o posicionamento político firme e classista da CUT permitiram a deflagração, sob nossa iniciativa, da grande greve [geral] de 12 de dezembro de 1986 [...] A decisiva atuação da CUT impediu a realização de um pacto social, proposto pelo governo e apoiado pela CGT, e que certamente jogaria sobre os trabalhadores o ônus da crise (ARSIND, 1988, p.17).

Mas o conjunto dos delegados presentes ao Congresso buscou deixar mais explícita a compreensão contrária quanto à possibilidade de conciliação de classes:

Com o aprofundamento da crise econômica e social no país, provocado pela incapacidade do projeto da burguesia em dar respostas aos anseios da população, mais uma vez vem à tona a proposta de pacto social, onde a burguesia e o governo Sarney contam com a ajuda de Medeiros-Magri, agentes do capital no seio do movimento operário [...]

A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder [...]

Por isso a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas (CUT. Resoluções – 3º CONCUR, 1988, p. 15).⁴⁴

⁴³ O *pacto social* é uma fórmula política de buscar saídas consensuais para situações de crises, sejam elas econômicas, políticas e/ou institucionais, envolvendo representantes da classe trabalhadora e da classe dominante, ou frações de classe. Necessariamente, não se precisa recorrer à assinatura de acordos formais, e pode ser executado de diversas formas, desde uma câmara *tripartite*, envolvendo representantes de trabalhadores, empresariado e governo, pactuando concessões recíprocas, ou mesmo negociações ao nível de parlamento, para uma revisão constitucional, por exemplo, sempre preocupados com garantir a normalidade institucional e saídas negociadas. O debate sobre o pacto social esteve presente durante as discussões de como enfrentar a “abertura”, as relações do movimento operário com as oposições liberais e, principalmente, quanto ao caráter da central sindical que deveria ser construída. Pode-se acompanhar um pouco deste debate em *Por uma CUT Livre*, 1983.

⁴⁴ Conforme GIANNOTTI e NETO, “o conjunto das propostas aprovadas mantém as posições da CUT frente aos principais temas presentes desde sua fundação, porém, para muitos congressistas estas

Coerente com esta visão, no ano de 1989, numa conjuntura avaliada como de grave crise, a direção da Central, após participar de uma reunião com o Governo Sarney e empresários, na qual se limitou a apresentar uma pauta de reivindicações, rejeitou o convite ao entendimento apresentado pelo governo, pela compreensão do caráter atribuído àquele fórum e, em seguida, fortaleceu a convocação da greve geral, realizada nos dias 14 e 15 de março, considerada um sucesso. O momento seguinte vivenciou a queda do “Plano Verão”, representada pela aprovação no Congresso Nacional de uma política salarial avaliada como positiva pelos sindicatos, interrompendo uma longa e crescente política de “arrocho” salarial que vinha sendo aplicada (CUT - TESES ao 4º CONCURTO, 1991, p. 114). Gelsom Rozentino (2011, p. 156- 162) destaca a importância desta Greve Geral pelos seus resultados concretos, imediatos, e pelo papel que teria cumprido de reafirmar o classismo e a posição de negação do *pacto social* (ALMEIDA, 2011, p. 156-162).

Este tema da Greve Geral, em alguns momentos, foi associado ao debate sobre os limites de atribuições de uma central sindical. Como vimos anteriormente, desde o II Congresso da CUT – Regional Grande São Paulo, realizado em dez./1985, a ARSIND passou a criticar as resoluções que estariam “partidarizando a CUT”. Este debate teve continuidade no II CONCURTO, realizado em 1986, e aprofunda-se a partir daí a discussão envolvendo a relação entre partido e sindicato, provocada em virtude da tese aprovada que se definiu explicitamente pelo socialismo e via a CUT como um dos instrumentos para a consecução deste objetivo (SILVA, 1989, p. 216–218). Em função desta deliberação, acirrou-se o debate, buscando-se definições sobre os limites da Central sindical na luta contra o capitalismo. Esta passou a ser uma preocupação de dirigentes políticos, tanto da CUT quanto do Partido dos Trabalhadores - PT, partido ao qual, a quase totalidade dos sindicalistas cutistas estava filiada.

A relação partido–sindicato é uma questão que cabe análise à parte, e sobre a qual já existe um acúmulo de discussões a nível mundial, inclusive no interior de organizações operárias brasileiras e entre intelectuais, por isto sobre ela nos deteremos apenas rapidamente, olhando para os posicionamentos expressados frente à greve geral.

Dois seminários organizados pelo Instituto Cajamar, em 1987, tentaram responder à inquietação dos dirigentes envolvendo principalmente as questões da neutralidade política dos sindicatos e os limites da ação sindical. Uma compreensão que parece ter sido consensual

definições necessitariam de uma discussão mais exaustiva na plenária geral [...] A CUT Pela Base argumentava que a formulação da tendência majoritária era diluída, genérica e que permitia qualquer interpretação posterior” (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 49).

entre as mais diversas tendências políticas foi a de que a diferenciação entre partido e sindicato se dá pelo caráter amplo dos sindicatos, aos quais não se poderia impor critérios ideológicos. O partido, ao contrário, exigiria uma maior coesão ideológica de seus membros. Desta ideia se conclui que os sindicatos não suportariam um programa acabado para a transformação social, diferente do partido, que coloca em questão a tomada do poder político. Mas persistiu a polêmica envolvendo o debate sobre os limites da ação sindical.

Sobre as tarefas que caberiam à Central, José Américo, da Executiva do PT/SP, argumentou que a CUT vinha tomando iniciativas que, pelo grau e importância, estariam situadas no âmbito de um partido político; “É o caso de uma greve geral” (INSTITUTO CAJAMAR – *Cadernos de debates 1*, a relação Partido – Sindicato, 1987, p. 7-8). Na mesma linha, Aloísio Mercadante utilizou-se de uma citação de Trotsky para mostrar em que momento o papel dirigente do partido passaria a primeiro plano em relação aos sindicatos. Trotsky teria defendido que:

Em greves econômicas isoladas, o papel direto do partido na ação sindical passa a segundo plano [...] A situação muda radicalmente quando a mobilização eleva-se à greve geral. Ou inclusive uma luta direta pelo poder. Nessas condições, o papel da direção do partido passa a um primeiro plano (INSTITUTO CAJAMAR – *Cadernos de debates 1*, a relação Partido Sindicato, 1987, p. 8).

Aloísio Mercadante analisou a realidade brasileira à luz da citação de Trotsky, para mostrar que o polo principal da relação CUT-PT teria que ser o partido, pois se verificava um acirramento da luta de classes, com o ascenso crescente do movimento sindical desde 1985. Elevava-se o número de greves e de grevistas; verificava-se uma maior radicalidade e a localização das greves em setores essenciais da economia. Para ele, esse quadro exigia uma resposta do partido:

Esse quadro de generalização das greves, e mesmo a experiência da greve do dia 12 de dezembro [greve geral] mostra que na conjuntura em que estamos entrando, o polo principal da relação partido-sindicato, CUT-PT, tem que ser o partido [...] Ou o partido passa a discutir a evolução, as tarefas e o papel do movimento sindical, na conjuntura, ou estamos entrando num processo político de alto risco (Ibid., p. 9).

O debate sobre a relação partido-sindicato foi feita por José Álvaro Moisés vinculado às questões da autonomia sindical e de “qual socialismo que queremos?” José Álvaro Moisés destaca que para cumprir as promessas fundamentais do socialismo, de acabar com a exploração, eliminar as diferenças de classe e criar as condições para a desalienação do ser humano, seriam necessárias duas premissas. De um lado, acabar com as relações privadas de produção, mas, por outro lado, isso estaria subordinado à capacidade do conjunto dos

trabalhadores de dirigir politicamente o socialismo (INSTITUTO CAJAMAR – *Cadernos de debates 1*, a relação Partido - Sindicato, 1987, p. 11). Nas suas palavras:

Eu não vejo como seria possível os trabalhadores terem um papel central na direção da sociedade se nós tivermos um socialismo em que a sociedade civil é inteiramente reduzida ao Estado e ao partido (Ibid., p. 11).

Eu tenho muita dúvida se com a fórmula apresentada pelo Aloísio [Mercadante] nós efetivamente vamos dar um salto de qualidade. Aloísio falava de privilegiar o partido na relação sindicato-partido. Eu acho que isto é problemático (Ibid., p. 10-11).

Pensar na CUT, em última análise, reduzida à direção do PT, significa estreitar a perspectiva da CUT [...]

A ideia de uma direção unívoca do partido pode significar o estreitamento da central sindical e é uma concepção que compromete uma construção democrática do socialismo (Ibid., p. 11)

Também preocupado com a autonomia sindical, e atento à relação direta com a questão do dirigismo, Rui Falcão se posiciona quanto à citação de Trotsky, feita por Aloísio Mercadante. A primeira crítica está voltada à menção de uma “autonomia vinculada a determinadas conjunturas da luta de classes”, mas ele vai adiante, afirmando que:

A citação de Trotsky exacerba a questão do dirigismo, e coloca o aparelhamento do sindicato [...]

Na história do movimento operário brasileiro nós temos exemplos negativos desse aparelhamento. No final dos anos 40, o PC cria os sindicatos vermelhos. Para combater o peleguismo e os sindicatos corporativos, ele faz sindicatos abertos só a militantes, à vanguarda, tendo depois que retificar esta orientação por ter sido inútil (Ibid., p. 11).

Historicamente, os sindicatos têm cumprido um papel diferenciado em relação aos partidos, no entanto, não estão estabelecidas, *a priori*, as tarefas que caberiam a cada uma destas organizações. O art. 12º dos estatutos aprovados no CONCLAT 83 diz que:

A CUT, através de seus representantes eleitos de forma livre e direta, será o órgão máximo que chamará todos os trabalhadores à luta pela concretização dos princípios aqui expostos. Nos marcos dos presentes Estatutos e dos programas de ação deliberados por seus congressos, a CUT objetiva, enfim, dirigir, orientar e coordenar a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, de empresas públicas e privadas, ativos e inativos, em defesa de seus direitos e reivindicações de caráter político, econômico, social e trabalhista.

Relendo nas resoluções da CUT as suas definições estratégicas, bem como as tarefas propostas para o plano imediato, e atento às ações concretas desenvolvidas por esta Central sindical, diretamente ou por intermédio dos sindicatos sob sua orientação política, foi possível perceber ela cumprindo o papel de um organizador coletivo, portador de uma proposta política, e colocando grandes contingentes de trabalhadores em ação.

É necessário destacar que, apesar de ter enfrentado dificuldades de diversas ordens, tais como o arbítrio do poder, as atitudes conciliadoras de setores do movimento sindical, a postura da oposição liberal (questão que não chegamos a discutir neste trabalho), as condições objetivas, tais como o desemprego, redução da atividade econômica e já o início da aplicação de novas formas de se produzir mercadorias, além das respostas do empresariado (que não foram poucas), diante das ações da classe, foi possível construir um sindicalismo de outro tipo. Podemos dizer ainda que, apesar da estrutura sindical, foi possível desenvolver experiências de outro modelo de atuação sindical, que guarda alguma semelhança com o praticado nas primeiras décadas do século XX, a exemplo da busca de organização autônoma dos trabalhadores em relação ao Estado, das comissões de fábricas e dos comandos amplos, que se sobrepunham às diretorias de sindicatos, da independência em relação aos capitalistas, e a prioridade dada às ações diretas da classe, negando qualquer possibilidade de conciliação.

Entretanto, diversos episódios nos autorizam afirmar que a posição política que obedecia ao princípio da independência de classe sofreu um revés a partir de 1990. Dentre eles o “termo de compromisso” firmado entre a CUT, empresários do PNBE – Pensamento Nacional de Bases Empresariais e representantes do chamado “sindicalismo de resultados”, assinado no mês de abril, já na vigência do Governo Fernando Collor. O próprio documento da CUT, que publicou o teor deste compromisso, reconheceu o seu caráter inédito:

Com esse precedente, de agora em diante será possível estabelecer, dentro de alguns princípios e objetivos comuns, a possibilidade de formular propostas conjuntas no plano político, econômico e nas relações sociais. (CADERNOS DA CUT, Nº 4, 1990, p. 12).

Quando pensamos na atuação da CUT, da sua gestação até o ano de 1989, período ao qual vínhamos analisando, como estando ela cumprindo um papel de organizador coletivo, estamos vislumbrando o seu papel dirigente que, em certa medida, cumpria as determinações do projeto aprovado em 1983, que alcançava a grande maioria dos trabalhadores organizados, inclusive, fora dos seus locais de trabalho. Com esta mesma visão é que nos debruçaremos no próximo capítulo para analisar as mudanças que se processaram na vida desta Central, especialmente a partir de 1990. Novas elaborações foram apresentadas pela Articulação Sindical, e uma nova prática política passou a ser implementada. Procuraremos, então, como principal objetivo, analisar estas mudanças, buscar respostas para o novo rumo adotado pela Central Única dos Trabalhadores, e confrontá-las com as interpretações que foram realizadas por outros estudiosos que se debruçaram sobre esta questão.

3. CAPITULO II

3.1 - CUT: de uma central classista, à conciliação

O governo tem motivos para temer essa união [CUT e FIESP], porque capital e trabalho têm uma força e essa força pode mudar o projeto do governo (MENEGUELLI, Apud *Folha de S. Paulo*, 14 de nov./1990, p. B-4)

Procurei demonstrar no capítulo anterior, que dois projetos distintos estiveram em disputa nos debates que precederam à criação da Central Única dos Trabalhadores. Uma proposta que foi vitoriosa, tendo sido desenvolvida pelos que defendiam um sindicalismo com um claro delineamento de classe, sem se deixar conter pelos limites da estrutura sindical oficial, que se contrapôs ao modelo então predominante, que se guiava pelas regras definidas pela CLT, inclusive, quanto ao papel que cabia aos sindicatos, vistos como instrumentos de *cooperação, visando à solidariedade social*. Acredito ter conseguido explicitar também que, cada um destes modelos de organização sindical que buscava se afirmar estava vinculado a uma visão de projeto estratégico para toda a sociedade. De um lado, um sindicalismo classista, que se apresentava disposto a construir-se de forma autônoma em relação ao Estado e que colocava como meta a construção de uma sociedade socialista, e de outro, um modelo de atuação sindical que, tinha como horizonte, no máximo, a promoção de reformas sociais, de forma que reduzisse o nível da exploração capitalista.

No interior destes dois projetos, que permaneceram em disputa, apesar de um destes ter sido vitorioso em relação ao modelo de central sindical a ser construída, diferenças de concepção sindical se apresentaram, e com a passar do tempo se revelaram de grande magnitude. Os sindicalistas que ficaram de fora da CUT, construíram a CGT que, a partir de cisões, deu origem a outras organizações. Uma destas, aliás, ingressou na CUT posteriormente, e outro segmento criou a Força Sindical, questões a que voltaremos mais adiante.

Quanto à CUT, recorreremos à *epigrafe* com a qual abrimos este capítulo pois ela nos coloca de frente a uma questão que é de extrema importância para a história desta central sindical e que foi tema de intensos debates entre suas correntes internas, durante toda a década de 1990. Nela está contida uma declaração atribuída ao presidente da Central, aceitando a possibilidade de cooperação entre as classes, indiferente ao seu caráter antagônico de interesses. Neste novo

momento (1990), o dirigente afirma a evidência de disposição para empreender mudanças nos rumos da Central Única dos Trabalhadores. Esta afirmação foi feita seis meses após o “termo de compromisso” firmado entre a CUT, representantes do “sindicalismo de resultados” e os empresários do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), demonstrando que aquele não fora um fato isolado. Aliás, o conteúdo do “compromisso” assumido entre as partes clarifica as perspectivas das futuras negociações, a partir do acordo firmado, e revela ser parte de “um grande esforço para repensar a realidade e buscar o estabelecimento de relações entre capital e trabalho sobre bases novas e mais democráticas, existindo uma disposição em prosperar no caminho iniciado, com base em parâmetros comuns” (CADERNOS DA CUT, nº 4, 1990, p. 12).

O compromisso em si foi inédito. Até aquele evento havia uma correspondência entre a prática da CUT e suas resoluções de negar a possibilidade de saídas comuns para trabalhadores e empresários, assim como são inusitados os parâmetros comuns considerados para o estabelecimento do compromisso. A CUT, juntamente com um segmento empresarial, e o representante do “sindicalismo de resultados”, Luiz Antonio de Medeiros, que no ano seguinte lideraria a construção da Força Sindical, viram como possível a busca da “justiça social com desenvolvimento” e, juntos, estabeleceram objetivos permanentes da política econômica: combate à inflação; distribuição de renda associada ao desenvolvimento econômico e fortalecimento do mercado interno visando a integração do Brasil na economia internacional. Consideraram ainda que a negociação seria “o processo mais adequado para a discussão e formulação de propostas econômicas, políticas e sociais” (Ibid., p. 12-13).

Os termos do compromisso faziam uma “recomendação de não-demissão, não-redução de jornada e não-redução de salário”, definiram “parâmetros de relacionamento” e não registraram nenhuma exigência de concessão por parte dos trabalhadores, mas “resolvem: 3. Estruturar o Grupo de Estudos visando à formulação de recomendações e propostas a curto, médio e longo prazos, a serem apresentados à sociedade”. São estabelecidas bases para a criação de um fórum permanente de formulação política com uma temática bem ampla, que envolve a) padrões de desenvolvimento; b) políticas econômicas e sociais; c) relações sindicais com ênfase nos temas relativos às relações de trabalho e d) alternativas concretas frente à conjuntura (Ibid., p. 13). Apesar de não ter havido uma concessão explícita por parte da CUT, a assinatura de um acordo em que esta privilegia a negociação, se compromete a participar de um fórum permanente com o empresariado para formulação política de médio e longo prazo, voltadas para o desenvolvimento econômico, e que se oriente por parâmetros de

relacionamento previamente acordados visando à solução dos conflitos que se apresentem na conjuntura, representou uma política que conflitava com o projeto estratégico cutista. Este evento feria o princípio da independência de classe, uma definição cara à CUT.

Certamente esta aparece como outra Central, bem distinta daquela fundada em 1983 no rastro do Primeiro de Maio de 1980, que consolidou outra prática sindical e que em 1989 foi à Greve Geral. O acordo foi assinado com o compromisso das partes de “desenvolver esforços para que as entidades de empresários, de trabalhadores e as empresas formalizem sua adesão e participação neste compromisso” (Ibid., p. 13).

Nos dias 05, 06 e 07 de março de 1990, ha uma semana da posse do Presidente Fernando Collor de Mello, foi realizada a reunião da direção executiva da CUT. No primeiro dia, a direção promoveu o Seminário *O movimento sindical e os desafios dos anos 90 – diagnóstico e alternativas para o Brasil*. Dentre os conferencistas estavam a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, o economista Walter Barelli, diretor técnico do DIEESE e o empresário Oded Grajew – presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos, e membro do PNBE. As principais resoluções da reunião foram publicadas, juntamente com uma síntese da exposição dos conferencistas. Para Walter Barelli, “O momento é de construir um projeto de sindicalismo [...] precisamos falar para todos, sermos aceitos [...] é preciso uma política afirmativa, estratégica, de longo prazo”. A ministra Dorothea Werneck via a necessidade de “compatibilização de medidas a serem adotadas de imediato para conter a inflação e as negociações de um pacto”, e o empresário Oded Grajew afirmou que “não vemos outra saída a não ser o entendimento nacional” (*Informa CUT 93 – Encarte*).

Nas resoluções da reunião, a Direção Executiva da CUT afirmou “que nem todos perdem com a crise [e que] se oporá a todas as medidas que contrariarem os interesses dos trabalhadores” (*Informa CUT 93*, p. 1). No entanto, no mesmo informativo, não se fez nenhuma menção às ideias apresentadas pelos conferencistas, e que foram publicadas no informativo da Central, de modo que expressasse qualquer desacordo com as proposições de construção de um pacto.

Anterior à assinatura do “Termo de compromisso” com o empresariado do PNBE, algumas formulações apresentadas pela Articulação Sindical (ARSIND) podem ser entendidas como sinalizações da elaboração de uma nova política. A sua tese apresentada ao 3º CONCUR, eleita como tese-guia aos debates naquele congresso e base para as suas resoluções, continha ideias que foram rechaçadas por outras correntes. Apesar de não ter sido submetida a grandes debates, ocorrendo apenas poucas intervenções na plenária final, devido à exiguidade do

tempo, algumas importantes supressões e adendos modificaram a tese original, alterando profundamente o conteúdo das resoluções, no sentido de manter os princípios classistas aprovados desde a fundação.

Pelo menos três adendos e uma supressão merecem ser destacados: primeiro, no tema da *Conjuntura Internacional*, diante da discussão envolvendo a internacionalização e o domínio progressivo de setores vitais da economia de diversos países pelas empresas transnacionais, os delegados incorporaram nas resoluções a crítica ao empresariado nacional que, “como opção de enriquecimento acelerado [desenvolveu] uma estreita política de colaboração com seus parceiros internacionais” (Resoluções – 3º CONCUR, 1988, p. 5-6), crítica que não aparecia na tese-guia; ainda na temática internacional, em relação às lutas sindicais a serem desenvolvidas frente ao processo de expropriação das riquezas nacionais, a tese da ARSIND sofre uma importante alteração. Na tese original foi afirmado que “o sentimento anti-imperialista e as reivindicações democráticas e populares *dependem cada vez mais da capacidade da classe trabalhadora se organizar*” (TESE 10 ao 3º CONCUR, 1988, p. 10. Grifo meu), e na sequência identificava dificuldades naquele processo. No entanto, as resoluções destacaram o papel que o movimento sindical poderia cumprir, e incorporaram dois importantes adendos:

Neste processo a desigualdade nas relações econômicas, a dívida externa e todas as ações imperialistas, ao mesmo tempo em que são elementos de reprodução do capitalismo mundial, agravam cada vez mais as contradições econômicas desse regime, minando suas bases, especialmente nos países menos desenvolvidos (CUT – Resoluções, 1988, p. 7).

Este quadro abre enormes tarefas políticas para os trabalhadores que, ao impulsionarem suas reivindicações e sua organização, confrontam-se diretamente com o sistema de dominação no interior de seus próprios países e na esfera mundial (Ibid., p. 7).

Vimos aí nestas passagens, que a ARSIND fez caracterizações e transferiu a reação da classe trabalhadora a uma abstrata “capacidade da classe trabalhadora se organizar”, mas vimos também que, por outro lado, o plenário do congresso aprovou uma resolução com outro caráter. Nas resoluções foram destacadas as contradições do regime com potencial de gerar crise de hegemonia burguesa, dependendo das ações da classe trabalhadora e, baseado nesta visão, apontou tarefas e chamou atenção para o processo de lutas no continente americano, em especial a luta “contra os efeitos devastadores da crise imposta pela dívida [Dívida externa]”.

[...] Conscientes de que não basta clamar pelo não-pagamento da dívida. Esta luta faz parte do processo de liquidação do capitalismo no interior de cada país (CUT – Resoluções, 1988, p. 7).

Se as passagens a que nos referimos até aqui poderiam ser entendidas como problemas pontuais nas formulações apresentadas, a afirmação adiante, ao contrário, nos dá evidência de uma nova compreensão política. Diante da constatação de que “a transnacionalização e o fortalecimento dos setores exportadores impõem uma maior concentração de poder no interior da classe dominante [...]”, concluiu que isto implicaria em “grandes mudanças para a classe trabalhadora e seus interesses históricos” (TESE 10 ao 3º CONCUT, 1988, p. 10).

No CONCLAT 83, ainda no seu nascimento, a CUT se declarou uma central sindical classista, *que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores*, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração; definição que foi reafirmada em congressos seguintes. Vimos anteriormente, que no 2º CONCUT a Central construiu uma resolução em que se definia explicitamente pelo socialismo. No 3º CONCUT (1988), recorrendo a uma frase de Karl Marx, os delegados atribuíram à CUT a tarefa de “lutar pela emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, tendo como perspectiva a construção de uma sociedade socialista” (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 27). A CUT reafirmou como seu *objetivo histórico* a construção da sociedade socialista e, ao se dispor a lutar pelos “objetivos imediatos e históricos”, está afirmando o vínculo que deve existir entre as lutas diárias e seus objetivos históricos. Assim, a passagem da tese da Articulação Sindical apresentada ao 3º CONCUT, que identifica “grandes mudanças para os interesses históricos da classe trabalhadora” choca-se frontalmente com o claro posicionamento da Central quanto ao seu objetivo estratégico. O que poderia determinar mudanças nos interesses históricos da classe trabalhadora? A avaliação da correlação de forças entre as classes e um olhar sobre a movimentação das frações da classe burguesa sempre tinham sido parâmetros para definir a tática a ser aplicada na conjuntura, mas essa tática permanecia vinculada à estratégia, que se confundia com os objetivos históricos. O anúncio de mudanças nestes objetivos indica, também, a disposição de mudanças na estratégia.

A Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990, foi outro momento em que foram identificadas formulações que indicariam a intenção da ARSIND de imprimir uma nova política à CUT. Naquele momento, já haviam sido realizadas quatro reuniões envolvendo representantes de trabalhadores, do governo e de empresários, visando um *entendimento nacional*; existiram impasses, mas ficara aberta a possibilidade de se retomar as negociações. Nesta Plenária de três dias, os debates entre os delegados foram precedidos por quatro painéis sobre temas específicos, sendo três deles coordenados por assessores econômicos da Central, cujas exposições evidenciam formulações que podemos considerar como inéditas na CUT.

As análises partiram da compreensão de que o governo Collor fracassara no seu plano de estabilização econômica; os indicadores econômicos indicavam um quadro recessivo, e o objetivo imediato voltara-se para conter a inflação. O outro componente das análises, que trouxe implicações para proposições futuras, foi a preocupação com a defasagem tecnológica de setores da indústria que seriam afetados com a liberalização do comércio exterior. Carlos Augusto Gonçalves Jr., assessor econômico da CUT e integrante do Desepe – Departamento de Estudos Sócio - Econômicos e Políticos, por exemplo, expressa temor com a “fragilização de setores industriais que não tiverem capacidade de concorrência com produtos importados” (*Informa CUT – Plenária Nacional*, 1990, p. 7). Também preocupado com a vulnerabilidade de setores produtivos, Wilson Cano⁴⁵ chega a afirmar que “hoje, a situação do país afeta não só o trabalhador que perde o emprego, mas o seu empregador que corre o risco de ‘quebrar’; os filhos de ambos não têm condições de completar seus estudos” (*Ibid.*, p. 5). Este assessor transmite a falsa ideia de que numa situação de crise, trabalhadores e empresários seriam afetados igualmente. Carlos Augusto Gonçalves Jr. fizera a caracterização de que o governo não possuía os requisitos mínimos exigidos para um horizonte de estabilidade política, necessários à formulação de uma política industrial, que envolve decisões amplas e de longo prazo, e que daí viria a tática de, por um lado, tentar envolver os principais setores industriais no detalhamento do plano de política industrial, e assim conseguir apoio político ao projeto neoliberal, e de outro, “isolar os setores de oposição da sociedade brasileira” (*Ibid.*, p. 7).

As análises se completam com a conclusão de que o governo também enfrentava dificuldades no campo econômico, pois a recessão econômica poderia tornar nulos os efeitos de uma política industrial e agir como alimentadora da inflação, e chama atenção que para o movimento sindical o projeto de política industrial em si trazia um conjunto de dificuldades “porque tal política faz parte do projeto neoliberal [...] que é radicalmente distinto dos interesses dos trabalhadores, *que aponta para o crescimento e a modernização via distribuição de renda e melhores condições de vida e de trabalho*” (*Ibid.*, p. 7).

Aparece, então, na exposição de um dos assessores da CUT, a identificação dos interesses dos trabalhadores com a *busca do crescimento econômico com distribuição de renda*. No entanto, esta formulação não fez parte das resoluções da Plenária. É possível, até, identificar algumas formulações que, *a posteriori*, poderíamos considerar como dúbias, mas cada uma delas vem acompanhada de uma clara proposta de ação, que reafirmava o sentido das resoluções. Diante

⁴⁵ Wilson Cano à época era professor de Economia da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, e integrante do “governo paralelo do PT”.

da análise das medidas adotadas pelo governo, afirma-se que “É preciso combater essa política atuando em várias frentes e em todos os níveis”. E a seguir, vislumbrando as eleições parlamentares que se realizariam daí a dois meses, a resolução orienta “uma participação ativa no processo eleitoral”; diante da afirmação de que “combinaremos novos e antigos métodos de luta”, a resolução completa que “A greve geral continua, portanto, na ordem do dia. Precisamos ampliar nossas lutas, superando os limites das categorias e regiões, num processo de unificação nacional das lutas” (INFORMA CUT – Plenária Nacional, 1990, p. 11). E mais adiante, já como parte do “Plano de Ação”, após concluir que “a dinâmica da conjuntura atual exige um salto de qualidade da ação sindical da CUT”, foi reafirmada a proposta das “lutas nacionais articuladas” e da “greve geral” (Ibid., p. 12).

Vimos então que, apesar de novas ideias terem circulado na Plenária de agosto de 1990, estas não fizeram parte de suas resoluções, assim como também já haviam sido rechaçadas no 3º CONCUR. Mesmo assim alguns estudiosos viram naquele fórum de 1990 o início da mudança. Para Armando Boito Junior (1999, p. 131), “O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT [...] Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a ideia de um ‘sindicalismo propositivo’ [...] Essa mudança de estratégia foi consagrada no IV Congresso da CUT”. Boito Junior, na sua análise, passa da Plenária de 1990 ao 4º CONCUR, realizado em setembro de 1991. No entanto, a participação da CUT no *entendimento nacional* não esteve entre as preocupações deste e de outros estudiosos da trajetória da Central Única dos Trabalhadores. Considero este episódio, o marco da mudança, a aplicação prática de uma nova formulação política. A análise deste episódio envolve o debate sobre a independência *versus* colaboração de classes; a posição dos revolucionários diante das crises; a análise da conjuntura, a partir da qual se definiria a tática a ser aplicada, que se combinaria com a estratégia já estabelecida e, ainda, o debate sobre a democracia no interior da Central, já que a decisão de participar deste fórum exigia um posicionamento coletivo.

A CUT vai ao *entendimento nacional*

A decisão de participação do *entendimento nacional* envolveu um intenso debate no interior da CUT; as discussões foram muito exploradas pela grande imprensa e, posteriormente, veio a ser o tema central do 4º CONCUR, realizado em 1991.

A primeira reunião entre representantes da CUT, do empresariado e do governo Fernando Collor de Mello, convocada por este, visando um entendimento, ocorreu em Brasília, no dia 5

de junho de 1990. Os relatos da CUT dizem que, “a reunião não avançou e se desfez” diante das exigências do presidente da Central, Jair Meneguelli, de que as discussões começassem pelo ponto das demissões que estavam ocorrendo. O Informativo afirma ainda que a Central voltara a ser procurada pelo Governo, tendo havido um contato no dia 15 e agendada uma reunião ‘tripartite’ para o dia 18 de junho (*Informa CUT 106*, p.2).

Segundo o Jornal Folha de São Paulo, o presidente da CUT teria repassado à imprensa a informação de que a ministra da economia Zélia Cardoso de Melo dissera que “o governo não pode abrir mão das demissões de funcionários públicos porque a medida faz parte do programa do presidente Collor” (*Folha de S. Paulo*, 6 de jun./1990, p. B-5). Em edição posterior, a *Folha de S. Paulo* ratifica esta informação, e afirma que a ministra da Economia teria deixado claro em reunião que, “ou saía um acordo ou a alternativa seria a recessão, pois era meta sagrada do governo derrubar a inflação”. O jornal, ainda referiu-se ao comentário de Meneguelli afirmando “ser PT até debaixo d’água”, mas que se houvesse benefício para a classe trabalhadora estaria disposto a conversar. Teriam sido então, marcados dois encontros, um para o dia 15 de junho e o outro para o dia 18, em Brasília. Neste último, desta vez em público, deveria ser selado o “entendimento” (*Folha de S. Paulo*, 25 de jul./1990, p. B-4).

As reuniões do *entendimento*, de acordo com o mesmo jornal, cuidariam não só de definir uma nova política salarial, como também de determinar os termos para o governo brasileiro negociar o pagamento da dívida externa. Deveria ainda ser estabelecida uma trégua social, pela qual o congelamento de preços teria vigência imediata e as demissões seriam suspensas.

Percebem-se pequenas divergências entre os relatos da CUT e do Jornal Folha de São Paulo quanto a alguns encaminhamentos, mas ambos confirmam os principais episódios relativos às três reuniões mencionadas. Entretanto, não localizamos nenhum documento da Central fazendo menção à reunião que, segundo o mesmo Jornal, teria sido realizada no dia 9 de junho de 1990, em São Paulo, na qual teriam sido acertados os próximos passos, inclusive, as bases para um acordo. Desta reunião, teriam participado o presidente da CUT, Jair Meneguelli, e Gilmar Carneiro, secretário geral, do lado do governo a ministra da Economia Zélia Cardoso do Mello, e representantes do PNBE. Nos chama atenção o palco da reunião que, diferente das demais, teria sido realizada em um sábado, na casa do empresário Emerson Kapaz, um dos líderes do empresariado ‘moderno’ (*Folha de S. Paulo*, 25 de jul./1990, p. B-4). No domingo, 10 de junho, dia seguinte à reunião informada, a Folha de S. Paulo publicou um artigo escrito pelo empresário Emerson Kapaz, intitulado, *Saída negociada* (p. B-2).

Indispensável registrar ainda que havia uma greve geral convocada para o dia 12 de junho de 1990 e que foi desmarcada por iniciativa da Articulação Sindical, alterando o seu caráter para *Greve Geral das categorias em luta (Informa CUT – Especial, 08 de jun./1990)*. A suspensão da greve geral provocou grande polêmica entre as correntes e teve implicações na política implementada pela Central no período posterior.

No dia 18 de junho instalou-se a primeira reunião pública do *entendimento nacional*, que o Jornal Folha de S. Paulo chamou de “novo nome para pacto social”. O *entendimento*, no entanto, não se concretizou. Segundo esse jornal, o governo atribuiu a culpa à “ala radical da CUT”, que levantara obstáculos a cada uma das sugestões apresentadas, chegando a mencionar o nome de Durval Carvalho (ligado à Cut pela Base - CpB) como um dos porta-vozes da “ala radical”. A posição da CpB, entretanto, não teria sido o primeiro obstáculo à realização das reuniões do *entendimento (Folha de S. Paulo, 25 de jul./1990, p. B-4)*. O Governo publicou edição especial do Diário Oficial da União no sábado, 16 de junho, um dia após reunir-se com representantes da CUT, anunciando 68 mil demissões no serviço público. Segundo a CUT, “dirigentes da Central fizeram novo contato com o governo e reiteraram sua posição. A resposta, no domingo à tarde, confirmava a disposição de acertar todos os itens a partir da reunião marcada para segunda”. O Governo apresentou uma fórmula que garantiu a continuidade das conversações no dia 18: o *entendimento nacional* definiria critérios para as demissões no serviço público, que seriam usados daí para frente, e que se aplicariam também àquelas já realizadas. Segundo a própria CUT, “Longas horas [14 horas] foram consumidas nesta discussão [...] São formuladas emendas, alterações [até que] o governo não aceitava mais as emendas [...] nem mantinha a sua proposta escrita” (*Informa CUT 106, p. 2*).

O governo alegou intransigência da Central, inviabilizando-se para aquele momento os entendimentos, mas tanto por parte do governo quanto da CUT ficou aberta a possibilidade de se retornar às negociações. O próprio Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT, ao ser consultado, teria sinalizado neste sentido para depois das eleições (*Folha de S. Paulo, 25 de jul./1990, p. B-4*). A disposição de negociar, demonstrada ao governo por parte de dirigentes da CUT, pode ser percebida pela sua atitude de atender a todos os convites, mesmo com as afirmações do governo de que não abriria mão das demissões. Inclusive, quando se discutia critérios para a demissão de trabalhadores. Posteriormente, quando dirigentes da Articulação Sindical passaram a defender publicamente a participação da Central nas comissões do *entendimento*, que voltara a ser convocado pelo Governo, Jair Meneguelli teria admitido o erro em não participar da tentativa anterior. Segundo o Jornal do Brasil:

Meneguelli admitiu ontem pela primeira vez que a CUT errou ao não participar da tentativa anterior do entendimento nacional, na reunião do dia 18 de junho passado. 'É preciso louvar o fato de aprendermos com nossos erros' (*Jornal do Brasil*, 12 de set./1990).

No dia 1º de setembro, os jornais voltaram a anunciar a disposição do governo para negociar com os trabalhadores, divulgando a proposta do ministro da Justiça Bernardo Cabral de uma reunião entre trabalhadores, empresários e governo, para o dia 05 de setembro, uma quarta-feira. Vale destacar que neste momento já era conhecido o conteúdo da Plenária Nacional, realizada entre os dias 17 e 19 de agosto de 1990, que apontara uma plataforma de lutas.

Segundo o *Jornal Folha de S. Paulo*, Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e membro da direção nacional da CUT, afirmara que a Central deveria participar destas conversações (*Folha de S. Paulo*, 01 de set./1990, p. B-4). A executiva da CUT decidiu-se pela ida à reunião com o governo e empresários, marcada para o dia 5 de setembro, afirmando, no entanto, não estar disposta a discutir nenhum *pacto*; sua participação se limitaria à apresentação de uma pauta com 13 reivindicações (Informa CUT 116).

No dia anterior à reunião que retomaria as negociações do *entendimento*, Bernardo Cabral, ministro da Justiça, em entrevista coletiva, teria abusado do tom ameaçador a trabalhadores e empresários, conforme registros do *Jornal Diário do Comércio e da Indústria*, citados abaixo.

O Ministro da Justiça deixou claro que se empresários e trabalhadores não entenderem a gravidade do momento, o governo baixará medidas fortes de cunho recessivo [...] Na verdade, a entrevista de Cabral na manhã de ontem, no Planalto, se constitui mais em rimas de ameaças que em versos de convites aos empresários e trabalhadores. Reafirmara ainda o ministro, que o Consultor Geral da República, Célio Silva, estaria concluindo a elaboração de uma nova lei de greve voltada para os setores considerados essenciais [...] para que a população não possa ficar à mercê de pessoas que entendem que quanto pior, melhor (*Diário do Comércio e da Indústria*, 05 de set./1990).

A *Folha de São Paulo* deste mesmo dia destacou ainda a possibilidade de conflitos com a provável greve de bancários e de petroleiros, já que estes últimos haviam sinalizado com um movimento grevista para iniciar-se em 04 de setembro.

Novo pronunciamento de Bernardo Cabral, publicado no *Diário do Comércio e da Indústria* no dia seguinte à reunião, diz que à exceção da CUT, empresários, governo e trabalhadores haviam construído o alicerce sobre o qual seria erguido o "*entendimento nacional*" (*Diário do Comércio e da Indústria*, 06 de set./1990). A reunião não chegou a discutir pontos polêmicos. A pauta da CUT apenas foi lida por Jair Meneguelli sem chegar a ser discutida. Estabeleceram-se os procedimentos para se chegar a um possível acordo, ficando aprovada a criação de um comitê central e seis subcomissões, para discussão de *políticas de longo prazo*, integradas por

representantes do governo, empresários e trabalhadores (grifo meu). Uma nova reunião ficou marcada para o dia 14 de setembro. Foi também aprovada a criação de uma comissão de emergência, voltada para discutir a recuperação das perdas salariais e os efeitos da recessão sobre as empresas. A *Folha de São Paulo* de 06 de setembro mostra com detalhes como teria sido articulada, de véspera, a montagem do comitê e das subcomissões. As articulações teriam como objetivo garantir a continuidade das conversações, mesmo na hipótese da CUT se recusar a participar do comitê (*Folha de S. Paulo*, 06 de set./1990, p. B-6).

Os representantes da CUT na reunião não assumiram compromisso de participação no comitê e nas subcomissões. A decisão de aderir ou não às negociações foi transferida para as bases, o que implicava em um processo amplo de consultas. Segundo o *Jornal do Brasil* do dia 06, Meneguelli ao sair da reunião teria dito: “pacto é isso: você forma comissões, discute três anos e não chega a lugar nenhum” (*Jornal do Brasil*, 06 de set./1990). Convém ressaltar que, apesar da Central Única dos Trabalhadores não ter definido até aquele momento a sua participação no comitê de negociações, ela fez parte da reunião em que este foi aprovado, sendo assim atingido o primeiro objetivo do governo que era o de legitimar o fórum.

Após a reunião do dia 05 de setembro, os jornais passaram a dar cobertura às divergências existentes entre as tendências no interior da CUT. Insistentemente, procuraram mostrar a disposição de membros da corrente Articulação Sindical de participar do *fórum nacional de entendimento*, e algumas visões contrárias, a exemplo de dirigentes da Convergência Socialista – CS e da Cut Pela Base - CpB. A *Folha de São Paulo*, de 07 de setembro atribuiu a Meneguelli o seguinte pronunciamento, considerado pelo articulista da *Folha*, Lula Marques, uma defesa indireta da participação na comissão do *entendimento*:

É chegada a fase de não dizer apenas não. Temos que continuar dizendo não, mas também dizer sim a certas coisas. Temos que ser mais inteligentes. (*Folha de S. Paulo*, 07 de set./1990, p. B-4).

No dia seguinte, 08 de setembro, foi a vez do *Jornal O Estado de São Paulo* dar destaque às posições de outro dirigente da Articulação Sindical, Gilmar Carneiro. Este, apesar de admitir que percebia a intenção do governo de dividir com empresários e trabalhadores a responsabilidade pela recessão econômica, fez menção a uma fala de Jair Meneguelli, concordando com ele sobre a necessidade de mudanças de atitude da Central. Segundo o *Jornal*, Gilmar Carneiro teria dito ainda que esta discussão não seria recente, admitindo que ela já vinha sendo realizada desde o 3º Congresso da entidade, realizado em 1988. Para Gilmar Carneiro, havia um processo em curso na CUT, em meio ao seu crescimento junto a

categorias importantes, que ele teria classificado de “projeto do sim“, tendo a CUT que apresentar propostas reais, exequíveis para essas categorias, ou perderia a razão de ser (*O Estado de São Paulo*, 08 de set./1990).

Dentre os dirigentes com posições contrárias às da Articulação Sindical, ganharam destaques Durval Carvalho – CpB e Cyro Garcia – CS . Para o primeiro, a proposta do governo seria “um novo balão-de-ensaio para tentar reconquistar a popularidade” (*Gazeta Mercantil*, 11 de set./1990). Já para Cyro Garcia, “a CUT não deveria sequer ter participado da primeira reunião com o governo no dia 05, para ele, ‘um equívoco’, pois considerava que o governo apenas queria enrolar” (*Folha de S. Paulo*, 09 de set./1990).

A primeira reunião da comissão do *entendimento*, realizada no dia 14 de setembro, aconteceu sem a participação da Central Única dos Trabalhadores, pois sua direção estava em processo de consulta aos sindicatos filiados, para só então chegar à deliberação que ocorreria na reunião ampliada da direção executiva, do dia 20 de setembro. A posição oficial da corrente Articulação havia sido defendida numa reunião da direção executiva realizada no dia 10. O *Jornal do Brasil* do dia 12 de setembro publicou uma matéria com o título: “Meneguelli quer a CUT na discussão do pacto social”. Como vimos, para ele, teria sido um erro não ter participado da tentativa de *entendimento* anterior.

Delúbio Soares, tesoureiro da CUT e membro da Articulação, declarou ao *Jornal do Brasil* que a Central não poderia se furtar a discutir o presente; o Brasil real. Se no final, as propostas contrariassem os interesses dos trabalhadores, não se assinaria nada. Ele considerava importante a participação da CUT naquele processo de discussão para que suas reivindicações fossem debatidas. Caso não fossem atendidas, o recurso à greve seria utilizado. Para ele:

O governo está apresentando uma política estratégica com vistas para o futuro. Nós precisamos participar para reverter o quadro e discutir nossa pauta que é imediatista. (*Jornal do Brasil*, 12 de set./1990).

Posição radicalmente contrária a esta foi apresentada por Cyro Garcia, considerado pela *Gazeta Mercantil* como “um dos mais veementes defensores da rejeição da proposta”. Ele defendia a intensificação das campanhas salariais e dos movimentos grevistas para pressionar o governo a discutir a pauta de reivindicações da CUT (*Gazeta Mercantil*, 11 de set./1990). Vemos nestas passagens, que os métodos defendidos pelos dirigentes eram bem claros e antagônicos. Para um, a negociação deveria ser feita; caso não tivesse resultado satisfatório seriam feitas mobilizações com vistas à greve. Para o outro, a pauta de reivindicações deveria ser imposta ao governo através de greves unificadas.

No momento em que dirigentes da CUT debatiam sobre a participação, ou não, da Central no *entendimento nacional*, categorias de abrangência nacional e de atividades estratégicas estavam em greves isoladas, ou em processo de mobilização. No ano de 1990, várias categorias realizaram movimentos grevistas, alguns, longos e radicalizados, a exemplo dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (julho), operários da FORD (junho e julho), eletricitários (agosto), etc. Também a categoria petroleira já havia realizado uma greve em junho de 1990, um movimento em reação às demissões que se efetivavam na empresa, como parte das exigências que o governo Collor de Melo impunha às estatais, mas a greve programada para setembro acabou não ocorrendo. A greve prevista inicialmente para o dia 04 de setembro foi adiada, tendo o dia 12 como novo indicativo. Convém destacar que a data em que a greve teria início, era a véspera da primeira reunião com o governo visando o *entendimento nacional*. No dia anterior à nova data para início do movimento, Jair Meneguelli e Delúbio Soares, membros da Articulação Sindical, fizeram declarações defendendo as negociações, enquanto Cyro Garcia posicionava-se pela mobilização dos trabalhadores.

Na sequência dos acontecimentos, a imprensa apresentava posicionamentos que expressavam a importância dada pelo governo, empresários e até por representantes do *sindicalismo de resultados*, à participação da Central Única dos Trabalhadores no *fórum de entendimento*. O Jornal *O Estado de São Paulo* do dia 15.09 traz uma matéria cujo título diz: “Para Meneguelli, sem a CUT não há *pacto*”. O Jornal atribui a Jair Meneguelli a afirmativa de que “não há *entendimento* possível sem a CUT”. Teria dito ainda que o presidente Fernando Collor recuara da intenção anterior, de levar adiante as reuniões sem a CUT, porque o próprio Luis Antonio de Medeiros intervieria. Para o Presidente Meneguelli, Medeiros “jamais entraria sozinho para um entendimento” (*O Estado de São Paulo*, 15 de set./1990). Já Antônio Rogério Magri, então Ministro do Trabalho do governo, declarou à *Folha de São Paulo*, neste mesmo dia, que a CUT era “importante e imprescindível” para as negociações do entendimento nacional”. Para ele, sem a Central as discussões ficariam capengas (*Folha de S. Paulo*, 15 de set./1990, p. B-3). Nesta mesma linha, Mário Amato, presidente FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e presidente interino da CNI – Confederação Nacional da Indústria fez uma declaração utilizando a mesma expressão, onde admitia que qualquer pacto sem a CUT ficaria capenga (*Folha de S. Paulo*, 09 de set./1990, p. B-7).

Os posicionamentos expressos acima por setores do governo, pela linha de frente do empresariado, e até por representantes do *sindicalismo de resultados*, é o reconhecimento da legitimidade que a CUT detinha como interlocutora da classe trabalhadora e do seu peso

político na definição de rumos para a governabilidade. Portanto, as suas decisões poderiam influenciar decisivamente a conjuntura política do país, podendo determinar uma situação de estabilidade ou de um novo ascenso a partir das iniciativas da classe trabalhadora.

Na véspera da reunião ampliada da direção nacional da CUT para tomar a posição definitiva sobre a participação da Central nas comissões da *câmara tripartite*, foi realizado mais um encontro no Palácio do Planalto entre Meneguelli e o presidente Fernando Collor. Do lado de fora do gabinete, no Comitê de Imprensa do Planalto, Flávio Pachalski, assessor político da direção cutista, teria revelado que “temos a responsabilidade de tentar o entendimento”. Dissera ainda que o ajuste econômico do governo teria um custo social muito alto, motivo pelo qual a CUT teria a obrigação de negociar (*Diário do Comércio e da Indústria*, 20 de set./1990). Estas declarações estão em sintonia com a preocupação quanto à radicalização, apresentada por Wilson Cano no dia 17 de agosto, durante a Plenária Nacional. Para ele:

Temo pela radicalização. Quando, na sociedade, essa alternativa é colocada, sempre há desfechos drásticos (Informa CUT – Plenária Nacional, 1990, p. 5).

Já *O Estado de São Paulo*, trouxe a notícia de que, ao final desta reunião, Bernardo Cabral, principal articulador do *entendimento*, dissera: “Os incrédulos perderam, pois o *pacto* é uma realidade” (*O Estado de São Paulo*, 20 de set./1990).

Neste mesmo dia 20, espelhando os debates anteriores, tanto internos quanto na imprensa, a executiva nacional da CUT aprovou por oito votos a seis a participação da Central nas reuniões do *entendimento nacional*, indicando nomes para compor as comissões temáticas que faziam parte deste fórum de discussões, e que se destinavam às *discussões de política de longo prazo*. No dia seguinte, algumas manchetes da imprensa dão destaque à decisão:

“CUT participará do entendimento” (Gazeta Mercantil).

“CUT decide participar do diálogo sobre pacto” (O Estado de São Paulo).

“CUT vai dividida para negociações do pacto social” (Folha de São Paulo).

“CUT aceita participar do pacto por oito votos a seis” (Jornal do Brasil).

O *Informa CUT* 118 trouxe como título, “CUT decide: Vai à negociação”.

Após a reunião, Jair Meneguelli disse à *Gazeta Mercantil* que a Central participaria do *entendimento* para discutir sua pauta de reivindicações, mas caso essas questões não fossem discutidas, voltaria a convocar uma nova consulta aos sindicatos para decidir se a entidade deveria ou não deixar as negociações (*Gazeta Mercantil*, 21 de set./1990). Pode-se concluir a

partir desta declaração, que o governo poderia antever que não havia uma posição firme da CUT na defesa da pauta dos treze pontos. O presidente da Central ainda não tinha convicção sobre qual posição deveria ser adotada caso o governo mais uma vez se negasse a discutir a pauta de reivindicações. Ao contrário, declara a possibilidade de continuar as *negociações*.

No dia 11 de outubro, Jair Meneguelli reclamou na imprensa que os sucessivos encontros ainda não havia resultado em nada de concreto. Não se discutia as questões emergenciais que precisavam ser resolvidas no curto prazo. Para ele, se começava “a pôr em dúvida a vontade do governo em discutir essas questões”. Esta posição não o impediu, no entanto, de afirmar que os nomes dos representantes da CUT nas subcomissões do entendimento seriam divulgados neste mesmo dia (*Folha de S. Paulo*, 12 de out./1990, p. B-6).

Após uma série de remarcações de reuniões, o presidente da CUT acusou o governo de estar inviabilizando o *entendimento* (*Folha de S. Paulo*, 13 de nov./1990, p. B-4). A saída encontrada pelos dirigentes da CUT foi procurar Mário Amato, presidente da FIESP – o “peso pesado” do empresariado. O saldo desse encontro foi a disposição de se elaborar uma proposta única de trabalhadores e empresários a ser levada para a reunião do Fórum nacional de negociações que o governo remarcaria do dia 13 para o dia 28 de novembro.

A decisão da Executiva Nacional da CUT de procurar a FIESP para tentar uma saída comum deixa transparecer a sua falta de disposição em buscar o caminho da mobilização, mesmo sendo esta a opção admitida pelos dirigentes que defenderam a participação no *fórum de entendimento*, caso as reivindicações não fossem atendidas. Outra questão à qual esta decisão nos remete diz respeito à independência de classe. Se fosse possível se chegar a uma proposta única que conciliasse os interesses de empresários e trabalhadores, isso não corresponderia a negar um dos mais caros princípios que deram base à fundação da Central Única dos Trabalhadores? Segundo os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, do dia 14 de novembro, Meneguelli teria afirmado que agora o governo teria com o que se preocupar: pois capital e trabalho juntos seriam uma força que poderia mudar o projeto econômico.

A afirmação acima, feita pelo presidente da Central sindical que nasceu negando toda forma de cooperação entre as classes sociais, que utilizamos para abrir este capítulo, materializada na elaboração conjunta de uma proposta comum a empresários e trabalhadores, expressa uma mudança profunda na concepção e prática sindical desenvolvida pela CUT, até este episódio. Esta atitude pode ser entendida como uma crença na possibilidade de saídas comuns para trabalhadores e empresários, o que aponta para o abandono da perspectiva da luta de classes.

A partir das conversações entre Meneguelli e Mário Amato, formaram-se dois blocos. De um lado a CUT e a FIESP. Do outro, Antonio de Medeiros e o Governo. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as negociações teriam que ser tripartites, mas naquele momento preferia conversar com o governo. A disputa se dava pelo comando das iniciativas visando o *entendimento*, mas há outro aspecto a observar. Um setor assumiu a opção de uma relação de negociação direta entre capital e trabalho, mas o caminho do setor que viria a liderar a criação da Força sindical, representado por Antonio de Medeiros, preferia uma relação tutelada pelo Estado. Canindé Pegado, presidente da CGT, sentindo-se isolado, em tom de lamentação disse: “um se alia ao governo, outro se alia aos empresários, e a unidade dos trabalhadores fica prejudicada” (*Folha de S. Paulo*, 18 de nov./1990, p. B-13).

As reuniões com empresários e com o governo não ficaram imunes aos debates no interior da Central. A direção executiva da CUT nacional voltou a se reunir nos dias 21 e 22 de novembro de 1990. Por nove votos contra seis, decidiu-se pela continuidade da participação no *fórum de entendimento*, para insistir na reivindicação de pontos considerados emergenciais: indexação salarial e reposição das perdas passadas; revisão das demissões dos eletricitários e o assentamento de 15 mil trabalhadores rurais sem-terras. A pauta, então, encolheu de treze para três reivindicações (*Informa CUT*, 126). Os representantes da Convergência Socialista, Cut Pela Base, Força Socialista e Partido da Libertação Proletária (PLP) queriam que a CUT abandonasse imediatamente as negociações. Antes da reunião, sete dos quinze membros da Executiva, mais dois suplentes, divulgaram um manifesto acusando o governo Collor de aprofundar a política de arrocho, miséria e de continuidade das demissões. Para os assinantes do Manifesto, permanecer na mesa do pacto, significaria legitimar a política de miséria. Diz ainda o documento que:

Para o governo Collor e os patrões o resultado final deste Pacto não é o mais importante, o que interessa é que a CUT reconheça este Pacto como legítimo e válido. A presença da CUT no pacto social enfraquece o poder de negociações dos sindicatos, das greves e das lutas em curso [...] (*QUE A CUT SAIA DO PACTO JÁ*, nov./1990).

No dia 26 de novembro, portanto, poucos dias após a direção nacional da CUT deliberar pela permanência nas discussões do *entendimento nacional*, o vice-presidente da FIESP, Roberto Della Manna e o presidente Collor, em reunião realizada no Itamaraty, acertaram mais uma vez o adiamento da reunião que já havia sido remarcada para o dia 28 de novembro (*O Estado de São Paulo*, 27 de nov./1990). Segundo o Jornal *O Globo*, a proposta deste adiamento teria sido acertada entre o empresário Roberto Della Manna e o sindicalista Antonio de Medeiros,

articulador da Força Sindical que, apesar de ter dito que preferia fazer as conversações com o Governo, não se furtou às movimentações com o empresariado (*O Globo*, 26 de nov./1990).

No dia 04 de dezembro de 1990, finalmente, foi realizada mais uma reunião do *entendimento nacional*, após duas remarcações, na qual a direção nacional da CUT voltou a participar para insistir nos pontos considerados emergenciais da sua pauta de reivindicações. Nesta reunião foram apresentados dois documentos elaborados e assinados conjuntamente por todas as entidades empresariais e de trabalhadores que participavam das reuniões do *entendimento nacional*, à exceção da CUT, que apresentou proposta em separado. Um dos documentos, lido pelo empresário Paulo Francini – diretor da FIESP, intitulado “*Brasil, o país que queremos*”, continha propostas de longo prazo para o país. O outro documento foi apresentado pelo sindicalista Antonio de Medeiros, e tinha como título “*Esforço nacional pela estabilização*”, e apontava as condições necessárias para estabilizar a economia no curto prazo. Declarações atribuídas pela *Folha de S. Paulo* ao ministro Jarbas Passarinho, descartaram a possibilidade de atendimento às reivindicações da CUT. Para o ministro, “elas destroem o plano econômico”. Por outro lado, teria dito que “os documentos apresentados por empresários e trabalhadores são muito interessantes” (*Folha de S. Paulo*, 05 de dez./1990, p. B-1).

Segundo o mesmo jornal, os empresários só admitiriam a aceitação da proposta como um todo; pretendiam estabelecer um prazo de 48 horas para a CUT e Governo se posicionarem, ficando, no entanto, combinado uma nova reunião para a segunda-feira, dia 10 (*Ibid.*, p. B-1). Dois dias após a reunião, apesar das declarações positivas do ministro Jarbas Passarinho – articulador do Governo frente ao *entendimento nacional*, em relação ao documento dos empresários e de um segmento do sindicalismo, Antonio Kandir – secretário de política econômica do Governo, afirmou que “seriam inaceitáveis alguns itens da proposta do *entendimento nacional*” (*Folha de S. Paulo*, 06 de dez./1990, p. B-4).

Nem mesmo a proposta construída por empresários e o segmento do “sindicalismo de resultados”, viabilizou um acordo com o Governo Collor de Mello. A direção executiva da CUT, no entanto, insistiu na tática da busca de propostas construídas conjuntamente, e definiu como tarefa “manter as atuais negociações e ampliá-las em todos os níveis” (*Informa CUT – Especial*, 6 de dez./ 1990); na verdade, a busca de uma *coalizão nacional*. O *entendimento nacional* esgotou-se por exaustão. No início de 1991, o governo lançou o *Plano Collor 2*, “enterrando” a proposta do Fórum de negociações. Os debates sobre a decisão da participação da CUT neste fórum se prolongaram por todo o ano de 1991 e, como mencionamos antes, este foi o tema central do congresso, ao qual, outras questões se

vincularam, dentre elas, a suspensão da greve geral marcada para 12 de junho e que, por isto, receberam atenção nas teses apresentadas ao congresso.

Ao 4º CONCURTO (1991) foram apresentadas 16 teses; destas, apenas três (de nº 11, 12 e 15), não trataram do tema da ida da CUT às reuniões com o Governo Collor. Das treze teses que discutiram a participação da CUT nesse fórum, só a Tese 13 – *Avançar, Consolidar e Vencer*, da ARSIND, e a Tese 14 – *CUT e Sociedade: uma nova frente*, não viram problemas nesta participação, ressaltando-se que esta última não discordou da participação em si, mas condenou as circunstâncias e a forma como se deram as discussões. Para os seus defensores:

No recente entendimento com o governo, o erro não foi sentar com ele. O problema foi aprovar em assembleias a participação no entendimento e depois não puxar as mobilizações (CUT – TESES ao 4º CONCURTO, p. 102).

Assim, onze teses condenaram a participação da CUT no *entendimento nacional*, divergindo da decisão tomada no ano anterior em que a Articulação Sindical, sozinha, foi responsável pela deliberação. Destaco aqui o posicionamento de algumas correntes sindicais, selecionadas por diversos fatores, dentre eles o peso político que elas detinham no interior da Central, que se refletia no número de delegados aos fóruns da CUT, assim como na participação da sua direção nacional e em instâncias regionais. Dentre elas estão: a Articulação Sindical (ARSIND), corrente majoritária; a Cut pela Base (CpB), segunda maior força política à época, na verdade uma frente sindical, plural, mas que atuava de forma articulada em congressos, eleições sindicais, assim como em suas direções, e que mantinha um funcionamento orgânico; a Convergência Socialista (CS), corrente que havia participado da direção da CUT desde a sua fundação, apresentando um projeto global se contrapondo ao da ARSIND e que dirigia vários sindicatos; a Força Socialista, também à época uma corrente de abrangência nacional, que apresentava diferenças de concepção em relação às correntes já relacionadas, inclusive, em relação à Articulação, o que não a impedia de fazer alianças pontuais com esta corrente, e por último, a Corrente Sindical Classista (CSC), que, apesar de não estar na CUT à época do chamado *entendimento nacional*, já no 4º CONCURTO, realizado em 1991, em sua primeira participação num congresso da Central, fez o debate sobre este episódio, além de, como as demais, ser uma corrente de abrangência nacional e possuir um projeto sindical próprio.

Antecipando, em parte, as discussões que ocorreriam no 4º CONCURTO, o Partido dos Trabalhadores – PT, através da sua Secretaria Sindical Nacional, dirigida por Luiz Gushiken, realizou no dia 03 de maio de 1991 um *Debate das divergências entre os petistas no 4º CONCURTO*. Além do nível de acirramento dos debates entre as correntes, a preocupação em

realizar este evento se justificava devido à entrada da CSC na CUT, corrente sindical dirigida pelo PCdoB, e que teria no 4º CONCURTO a sua primeira participação. Deste encontro participaram, além de Gushiken, representantes de oito tendências internas do PT, estando aí contempladas as posições da Força Socialista, da Articulação Sindical e da Convergência Socialista. A Cut pela Base, por não se estruturar enquanto tendência no interior do PT, não esteve representada nos debates, estando presente apenas um membro da Democracia Socialista, tendência que integrava a CpB.

O debate realizado no 4º CONCURTO envolvendo a participação da CUT no *entendimento* nacional esteve cruzado pela avaliação da decisão de suspensão da greve geral marcada para o dia 12 de junho e pela análise do envolvimento da direção da Central na mobilização de diversas categorias no ano de 1990. Algumas correntes consideraram que o comportamento dos dirigentes da Articulação Sindical neste processo teve relação direta com a posição tomada quanto à ida ao *entendimento* com o governo e empresários.

A tese da Convergência Socialista – CS, apresentada ao 4º CONCURTO, analisando esse período, se refere a uma série de movimentos grevistas realizados ao longo de 1990.

O segundo momento do governo Collor se caracteriza então pela reação do movimento de massas ao pacote (Plano Collor), que se inicia com as lutas vitoriosas contra a redução salarial na indústria e pelas greves também vitoriosas nos setores de transporte e do funcionalismo público estadual e municipal em vários pontos do país.

Essa reação rapidamente se estendeu com a marcação de greves por categoria, como a do funcionalismo público federal, abrindo espaço para a realização de uma greve geral em 12 de junho, somente quatro meses após a posse de Collor!

[...] Infelizmente, a direção da Articulação aceita o “entendimento” com o governo e suspende, sem consulta às bases e contra a opinião da maioria das entidades nacionais filiadas, a greve geral de 12/6. Isto abre um período de derrota para as greves e gera insegurança em várias categorias que acabam não saindo à luta.

[...] Com a greve dos bancários dos bancos privados, que rompe o Plano e arranca reposição, o quadro começa a mudar. Depois vêm os metalúrgicos do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, que arrancam reajustes acima da Medida Provisória. Estas vitórias geram uma dinâmica sistemática de reajustes em todo o setor privado da economia (TESES ao 4º CONCURTO, p. 39).

A Convergência Socialista considerou que as greves realizadas no primeiro semestre de 1990, com resultados positivos em diversas categorias, abriam uma tendência à ampliação do movimento grevista, o que teria dado base à convocação de uma greve geral. Esta corrente fez uma crítica à decisão da Articulação de desmarcar a greve geral, inclusive, sem um processo

anterior de consultas. Para a CS, esta decisão estava ligada à disposição de aceitar o convite do governo ao *entendimento*, o que teria influenciado negativamente os trabalhadores, gerando insegurança e assim, revertendo a tendência de ascenso. Referindo-se às greves realizadas no período de jun. a ago./1990, a CS diz que:

Enquanto estava sentada à mesa do ‘entendimento’, se preparando para tal, a maioria da direção desprezava as mobilizações, impedindo assim que se unificassem as greves, deixando-as isoladas, facilitando o trabalho do governo e dos patrões de tentar derrota-las (Ibid., p. 41).

Exemplificando o comportamento da direção de manter isoladas as greves do período, a CS condenou o descaso da CUT em relação à greve da CSN. Para esta tendência:

O companheiro Meneguelli, presidente da Central, não compareceu um dia sequer à importante greve da CSN em julho/90, que durou várias semanas (TESES ao 4º CONCUR, p. 41).

A Cut Pela Base, na sua Tese 16, também condenou o cancelamento da greve geral marcada para 12 de junho. Para a CpB a greve teria sido desmarcada “à revelia dos passos concretos que se davam na sua preparação em todos os estados” (TESES ao 4º CONCUR, p. 109)” e fez uma avaliação parecida com a da CS quanto ao comportamento da direção da CUT, que teria ficado alheia às lutas isoladas que as categorias conseguiam realizar. Para a CpB:

O ano de 1990 foi de resistência à ofensiva neoliberal [...] mas as lutas foram travadas de forma dispersa, atomizada, setoriais ou por categorias. Não teve a classe trabalhadora uma direção que centralizasse e coordenasse unitariamente e de uma só vez a energia de milhões de grevistas (TESES ao 4º CONCUR, p. 115).

A compreensão, tanto da CpB quanto da CS, de que o episódio do *entendimento nacional* não foi um ato isolado, se faz presente também na Tese 1 – *Pela unidade classista dos trabalhadores*, apresentada ao 4º CONCUR pela Corrente Sindical Classista. Para a CSC, vários episódios indicavam que a CUT estava “a caminho do pacto”.

Já no Seminário Nacional, em março do ano passado [1990], o debate sobre a política sindical dos anos 90 foi marcado por estranhas propostas. Dizia-se que é preciso ‘abandonar a grevilha’; ter um projeto global com alternativas de desenvolvimento econômico, político e social a médio e longo prazo; concentrar-se na busca da redistribuição de renda, com metas de participação dos salários na renda nacional [...] (TESES ao 4º CONCUR, p. 10).

Para os assinantes desta tese, estas ideias reapareceram na Plenária Nacional de agosto de 1990, mas foram rejeitadas. A Plenária “aprovou um plano de lutas, a pauta de 13 reivindicações, um calendário de mobilizações e a ideia de uma campanha salarial nacional. Porém, em vez de aplicar as decisões, a direção da CUT decidiu, na boca das urnas de 3 de outubro, aceitar o convite do governo para o *pacto* ou *entendimento nacional*” (Ibid., p. 9).

A CSC condenou veementemente a decisão da Central Única dos Trabalhadores de ir às reuniões do entendimento nacional. Para ela, “a CUT não tinha o que fazer no pacto [...] Da CUT ele [Collor] queria adesão, apoio ou, no mínimo, neutralidade. Não havia lugar para ilusões [...] Era público o convite ao *pacto social* apelidado de *entendimento nacional*, muito diferente de uma negociação de campanha salarial ou convenção coletiva” (Ibid., p. 9).

Vimos anteriormente, que o PCdoB foi um dos setores que se posicionaram contrários à concepção sindical que deu origem à CUT, tendo, posteriormente, participado da criação da CGT. Faz-se necessário, portanto, atentar para o fato de que esta CSC, em 1991, oposta à virada da Articulação Sindical, e expressando posicionamento político que indicava uma aproximação dos setores à esquerda da CUT, é o mesmo PCdoB que, no início dos anos 80 exercia uma prática sindical que o distanciou do *Novo Sindicalismo*, exatamente por ser articulador de um outro projeto estratégico.

À visão de que o movimento sindical precisava “aprender a dizer sim”, a CSC se posicionou defendendo que a CUT não poderia se limitar às lutas reivindicatórias; que ela deveria ter uma resposta para os problemas do país, mas que não teria cabimento transformá-la em um órgão de gestão das crises do capitalismo.

A Tese 8 – apresentada pela Força Socialista ao 4º CONCUT, fez uma análise da conjuntura nacional e internacional; discutiu uma estratégia para a CUT e fez um balanço da atuação da direção, inclusive, tratando da ida da Central ao *entendimento nacional*, mas não se referiu em nenhum momento à suspensão da greve geral de junho de 1990. Entretanto, no debate interno ao PT, realizado pela Secretaria Sindical no dia 03 de maio de 1991, Antonio Carlos de Andrade – representante desta corrente, fez esse debate:

Em 90, foi um erro a desmarcação da greve geral, porque qualquer que fosse o tamanho daquele protesto, estaríamos colocando a classe trabalhadora no centro da conjuntura. Aí está um aspecto da incoerência da Articulação. A análise que se fazia sobre o projeto econômico de Collor já era por demais conhecida. No entanto, preferiu-se a desmarcação daquele protesto [...] (PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Sindical Nacional, 1991, p. 6).

Além do posicionamento da Cut Pela Base, da Convergência Socialista, da Corrente Sindical Classista e da Força Socialista, contrários à desmarcação da greve geral de junho 1990, outras teses apresentadas ao 4º CONCUT condenaram esta posição da direção nacional da CUT, a exemplo das teses de nº 3, 4, 6, 9 e 10. Esta última afirmou que “a desprogramação da greve geral indicada para 1990, e em curso de encaminhamento, ocorreu mediante a disposição do governo para o *entendimento*” (TESES ao 4º CONCUT, p. 77).

Já os defensores da tese 9 - *CUT pra lutar* classificaram a ida da CUT ao *entendimento nacional*, “um salto de qualidade pra trás”, e questionaram: “Será que o pacto social de Collor era diferente do que o 3º CONCUR definiu como ‘pacto de desigualdade onde os trabalhadores só têm a perder?’” Indo além da discussão sobre a decisão da ARSIND de participar do *entendimento nacional*, os assinantes dessa tese questionaram a inclusão da “estratégia” como tema para os debates. Esta foi a primeira vez, após sua fundação, que a CUT incluía no seu Congresso, a “estratégia” como tema para os debates. A Tese 9 trata assim esta questão:

Nos Princípios e compromissos da CUT está a defesa da mais ampla democracia; total independência frente ao Estado, partidos e religiões; solidariedade internacional com o movimento dos trabalhadores em todo o mundo; unidade dos trabalhadores com as lutas do movimento popular da cidade e do campo; lutar pela emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista. Eis aqui, de forma resumida, a **estratégia** da CUT. *Se foram sobre essas bases que a CUT cresceu e se construiu, por que então está na pauta do 4º Concur o ponto de Estratégia? Qual o debate aguarda os delegados?* (TESES ao 4º CONCUR, p. 69. Grifo meu).

Os assinantes da Tese 9, nesta passagem, expressaram suas preocupações com as proposições que seriam apresentadas ao Congresso nacional da CUT, uma vez que a sua compreensão era de que a estratégia da Central Única dos Trabalhadores já estava definida. Se este tema passava a ser ponto de debates, pressupunha-se que estas definições poderiam ser questionadas. Ao discordarem da oportunidade desta discussão, os membros da tese *CUT pra lutar* apresentaram a compreensão de que precisaria ser debatida qual a tática a ser usada a serviço de uma estratégia, que já fora definida desde a fundação da Central.

A análise de conjuntura presente na tese da Articulação sindical apresentada ao 4º CONCUR identificava um esgotamento das fontes de financiamento do modelo econômico que vigorou no Brasil desde o pós Guerra; um modelo que teria permitido uma enorme taxa de crescimento capitalista, combinada com uma brutal concentração de renda (TESES ao 4º CONCUR, p. 93). Diz ainda a Tese 13 que um balanço do Governo Collor revelava o agravamento da crise brasileira, levando à recessão, desemprego, arrocho salarial, etc., e que o aprofundamento da recessão poderia levar a um quadro capaz de gerar uma situação de explosividade social (Ibid., p. 95). Para os membros da ARSIND, a persistência e agravamento da crise brasileira impunham novos desafios para a CUT.

[...] Só é possível superar a instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais que permitam o combate ao projeto neoliberal e a construção coletiva de um projeto alternativo no campo democrático e popular (TESES ao 4º CONCUR, p. 92).

A partir desta compreensão, a Articulação Sindical passou a considerar que o centro dos debates nos anos 90 seria a retomada do desenvolvimento, e que a CUT deveria “intervir decisivamente neste debate”.

Foi a partir da proposta de busca de um projeto global alternativo para toda a sociedade, apresentada pela ARSIND desde o Terceiro CONCUR, que as correntes sindicais em oposição à Articulação fizeram a leitura de que a ida da CUT ao *entendimento nacional* fazia parte da estratégia de parceria entre o capital e o trabalho, e que esta decisão seria apenas o ponto de chegada de um caminho que vinha sendo pavimentado.

A Articulação Sindical buscou sustentar a postura de ter ido às reuniões do *fórum nacional de negociações* como uma decisão correta, com vários argumentos. Atacou “setores minoritários” que estariam confundindo propositadamente e de má fé, negociação com ‘pacto social; e defendeu esta política, como uma tática de comparecer às reuniões para disputar com o governo e empresários, e transformar num fórum de negociações e impor a pauta de 13 pontos aprovadas na plenária de agosto de 1990, aquilo que se pretendia um espaço para referendar a política do governo. Para a ARSIND, frente à ofensiva do governo Collor, “não bastavam apenas lutas isoladas por categorias, seria necessária uma ação conjunta onde a CUT centralizasse um processo de mobilização/negociação [...]” (TESES ao 4º CONCUR, p. 90). Resoluções do 3º CONCUR e da Plenária de agosto de 1990 foram usadas para tentar respaldar a posição de participar das reuniões do *entendimento*:

Cumprindo as resoluções do 3º CONCUR, que definiram a nossa Central como entidade sindical que negocia representando a classe, e partindo das definições da Plenária de agosto, que compreendeu a necessidade de *atacar* o projeto Collor em todos os espaços, a CUT, após uma consulta às suas instâncias de base, compareceu ao Fórum de negociações com o governo, empresários e outros setores do movimento sindical (ARSIND, TESES ao 4º CONCUR, p. 90).

Considero frágeis os dois elementos a que a ARSIND recorreu para justificar a decisão adotada. Primeiro, a tarefa de negociar em nome da classe é intrínseca às funções de uma entidade sindical, principalmente de grau superior como é uma central. Assim, ela não precisaria desta autorização do Congresso da entidade. Por outro lado, “atacar o projeto Collor em todos os espaços” estava longe de ser uma sinalização para a ida a fóruns tripartites. Ao contrário, o 3º CONCUR posicionou-se expressamente contra o *pacto social*, entendendo que “num pacto entre desiguais os trabalhadores só têm a perder”. Já nas Resoluções da Plenária de agosto de 1990 estava contido um Plano de Ação que apontava para uma greve geral, definição oposta ao *fórum de entendimento*, como podemos ver na transcrição abaixo:

É preciso transformar toda experiência de luta e organização que acumulamos nos nossos sindicatos de categorias numa “campanha salarial” da classe trabalhadora, impulsionando a solidariedade de classe e uma cultura de ações unitárias e intersindicais. Somente com essa trajetória estaremos de fato criando as bases para a efetivação de formas de lutas gerais, construindo a greve geral nacional (INFORMA CUT – Plenária Nacional, 1990, p. 12).

Para a Articulação, no entanto, a participação da CUT nas reuniões do *entendimento* “foi um obstáculo decisivo para os objetivos do governo [...] a CUT contribuiu, assim, para o isolamento do Governo Collor [...] ao mesmo tempo em que se credenciou junto à sociedade e ao conjunto da classe trabalhadora para desenvolver uma política de combate global ao projeto neoliberal, que *possibilitou dentre outras coisas, a constituição do Fórum Nacional contra a Recessão*,⁴⁶ a partir do chamamento da CUT” (TESES ao 4º CONCUR, p. 91).

No que diz respeito à avaliação do Governo Collor, a Articulação Sindical sustentou que a resistência da sociedade, o agravamento da crise, a debilidade das bases de sustentação e o autoritarismo de Collor levavam o governo para o isolamento e para o descrédito junto à opinião pública (Ibid., p. 95). Teria sido então, a ida da CUT ao *Fórum de Negociações* o elemento responsável pela consolidação deste isolamento? Os pronunciamentos de Jarbas Passarinho, Antonio Rogério Magri, Mário Amato e de Antonio de Medeiros, levam a outra compreensão. Para eles, sem a CUT o governo não teria interlocutor com legitimidade para tentar um *pacto*!

Durante a Plenária de agosto de 1990, o painel apresentado pelo assessor da CUT, Carlos Augusto Gonçalves Jr., já identificava as dificuldades enfrentadas pelo governo Collor para articular importantes setores dominantes, pela relativa perda de credibilidade e pela falta de sintonia do governo com o Congresso e o Poder Judiciário. Naquele painel apresentado pelo assessor da Central, percebe-se um quadro que mostra um relativo isolamento do governo. E mais: a oposição de setores organizados da sociedade tendia a aumentar as dificuldades políticas do governo. No entanto, o caminho adotado foi o “*entendimento*”, a suspensão da greve geral, o andamento isolado das greves e, na sequência, a busca de um projeto elaborado conjuntamente com o empresariado, e a constituição de mais um fórum, desta vez contra a recessão conjuntamente com setores liberais da política nacional.

⁴⁶ O Fórum contra a recessão foi uma articulação política, por iniciativa da CUT, envolvendo Oréstes Quércia do (PMDB), Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola e César Maia (PDT), e Aloísio Mercadante (PT), que visava buscar saídas para a recessão econômica. As iniciativas se deram, inclusive, no Congresso Nacional, onde uma política salarial proposta pelo deputado Aloísio Mercadante conseguiu a adesão de todo este bloco.

Apesar de enfrentar a oposição das demais correntes, os posicionamentos apresentados pela Articulação Sindical foram incorporados às resoluções do 4º CONCUR. Portanto, a instância máxima da entidade, diferente de outros fóruns, em momentos anteriores, referendou esta política, que passou a fazer parte da nova estratégia da Central. No ponto de *Estratégia*, que recebera críticas quanto à oportunidade de inclusão na temática do Congresso, as resoluções, apesar de ainda no primeiro parágrafo reafirmar “seu objetivo de superação do capitalismo e pelo socialismo”, de conjunto incorporaram a tese da Articulação. São referendadas posições visando “superar a instabilidade econômica e social [...] alcançar novos padrões de distribuição de renda e uma nova qualidade de vida para os trabalhadores a partir de soluções globais [...]”. E afirma que a CUT deve intervir decisivamente no debate sobre a retomada do desenvolvimento, “atualizando seu discurso”. Vários dos eixos considerados centrais da nova estratégia estavam voltados para uma política que mantinha relações com o Estado, a partir da compreensão do “papel insubstituível do Estado na retomada do desenvolvimento econômico e na solução dos grandes problemas sociais” (Resoluções do 4º CONCUR, 1991, p. 6).

Até o inédito “Termo de Compromisso” assinado em abril de 1990, vimos que havia uma correspondência entre as resoluções da Central e a sua prática cotidiana; ideias novas passaram a circular nos seus fóruns, mas foram rejeitadas, e ações da Central, a exemplo da greve geral de 14 e 15 de março de 1989, negaram na prática o convite ao *pacto social* e afirmaram as ações diretas. Agora, entretanto, após participar de um fórum considerado por todas as demais correntes como de conciliação de classe, contrariando suas deliberações anteriores, as resoluções da Central consideraram como necessária e positiva esta decisão.

As resoluções do 4º CONCUR apresentaram posições conflitantes entre si. Ao mesmo tempo em que “reafirma as resoluções do 3º CONCUR de que não pode haver pacto entre desiguais e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder” (Resoluções do 4º CONCUR, 1991, p. 10), foram aprovadas propostas que, se por um lado contrariam esta afirmação, por outro tenta recriar a memória da Central, apresentando as novas elaborações como se fosse uma prática antiga. O *Balanço político*, referindo-se aos anos 80, apresenta como positivo que a Central tenha incorporado entre suas bandeiras, a questão do crescimento econômico e a distribuição de renda; apresenta o 3º CONCUR como um marco na história da CUT, pois “ao explicitar sua concepção sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas, de luta e pela base, avançou na construção da Central como direção sindical dos trabalhadores”. E na sequência, apresenta as alterações estatutárias, sugerindo que estas teriam contribuído para a CUT consolidar este perfil sindical; no *Balanço político* encontramos também uma

avaliação positiva da decisão de ida ao *entendimento nacional* (Resoluções do 4º CONCUR, 1991, p. 4-5); e no *Plano de ação da CUT*, após ter dito que “A CUT reafirma as prioridades definidas no Terceiro Concut, que se mostraram corretas e que continuam atuais”, decide empenhar todos os esforços para: *frente à conjuntura nacional*, “[...] ampliar o ‘Fórum Anti-Recessão’ [...] elaborar propostas referentes às reformas nas áreas de política industrial [...] Deve ainda, reivindicar sua participação nos conselhos e fóruns de decisão públicos e o direito de acesso à informação” (Ibid., p. 10). Estas resoluções da Central foram decisivas para os próximos passos da Central Única dos Trabalhadores na trilha da colaboração de classes, assim como, confirmaram as preocupações dos assinantes da tese 9, quanto ao questionamento à inclusão da Estratégia na temática do Congresso.

3.3 - Do *entendimento*, às câmaras setoriais e aos conselhos de políticas públicas

No dia 04 de abril de 1992, foi realizada uma assembleia dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, contando com mais de 2.500 trabalhadores presentes, para discutir a proposta de acordo da câmara setorial do complexo automotivo. Na opinião dos editores do Jornal *Convergência Socialista*, “Nesta assembleia, mais que uma discussão de campanha salarial, se expressaram dois projetos para enfrentar a crise do país” (Convergência Socialista, 1992, p. 6). Dentre os presentes e defensores da proposta acordada com os empresários estavam os representantes da Articulação, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e membro da direção nacional da CUT, João Avamileno – presidente do Sindicato de Santo André, Heiguiberto Navarro, o Guiba – presidente da Federação dos Metalúrgicos da CUT/SP, e o deputado federal do PT, Aloízio Mercadante. Dentre os que se pronunciaram contrários ao acordo, estavam Antonio Donizete, Toninho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, e Eliezer, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, representantes, respectivamente, da Convergência Socialista e Cut pela Base. Além desses dois dirigentes cutistas, também se pronunciou contrário ao acordo, considerando-o ruim, “por não garantir estabilidade”, Narciso Inácio da Silva, o Cidão da Força Sindical. Segundo o mesmo jornal, o presidente da Federação dos Metalúrgicos da CUT/SP “com o objetivo de jogar desconfiança na proposta que rejeitava o pacto, agitou que até a Força Sindical estava contra” (Ibid., p. 6). Tentava assim, associar a posição contrária ao acordo, à posição dos *pelegos*, que na verdade estava contrário apenas a um aspecto da

proposta, importante, que é o da estabilidade no emprego, mas que não se opunha de conjunto ao seu conteúdo.

A proposta foi aprovada quase por unanimidade, após Vicentinho defendê-la, incluindo à proposta original o item da reposição salarial, que não estava contemplada. Vicentinho teria dito que “não deveríamos pensar pequeno, discutindo índices; o sindicalismo devia pensar grande, apresentando propostas para o país” (*Convergência Socialista*, 1992, p. 6). Ao final, após a votação, convidado a falar, Luiz Inácio Lula da Silva teria defendido o acordo e elogiado Vicentinho “por ter a coragem de discuti-lo com os patrões e o governo” (Ibid., p. 6).

Um relatório da ONU sobre as corporações transnacionais no Brasil afirmava que ‘1990 e 1991 haviam sido especialmente ruins para o setor brasileiro de manufaturas’. O DIEESE indicava que o nível de emprego registrava uma queda de 14% no período de um ano e, em junho de 1991, o Sindicato dos Metalúrgicos havia sido informado da decisão da Ford de fechar a divisão de motores de São Bernardo, o que resultaria na demissão de cerca de 700 funcionários (ARBIX, 1996, p. 68 – 74). Glauco Arbix nos informa com detalhes sobre a ida de Vicentinho aos Estados Unidos, juntamente com uma delegação do Sindicato dos Metalúrgicos, pedir pelo não fechamento da unidade da FORD (Ibid., p. 68). Nos Estados Unidos, o contato com representantes da empresa teria sido desanimador, e uma visita à cidade de Detroit teria deixado os membros da comitiva “profundamente tocados pela degradação da cidade, com a profusão de pedintes, sem-teto, desempregados e os galpões e fábricas desativadas, do outrora mais avançado centro mundial do automobilismo. A identificação quase que automática de Detroit com o ABC teve o impacto de um pesadelo para a comitiva” (Ibid, p.72). Ainda nos Estados Unidos, a partir de um contato com Rubens Ricúpero, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, teria sido agendada uma reunião com o ministro da economia Marcílio Marques Moreira. No dia 27 de novembro de 1991, três dias após a volta, a delegação, juntamente com dois deputados federais do PT, teria se reunido com o ministro da economia, que teria proposto a reativação da câmara setorial (Ibid., p. 73).

No dia 11 de dezembro de 1991, reuniram-se em Brasília representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores. “Era o prelúdio da câmara setorial [...] apesar das enormes diferenças de opinião, nenhum dos participantes impôs qualquer pré-condição para discutir um programa de médio e longo prazos para a recuperação do setor automobilístico [...]” (Ibid., p. 73). Foram formados cinco grupos de trabalho e uma coordenação que, no dia 17 de dezembro de 1991, na sede do Ministério da Fazenda, em São Paulo, teria dado início aos trabalhos da câmara do setor automotivo. Para Glauco Arbix:

A viagem aos Estados Unidos foi determinante no processo de alteração do comportamento do Sindicato [...] A decisão de participar da câmara setorial foi possibilitada pela compreensão de que, sozinhos, os trabalhadores metalúrgicos não conseguiriam segurar seus empregos, seus salários nem seus direitos de cidadão. Pelo menos naquele momento (Ibid., p. 73).

Os vários segmentos que participaram da câmara setorial moveram-se autonomamente, em função de uma decisão própria [na ausência de coerção estatal], assumida livremente como a mais adequada nas circunstâncias dadas (Ibid., p. 75).

Na sequência de suas reflexões, Glauco Arbix, tentando responder à indagação de “por quanto tempo” duraria essa experiência, conclui que:

Evidentemente, para dar certo, a via não pode ser de mão única. Não se tratava de anular os conflitos por mágica, nem de fazê-los desaparecer por decreto. Mas, evidentemente, a troca de poderes implicaria um certo constrangimento da autonomia de cada um dos envolvidos. Em outras palavras, benefícios comuns só seriam alcançados se houvesse uma repartição dos custos (Ibid., p. 76).

Independente da necessária análise dos resultados imediatos para os trabalhadores, no que se refere à manutenção do nível de emprego e à remuneração da sua força de trabalho, além da apreciação dos resultados obtidos pelo segmento empresarial com esta experiência das câmaras setoriais, importa observar que esta reflexão apresentada acima nos remete a várias questões que contrariam decisivamente os princípios que deram origem à CUT: o da autonomia dos trabalhadores frente aos governos e patrões, a convicção de impossibilidade de benefícios comuns para trabalhadores e empresários, e a expressa negativa à aceitação a assumir ainda mais os custos das crises, repartindo-os com os empresários. Este, na verdade, foi o verdadeiro conteúdo do debate realizado no dia 04 de abril de 1992, na assembleia dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, em que a proposta acordada no âmbito da câmara setorial do complexo automotivo foi aprovada.

O intenso debate realizado entre as correntes sindicais que atuavam no interior da CUT, quanto à participação, ou não, nas câmaras setoriais, antes e durante a vigência desta, não foi traduzida nas resoluções da 5ª Plenária Nacional da CUT, realizada entre 15 e 18 de julho de 1992, em São Paulo. Naquela Plenária, a CUT *reafirmou* a orientação de participação nas câmaras setoriais, ao final de um texto em que apresenta uma *Análise de conjuntura* centrada na avaliação do desenvolvimento da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava denúncias de corrupção no governo Collor, e que na sequência conclamava diversos setores “democráticos e populares” à mobilização, com um roteiro de treze pontos, sendo que o último destes, e única passagem que trata das câmaras setoriais, diz que: “13. A CUT reafirma a orientação pela participação nas câmaras setoriais como espaço onde se

disputa com o projeto neoliberal de reestruturação produtiva e modernização conservadora e onde os sindicatos, representando os trabalhadores e alicerçados na sua mobilização, buscaram deter a implantação desse projeto e acumular forças no sentido de um projeto alternativo, através de novas conquistas trabalhistas e sociais” (CUT, 1992, p. 3).

Para Andréia Galvão (1996, p. 75-76) uma multiplicidade de fatores condicionaram as mudanças sofridas pelo sindicalismo cutista. Voltaremos a esta questão mais adiante, ao dialogarmos com alguns autores que apresentaram explicações para as mudanças que se realizaram na CUT. Por ora, nos deteremos na caracterização que esta autora fez do novo momento então vivido pela CUT. Andréia Galvão entende que, “as dificuldades colocadas por essas transformações para o conjunto dos sindicatos *progressistas* fizeram com que uma parte da liderança sindical cutista passasse a buscar saídas setorializadas para os problemas econômicos que se avolumaram após a abertura comercial promovida pelo governo Collor” (1996, p. 76). Este novo caminho teria gerado um “conflito de interesses entre diversos setores da classe trabalhadora” (Ibid., p. 77). Segundo Andréia Galvão:

Em maio de 1993, além do complexo automotivo, a CUT (através de seus sindicatos, federações e confederações) integrava as câmaras do complexo eletrônico, construção naval, construção civil e software, e estudava ingressar nas câmaras do complexo químico, bens de capital, siderurgia e eletrodomésticos.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC chegou a participar de quatro câmaras setoriais: a do complexo automotivo, a de bens de capital, a de eletrodomésticos, e a do setor de tratores, máquinas e implementos agrícolas, esta última, formada no final de 1993, a partir de uma dissidência da câmara do setor automobilístico (GALVÃO, 1996, p. 107).

O que se quer ressaltar aqui é que, ao assumir a diversidade existente entre os setores industriais metalúrgicos como critério de negociação, o sindicato perdeu de vista a possibilidade de se firmar acordos abrangentes, em torno de condições mínimas, as quais forneceriam um parâmetro para toda a categoria [grifo da autora] (Ibid., p. 108).

Ao invés da tendência à ação unificada de amplos setores da classe trabalhadora – que caracterizou o ‘novo sindicalismo’ desde sua emergência até o final dos anos 80 – intensificou-se uma tendência oposta: a da ação fragmentada, em que os diversos segmentos de trabalhadores se voltam para seus problemas específicos e valem-se dos meios de que dispõem para lutar por seus interesses exclusivos (Ibid., p. 111. Grifos da autora).

Necessário destacar que este foi um caminho pavimentado pela política da maioria da direção da CUT, de evitar o confronto com o governo e com o empresariado, se propondo a um comportamento propositivo. Além das conclusões da autora, é indispensável afirmar que esta política vai no sentido inverso àquele em que o trabalhador, na experiência concreta de

enfrentamento com a classe proprietária aprofunda o sentimento de pertencimento à classe trabalhadora, e percebe a identificação de interesses entre governo e empresários.

Acredito que as experiências aqui retratadas, envolvendo o “Termo de compromisso”, assinado pela CUT em abril de 1990, a participação da CUT no *entendimento nacional* com o governo Collor, também em 1990, e as experiências das câmaras setoriais, enquanto fóruns *tripartites*, iniciadas em 1992, comparadas com a trajetória anterior da Central Única dos Trabalhadores e suas definições estratégicas aprovadas nos seus primeiros anos, tenha conseguido dar uma dimensão dessa reorientação sindical. No entanto, podemos afirmar que em diversos outros aspectos, é possível acusar mudanças na prática da CUT, que se relacionam com a mudança de concepção da Central.

As alterações estatutárias aprovadas no 3º CONCUR, realizado em 1988, e aplicadas no 4º CONCUR em 1991, provocaram mudanças na periodicidade dos congressos, aumentando seu intervalo de dois para três anos; a relação da base representada nos congressos afetou o número de delegados, ao ponto de, mesmo com a entrada na CUT, em 1990, dos sindicatos vinculados à Corrente Sindical Classista, o número de delegados ter reduzido de 6244 em 1988, para 1918 delegados em 1991. Esta realidade também influenciou no percentual de trabalhadores de base presente ao Congresso, em relação ao número de dirigentes de entidades, o que afetou principalmente as oposições sindicais, provocando forte impacto na composição deste fórum de formulação e deliberação sobre a política da entidade. É importante chamarmos atenção para a relação que existia entre a participação direta da base nas ações e deliberações da CUT nos seus primeiros anos, com as características e definições estratégicas que esta Central assumiu. A participação da base expressava a negação do sindicalismo de cúpula, portanto, esta foi uma mudança com grande significado para a CUT.

O 4º CONCUR, o primeiro a aplicar as novas regras estatutárias definidas em 1988, foi o último a ter um caderno de teses em que cada uma das diversas correntes pudesse apresentar suas formulações globais envolvendo toda a temática do congresso. Para o 5º CONCUR, realizado em 1994, foi elaborada uma “Tese-básica” escrita pelos membros da Executiva Nacional (um texto único com as divergências que se mantiveram ao nível da direção).

As análises e propostas contidas no ‘caderno de tese’, receberam contribuições dos Cecuts, as quais foram debatidas e aceitas pelos membros da Executiva Nacional. Apenas os pontos que ainda permaneceram divergentes serão discutidos no plenário. Detalhe, não haverá grupos de discussão. Tudo será debatido em plenário (Informa CUT, 1994, p. 2).

Em um Manifesto dirigido “aos delegados da esquerda do V CONCURTO”, a corrente política Causa Operária, também participante do Congresso, fez uma dura crítica à dinâmica dos trabalhos, proposta para o evento.

O V Concurto está marcado desde a sua fase de preparação (6ª Plenária Nacional, Cecut's etc.) pela tentativa de sua direção majoritária - a Articulação - e de alguns setores da oposição de apresentá-lo como o 'Congresso da unidade' [...].

[...] A apregoada unidade consiste, de fato, num pretexto para impor novos e maiores limites à democracia interna na CUT. Trata-se de uma decisão política para ocultar os graves problemas políticos existentes e cassar ainda mais a expressão da vontade das bases no interior da Central (CAUSA OPERÁRIA, 1994, p. 1).

A discordância expressada acima pelos membros da Causa Operária decorre da sistemática adotada a partir deste 5º Congresso, pois impedia que cada corrente apresentasse sua tese, criando dificuldades para a apreciação das diferentes concepções por parte da maioria dos trabalhadores, e privilegiou a corrente majoritária, única que pode apresentar a sua tese global. Esta sistemática foi mantida para o Congresso seguinte, para o qual foram elaborados dois cadernos, um com o texto da direção nacional e outro contendo as emendas apresentadas à direção nacional ou debatidas nos Cecut's e que obtiveram um mínimo de 20% dos votos. Quanto à forma de funcionamento do congresso, cabe registrar que o desaparecimento dos grupos de discussões - grupos menores - reduziu ainda mais as possibilidades de intervenções por parte de trabalhadores de base, especialmente aqueles ainda não acostumados às discussões nas grandes plenárias.

Mas a crítica à “unidade artificial” também foi motivada pela disposição que havia entre setores da oposição, depois confirmada, de ceder à pretensão da Articulação de construção de uma chapa única de consenso das correntes políticas para a escolha da direção, o que significaria eleger Vicentinho, por unanimidade, para a presidência da Central. Diante desta possibilidade, a Causa Operária denunciou que ‘Querem o aval da esquerda para o dirigente que defende a ‘unificação das três maiores centrais sindicais do país’ (Ibid.). A *Folha de S. Paulo* havia publicado no primeiro dia do 5º CONCURTO, trechos de uma entrevista concedida por Vicentinho, em que este teria dito:

Os empresários têm uma só central nacional, e *eu vou trabalhar para que tenhamos um movimento sindical totalmente unificado no país* [...] quem está me elegendo sabe que acredito na negociação, inclusive, com outros sindicalistas (Folha de S. Paulo, 19 de maio/1994, Caderno 1, p. 9).

A disposição expressada pelo então candidato e posterior presidente da Central Única dos Trabalhadores não levou em consideração os debates que precederam à criação da Central, em

que esteve em pauta a concepção de central que se pretendia construir, nem o processo e motivações que resultaram no posterior fracionamento dos segmentos que ficaram de fora da CUT.

Vimos que os setores que não participaram do CONCLAT - 1983 criaram uma “Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora” que, em março de 1986, modificou o seu nome para Central Geral dos Trabalhadores – CGT. No interior desta CGT haviam grandes divergências, relacionadas, principalmente, à estrutura sindical e ao relacionamento com o governo, mas comparando-se com a concepção e a prática cutista as diferenciações eram muito maiores. Além dos sindicalistas ligados ao PCB, PCdoB e MR-8, desta Central também fazia parte a corrente dos “sindicalistas de resultado”, que tinha como lideranças, Antonio Rogério Magri, Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e Luís Antonio Medeiros, que sucedeu Joaquinção na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Numa plenária nacional da entidade, realizada em janeiro de 1988, a facção ligada a Magri e Medeiros derrotou o grupo ligado ao PCdoB numa disputa envolvendo as propostas a serem defendidas na Constituinte, relacionadas à estrutura sindical. O PCdoB abandonou a Plenária e, no mesmo ano, criou a CSC – Corrente Sindical Classista, que realizou seu Primeiro Congresso Nacional em fevereiro de 1989. No II Congresso Nacional da Corrente Sindical Classista, realizado em março de 1990, foi aprovada a proposta de ingresso na CUT, passando a atuar no seu interior como uma tendência sindical (RODRIGUES, 1991, p. 35).

Em setembro de 1988, já após a saída do PCdoB, a CGT decidiu mudar o nome, de Central para Confederação Geral dos Trabalhadores, provavelmente, uma forma de viabilizar o acesso aos recursos do imposto sindical. As disputas ocorridas no Segundo Congresso da CGT, realizado em abril de 1989, provocou outro rompimento, desta vez entre os militantes vinculados ao PCB e MR-8 e o segmento ligado a Antonio Rogério Magri. O estopim da cisão foi a vitória de Magri na disputa para a presidência da CGT, derrotando Joaquinção, que era apoiado pelo PCB e MR-8. O setor derrotado construiu outro congresso, criou sua Central, que retomou o nome de Central Geral dos Trabalhadores – CGT, e elegeu Joaquinção para presidente. A CGT de Magri manteve o nome de Confederação (Ibid., p. 35).

Do interior das duas CGT's saíram os sindicalistas que lideraram a construção da Força Sindical, em março de 1991, dentre eles Luís Antonio Medeiros, levando para esta nova central o peso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Mas, além de algumas grandes e importantes entidades sindicais, ela contou também com “uma massa de ‘sindicatos de carimbo’: sindicatos pequenos, com menos de 500 associados, alocados em setores de pouca

capacidade de pressão [...] e cuja maioria dos dirigentes – 67% do total – jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical, de qualquer congresso sindical [...] e 84% dos delegados ocupavam cargos de direção na máquina sindical oficial [...] e 10% dos delegados eram diretores sindicais há mais de dez anos [portanto], desde o período da ditadura militar, quando quase todos os sindicatos estavam ocupados por pelegos” (BOITO JR, 1999, p. 182-183). Ainda sobre esta Central, assim se pronunciou Boito Júnior:

O que a distingue do velho peleguismo varguista é que se trata de um peleguismo a serviço de governos neoliberais reacionários, e não de governos populistas (BOITO JR, 1999, p. 182).

Além de outros segmentos do sindicalismo brasileiro, a exemplo de sindicatos, federações e confederações ligados ao setor de empregados no comércio, foi a este universo de sindicalistas que Vicentinho acenava, em 1994, na perspectiva de unificação em uma única central sindical. A CSC já havia entrado em bloco na CUT, assim como diversos sindicatos influenciados pelo PCB, num momento em que a Central Única dos Trabalhadores já vivenciava importantes mudanças, assim, uma unidade com esta gama de sindicalistas, com uma prática e uma trajetória tão distintas em relação à CUT, não pode ser dissociada da manifesta disposição a aprofundar as mudanças que estavam sendo implementadas na Central. Outra importante mudança experimentada pela Central Única dos Trabalhadores foi a das suas relações internacionais, tema que gerou um grande debate no 4º CONCUT, realizado em 1991. Este Congresso ocorreu numa conjuntura mundial complexa. Encontrava-se em curso a desintegração da União Soviética com o conseqüente desaparecimento do chamado “campo socialista”. Nas palavras de Robério Paulino:

Há quase vinte anos, acontecia o que ninguém acreditava ser possível, tanto no chamado bloco socialista, como no mundo capitalista: a desintegração da URSS. Uma nova e poderosa formação social, que se propunha superar o capitalismo, que obteve progressos econômicos, científicos e sociais impressionantes, que dividiu o mundo em dois e marcou decisivamente a política e a vida de todas as gerações do século XX, entrou em colapso [...] os países que dela derivaram, hoje retornam ao sistema capitalista e se integram no seu mercado mundial (RODRIGUES, 2008, p. 23).

Para Eric Hobsbawm (1995), os anos por volta de 1990 significaram o fim o fim de uma era, e estava associado à “absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo”. E portavozes americanos alimentavam a ideia de que “a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma ‘nova ordem’ baseada na única superpotência restante [que logo se mostrou irrealista]” (p. 251). Ainda segundo Hobsbawm:

Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido. Todos os marcos haviam caído, todos os mapas tinham de ser alterados (Ibid.).

A crise final da União Soviética coincidia com uma grande crise na economia capitalista. Os países centrais viviam uma crise econômica que se prolongava desde a década de 1980, e se caracterizava por crises recessivas ou crescimentos moderados. Segundo Boito Junior, esse teria sido “o terreno que levou a burguesia a unificar-se em torno do neoliberalismo [...] a via para contrariar, graças à supressão de direitos dos trabalhadores e ao retrocesso do capitalismo periférico, a tendência decrescente da taxa de lucro”. Desapareciam as condições históricas que permitiram o estado de bem-estar-social na Europa Ocidental e, na América latina, presenciava-se “uma grande onda de contra-reformas neoliberais” (1999, p. 115-118).

Assim, o outro componente do quadro mundial em 1991 refere-se à implantação do projeto neoliberal nos países de economia dependente, com a abertura dos seus mercados ao comércio exterior, privatizações e desmonte do Estado, provocando consequências danosas para a maioria da população desses países. No Chile, “o neoliberalismo foi implantado por uma ditadura militar que havia destruído todas as organizações populares”. Na Argentina, que no final da década de 1980 seguiu o caminho do Chile, “não se pode mais falar em política social nacional [...] talvez nem mesmo em política social, mas em filantropia pública para mitigar a pobreza” (Ibid., p. 86).

No Brasil buscava-se instalar o neoliberalismo sob um regime democrático, após vinte anos de ditadura militar e de um governo construído no Congresso Nacional, e com um movimento sindical e popular que patrocinara um extraordinário processo de lutas. As dificuldades para sua instalação decorriam também da recém-promulgada Constituição que, conforme nos chama atenção Armando Boito Junior, refletia ainda a correlação de forças do período de lutas contra a ditadura militar (1999, p. 86).

As resoluções do 3º CONCUR, realizado em 1988, reafirmaram a concepção internacionalista da CUT e a sua autonomia diante das centrais sindicais internacionais, conforme podemos ler:

A CUT tem o compromisso político fundamental de recuperar na sua prática efetiva o internacionalismo operário, princípio fundamental da luta dos trabalhadores por uma sociedade livre e sem exploração. (CUT – Resoluções do 3º CONCUR, 1988, p. 31).

A luta dos trabalhadores não tem fronteiras. O próprio desenvolvimento do capitalismo, na sua fase imperialista, integra a luta dos trabalhadores de diversos continentes, seja através da ação das grandes multinacionais, seja através das relações de dependência estabelecidas entre o Terceiro Mundo e os países centrais do sistema imperialista [...] Contra os mecanismos de

dominação, os trabalhadores tentam opor formas de luta e organização de âmbito internacional (Ibid., p. 32).

A CUT se define como uma central sindical autônoma em relação às centrais sindicais mundiais. Em primeiro lugar, porque o grande desafio histórico do movimento sindical latino-americano é construir uma efetiva unidade de ação e de luta diante dos efeitos devastadores da crise internacional e da dívida externa sobre a classe trabalhadora. Em segundo lugar, porque as discussões e o nível de informações do movimento sindical cutista a cerca do sindicalismo internacional e das centrais mundiais ainda é muito pequeno [...] (Ibid.).

A nova situação mundial, fruto das grandes transformações que se processaram entre 1988 e 1991, impunha novos desafios ao sindicalismo classista, especialmente diante da ofensiva ideológica da burguesia, que propagandeava a perenidade do capitalismo. No entanto, não ocorreram mudanças substanciais que possibilitassem apresentar um quadro diferente do retratado acima que justificasse alterações nas relações da CUT com as organizações internacionais. Mesmo assim, este debate, que tem relação direta com a estratégia da Central, mesmo sem esta ter superado os desafios a que se propôs em 1988, foi parte importante das discussões do 4º CONCUR, a partir da proposição de mudança na forma de relacionamento da CUT com o sindicalismo internacional. Foi aprovado como um dos eixos da *Estratégia da CUT*, “inserir-se política e organicamente no movimento sindical internacional, interferindo no debate sobre modelos de desenvolvimento [...]” (CUT – Resoluções 4º CONCUR, 1991, p. 6). Esta deliberação foi reafirmada no ponto da *Conjuntura Internacional e os Trabalhadores*,

A CUT reafirma seu compromisso com a classe trabalhadora de todo o mundo e decide relacionar-se organicamente com o movimento sindical internacional, com o compromisso de contribuir na elaboração de políticas e estratégias que possam responder aos novos desafios [...]

A formalização da relação orgânica da CUT junto a uma central sindical internacional deve ser precedida de um amplo debate nos fóruns da Central (CUT – Resoluções do 4º CONCUR, 1991, p. 8).

A transferência da resolução final sobre a que central sindical filiar-se, para um fórum posterior, pode indicar, por um lado o insuficiente debate no interior da Central e, por outro, o grau das divergências existentes quanto a esta questão. Das 16 teses apresentadas ao 4º CONCUR, oito se pronunciaram sobre o assunto. Destas, mais uma vez, a Articulação Sindical, sozinha, defendeu e fez aprovar uma importante decisão no âmbito da Central. Assim se posicionou a Corrente Sindical Classista com sua tese, apresentada ao 4º CONCUR:

Nossa Central surge e se constrói em desafio aberto à tradição de atrelamento ao aparelho de Estado, que trouxe tantos males para o sindicalismo brasileiro. Este desafio deve ser mantido e se desenvolvido [...]

Atualmente se percebe um esforço concentrado das centrais sindicais mundiais (Ciosl, FSM e CMT), principalmente a Ciosl, para envolver a

CUT. Através de incontáveis ‘projetos de cooperação’, inclusive financeira, estas centrais tentam filiar a CUT [...]

Julgamos que a CUT deve manter a resolução de todos os congressos anteriores, de independência diante das centrais internacionais. Nas circunstâncias atuais isso diz respeito à própria defesa da autonomia e independência sindical. As centrais existentes representam projetos contrários à concepção cutista de um sindicalismo combativo (CSC, 1991, p. 11).

O debate foi aprofundado pela tese 9 – *CUT pra lutar*, buscando relacionar a proposta de filiação orgânica da CUT a uma central sindical mundial com a trajetória de colaboração de classes que a direção majoritária da CUT vinha tentando imprimir na entidade. Os defensores da tese fizeram uma caracterização das duas principais organizações sindicais internacionais, a FSM – Federação Sindical Mundial e a CIOSL – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. O “assédio” sobre a CUT, ao qual a CSC se referiu, foi visto pelos defensores da tese 9 como resultado das mudanças políticas no Bloco Soviético. A FSM, que agrupava os sindicatos politicamente orientados pelos PC’s, teria entrado em crise juntamente com o “socialismo real”, e vinha buscando reciclar-se exaltando “em teoria a democracia e a independência dos sindicatos”. Por outro lado, a CIOSL, central controlada pela social-democracia, estaria tentando ocupar o lugar da FSM.

Mas [a FSM] ao passar para a prática, declara que a democracia ‘supõe que os trabalhadores *participem* da tomada de decisões e na aplicação da política econômica’. Nada mais nada menos que propor que os sindicatos sejam parceiros dos governos (CUT, 1991, p. 69).

Com o enfraquecimento da FSM, a CIOSL estaria redobrando seus esforços para manter o controle sobre o movimento sindical, podendo sua estratégia global ser assim definida:

É preciso participar das decisões e apresentar alternativas estruturais; e lutar por um novo padrão de desenvolvimento econômico, que assegure um crescimento duradouro, com distribuição de renda e justiça social [...] Como se isso fosse possível nas condições atuais de existência do capitalismo [...] A tradução prática da estratégia defendida pela CIOSL é a defesa da restauração capitalista no Leste e a colaboração nos ataques a conquistas históricas dos trabalhadores na Europa ocidental e EUA (CUT, 1991, p. 69).

A aplicação prática dessa política para a América Latina foi vista na “tentativa de ajudar na estabilização dos regimes de fachada democrática [...] expressa de maneira dramática por um representante da CIOSL em recente seminário promovido pela CUT [dezembro/90]”:

Situação difícil quando as bases empurram para a mobilização e os dirigentes sabem que a situação não é favorável e querem negociar, e se não o fizerem, outros fazem. É preciso apresentar alternativas para um diálogo ou pacto, a partir de valores, como a democracia, que justifiquem o sacrifício dos trabalhadores (Geraldo Castilho, Apud CUT, 1991, p. 69).

Fazendo uma análise das teses apresentadas ao 4º CONCUT, no qual ainda foi possível a apresentação de teses globais pelas correntes, tivemos condições de acompanhar o posicionamento destas quanto à questão internacional, bem como a profundidade dos debates. No entanto, no momento da deliberação quanto a que organização filiar-se, com as fontes disponíveis no momento, ficamos limitados ao conteúdo das resoluções da V Plenária Nacional, realizada em 1992. Nestas, podemos ler que “O 4º Concut aprovou a proposta de que a CUT deve se relacionar de forma orgânica com o movimento sindical internacional [...] aprovou a filiação da CUT a uma central mundial e atribuiu à Plenária Nacional a tarefa de definir qual seria essa central [...] Também incumbiu à Plenária a definição de uma política de relações internacionais” (CUT, 5ª Plenária, p. 5). Sobre a nova realidade mundial e a situação das organizações internacionais, conclui que “O desmoronamento do ‘socialismo real’ e a falência da concepção do sindicato como ‘correia de transmissão’ do partido e do Estado levou ao desaparecimento quase que completo da FSM. O que coloca a CIOSL como a única referência do movimento sindical internacional capaz de dirigir essa redefinição [...]” (Ibid. p. 9). Estas são considerações que não deveriam ser aplicadas a entidades com o perfil da CUT, que não se referenciavam nas organizações que entraram em crise.

A filiação foi justificada ainda, pela “necessidade de respondermos aos problemas concretos colocados para os trabalhadores representados pelos nossos sindicatos [...] Ela expressa a nossa vontade de confrontar, no plano internacional, essa nossa concepção e prática sindical com a de outras centrais. Portanto, ela deve significar a vontade política da CUT de contribuir na necessária redefinição do movimento sindical internacional [...] Entendemos que os novos desafios sindicais não serão superados sem a existência de uma central mundial forte que combine a capacidade de articular o movimento sindical internacional com o poder de coordenar as lutas dos trabalhadores de toda parte do mundo” (Ibid., p. 11-12).

Se, ao analisarmos a política sindical da CUT, no plano interno, adotarmos a tese de Andréia Galvão de que a participação da CUT nas câmaras setoriais levou a Central a um novo “padrão sindical caracterizado pelo binômio participação/desagregação” (GALVÃO, p. 17), provocando uma fragmentação da sua ação sindical, seremos forçados a afirmar que estas pretensões no plano internacional estariam muito ambiciosas e incongruentes. Por outro lado, olhando a nova linha política que a Central vinha adotando, vemos uma identificação desta com a concepção sindical que norteava o sindicalismo praticado pela CIOSL. Voltarei a esta questão adiante, já como parte do panorama que desenvolvo a seguir sobre as tentativas de respostas apresentadas por diversos autores, para as mudanças vividas pela CUT.

4. CAPÍTULO III

4.1 - A trajetória da CUT- uma pluralidade de interpretações

Atento às resoluções da Central Única dos Trabalhadores, especialmente aos seus primeiros congressos, em *História de uma Década Quase Perdida*, Gelsom Rozentino (2011) identifica que,

Para a CUT, a política sindical estaria intimamente relacionada ao objetivo final de “abolir todas as formas de dominação e suprimir a exploração do homem pelo homem” – o socialismo. Para tanto, seriam determinados “objetivos intermediários”, através dos quais os militantes construiriam as bases para a transformação da sociedade (ALMEIDA, 2011, p. 165).

Na obra citada, Gelsom Rozentino buscou fazer a indicação de alguns autores que teriam contribuído com a diversidade de interpretações sobre o processo de formação da Central Única dos Trabalhadores, e sumariamente apresentou os principais objetivos das suas obras, sem estabelecer polêmicas com as suas visões. Não foi seu propósito tentar explicar as mudanças da CUT, ao contrário, ele busca demonstrar a importância da retomada das lutas sociais a partir de 1978 e o papel cumprido pela CUT, dentre outros atores, para o processo de democratização e organização da sociedade brasileira.

No nosso caso, para tentar entender os elementos que determinaram a nova orientação sindical da CUT, que identificamos, de uma central sindical baseada na independência de classe a uma central de cooperação de classes, buscaremos dialogar com a bibliografia produzida sobre a questão, inclusive, visando aprofundar a análise quanto ao sentido dado às resoluções que foram construídas, especialmente quanto ao caráter socialista da CUT. Esta necessidade se justifica porque é perceptível em alguns estudos a tendência a minimizar o grau das mudanças que se processaram. Tal procedimento, normalmente é precedido da identificação do projeto estratégico da Central com objetivos bem circunscritos, corporativos, minimizando a importância dos processos de mobilização e reivindicações que alcançaram o conjunto da classe.

Entendimento bem diferente do apresentado por Gelsom Rozentino, assim como por Vito Giannotti e Sebastião Neto, e expresso nas passagens que aqui foram registradas de documentos da CUT, quanto aos seus objetivos estratégicos, encontramos na obra de Iram Jacome Rodrigues, *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT* (1997). Quando olha para o

resultado do segundo turno das eleições presidenciais do ano de 1989, em que Luiz Inácio Lula da Silva obteve 31 milhões de votos, ele vê ali o resultado do sentido que o movimento operário e o sindicalismo no Brasil teriam dado a 1978: “a busca da cidadania na esfera política” (RODRIGUES, 1997, p. 25).

Iram Jácome Rodrigues parte da ideia de que “o surgimento do movimento operário e sindical no cenário político do país se deu basicamente como expressão de uma luta mais ampla por direitos de cidadania no interior da sociedade” (RODRIGUES, 1997, p.19). O autor nos apresenta esta visão como alternativa aos estudos sobre a retomada das lutas operárias que trazem para o centro da análise a luta de classes. Ele afirma existirem várias vertentes explicativas envolvendo os estudos que tentam explicar o significado da emergência dos trabalhadores a partir de 1978. Para ele:

Podemos situar, grosso modo, pelo menos três visões sobre a questão. A primeira argumenta que a retomada da atividade operária e sindical a partir de 1978 foi decorrência em larga medida, da superexploração do trabalho a que estava submetida a mão de obra. Outra análise desta problemática parte do pressuposto que esse movimento, particularmente as greves de maio de 1978, foi expressão da resistência operária contra o processo de trabalho capitalista. Finalmente, temos a abordagem que procura demonstrar que o discurso da dignidade, ou seja, a defesa da dignidade foi o que embasou a luta dos trabalhadores e os levou a combater a miséria e a opressão a que estavam submetidos, tanto no interior da fábrica quanto no conjunto da sociedade (RODRIGUES, 1997, p. 19-20).

Os três trabalhos a que Iram Jácome Rodrigues se refere estão voltados para as mobilizações e greves desenvolvidas pelos metalúrgicos do ABC, no final dos anos 1970. Tanto *A Rebeldia do Trabalho*, de Ricardo Antunes (1988), quanto *A Estratégia da Recusa*, de Amnérís Maroni, (1982), apresentam elementos decorrentes da racionalidade capitalista como a motivação das greves. Ou seja, seria contra as condições materiais de existência, decorrentes da exploração, própria do processo de trabalho capitalista que se organizavam as greves por reposição salarial, os piquetes, o apoio de moradores dos bairros operários aos trabalhadores paralisados, e até o enfretamento à repressão policial e patronal. Ao contrário destes estudos, que percebem a determinação de classe movendo as lutas de 1978, a terceira abordagem apontada por Jácome Rodrigues, busca dar outro significado às ações da classe trabalhadora. Em *O Resgate da dignidade*, Laís Abramo (1999)⁴⁷ busca apresentar os vários sentidos por ela percebidos para a dignidade pretendida pelo trabalhador ao longo dos anos 1970, mas dá destaque à expectativa do trabalhador de ser reconhecido “como gente”.

⁴⁷ Esta obra corresponde à Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 1986.

[...] enfim, todos os aspectos negativos da situação, que foram apresentados nos capítulos anteriores deste livro, significavam para os trabalhadores, em última instância, não ser tratados como gente. Significavam que a possibilidade de ser tratados como gente, algo, evidentemente, altamente valorizado e desejado, *em vez de garantido pela condição de trabalhador*, estava sendo fortemente ameaçado (ABRAMO, 1999, p. 144).

Por esta análise, mais que um sentimento de perda, decorrente da condição de trabalhador que percebe que seu trabalho tem beneficiado mais ao empresariado que a si próprio, ou devido à percepção de que o salário recebido não lhe garante uma *vida digna*, seria contra as condições de desrespeito cotidiano no interior das empresas que teriam se rebelado os trabalhadores. Assim, tanto para Laís Abramo, quanto para Iram Jácome Rodrigues, seria principalmente o sentimento de dignidade que os movia contra a opressão, seja do supervisor na linha de produção ou a opressão no conjunto da sociedade.

A ênfase à democracia e ao exercício da cidadania percorre todo este trabalho de Iram Jácome Rodrigues, publicado no ano de 1997.⁴⁸ Duas questões básicas são discutidas na obra e explicitadas pelo próprio autor, “a primeira diz respeito ao papel que o sindicalismo desempenhou na luta pela democracia no período e a segunda se refere às dificuldades enfrentadas para a consolidação da democracia em nosso país” (RODRIGUES, 1997, p. 15). Para Iram Jácome Rodrigues, “os conflitos do trabalho na década de 1980 estiveram associados à luta por direitos democráticos no conjunto da sociedade e, mais precisamente, direitos de cidadania” (RODRIGUES, 1997, p. 29).

São inúmeras as passagens em que esta compreensão é reafirmada, sendo que numa outra, concordando com José Álvaro Moisés, Iram Jácome Rodrigues diz que “se a classe trabalhadora não tivesse entrado abruptamente no cenário político no final dos anos 70 e por toda a década de 80, talvez a história da transição para a democracia fosse outra” (RODRIGUES, 1997, p. 20). De acordo com a bibliografia já consultada, acredito que exista consenso com esta segunda formulação entre os estudiosos que se debruçaram sobre a década de 1980 no Brasil. A obra de Gelsom Rozentino, a que nos referimos, se dedica em grande parte a demonstrar este entendimento. No entanto, ressaltar o papel que este movimento cumpriu para a redemocratização não significa que este fosse o limite de seus objetivos. Apesar de considerar que a “principal questão [no IV CONCURTO] era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com *sua característica inicial de Central do enfrentamento, do*

⁴⁸ Esta obra de Iram Jácome Rodrigues foi publicada no ano de 1997, mas as suas reflexões obedecem a um limite temporal, cujas referências não ultrapassam o ano de 1993.

confronto com o projeto global da burguesia” (RODRIGUES, 1997, p. 183. Grifo meu), portanto, reconhecendo aqui um confronto de classe, em grande parte de sua obra – que trata da *Trajectoria da CUT* (1983 a 1993), Iram Jácome Rodrigues volta suas análises para a questão da conquista da cidadania.

Por um lado, Jácome Rodrigues vê o surgimento da Central Única dos Trabalhadores como o coroamento, “o canal que expressa o alto grau de insatisfação de amplas parcelas de trabalhadores que não aceitavam mais uma *cidadania limitada*”. Por outro ele identifica em 1993 que “a fase mais conflitiva entre trabalho e capital” estaria sendo ultrapassada, especialmente porque o período de 1978/1988 teria sido o que vivenciou “a explosão de reivindicações por todos os lados”, o que ele disse poder chamar de “expressiva demanda reprimida” (Ibid., p. 30-31). Seguindo este raciocínio, se poderia concluir que, estando atendidas as principais demandas da classe trabalhadora de então, estariam cumpridos parte dos objetivos iniciais da CUT. Portanto, não haveria mudanças a explicar, apenas a Central teria adequado sua estratégia aos novos tempos. Nem mesmo na prática teriam ocorrido mudanças, pois, para ele, a CUT desenvolve “um sindicalismo que privilegia antes o conflito que a negociação ou, dito de outro modo, *é pela via do conflito que chega à negociação*” (Ibid., p. 37). A CUT teria desenvolvido uma estratégia conflitiva para poder ser reconhecida como um ator social e político pelo Estado e por outros setores da sociedade. Essencialmente, ela buscaria a negociação, e este seu caráter explicaria a participação no “entendimento nacional em setembro de 1990” (Ibid., p. 41). Os resultados da pesquisa que estou apresentando levam-me a considerar que seja incorreto pensar, como diversas passagens do trabalho de Iram Jácome Rodrigues deixam transparecer, que as mudanças que se verificaram na CUT tenham sido algo natural, decorrente do fato de que os seus objetivos estratégicos estivessem circunscritos à redemocratização e à conquista do direito da cidadania.

Ora, a participação da CUT no chamado “fórum de negociações” envolveu um intenso debate no interior da Central, antes e depois deste episódio, e foi a principal discussão no 4º CONCUR, em que onze teses condenaram esta decisão, uma evidência que contraria a compreensão de Jácome Rodrigues que via na CUT uma permanente estratégia negocial. Outro aspecto a questionar é quanto ao conceito de negociação que, naturalmente, perpassa a atividade sindical, mas que, antes das mudanças, era considerado pelos cutistas em perspectiva bem diferente do caráter dos fóruns de conciliação de classe, representado pelo *pacto social*, em que cada um dos atores políticos se dispõe a fazer concessões, em prol de um fim pactuado, prática expressamente condenada pelas resoluções da CUT.

Um olhar atento às palavras de Maria Hermínia Tavares de Almeida, que o autor cita na sequência de sua argumentação, nos mostra que a tática anteriormente adotada pela CUT inviabilizava qualquer possibilidade de *pacto social*. Aquela prática de recusa, resultado de uma definição política, sofreu um revés a partir de 1990, e isso precisa ser explicado. Nas palavras de Maria Hermínia, “Um outro elemento que aponta na direção de obstaculizar, pelo lado dos trabalhadores, a constituição de um pacto é que, na verdade, a estratégia de ação das lideranças sindicais que têm representatividade e que são responsáveis pelo grosso da mobilização é uma estratégia que até o momento não se rege pela lógica da negociação, mas pela lógica do conflito” (ALMEIDA, *Apud* RODRIGUES, 1997, p. 39-40).

A avaliação das razões que possibilitaram o extraordinário ciclo de greves a partir de 1978 e das articulações que levaram à criação da CUT aproximam Iram Jácome Rodrigues e Leôncio Martins Rodrigues, assim como os levam a ter as mesmas perspectivas quanto ao futuro do sindicalismo brasileiro, embora em algumas passagens apareçam ambiguidades. Leôncio Martins vê na conclusão da transição democrática uma profunda alteração no cenário “em cujo interior a CUT conseguira inegáveis progressos [...] a CUT, assim como a esquerda, perderam uma de suas bandeiras, a da luta contra o autoritarismo” (RODRIGUES, 1990, p. 94). Olhando para o futuro, diz ele:

A eleição de Collor, a necessidade de enxugamento do serviço público, a reformulação do papel do Estado, a abertura do mercado, aliadas às mudanças que estão ocorrendo no mundo (fim do socialismo e da guerra fria, mudanças tecnológicas, etc.) indicam que outro período está começando e que um novo cenário está sendo montado. *A sobrevivência da CUT dependerá de sua capacidade de encontrar respostas aos desafios novos, que não poderão ser enfrentados apenas com as armas do passado* (RODRIGUES, 1990, p. 95. Grifo meu).

Na sequência das análises, Martins Rodrigues recorre, ainda que de forma rápida, à situação mundial do sindicalismo, que experimentara antes esse cenário que se iniciava no Brasil, e que para ele, indicava o sentido geral de redução da influência do sindicalismo. Importante registrar que várias das medidas de governo apontadas na citação acima, são vistas como “necessidades que se impõem independentemente da vontade deste ou daquele governante” (Ibid., p. 96). Quanto à capacidade de encontrar “respostas aos novos desafios”, Martins Rodrigues conclui que “para sobreviver numa situação de mudanças, as instituições necessitam aumentar sua capacidade de adaptação, o que exige, antes de tudo, flexibilidade nos objetivos e modalidades de atuação. Nas condições atuais, isto significa menos dogmatismo e mais pragmatismo” (Ibid., p. 97).

Em *Destino do Sindicalismo*, Martins Rodrigues (1999) analisa a situação do sindicalismo a nível mundial; vê não só uma crise conjuntural, mas o seu próprio declínio, e busca apreciar as alternativas que estariam sendo propostas, especialmente na Europa. Em face dessas mudanças, no seu conjunto, o autor vislumbra uma metamorfose dos sindicatos, transformados em cooperativas, grupos de ajuda mútua, “parceiro social” do governo, etc., que os descaracterizariam totalmente se comparados ao que existiam naqueles anos. Para ele, “Parece difícil que, sem alguma dose de movimento social, de oposição, de potencial conflitivo, o sindicalismo tal como estivemos analisando, possa sobreviver”. Esta afirmação decorre da noção admitida por ele, de que “existe *alguma* divergência de interesses entre, de um lado, a administração das empresas [...] e de outro lado, os empregados”. Mas adverte que, “não vai nessa afirmação a tese da incompatibilidade total e irreversível entre o capital e o trabalho, entre o lucro e o salário, ou qualquer outro componente do esquema marxista de luta de classes (RODRIGUES, 1999, p. 296-297).

Sem admitir explicitamente a crença na possibilidade de conciliação de interesses, como faz Leôncio Martins, Iram Jácome Rodrigues vê na experiência das câmaras setoriais do setor automotivo “uma indicação significativa de um amadurecimento nas relações capital/trabalho e expressa, claramente, uma mudança perceptível da postura do sindicalismo-cut” (RODRIGUES, 1997, p.234).

Inicialmente, ele supunha que não havia mudanças a explicar, primeiro porque a redução dos enfrentamentos, a partir do 3º CONCUS, decorreria da superação da fase mais conflitiva, e depois, a ida ao “entendimento” teria sido uma decorrência da predisposição da Central à negociação. Agora, com o episódio das câmaras setoriais foi admitida uma mudança de postura, para ele positiva, cuja tentativa de explicação representa o principal objetivo deste nosso trabalho.

Leôncio Martins Rodrigues tem como compreensão a possibilidade de cooperação entre capital e trabalho e, ao longo de sua obra, *CUT: os militantes e a ideologia*, fez caracterizações do sindicalismo que parecem para ele possuir caráter universal, o que poderia levar a desconsiderar realidades singulares. Apesar disso, ao analisar a composição da CUT, ele não atribui aos seus sindicatos filiados a aceitação da cooperação de classe. Quando analisa o processo de formação da CUT, e se detém em cada um de seus congressos, inclusive, a CONCLAT – 1981, indo até o 3º CONCUS, em diversas passagens ele identifica o que chama de duas tendências; num extremo estariam os sindicalistas que enfatizavam, no plano político, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime

democrático, e no outro extremo estariam os sindicalistas que procuravam promover transformações sociais mais profundas que abrissem caminho para o socialismo. Mas ele percebe uma base comum das categorias de análise das teses e, especialmente quando se refere às teses apresentadas ao 3º CONCUR (1988), diz Martins Rodrigues:

Apesar de algumas diferenças na interpretação da conjuntura política nacional, na avaliação das táticas aplicadas e dos resultados obtidos pela CUT nos últimos anos, todas as teses partilham, com maior ou menor intensidade, de um universo ideológico comum que é fornecido pelo marxismo, com alguns toques leninistas. (RODRIGUES, 1990, p.84)

Analisando o Plano de lutas elaborado em 1983, ele percebe “reivindicações passíveis de serem alcançadas no interior de uma economia de mercado [e outras] que só poderiam ser concretizadas num processo de lutas e que resultariam em alterações profundas no quadro institucional em direção a alguma forma de socialismo” (Ibid., 1990, p. 7).

Martins Rodrigues considera que muitos itens teriam mais o caráter de bandeiras de agitação e propaganda do que de um plano de lutas a ser efetivamente colocado em prática. Vê um plano muito ambicioso, e atribui a sua formulação à “necessidade de construção de uma identidade através da afirmação de posições que diferenciem a CUT das outras centrais e, em parte, [instrumento] das disputas internas à própria CUT”. Independente da avaliação que fez dos Planos de luta e da leitura sobre as intenções, manifestas ou não na sua elaboração, ele, mais uma vez, na sequência da argumentação, deixa claro a percepção da presença de propósitos anticapitalistas na CUT. Para ele:

É impossível deixar de relacionar esse aspecto à motivação anticapitalista e antiliberal que move boa parte dos delegados nos congressos da entidade (Ibid., 1990, p. 10).

E analisando as resoluções do 2º CONCUR, apesar de duvidar da capacidade da CUT de levar adiante as resoluções aprovadas, diz Leôncio Martins Rodrigues que:

Possivelmente, o fato mais importante do II CONCUR tenha ocorrido no plano ideológico. O congresso de fundação, no seu art. 2º, proclamara como perspectiva histórica da CUT a luta por “uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica”. A palavra “socialista” não fora pronunciada. No segundo congresso, porém, foi aprovada uma resolução declarando o socialismo como o objetivo final dos trabalhadores na sua luta pela “conquista do poder político” (Ibid., p. 12).

Para Martins Rodrigues, uma definição pelo socialismo, como objetivo final dos trabalhadores, “[se] levadas a sério as resoluções no congresso do Rio, a ação cotidiana da CUT deveria ser pautada pelo objetivo de acirrar o conflito de classes e de *preparar os trabalhadores para a luta final contra o capitalismo*” (RODRIGUES, 1990, p. 13).

É verdade que diversos debates foram travados no interior da Central, devido a questionamentos quanto à vontade política para a implementação de resoluções, bem como quanto à relação partido-sindicato. No entanto, é preciso discutir a confusão que foi feita pelo autor entre a definição da CUT de se engajar na luta por uma sociedade socialista e a proposta do sindicalismo revolucionário, pensada por George Sorel. Avaliando as proposições de correntes de esquerda da CUT, diz Leôncio Martins que “a oposição reúne correntes que tendem a valorizar um sindicalismo de contestação, orientado para a afirmação da autonomia dos trabalhadores frente a outras forças políticas na sociedade [...] essa orientação tem pontos de contato com o anarco-sindicalismo da CGT francesa [...] esses pontos de contato podem ser encontrados na valorização do sindicato como instrumento de mudança social” (RODRIGUES, 1990, p. 25). Há um desvio no entendimento da definição da CUT quando se proclama “autônoma em relação aos partidos políticos”. Ele vê na definição da autonomia a ideia da “construção de um sindicalismo ‘de base’, agressivo, sem burocracia, desprezando a atuação partidária, política e parlamentar [...]”, ao invés da afirmação pretendida da rejeição da ideia do sindicato como correia de transmissão do partido. Apesar do desvirtuamento do sentido, trazer as suas palavras para o debate nos ajuda a visualizar a sua forma de ver as possibilidades do sindicalismo classista no início da década de 1990. Buscando ressaltar aspectos que diferenciam o momento do surgimento da CUT com as circunstâncias do desenvolvimento do sindicalismo do final do século XIX e início do século XX, Martins Rodrigues nos diz que:

(...) A crise terminal das ideologias socialistas tornam cada vez menos exequíveis a busca de soluções de tipo socialista e menos intelectualmente convincentes e politicamente mobilizadoras as palavras de ordem anticapitalistas (RODRIGUES, 1990, p.27).

Prossegue o autor, dizendo que:

(...) Todos esses fatores reduzem as possibilidades de desenvolvimento de um sindicalismo socialista revolucionário, de luta de classes, que algumas correntes, no interior da CUT pretendem desenvolver (...) as denúncias de uma realidade social iníqua, por mais fundadas que possam ser, não bastam para permitir a reprodução de modelos e estilos de sindicalismo que foram frutos de contextos históricos muito diferentes (Ibid., p. 28).

Tanto em *O Futuro do Sindicalismo* (1998), quanto em *O Destino do Sindicalismo* (1999), as análises de Leôncio Martins Rodrigues estão voltadas para o que ele chama de o “declínio do sindicalismo”, em geral, compreensão que mantém coerência com suas afirmações presentes em *CUT: Os militantes e a ideologia* (1990), quando já percebia uma redução das “possibilidades de desenvolvimento de um sindicalismo [...] de luta de classes”. Diversos

elementos, objetivos e subjetivos, são apresentados para demonstrar que este “declínio” tem múltiplas causas, mas ele está olhando para uma crise identificada com “a queda das taxas de sindicalização e da capacidade de mobilização dos sindicatos, fenômeno expresso na diminuição das taxas de greve” (1998). Suas análises, quando voltadas para a CUT, já perceberam que “com o novo cenário político [esta] teria perdido suas bandeiras”, e a defesa de propostas radicais pela esquerda da CUT seria decorrente da “necessidade [...] de afirmação de posições que diferenciem a CUT das outras centrais e, em parte, [instrumento] das disputas internas à própria CUT”. Portanto, esta Central, inicialmente teria objetivos restritos; sua defesa do socialismo seria retórica, e teria enfrentado, com algumas variações, as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo de um modo geral.

Dentre os autores citados por Gelsom Rozentino, que teriam contribuído com a diversidade de interpretações sobre a trajetória da Central Única dos Trabalhadores, além de Leôncio Martins Rodrigues e Iram Jacome Rodrigues, se fazem presente Vito Giannotti e Sebastião Neto, com suas obras, *CUT por dentro e por fora* (1991a), *CUT ontem e hoje* (1991b), e *Para onde vai a CUT?* (1993), bem como Armando Boito Junior, sobre quem ele destaca a visão de que as dificuldades organizativas desta Central residiriam na contradição decorrente do fato de a estrutura sindical oficial ser incompatível com a liberdade e autonomia sindical por ela defendida, mas compor a parte mais influente de sua organização interna (ALMEIDA, 2011, p. 175).

Em *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, Armando Boito Jr. (1999) fez uma rica exposição sobre o processo de implantação da política neoliberal no Brasil e suas consequências para a organização sindical. Mostra-se atento aos efeitos da utilização de novas tecnologias e destaca os efeitos da burocratização como elemento que cria obstáculos a uma ação sindical que tenha perspectivas de construção do socialismo. Quando se propõe responder à questão por ele formulada de *Por Que a CUT Mudou?* Boito Junior afirma existirem duas variantes explicativas, com respostas encaminhadas de modo unilateral. Para ele, o livro *CUT ontem e hoje*, de Vito Giannotti e Sebastião Neto (1991b) seria representativo da primeira variante explicativa, que consideraria a ideologia e as decisões da corrente Articulação Sindical o fator explicativo para a estratégia propositiva implantada pela Central na década de 1990. A principal polêmica que Boito Junior estabelece com os autores de *CUT ontem e hoje* é quanto à visão destes sobre a concepção da CUT dos anos 1980, que teria uma estratégia sindical norteadas por alguns princípios básicos do socialismo, da qual

discorda, pois acredita que o “seu horizonte estratégico foi a luta contra a política de desenvolvimento, não contra o capitalismo” (BOITO Jr, 1999, p. 199-200).

Ao longo de toda a segunda parte da obra, Armando Boito Júnior, reafirma a sua compreensão quanto aos limites do projeto sindical da CUT que, para ele, não incluía a luta pelo socialismo:

(...) A grande maioria dos analistas, observadores e dirigentes do movimento sindical apresenta como traço programático distintivo da CUT na década de 1980 aquilo que seria o caráter socialista da central e insistem, no que diz respeito à forma de organização, naquilo que seria o seu enraizamento na base, isto é, nos seus locais de trabalho, e o seu consequente perfil de central sindical de massa. Consideramos tais caracterizações excessivas (BOITO Jr, 1999, p. 138).

Prossegue o autor, afirmando que a CUT apenas apresentava um discurso genérico de simpatia pelo socialismo, mas que:

(...) O conteúdo desse socialismo, bem como dos meios de se chegar a ele, nunca foram definidos (...) O mais importante é caracterizar a central em função das tarefas que a luta política colocava na ordem do dia (...) a transição socialista não se encontrava na ordem do dia no Brasil (...) As lutas práticas assumidas pela central naquela década configuravam um programa de transformações democrático-popular, e não um programa socialista (Ibid., p. 138-139).

Enquanto Armando Boito Junior, nas suas análises, não identifica o socialismo no horizonte estratégico da CUT, “devido à falta de definições quanto ao seu conteúdo e de como chegar a ele”, no interior da Central Única dos Trabalhadores, algumas correntes foram acusadas de pretender dar à CUT papéis que seriam próprios de um partido político, em função das teses apresentadas e resoluções aprovadas, como foi possível observar no debate entre dirigentes da classe trabalhadora brasileira ao longo da década de 1980, envolvendo a relação partido-sindicato, ao qual recorri em capítulo anterior.

A outra variante explicativa para a mudança da CUT, segundo Armando Boito Junior, consideraria, também de modo unilateral, no outro extremo, as condições objetivas como determinantes para as mudanças processadas. Como representativo desta vertente apresenta o trabalho *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*, de Iram Jácome Rodrigues, obra à qual já me referi. Faria parte da explicação a democratização do regime político brasileiro, levando à institucionalização da Central. O sindicalismo que seria a expressão da luta dos trabalhadores pela democracia teria alcançado seu principal objetivo, daí a postura mais moderada nos anos 1990 (BOITO Jr, 1999, p. 200).

Boito Junior buscou apresentar suas discordâncias com Iram Jácome Rodrigues sem aprofundar o debate sobre o conteúdo da proposta democrática presente no discurso da CUT e valorizado por aquele autor. Ao contrário, se contrapõe à ideia da democracia como o alcance estratégico da CUT e afirma que o horizonte da Central Única dos Trabalhadores seria a luta pela distribuição de renda, expressa na oposição à política de desenvolvimento dos anos 80. Para ele, “o novo sindicalismo no seu início teria relutado em assumir as palavras-de-ordem democráticas [...] só posteriormente teria assumido parte do programa democrático de luta contra a ditadura militar, mas permaneceu centralmente voltado para a luta pela distribuição de renda pela via da ação sindical” (BOITO Jr, 1999, p. 199-201). A ideia da fragmentação da classe trabalhadora, como elemento básico utilizado para se tentar explicar as dificuldades do sindicalismo, presente em vários trabalhos, também foi refutada pelo autor. Para ele, a heterogeneidade e a fragmentação são características da classe trabalhadora, e por isto não servem para explicar as dificuldades do sindicalismo na atualidade (Ibid., p. 203).⁴⁹ Esta ideia de fragmentação aqui contestada, refere-se a uma diferenciação da classe trabalhadora, decorrente dos processos de terceirização, da entrada de novos grupos no mercado de trabalho, a exemplo das mulheres, imigrantes, etc., que aumentaria a heterogeneidade da classe, diferente da fragmentação a que se referiu Andreia Galvão (1996), decorrente das formas de negociação empreendida pelos sindicatos, a partir das câmaras setoriais.

Visando responder à questão central por ele formulada, Armando Boito Junior buscou, na segunda parte de sua obra, se guiar por duas interrogações: As centrais sindicais, frente ao neoliberalismo, teriam se oposto, aderido à sua política, ou conciliado com ela? E, qual a explicação para as [novas] concepções e práticas das centrais nos anos 90? *Do sindicalismo de oposição ao sindicalismo de participação: uma transição inacabada*, este é o título com o qual o autor inicia a análise, e a partir daí, ele extrai uma questão, que busca desenvolver, e explicita ainda mais para o leitor o título anterior, com o tópico: “O sindicalismo de oposição à política de desenvolvimento dos anos 80”. Aqui ele dá desenvolvimento à sua compreensão quanto ao alcance do projeto estratégico da CUT, nos seus primeiros anos. Para Boito Junior,

A CUT, durante a década de 1980, lutou por implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro (BOITO Jr, 1999, p. 132).

⁴⁹ Boito Junior não fez referência a um autor específico, mas esta ideia da fragmentação da classe como explicação para as dificuldades do sindicalismo está presente de forma central no trabalho de Leôncio Martins Rodrigues, *Destino do Sindicalismo* (1999).

A partir de trechos de uma entrevista de Jair Meneguelli, então presidente da CUT, concedida em 1987, Boito Junior extraiu conclusões que, para ele, resumiriam a concepção do movimento sindical, e foram utilizadas como evidência da sua tese citada acima. Será necessário deter-me um pouco mais na análise de suas conclusões, pois elas trazem contribuições para este panorama sobre as sugestões de explicação para as mudanças que se verificaram na CUT, e especialmente para a questão que a ela está intimamente ligada, e a precede: a análise do alcance de seu projeto estratégico. Ou seja, é preciso ter clareza sobre o caráter da organização sobre a qual se pretende propor respostas quanto à mudança de estratégia.

O próprio título citado acima nos indica a compreensão de Armando Boito Junior quanto à existência de mudanças de estratégia, que ele se propôs a responder ao formular a pergunta *Por que a CUT mudou?* Vejamos então, qual a leitura que fez da concepção da CUT a partir da fala de seu Presidente e das ações desta Central.

Tenho certeza absoluta de que o sindicalismo brasileiro não sobreviverá se o movimento sindical imaginar que apenas reivindicando salários e condições de trabalho, resolveríamos o problema da classe trabalhadora. É evidente que o mais imediato é a questão do salário [...] Mas eu tenho defendido insistentemente que hoje é importante a participação do movimento sindical na coleta das emendas populares para a Constituinte que tratam dos direitos dos trabalhadores [...] como tenho defendido que o movimento sindical organize a greve geral lutando por questões imediatas como a recomposição dos salários, das perdas provocadas pelos Planos Cruzados, que giram em torno de 37,74%. [...] É preciso uma mudança estrutural e completa neste país. É preciso uma reforma agrária, sem a qual viveremos eternamente questionando os assassinatos no campo e o avanço do latifúndio, e seremos um sindicalismo reformista. [...] Sou enfaticamente contra o pagamento da dívida externa, porque acho imoral e ilegítima. [...] Sou contra o pagamento da dívida externa e sou absolutamente contra pagarmos entregando as estatais para o capital estrangeiro (MENEGUELLI, *Apud* BOITO Jr, 1999, p. 136).⁵⁰

Em citação imediatamente anterior, Boito Junior reproduz um trecho extraído do editorial do Boletim Nacional da CUT de setembro de 1987 (mesmo período da entrevista de Jair Meneguelli), referindo-se aos trabalhos da Constituinte relacionados aos direitos dos trabalhadores:

⁵⁰ Entrevista concedida por Jair Meneguelli em 1987 e publicada no Cadernos do CEAS, Salvador, n. 117, setembro/outubro de 1988, citada por Armando Boito Jr.

[...] Deixamos claro que não vamos permitir que caia a aposentadoria por tempo de serviço sem limite de idade, a estabilidade no emprego, lutaremos pela redução da jornada de trabalho, pela reforma agrária e acesso à terra, liberdade e autonomia sindical, direito de greve sem limitações na lei e pela manutenção do ensino público e gratuito. Empresários, banqueiros, latifundiários estão com suas armas pesadas funcionando para garantir seus interesses e impor ao conjunto dos trabalhadores a ‘legalidade’ de um texto antidemocrático e socialmente atrasado [...] (BOITO Jr, 1999, p. 134-135).

Destas citações, Armando Boito Jr. afirma poder observar que:

[...] a direção da CUT concebia o sindicato como parte de um conflito maior, que opunha diferentes classes sociais. Não se tratava de uma visão marxista da luta sindical. A CUT não pensava o Estado como um aparelho que organiza a dominação de classe e nem via a luta sindical como parte da luta pelo socialismo, como já mencionamos. Apenas o governo, considerado como defensor dos interesses dos capitalistas, era visto como parte integrante do conflito de classes (BOITO Jr, 1999, p. 136).

Ora, se dirigentes de uma organização como a CUT dirigem o combate contra o governo, reconhecendo nele o inimigo, se poderia deduzir que apenas este está sendo considerado como a outra parte do conflito. Mas o que diz o próprio texto citado por Boito Jr. é que “[...] empresários, banqueiros, latifundiários estão com suas armas pesadas funcionando para garantir *seus interesses* [contra os do conjunto dos trabalhadores] (grifo meu)”.

No texto citado pode-se perceber a compreensão da existência de uma relação conflituosa de interesses entre classes. Esta noção se faz presente também em *História de uma década quase perdida*: analisando as pautas de reivindicação sindical, a partir dos anos 70, Gelsom Rozentino nos alerta para o fato de que:

[...] essas pautas, o processo de negociação e as formas de pressão não podem ser resumidas a um caráter trabalhista ou ‘corporativista’. Se toda greve é política, e no caso de uma greve geral isto é mais evidente, ainda nos movimentos por ‘lutas imediatas’ a dimensão política da luta de classes está presente [...] mas a greve geral permitiria a combinação de demandas e/ou protestos dirigidos aos empregadores com demandas gerais dirigidas aos poderes públicos (ALMEIDA, 2011, p. 162).

Esta compreensão que nos é apresentada por Gelsom Rozentino, ao “olhar” para um período de lutas do qual a CUT faz parte, guarda coerência com as ideias presentes nos trechos das entrevistas concedidas por Jair Meneguelli, e citadas por Boito Junior, inclusive, a existência de demandas dirigidas tanto à classe proprietária quanto ao Governo. E ainda, como vimos anteriormente, Leôncio Martins Rodrigues percebe uma base teórica comum nas diversas teses da CUT, fornecida pelo marxismo, algo que se pode observar estudando as teses apresentadas aos congressos, bem como suas resoluções. Toda a análise de conjuntura,

nacional e internacional, que faz parte das Resoluções do 3º CONCUT está estruturada a partir de categorias de análises marxistas, onde aparecem as classes, antagônicas e com interesses inconciliáveis; uma burguesia, identificada como classe dominante, detentora do capital e que controla as novas tecnologias, “cujas classes dominantes e seus governos [...] procuram [a partir de um rígido controle sobre os modernos aparelhos ideológicos] garantir bases mínimas de consenso e legitimidade [e destaca que] [...] no entanto, os trabalhadores estão lutando contra os patrões, o governo e o FMI [...] existe uma polarização da luta de classes no País” (Resoluções 3º CONCUT, 1988, p. 5-18). A tese da Cut Pela Base – CpB ao III Congresso, após a sua análise de conjuntura, ao propor as tarefas para a Central, diz: “Nesta perspectiva, é papel da CUT, no atual momento histórico, 1. (...); 2. Desenvolver ações de massa que tenham como referência de confronto, não eventuais governos burgueses, mas o próprio Estado burguês” (**CpB**, *CUT do TRABALHADOR – TESE AO III CONGRESSO*, 1988, p. 13). Há, portanto, evidências empíricas que contrariam a afirmação de Armando Boito Junior, tanto em relação ao Governo como alvo exclusivo dos ataques da CUT, quanto em relação à concepção sindical cutista.

A despeito das divergências de concepção entre as correntes no interior da CUT, e do intenso debate que se realizou quanto à participação da Central no processo Constituinte, com a proposição de emendas populares, o que resultou na produção de um documento considerando esta, uma “Política suicida”, pode-se afirmar que o debate estava situado no campo da tática mais adequada à defesa dos interesses dos trabalhadores e que, portanto, em se tratando do conteúdo das propostas a serem defendidas não havia, naquele momento, grandes diferenças. Assim, as afirmações feitas pelo Presidente da Central, faziam parte do corpo das bandeiras da Central Única dos Trabalhadores, que havia assumido definições claras, mesmo que incompletas, em defesa da superação da sociedade capitalista.

Guiado por sua visão sobre o alcance do projeto estratégico da CUT, Armando Boito Junior identificou nas “derrotas que a CUT acumulou na luta contra as privatizações dos governos Collor e Itamar, o impacto da vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello e a ascensão de Vicente Paulo da Silva à presidência da Central” os fatores internos e externos que teriam contribuído para a mudança de orientação da CUT. Para ele, contudo, estaria fora da Central a explicação para a sua mudança de orientação. “As dificuldades do movimento sindical e sua tendência à moderação são fenômenos de amplitude internacional [...] a explicação para a mudança da CUT extrapola as fronteiras nacionais [...] o fato mais importante para entender o refluxo e a moderação do movimento sindical é a ofensiva neoliberal [...] um fenômeno

internacional e está vinculado a fatores econômicos e políticos”. Para o autor, estaria em refluxo não só a luta sindical, mas também a luta anti-imperialista e, sendo o sindicalismo parte de um todo (o conjunto das relações de classe), seria desse todo que se deveria partir, e não do próprio movimento sindical (BOITO Jr, 1999, p. 202-204).

Aqui no Brasil, o fato inicial que viabilizou a ofensiva neoliberal teria sido a eleição de Fernando Collor de Melo, que representou uma derrota política do movimento democrático-popular, sendo este o ponto do qual se deveria partir para analisar a mudança de estratégia da CUT. O autor vê uma redução dos conflitos entre os setores burgueses que, mesmo sem dissolver suas contradições, assumiram a plataforma neoliberal. Esta situação agravava as dificuldades do sindicalismo, que enfrentava no início da década de 1990 um quadro de recessão e desemprego, o que reduzia a disposição dos trabalhadores para as lutas. Assim, fatores políticos e econômicos contribuíram para que o movimento operário fosse colocado na defensiva (Ibid., p. 204). Mas, para ele,

[...] se a conjuntura impunha a adoção de uma linha de ação defensiva, não impunha a adoção do ‘sindicalismo propositivo’, que a Articulação acabou por implantar. Essa estratégia levou a Central a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal (Ibid, p. 142).

A CUT teria adotado uma prática contraditória porque, para o autor, “a CUT teve iniciativas que se basearam em princípios neoliberais, mas não assumiu posição de adesão a governos neoliberais” (Ibid., p. 174), ao contrário do campo pelego, que teria aderido ao neoliberalismo (Ibid., 1999, p. 194).

Para Armando Boito Jr., a conjuntura colocou diante da CUT batalhas novas e difíceis, que exigiriam da esquerda uma nova tática sindical, e não a proposta de “reedição da estratégia dos anos 80”. Aqui ele está polemizando com Vito Giannotti e Sebastião Neto, aos quais ele atribui o objetivo político de “restaurar a concepção e a estratégia sindical dos anos 80 [...] uma espécie de volta às origens [...] e não o percebem [a necessidade de uma tática nova] exatamente por não tomarem na devida consideração a nova conjuntura dos anos 90”. Estes autores dariam um enfoque que “circunscreve, em grande medida, a história da CUT à vida interna da própria central, mais precisamente às decisões da sua corrente majoritária” (BOITO Jr, 1999, p. 200). Ora, três dos elementos valorizados na análise de Vito Giannotti e Sebastião Neto ganham importância nas explicações de Armando Boito Junior quando este volta seu olhar para fatores internos à Central, especialmente a influência da socialdemocracia europeia, a burocratização e o papel da corrente majoritária para a mudança de estratégia da CUT. Ele

admite que as “concepções e vinculações políticas da Articulação Sindical também contribuíram para a mudança de estratégia da CUT [...] A Articulação sempre esteve próxima do sindicalismo de origem católica e social-democrata europeu [que] aproximou-se do neoliberalismo, inclusive na França e na Itália, países cujos movimentos sindicais têm relações políticas e financeiras privilegiadas com a CUT” (BOITO Jr, 1999, p. 210). Daí a sua afirmação de que “O fato mais importante para entender o refluxo e a moderação do movimento sindical é a ofensiva neoliberal” (Ibid., p. 204).

Diz ainda Boito Jr.:

Na elaboração de sua nova estratégia, a Articulação não apenas inspirou-se no sindicalismo católico e social-democrata europeu, ela contou com a assessoria direta de tais sindicalistas (Ibid., p. 215).

A aprovação em 1991, no IV CONCUR, do início de um processo de filiação à CIOSL foi visto por Armando Boito Junior como um elemento que contribuiu para o crescimento da influência da social-democracia na CUT, e afirma ainda que “a crise e desagregação do bloco soviético abalou ideologicamente a maior parte das correntes que se colocava à esquerda da Articulação” (Ibid., p. 217).

Diferente da visão que lhes é atribuída por Armando Boito Junior, Vito Giannotti e Sebastião Neto não restringem suas análises sobre as mudanças experimentadas pela CUT “a uma mera decorrência da ideologia e da ação da Articulação Sindical – a influência da social-democracia europeia sobre a corrente majoritária da CUT, a mudança do estatuto e a fraude no credenciamento de delegados” (BOITO Jr, 199, p. 200). Em *CUT Ontem e Hoje*, ainda voltando-se para a vida interna da Central, seus autores afirmam que “a constante luta interna entre suas diferentes correntes passa a ter um peso importante na vida da Central. Esse fator influenciou na paralisação da CUT frente aos ataques cada vez mais globais da burguesia” (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 45). Esse clima de acirramento agrava-se a partir de 1988, com as alterações estatutárias realizadas pela corrente majoritária, durante o III CONCUR, que contribuíram ainda para o processo de burocratização da Central, que teria se acentuado “devido aos ataques feitos à democracia interna” (Ibid., 1991b, p. 63). Essa burocratização acelerada, elemento que também é muito valorizado nas análises de Armando Boito Junior, “teve consequências profundas e contribuiu para um esfriamento gradativo da combatividade da Central, até leva-la à mesa do *Entendimento* em setembro de 90” (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 61).

Analisando os debates que se desenvolveram ainda no III CONCUR sobre a política e os rumos da CUT para o próximo período, Vito Giannotti e Sebastião Neto identificam que ali “começou a ser gestada uma visão de Central, muito próxima do sindicalismo europeu [caracterizado] por uma política que limita o papel das centrais a instrumento de mediação das condições da venda de força de trabalho, sem contestar o sistema capitalista” (1991b, p. 46). “Intercâmbios, de todo tipo, fizeram com que dirigentes da CUT realizassem uma assimilação acrítica das experiências do sindicalismo social-democrata, hoje organizado na CIOSL” (GIANNOTTI; NETO, 1991b, p. 56). Esta é a mesma leitura realizada posteriormente por Armando Boito Junior.

Nas análises que encontramos em *CUT Ontem e Hoje* (1991) bem como em *Para Onde Vai a CUT?* (1993) são valorizados ainda, a ofensiva da burguesia, com seu projeto neoliberal, num quadro de recessão e desemprego que trouxeram dificuldades para o movimento sindical: “O desastre econômico, político e ideológico dos países do chamado ‘socialismo real’ [que] teve profunda repercussão na esquerda mundial e conseqüentemente, no caso concreto sobre os delegados do IV CONCUR”, e ainda o crescimento da Força Sindical. Giannotti e Netto chamaram atenção para o fato de que no IV CONCUR tanto as teses da Vertente Socialista quanto da Cut Pela Base – CpB trazem, cada uma, um texto dedicado à análise de como deveria ser realizado o “combate ao sindicalismo de resultados”, caracterizando-o e identificando os riscos do seu fortalecimento. No entanto, a tese da Articulação fazia apenas menção ao sindicalismo de resultados, classificando-o como “neopeleguismo”, enaltece os resultados da “superação da visão de CUT-Movimento, dados no III CONCUR [que] permitiram avanços organizativos e políticos que (...) reafirmaram a CUT como a principal central sindical, contribuindo para o esvaziamento de outros projetos sindicais” (GIANNOTTI; NETO, 1991, p. 55-60).

É evidente que uma elaboração que detalhasse a forma de enfrentamento ao sindicalismo de resultados precisaria fazer a sua caracterização e, naturalmente, diferenciá-lo da CUT. É possível que aqui residisse uma dificuldade para a Articulação, que teria de correr o risco de expressar contradições, em função das suas novas elaborações e práticas desenvolvidas.

Para fechar esta exposição sobre os elementos presentes nas análises de Vito Giannotti e Sebastião Neto sobre as mudanças de estratégia da CUT, vejamos algumas afirmações presentes em *Para Onde Vai a CUT?*

O que assistimos desde o começo da década de 90, é uma diminuição crescente do sindicalismo no Brasil, como já tinha acontecido nos

países capitalistas centrais, de responder ao avanço do neoliberalismo [...] Essas dificuldades não são próprias desta ou daquela tendência da Central, mas atingem todo o leque de forças cutistas (...) É nesse clima que a visão de um sindicalismo “propositivo”, um sindicalismo participativo consegue avançar (GIANNOTTI; NETO, 1993, p. 70).

Adiante podemos ler:

Vários fatores objetivos contribuíram para criar e aprofundar a crise do movimento sindical dos últimos anos. Destas destacamos algumas [...] A política recessiva, medida necessária para realizar o ajuste capitalista de tipo neoliberal, para os trabalhadores, se traduz numa enorme massa de desempregados, e num arrocho salarial profundíssimo para os que ainda estão empregados [...] Outro fator que ajuda a explicar a paralisia do movimento sindical atual e especificamente da CUT é a modernização das relações capital/trabalho ocorrida na década de 80 (Ibid., p. 71).

Pudemos observar que, ao contrário do que afirma Armando Boito Junior, diversos elementos objetivos compõem o universo das análises de Vito Giannotti e Sebastião Neto. É verdade também que, diversos elementos subjetivos ganham destaque em suas análises, mas permanecem distantes da defesa de um simples retorno às origens. Para eles, “O desafio que se coloca para a CUT hoje não é apenas a reafirmação teórica dos seus princípios. Trata-se hoje, de avançar numa nova prática sindical onde efetivamente a base se organize e tenha papel dirigente na vida sindical” (GIANNOTTI; NETO, 1991, p. 87). Não defendem simplesmente a mesma tática do momento anterior, eles defendem os princípios de origem e aprofundam o debate sobre as mudanças estatutárias para valorizar a democracia, que para eles é um elemento constitutivo do projeto socialista.

Pela importância que reconhece à forma de estruturação do sindicato, pela percepção de que poderia ter sido buscado um maior esforço para superar a estrutura sindical oficial, e ainda de que a conjuntura não impunha, necessariamente, a adoção do ‘sindicalismo propositivo’ implantado pela Articulação, seria de estranhar a resistência de Armando Boito Junior em reconhecer nas opções políticas parte das explicações para as mudanças da CUT. No entanto, buscando diferenciar-se das duas variantes explicativas por ele identificadas, e expressando a compreensão de que “é do conjunto das relações de classe [do qual o movimento sindical é parte] que se deve partir, e não do próprio movimento sindical, caso se queira conhecê-lo” (BOITO Jr, 1999, p. 204), Boito Jr. termina por deixar de considerar o campo das opções dos sujeitos.

Como vimos anteriormente, Andreia Galvão (1996) desenvolveu um importante estudo sobre a participação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema nas câmaras

setoriais. Deste trabalho, a autora concluiu que “o sindicalismo cutista passou por profundas modificações [que] conformam um novo modelo de ação sindical, que se caracteriza pela substituição da prática confrontacionista por uma prática mais propositiva” (p. 75). Andreia Galvão apresenta os fatores que, para ela, “condicionam as mudanças *sofridas* pelo sindicalismo cutista”. O “novo” neste estudo é a percepção da ação fragmentada da classe, pois “as dificuldades colocadas [pelos diversos fatores] para os sindicatos *progressistas* fizeram com que parte da liderança sindical cutista passasse a buscar saídas setorializadas para os problemas econômicos que se avolumavam após a abertura comercial promovida pelo governo Collor” (GALVÃO, 1996, p. 76. Grifo meu). No mesmo sentido apresentado por Armando Boito Jr., Andreia Galvão afirma que “a adoção da solução neoliberal pelo governo Collor de Mello também impôs sérias dificuldades ao movimento sindical” (Ibid., p. 16). Consideramos que a designação usada pela autora de “sindicatos progressistas” contrasta com a caracterização do sindicalismo que expusemos em grande parte deste trabalho aqui desenvolvido, o que pode sugerir uma visão de que ele apresentava apenas relativa diferenciação frente ao sindicalismo pelego. Da mesma forma, referir-se a “mudanças *sofridas* pelo sindicalismo cutista” pode sugerir uma ação exclusivamente externa à CUT, desprezando a possibilidade de inter-relações entre o avanço do ajuste neoliberal e da reestruturação produtiva e a prática desenvolvida pela CUT diante destes processos.

A análise desenvolvida por Rodrigo Dias Teixeira (2009) na sua Dissertação de Mestrado buscou dar conta do desafio de considerar as determinações recíprocas. O autor destaca que:

As mudanças geradas pelo ajuste neoliberal da década de 1990 não nasceram ‘em si’, mas foram fruto de grandes disputas no terreno da luta de classes [...] Neste sentido, não podemos entender a debilidade do movimento sindical, a reestruturação produtiva, e as modificações na organização do Estado, sem procurarmos os motivos que os geraram [...] este não é um mecanismo direto e de mão única, mas ao contrário, é um processo complexo, de múltiplas determinações (TEIXEIRA, p. 11-12).

Rodrigo Teixeira se propôs analisar, de forma correlacionada, o avanço do ajuste neoliberal e as debilidades do movimento sindical, tentando entender quais fatores levaram à mudança da CUT. Ele chama atenção para o fato de que, numa conjuntura adversa na década de 1980, “foi a força da organização dos trabalhadores naquele período *que garantiu um patamar de resistência e conquistas importantes*, apesar das dificuldades existentes (Ibid., p. 12). Considero que esta última afirmação reduz a dimensão das transformações que se verificaram no movimento sindical brasileiro em relação ao modelo anteriormente predominante; muito mais que *resistência e importantes conquistas*, consolidou-se uma prática que levou a um

novo padrão de atuação sindical, mas sua observação nos permite fazer uma relação com uma das nossas inquietações: Por que no início da década de 1980 foi possível ao *novo sindicalismo* superar o sindicalismo *pelego* então praticado, e na década de 1990 não se conseguiu impedir a conversão da CUT e a aplicação do modelo sindical levado à prática pela sua corrente majoritária? Esperamos que, ao final deste trabalho, seja possível apontarmos caminhos no sentido de indicar respostas a esta questão.

Talvez a dificuldade em expressar a dimensão das diferenças de características entre os dois momentos anteriores do sindicalismo brasileiro (antes e depois de 1978) seja devido à sua opção em buscar perceber as divergências no interior da CUT voltando-se, principalmente, para as diferenças de visão quanto à ocupação de espaços institucionais, debate que poderia estar situado no campo da tática, e não quanto aos aspectos classistas, que representa uma questão de estratégia. Por exemplo, na subseção 1.3 – O 3º CONCUR: *Construindo o sindicalismo classista e de luta* (p. 25-28) a ênfase na diferença entre as diversas propostas apresentadas ao Congresso recai, invariavelmente, sobre o posicionamento quanto à atuação nos espaços institucionais. Rodrigo Teixeira busca entender as transformações vivenciadas pela CUT, a partir da relação desta com o Estado.

Referindo-se aos debates realizados no 4º CONCUR, além da polêmica sobre a participação da CUT no *entendimento nacional*, Rodrigo Teixeira afirma que:

Outro ponto importante sobre as resoluções temáticas diz respeito ao caráter do Estado e qual deveria ser a relação da Central com aquele. A tese da Articulação reivindicava a participação nos conselhos e fóruns de decisões governamentais, a ampliação de ações junto ao Congresso Nacional e a intervenção no debate sobre a reforma constitucional para a ampliação de direitos dos trabalhadores, especialmente no exercício da cidadania (TEIXEIRA, 2009, p. 76).

O autor chama atenção que esta formulação, de estabelecer ‘parcerias’ com o Estado, que ganhará peso posteriormente, já se encontrava presente na tese da Articulação Sindical para o 4º CONCUR. Ele desenvolve grande parte do seu estudo sobre a relação da CUT com o Estado, a partir das mudanças realizadas pela Central na sua política nacional de formação.

Revela-se então, mais um aspecto em que a CUT experimentou mudanças, mas, como sugere Rodrigo Teixeira, a reorientação na política de formação da Central, com novos objetivos para esta atividade, esteve ligada “à mudança do eixo político estratégico da CUT, da luta classista para o exercício da cidadania”. Podemos ler no seu trabalho que:

No V CONCUR, em 1994, consolida-se uma nova concepção dos objetivos gerais da Central. Para seu setor dirigente, era necessário superar uma visão

‘sectária’ e extremamente ‘operária’ da Central, pois era preciso dialogar com o resto da sociedade, disputando sua hegemonia em todos os segmentos [...] Nesse sentido, temos no período a transição de uma formação político-sindical de cunho classista, para uma sindical-instrumental pautada pelo exercício da cidadania plena. (TEIXEIRA, 2009, p. 116).

Rodrigo Teixeira percebe um processo gradativo e irreversível de “refuncionalização” da CUT. O autor afirma que na sua 7ª Plenária Nacional, realizada em 1995, foi construída uma resolução que viabilizou a execução de cursos de formação profissional pela própria Central, a partir da diferenciação do conceito de ‘público’ do de ‘estatal’, na perspectiva de incluir agentes da sociedade civil enquanto parte da esfera pública (Ibid. p. 134). Para Rodrigo:

O questionamento do caráter de classe do Estado, que anteriormente se dava através de reivindicações de espaços de controle social das políticas públicas, foi deixado de lado com uma nova atuação baseada na fiscalização dos Fundos Públicos e acesso aos seus recursos. A esfera ‘pública’ se expandiria na medida em que a CUT aprofundasse sua atuação no âmbito institucional dos fundos tripartites, fiscalizando e direcionando as atuações governamentais, assim como na disputa pela utilização dos recursos dos Fundos Públicos (Ibid. p. 134-135).

Prossegue o autor, afirmando que a preocupação da Central Única dos Trabalhadores em torno da atuação nos diversos conselhos, especialmente aqueles vinculados aos Fundos Públicos, teria norteado toda a resolução da 7ª Plenária nacional. Segundo ele, “esta deliberação forçou o aumento da relação da CUT com a institucionalidade, em especial na participação dos fóruns tripartites, dentre eles o CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador” (Ibid. p. 137-138).⁵¹

A “refuncionalização” crescente da CUT pode ser evidenciada na participação da Central na criação de organismos que, para além de sua política de formação profissional financiada por recursos dos fundos públicos, teria significado uma grande rede de execução de serviços assistencialistas. Assim, a CTR – Central de Trabalho e Renda, a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos da Economia Social do Brasil, dentre outras, seriam “um conglomerado que tinha como principal sentido de existência a captação de recursos, na perspectiva de expansão da ‘esfera pública’ através da co-responsabilização pela oferta de serviços públicos não estatais” (Ibid. p. 199).

⁵¹ O CODEFAT é um órgão colegiado, de caráter tripartite, composto por representantes dos trabalhadores, empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador, ambos instituídos pela Lei n 7.998/90. Dentre as funções deste Conselho, está a definição de diretrizes e a alocação de recursos relativos às políticas públicas de emprego.

A CUT, portanto, além de propor alternativas no interior dos marcos do neoliberalismo, estaria funcionando “como parte executora das políticas públicas em conjunto com o Estado”. A partir do VII CONCUR (ano 2000), a própria Central teria passado a intitular-se “CUT Cidadã”, cujo conteúdo de classe, pela preocupação com a “conquista da cidadania plena” seria a concepção de um sindicalismo social-liberal (TEIXEIRA, 2009, p. 205).

Rodrigo Teixeira vê na burocratização da CUT o peso fundamental para as mudanças que ela vivenciou. Haveria uma contradição entre a proposição de ser um espaço autônomo de organização dos trabalhadores e a convivência com uma estrutura legal que a “forçava” a manter-se atrelada ao Estado (Ibid., p. 215). Além da convivência com uma estrutura legal, identifica “os germes” da burocratização também na “formação de uma direção sindical profissional” que, dependendo do contexto histórico, pode torná-la autônoma em relação à classe. Na primeira fase da CUT, a conjuntura política favorável de ascenso das lutas teria contribuído para que superasse as tendências gerais de burocratização, que se afirmaram posteriormente (Ibid., p. 216), mas, mesmo nos momentos em que ocorreram lutas de massa, as raízes mais profundas do fenômeno burocrático já existiria (Ibid., p. 217).

O autor destaca, entretanto, que as “tendências burocratizantes” só teriam se afirmado na Central Única dos Trabalhadores, com a força que tiveram, devido “aos desvios de rota” decorrente da transformação na estrutura organizativa e na concepção de mundo de alguns de seus dirigentes. Medidas apontavam no sentido da desmobilização e do descolamento da Central da participação efetiva dos trabalhadores (Ibid., p. 216).

Outros fatores teriam contribuído para o afastamento de dirigentes, das suas bases, realimentando o fenômeno da burocratização. Ocorre que o autor tentava explicar as mudanças da CUT como decorrentes do processo de burocratização e da mudança de visão de mundo de alguns de seus dirigentes, elementos que apontariam para a desmobilização. No entanto, os “demais fatores” apresentados, acredito, são apenas expressão desses dois fenômenos, senão vejamos.

O refluxo do movimento de massas e a posterior conjuntura de estabilidade; a parcialidade das lutas empreendidas pelos sindicatos, debilitando e fragmentando a classe, as lutas sindicais com um fim em si mesmas, descolando as lutas específicas das demandas gerais, e sobrevalorização dos aspectos econômicos das reivindicações, o que provocaria a supervalorização dos sindicatos, foram fatores citados que realimentariam a burocratização. Ora, são diversos os momentos em que processos de mobilização de categorias de

abrangência nacional foram encerrados, sem que se tentasse uma unificação destas lutas; a fragmentação das ações da classe teve como um dos motivadores a opção pela adesão às câmaras setoriais; a preocupação com a explosividade das massas e daí, a proposição de saídas visando contornar as crises foram uma constante na Central, a partir de 1990; e a “supervalorização” dos sindicatos, esta é uma questão que está ligada à discussão da relação partido-sindicato. Num primeiro momento, a disposição em imprimir uma postura combativa à Central, de confronto com o sistema capitalista, a estaria colocando no lugar de um partido político, acusação feita pela Articulação Sindical e, em certo sentido, corroborado por Leôncio Martins Rodrigues, ao fazer comparações com o sindicalismo revolucionário. Posteriormente, já na fase da conciliação de classes da Central, a fase da “busca de saídas amplas para toda a sociedade”, fenômeno que estamos buscando explicar, a “supervalorização” dos sindicatos como “o espaço mais importante da luta de classes (senão o único)” levaria os dirigentes sindicais a adotar a teoria sindical em que os sindicatos teriam um horizonte mais restrito, no sentido da luta cotidiana (TEIXEIRA, 2009, p. 218). Percebo, no entanto, neste novo momento, também um papel de partido político, buscando dar um direcionamento político à classe, só que no sentido da cooperação e não mais do enfrentamento. Daí sim, sendo “a Revolução esquecida, ficam as lutas restritas às pequenas conquistas e reformas cotidianas” (Ibid., p. 219). Portanto, esta é a expressão do próprio “desvio de rota” a que Rodrigo Teixeira se referiu e que ainda não foi explicado.

No próximo capítulo deste trabalho voltaremos a nos referir, mais detidamente, a estes elementos sobre os quais tecemos aqui alguns comentários. Por ora, considero importante destacar mais algumas afirmações de Rodrigo Teixeira envolvendo o processo de burocratização, em geral:

A consolidação de uma burocracia sindical como segmento social específico da classe trabalhadora acaba por condicionar sua prática política e visão de mundo. A preservação do aparato sindical torna-se seu objetivo fundamental, em detrimento do crescimento das lutas e das vitórias para a classe (TEIXEIRA, 2009, p. 222).

O autor atribui o apego ao aparato sindical, a um ‘fetichismo da burocracia’ que, em parte, seria derivado do ideal do ‘substitucionismo’, apresentado como uma crença de que os trabalhadores devem obedecer a seus líderes, por estes estarem mais preparados. Daí conclui que elementos gerais da estrutura social produzem consequências para o movimento sindical de forma mediada, “nunca ‘direta’ nem puramente ‘econômica’” (Ibid., 2009, p. 222). Afirma ainda que “este é um ponto que gostaríamos de destacar”:

Mais do que meramente ‘ganhos materiais’, o fenômeno do surgimento da burocracia sindical tem relação com a descontinuidade da luta de classes e da visão de mundo das classes subalternas em um determinado período histórico [...].

Para nós, a vinculação direta entre ganhos materiais e burocratização estaria mais próxima de uma visão liberal, que acredita que a economia (entendida como a relação entre custo-benefício) determina o conjunto das relações sociais, do que uma visão marxista revolucionária, que vê o mundo enquanto um todo complexo e denso, formado por múltiplas determinações (Ibid. p.222).

De nossa parte, entendemos que a pressão burocrática sobre os dirigentes não seja redutível aos ganhos materiais, mas consideramos que devemos incluir nas nossas análises um olhar sobre o poder de influência destes ganhos sobre o fenômeno da burocratização. Ou seja, até que ponto os privilégios, em forma de vantagens materiais auferidas pelos dirigentes, contribuíram para realimentar este processo e exerceram influência sobre as decisões tomadas. Chamo em meu auxílio, por ora, o próprio Rodrigo Teixeira, quando analisa uma afirmação atribuída a Ernest Mandel e Perry Anderson envolvendo o efeito psicológico e ideológico exercido sobre um dirigente sindical na condição de estar liberado do serviço para desempenho de mandato sindical. Estes autores teriam dito que:

Se torna infinitamente mais agradável, para um socialista ou comunista convicto, lutar todos os dias pelas suas ideias e por objetivos que são seus, em vez de se manter no trabalho horas seguidas com todos os gestos mecânicos sabendo que finalmente vai contribuir para enriquecer a classe inimiga. É incontestável que esse fenômeno de ascensão social contém em potencial um fator importante de burocratização: aqueles que ocupam estes postos desejam continuar a ocupá-los, o que os levam a defender essa situação de funcionários permanentes contra aqueles que pretendem substituí-los (MANDEL, ANDERSON, Apud, TEIXEIRA, 2009, p.220).

Para Rodrigo Teixeira:

Se num primeiro momento, estes privilégios são bem pouco materiais e mais psico-sociais/ideológicos, num segundo momento este panorama modifica-se. A questão material assume uma amplitude maior quando as organizações de massa começam a ocupar certas posições no interior da sociedade capitalista (TEIXEIRA, 2009, p.220).

No próximo capítulo, à luz da análise da composição da direção da CUT e do funcionamento de seus órgãos com poder decisório, bem como do acompanhamento da atuação de alguns de seus dirigentes em fóruns que terminaram por estabelecer novas funções para estes, retomaremos esta discussão, envolvendo o papel cumprido pelas vantagens materiais para a mudança da visão de mundo de dirigentes sindicais.

Outros trabalhos buscaram apresentar respostas à mudança de orientação da CUT, e em muitos destes é recorrente a ideia de que o novo caminho percorrido por esta Central seria

decorrente da reestruturação produtiva. Paulo Sérgio Tumolo (2002), numa primeira questão, se propõe perceber “em que medida a mudança estratégica da CUT atingiu sua formação sindical”. O autor afirma poder vislumbrar três fases na trajetória da CUT: A primeira fase iria da retomada das lutas sindicais à criação da Central (1978 – 1983), até 1988, que se caracterizaria por uma ação sindical combativa e de confronto; uma fase de transição, que cobriria o período de 1988 a 1991; e a terceira fase, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador, mas, no essencial, para ele:

Trata-se de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da ‘cidadania’ (TUMOLO, 2002, p. 129).

Paulo Sérgio Tumolo identifica também na formação sindical da CUT, características diferentes em três momentos distintos da Central. O autor conclui que as diferentes fases da formação seriam expressão das fases identificadas na sua trajetória política (Ibid. p. 217-222).

As mudanças na política de formação sindical da CUT teriam relação imediata com a nova estratégia da Central, e relação mediata com o resultado das transformações no mundo do trabalho, mediado pelas respostas da CUT frente a estas transformações (Ibid. p. 19).

Assim como Rodrigo Teixeira, também Paulo Sérgio Tumolo identifica as mudanças na trajetória da CUT como resultado da luta de classes no Brasil. Para este:

A estratégia implementada pelo capital no Brasil, balizada pela chamada reestruturação produtiva e, portanto, pelas mudanças no mundo do trabalho, vem resultando num processo de adequação da CUT à ordem capitalista (Ibid. p. 130).

O autor afirma que a nova estratégia “tem sido o resultado de uma determinada escolha política”, para logo em seguida afirmar que “esta tem se constituído como a resposta *possível e a mais viável* diante do grave quadro que se apresenta para os trabalhadores [nos marcos da ordem capitalista]” (TUMOLO, 2002, p. 20, grifo do autor). A reestruturação produtiva teria levado à superação da “tirania arbitrária do supervisor sobre operários individuais [pela] ‘tirania ‘racional’ da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo”. Diante desta nova realidade, “pode-se prever que as classes trabalhadoras começarão a sentir sua impotência coletiva e o caráter irreconciliável de seus interesses com o desenvolvimento capitalista, visto como um fenômeno internacional” (BURAWOY, *Apud.* TUMOLO, p. 87). Isto porque, “a ‘margem de manobra’ para a realização de reformas que interessam aos trabalhadores, no

interior do sistema capitalista, é cada vez menor, o que coloca na ordem do dia a necessidade de se voltar a discutir a revolução social [...]” (TUMOLO, 2002, p. 20).

Uma análise que considerasse de forma unilateral os elementos objetivos para explicar a profunda transformação vivida pela Central Única dos Trabalhadores não poderia fazer esta indicação de “se voltar a discutir a revolução social”. Assim, buscando apresentar outros elementos, Paulo Sérgio Tumolo nos diz que:

Contudo, se é verdade, por um lado, que a realidade objetiva – o novo padrão de acumulação e as respectivas transformações no mundo do trabalho – pode ser considerada como elemento determinante para se entender as mudanças na estratégia política e, por desdobramento, na formação sindical da CUT, imprimindo-lhes as atuais configurações, de outro, é preciso reconhecer que isso, por si só, é insuficiente para explicar o atual quadro político da Central (Ibid., p. 236).

A nova estratégia política da CUT teria sido, também, o resultado de uma determinada opção, de uma escolha política, mesmo que isso não aparecesse de forma consciente para os dirigentes e militantes (Ibid., p. 236).

Considero importante retornar ao trabalho produzido por Glauco Arbix (1996) em que ele estuda a câmara setorial da indústria automobilística. Apesar de não estar entre seus objetivos apresentar respostas para a mudança de estratégia da Central Única dos Trabalhadores, ele trata de uma experiência que foi um dos símbolos da nova estratégia da CUT. Enquanto Paulo Sérgio Tumolo analisa a nova estratégia da CUT “como a resposta possível e a mais viável [nos marcos do capitalismo]”, ou então a retomada da discussão Revolução social, Glauco Arbix faz uma defesa explícita desta experiência da câmara setorial. A ela foi creditada grande parte dos méritos pela retomada da indústria automobilística, e chegou a lamentar pelo seu fim, atribuído ao comportamento imediatista dos atores envolvidos (ARBIX, 1996, p. 18).

Segundo Glauco Arbix, “relações e comportamentos foram alterados deixando claro que existem condições plenas de se definir e implementar políticas industriais e novas relações de trabalho a partir de padrões democráticos de relacionamento entre Estado, capital e trabalho no Brasil” (Ibid, p. 18). O autor estabeleceu um diálogo com alguns autores que se expressaram sobre a experiência das câmaras setoriais e, a partir do posicionamento favorável de alguns destes, *concluiu* que “Essas posições, opostas às de Boito [Armando Boito Junior] e de Franco [Gustavo H. B. Franco] *deixavam claro* que a participação dos trabalhadores nas câmaras não somente era possível como desejável” (Ibid. p. 22, grifos meus). Armando Boito Junior enfatizara o caráter danoso das câmaras setoriais para o conjunto dos trabalhadores,

decorrente de um corporativismo que provocava a segmentação no interior do movimento sindical e a desigualdade socioeconômica entre os trabalhadores (Apud, ARBIX, 1996, p. 21), e Gustavo Franco considerara inconveniente para os interesses nacionais “uma política industrial de corte corporativista e que concentra renda [...]” (Apud, ARBIX, 1996, p. 21-22). “Os interesses gerais da nação – para Franco – e os da classe trabalhadora – para Boito Jr – estariam sendo corroídos, mais uma vez, pelos interesses particularistas, privados e, agora, também setoriais” (ARBIX, 1996, p. 23). Vejamos alguns dos posicionamentos que se mostraram contrários a estes:

Oliveira [Francisco de Oliveira] viu nas câmaras uma possibilidade de transformação inédita das relações capital-trabalho, pois estaria ocorrendo o ‘que se poderia nomear ‘antagonismo convergente’, numa esfera pública regulada por normas pactuadas pelas partes em conflito (OLIVEIRA, Apud ARBIX, 1996, p. 22).

Os estudos de Adalberto Moreira Cardoso e Álvaro Augusto Comin caminharam no mesmo sentido, ao afirmarem que o acordo das montadoras rompia com ‘padrões históricos de relações entre capital, trabalho e Estado no país’, negava ‘o padrão corporativo de negociação’ e inaugurava ‘um antagonismo de classe não mais baseado na perspectiva da destruição do adversário’ (MOREIRA CARDOSO e COMIN, Apud ARBIX, 1996, p. 22).

Foram estas as posições que autorizaram a conclusão de Glauco Arbix, de que teria ficado claro que participação dos trabalhadores nas câmaras setoriais seria algo desejável. Para o autor:

Desde o final dos anos 70, o imaginário nacional vinha sendo estimulado pelo choque dos contrários que se desenrolava ininterruptamente no ABC paulista. De um lado, as greves e grandes manifestações por melhores salários, em defesa do emprego e por democracia; de outro, o poder das multinacionais, que não hesitavam em demonstrar sua aversão ao diálogo [...] Essa história de conflitos alimentou a formação de um novo movimento sindical, que realizar-se-ia como uma das principais vertentes constitutivas da CUT e, no plano político, do Partido dos Trabalhadores – PT (ARBIX, 1996, p. 23).

A compreensão expressada acima, se por um lado, reduz o alcance dos objetivos de todo o processo de lutas e de articulações desenvolvidas na década de 1970, e que levou à criação da Central Única dos Trabalhadores, por outro, estabelece uma ruptura deste processo com a história anterior do movimento dos trabalhadores no Brasil. Deixa de lado toda a experiência do movimento sindical ao longo de, pelo menos, um século, em conflito com a classe burguesa e seus representantes no Estado; faz transparecer que esta história de conflitos nasceu na década de 1970 do século passado.

Mas, mesmo olhando apenas para a história recente do movimento operário no Brasil, especialmente para o ABC paulista, Glauco Arbix lança uma interessante pergunta: “o que havia mudado na situação do país a ponto de levar o principal sindicato da CUT, o símbolo da sua combatividade, a participar da câmara e selar um acordo com os expoentes máximos da indústria?” (ARBIX, 1996, p. 24). As tentativas de respostas apontam em dois sentidos, mas que se relacionam e, em grande medida, estão focadas nos diversos atores. De um lado, foi apontada a mudança de postura dos agentes; teria havido “a disposição para se chegar a um *consenso*, sem que cada participante procurasse agir buscando a destruição do outro” (ARBIX, 1996, p. 25), de outro, em incontáveis passagens, são afirmados elementos objetivos da realidade como peso determinante para esta mudança de comportamento.

A crise da indústria automobilística brasileira era uma dramática expressão setorial do esgotamento do padrão nacional de desenvolvimento sustentado pelo Estado. A insolvência do setor público, a não disponibilidade de capitais no mercado internacional e a progressiva perda de vantagens competitivas do país pressionavam no sentido de um esforço comum entre o Estado, o capital e o trabalho, como um caminho para se conseguir a inserção da economia nacional no mercado mundial (ARBIX, 1996, p. 28).

A sombria realidade da economia e a progressiva degradação das condições de vida, sem dúvida, ajudaram a moldar novos comportamentos (Ibid. p. 67).

A decisão de participar da câmara setorial foi possibilitada pela compreensão de que, sozinhos, os trabalhadores metalúrgicos não conseguiriam segurar seus empregos, seus salários nem seus direitos de cidadãos, pelo menos naquele momento (Ibid. p. 73).

A profundidade da crise econômica, porém, não conseguiria promover, espontaneamente, a aproximação de forças tradicionalmente antagônicas (Ibid. p. 26). Em diferentes passagens, mesmo que de forma indireta, foi mencionado o papel do indivíduo na história, tendo sido “fundamental a confluência de várias vertentes inovadoras no terreno político e econômico, que irromperam no cenário brasileiro no processo de democratização da sociedade” (ARBIX, 1996, p. 29). Por parte do sindicalismo cutista, este papel teria sido cumprido pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e, posteriormente, da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva. Explicitamente, foi afirmado que “[...] somente a partir de expoentes da terceira onda de sindicalistas, com Vicentinho à frente, que os trabalhos da câmara automotiva seriam viabilizados” (Ibid. p. 163).

Glauco Arbix vê como positiva a nova orientação da CUT frente à nova realidade do mundo do trabalho. Entende ainda que, a partir das câmaras setoriais, o exercício da “plena cidadania” passou a ser colocado de forma diferente, pois sindicalistas teriam passado a ser

reconhecidos “no seu direito de discutir, elaborar e decidir sobre políticas até então estranhas ao corpo programático de suas próprias entidades” (ARBIX, 1996, p. 31).

Compondo o universo das sugestões de respostas que Glauco Arbix apresenta para as mudanças experimentadas pela CUT, o autor atribuiu à fragmentação da União Soviética e ao desmoronamento do mundo comunista, influência para o processo de questionamento dos pressupostos marxistas por parte do Partido dos Trabalhadores - PT. E, no mesmo sentido, percebeu nas experiências do Partido na administração pública municipal e na possibilidade de vir a governar o país, “a necessidade de assumir integralmente uma perspectiva de reforma democrática do Estado” (Ibid. p. 173). A viabilidade da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1994 teria estimulado a reflexão da CUT sobre os novos rumos de sua política, a começar pela câmara setorial da indústria automotiva (Ibid. p. 174).

Duas importantes pesquisas recentes, tendo como centro o Partido dos Trabalhadores – PT, trazem grandes contribuições para esta última questão esboçada por Glauco Arbix. Cyro Garcia (2008) trabalhou com a hipótese de que a burocratização teria afastado o Partido de suas bases originais, transformando-o num partido de sustentação da ordem neoliberal, e chega à conclusão que este processo teve origem nos êxitos eleitorais do PT, que o teriam levado a uma integração cada vez maior ao aparelho do Estado, bem como a alterar sua forma de se relacionar com os movimentos sociais, dentre eles o movimento sindical. Já Eurelino Coelho (2012), enfrentando o problema teórico, de uma suposta “crise do paradigma marxista” – que teria perdido a sua capacidade explicativa, realizou uma densa pesquisa sobre a trajetória das correntes dirigentes do Partido dos Trabalhadores, orientado pela teoria marxista da história, para demonstrar um fenômeno particular de crise: a elaboração de outro projeto político oposto ao anterior, abandonando o princípio da independência de classe. Diversas premissas que passaram a fazer parte da concepção expressa no novo projeto político do PT, e destacadas nas análises de Eurelino Coelho possuem íntima ligação com o que foi possível observar na nova postura da Central Única dos Trabalhadores. Não que se pretenda explicar a trajetória de uma organização pela outra mas, os momentos em que nasceram, as suas origens, e a composição social destas organizações, nos obrigam a não desprezar as realidades por elas vivenciadas.

Já tivemos a oportunidade de recorrer aos estudos de Ricardo Antunes no capítulo anterior, em que buscamos apresentar o significado das lutas empreendidas no final da década de 1970, bem como na análise do processo de transição da ditadura civil-militar para a redemocratização. Agora, voltamos às suas análises sobre a realidade vivida pelo sindicalismo

na segunda metade da década de 1990, diante da ofensiva do capital em busca de alternativas à sua crise. Antunes sintetiza as consequências para o sindicalismo, decorrentes das transformações que se realizaram no mundo do trabalho, da seguinte forma:

Foram tão intensas as modificações que se sucederam no processo de trabalho e de produção capitalistas, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho presenciou a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 1998, p. 71).

Para Ricardo Antunes, a apropriação pelo capital do “saber e do fazer operário [em que este] pensa e faz pelo e para o capital [...] atinge intensamente o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação” (Ibid., p. 72). Para ele:

Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva. Abandonam o sindicalismo de classe dos anos 60/70, aderindo ao acrítico sindicalismo de participação e de negociação, que em geral aceita a ordem do capital e do mercado, só questionando aspectos fenomênicos desta mesma ordem (Ibid., p. 72).

Nos últimos anos da década de 1980, acentuaram-se no Brasil as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriram o sindicalismo na onda regressiva. A partir de 1990, com o governo do Presidente Collor de Mello, esse processo se intensificou, provocando seus impactos. Para Ricardo Antunes, “esta nova realidade arrefeceu e tornou mais defensivo o novo sindicalismo”, que se encontrava, de um lado, “diante da emergência de um sindicalismo neoliberal [da Força Sindical]” e de outro, “diante da inflexão que vem ocorrendo no interior da CUT”. Para ele, “começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem (grifo meu)”. O autor viu na “inflexão” da CUT a criação de dificuldades para “um avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista” (Ibid., p. 80-81). Afirma ele que, “As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital” (Ibid. p. 73).

Diante do quadro de dificuldades criadas pela ofensiva do capital, da qual a construção da Força Sindical é parte, e da postura de acomodação dentro da ordem por parte de algumas de suas lideranças, Ricardo Antunes não deixa de destacar também as dificuldades a serem enfrentadas pelo campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da

CUT.⁵² Questiona Antunes: “como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho?” Ou seja, o autor está tentando encontrar respostas para o desafio de articular a luta pelos interesses imediatos, com uma ação estratégica, de longo prazo, de conteúdo anticapitalista (Ibid., p. 81-82).

Vimos, portanto, que Ricardo Antunes dá bastante atenção ao grande salto tecnológico a partir da incorporação da automação e da robótica ao universo fabril, desta as dificuldades criadas a partir daí para a atuação sindical; reafirma a permanência da centralidade da categoria trabalho para a análise das relações sociais, e percebe uma “inflexão” na CUT, o que, para ele, dificultava “um avanço qualitativo na sua atuação, para o que seria necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com a perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas (existentes nos anos iniciais da CUT)” (Ibid., p. 81).

Sem o propósito de apresentar respostas às mudanças experimentadas pela CUT, percebe-se nas formulações de Ricardo Antunes a importância que é dada às questões objetivas, inclusive, ao seu impacto nas subjetividades, mas ele vê também elementos que estão ao nível das opções políticas e, diferente de Armando Boito Jr., Leôncio Martins Rodrigues e Iram Jácome Rodrigues, ele percebe nas elaborações iniciais da CUT o socialismo como horizonte, assim Como Vito Giannotti, Sebastião Neto e Gelson Rozentino, citados.

Para além das contribuições de cada autor, o balanço dessa literatura nos coloca em busca de um equilíbrio teórico adequado entre os fatores objetivos e subjetivos na explicação das mudanças experimentadas pela CUT. Necessário se faz, assim, ao considerar que a concepção ideológica de dirigentes pode influenciar decisivamente nas escolhas realizadas, sem atribuir autonomia às ideologias, buscar encontrar os elementos da realidade concreta das lideranças sindicais cutistas que possam manter relação com as mudanças experimentadas pela Organização. Ou seja, a tarefa a que me proponho no próximo capítulo consiste em responder à seguinte questão: As condições objetivas impediam um salto de qualidade na atuação sindical da CUT, de forma a continuar vislumbrando a perspectiva de uma sociedade socialista, ou há evidências de que as escolhas políticas tiveram peso determinante para as mudanças que se processaram?

⁵² Sobre a atuação de sindicatos metalúrgicos paulistas que mantiveram uma prática sindical ‘não propositiva’, tendo resistido às investidas patronais quanto à retirada de direitos, associada à manutenção de um discurso classista, apesar das dificuldades enfrentadas pelos sindicatos estudados, ver: FIGUEIREDO (2007).

5. CAPÍTULO IV

5.1 A nova estratégia da CUT, a resposta possível?

Acompanhando a prática sindical desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores nos primeiros anos da década de 1990, foi possível observar que a sua direção tomou decisões que contrariaram resoluções de congressos e plenárias realizadas pela entidade e que se chocaram frontalmente com princípios aprovados quando da sua fundação, e que tinham sido reafirmados sucessivamente, especialmente o da independência de classe. Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, em algumas resoluções apareciam ambiguidades, mas o sentido das propostas era confirmado pelos planos de ação propostos. Procuramos demonstrar que, apesar de novas formulações terem aparecido em documentos da Articulação Sindical ou em exposições de membros das assessorias da CUT, elas frequentemente foram formalmente rejeitadas, em fóruns amplos, a exemplo de plenárias e congressos. Esta situação nos coloca diante de mais uma questão. Antes de tentar entender os motivos que levaram à mudança de orientação da Central, precisamos nos deter no porquê de ter sido possível a implementação de ações políticas em desacordo com os princípios firmados. Ou seja, como a direção da CUT conseguiu aplicar uma política que colocava em prática uma nova concepção sindical, oposta àquela até então desenvolvida e defendida pela maioria das suas correntes internas. Voltaremos nosso olhar, portanto, para as relações internas, para identificar o ambiente político em que se desenvolveram estas mudanças.

Em primeiro lugar, realizamos uma análise da composição dos órgãos dirigentes da CUT, desde seu congresso de fundação, o CONCLAT – 1983, até o 5º CONCUR, congresso realizado em 1994 e que definiu a direção até 1997. Buscamos também acompanhar o funcionamento destes órgãos dirigentes, especialmente de sua Direção Executiva, levando em consideração que se tratava de uma central sindical que possuía no seu interior, correntes sindicais com diferentes visões políticas, assim como se tentou perceber os efeitos das alterações estatutárias realizadas. Os dados evidenciaram a existência de uma concentração de poder nas mãos de alguns poucos dirigentes, na sua maioria pertencentes à Articulação Sindical, constituindo-se estes num núcleo de poder dirigente da CUT. Alguns sindicalistas foram reconduzidos sucessivamente a postos importantes da sua direção, desde o CONCLAT-83 até o 4º CONCUR, sendo estes: Jair Meneguelli, Avelino Ganzer, Delúbio Soares, Gilmar

Carneiro e Jorge Lorenzetti. Os dois primeiros, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Central, durante todo este período. Os demais citados, que fizeram parte da direção nacional desde 1983, assumiram a partir de 1984, no 1º CONCURTO, cargos na direção executiva, passando posteriormente a ocupar postos-chaves na condução da entidade. Em 1986, Delúbio Soares assumiu a Tesouraria, Jorge Lorenzetti a Secretaria de Formação Sindical, e Gilmar Carneiro, que ocupou naquele ano a Secretaria de Imprensa e Divulgação, passou nas duas gestões seguintes a ocupar a Secretaria Geral da entidade. Tiveram ainda, presença na direção nacional, desde os primeiros congressos e reeleitos, sucessivamente, ocupando cargos na direção executiva, José Olívio Miranda, Rosiver Pavan e, em algumas gestões, Antonio Carlos de Andrade. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, esteve na suplência da direção nacional, de 1986 a 1988, ano em que passou a ocupar um cargo efetivo, e em 1991 passou a compor a direção executiva, sendo eleito Presidente da entidade em 1994, no 5º CONCURTO. Antonio Carlos de Andrade era membro da Força Socialista, sendo este, de todos os citados, o único que não pertencia à Articulação Sindical- ARSIND. Estas informações estão apresentadas ao final, como anexo.

Das primeiras direções da Central Única dos Trabalhadores, em pelo menos três gestões, fizeram parte ainda, Olívio Dutra, Miguel Rupp, Paulo Paim, Jacó Bittar, Abdias José dos Santos, João Paulo Pires de Vasconcelos, e José Gomes Novaes, estes até 1988, e Maria Laura Sales Pinheiro e Arlindo Chinaglia, até o ano de 1991. A quase totalidade destes passou a ocupar cargos no parlamento, nas três esferas, ou cargos no executivo. Trilhando outro caminho, José Novaes se negou a ocupar cargos na direção da CUT durante o 3º CONCURTO, renunciando ao convite a ele anteriormente formulado para que encabeçasse uma chapa à presidência, em oposição à Articulação Sindical. Esta decisão foi decorrente de divergências políticas no que se refere à composição da chapa, permanecendo, no entanto, atuando no interior da Central (NOVAES, 1988, p. 24-25).

Dentre os setores considerados à esquerda, no interior da CUT, alguns dirigentes também estiveram presentes na sua direção de forma mais constante. Destes, a maior permanência coube a Cyro Garcia, membro da Convergência Socialista, que ocupou cargos na direção nacional, a partir de 1984. Observamos também a participação em pelo menos duas gestões, de Paulo Skromov, do Movimento por uma Tendência Marxista, Sebastião Lopes Neto e Durval de Carvalho, ambos da Cut pela Base, Matiniano Cavalcante, do Partido da Libertação Proletária e José Maria de Almeida, também da Convergência Socialista. É de se supor que as diferentes composições de chapas para concorrer à direção da Central, envolvendo este

segmento, que englobava o MTM, a CpB, o PLP e a CS, em diferentes momentos, seja um dos motivos de uma maior variação dos membros destas correntes em cargos dirigentes da Central Única dos Trabalhadores. Por exemplo, em algumas gestões o MTM não teve representante na direção executiva, a CS e a CpB variaram o número de seus representantes, bem como a FS que, em alguns momentos, compôs chapa com a Articulação Sindical.

A despeito da presença de representantes das demais correntes, tanto na direção nacional, quanto na direção executiva, inclusive com a participação mais constante de alguns de seus dirigentes, o núcleo com poder de decisão na CUT esteve nas mãos da corrente Articulação Sindical. Em todas as gestões, mesmo quando as disputas foram mais acirradas e, portanto, pequena a diferença entre o número de dirigentes da Articulação Sindical em relação às demais correntes, os cargos que possibilitavam maior poder de ação estiveram exclusivamente sob o comando da corrente majoritária. Vale registrar ainda que, desde 1984, quando da aprovação dos estatutos, ficou definido que “O presidente, o vice-presidente, o secretário geral e o tesoureiro deverão ser liberados para trabalhar prioritariamente para a CUT Nacional” (CUT – Resoluções, 1984). A condição de “dirigente sindical liberado para o exercício do mandato sindical” possibilita ao ocupante do cargo a presença nas mais diversas atividades desenvolvidas, já que está dispensado do seu “ônus laboral” – a entrega diária da sua força de trabalho ao patrão. O sindicalista liberado, portanto, pode se fazer presente em todas as reuniões da entidade, participar de um grande número de assembleias de trabalhadores, bem como das reuniões de negociação com o setor patronal, assim como, normalmente acontece, são eles que comandam a “máquina sindical”. A condição de “liberado” soma-se à importância dos cargos. Presidente, vice-presidente, Tesoureiro, Secretário-geral, são estes que, na maioria das vezes, conseguem espaço nos grandes veículos de comunicação e, muitas vezes, terminam expressando a sua concepção, ou da sua corrente política. Numa assembleia de trabalhadores em que algumas polêmicas estão estabelecidas, termina constituindo-se numa vantagem a presença de um grande número de oradores, papel cumprido regularmente pelos dirigentes, enriquecendo as argumentações a favor de uma determinada proposta. Os quadros anexados ao final, com a composição da direção executiva entre 1983 e 1997, que evidenciam a existência deste núcleo de poder a que nos referimos, podem contribuir para uma maior visualização da situação descrita.

Os reflexos da composição, incluindo número de membros de cada corrente e as posições ocupadas na direção da CUT, podem ser percebidos analisando o processo de deliberação quanto à participação da Central no *entendimento nacional*, em setembro de 1990. Vimos

anteriormente que durante todo o mês de setembro de 1990 os militantes da CUT estiveram envolvidos num intenso debate sobre a participação ou não no chamado Fórum de Negociações, considerado pela quase unanimidade das correntes internas como um espaço de construção de um *pacto social*, portanto, um fórum cujo caráter contrariava princípios e deliberações internas. No momento da deliberação sobre a participação ou não, neste fórum, apesar da direção nacional ser composta de 83 membros efetivos, e a reunião ter sido realizada também com a presença de representantes de oito departamentos de categorias de abrangência nacional, a decisão foi tomada por 14 representantes da direção executiva presentes, com direito a voto. O resultado da votação foi oito a seis pela participação nas reuniões do *entendimento nacional*, todos os votos favoráveis dados por representantes da corrente Articulação (*Folha de S. Paulo*, 21 de set./1990, p. C-12; *Informa CUT*, p. 118).

Um documento da DS – Democracia Socialista⁵³, corrente interna do Partido dos Trabalhadores - PT, elaborado após a decisão da CUT de participar do *entendimento nacional*, refere-se a este fórum como pacto social, faz sérias críticas à decisão tomada e, principalmente, à forma como esta se deu. Segundo o documento:

Reveladora da falta de um espírito democrático, a decisão histórica de levar a CUT ao Pacto foi tomada por frágil maioria, na Executiva. O processo de “consultas” que precedeu essa reunião foi de uma confusão generalizada e, pelo menos em importantes Estados como MG, SP, RS, as propostas apontavam num rumo totalmente divergente do tomado. E mais, numa reunião da Executiva Nacional do PT, anterior à primeira rodada do Pacto, Jair Meneguelli teve que enfrentar a resistência, quase que unânime, de seus membros à *política decidida pelos oito*, e que foi denominada por membros da própria Articulação do PT como ‘capitulação frente ao governo’.

Esse curso tem gerado na Articulação Sindical grandes conflitos internos. Foi notório na Plenária Nacional da CUT, no processo de ‘consultas’ para decidir sobre o Pacto, entre outras ocasiões. Setores como, por exemplo, o representado por Avelino Ganzer [trabalhadores rurais do Pará] e o Movimento dos Sem-Terra não compartilham da posição veiculada pela maioria da Articulação Sindical na Executiva Nacional [...].

O que é claro é que, para o grupo da Articulação Sindical na Executiva, o êxito de sua participação no Pacto é o credenciamento para a continuidade de sua vida político-sindical, frente às facções rivais (DS, 1990, Apud GIANNOTTI; NETO, 1991a, p. 97).

O mesmo sentido do documento produzido pela Democracia Socialista, podemos observar em pronunciamentos de representantes de outras correntes sindicais, também questionando os métodos de funcionamento da direção da Central. Durante o debate entre as correntes petistas,

⁵³ Os militantes da Democracia Socialista – DS, enquanto tendência interna do PT, se organizavam na CUT através do corrente CUT pela Base – CpB, juntamente com militantes de alguns outros agrupamentos, muitos destes regionais.

organizado pela Secretaria Sindical Nacional do PT, realizado em maio de 1991, a que já nos referimos, visando pontuar as divergências entre as teses petistas ao 4º CONCURT, Antonio Carlos de Andrade, da Força Socialista e Paulo Skromov, do Movimento por uma Tendência Marxista - MTM fazem cobranças no sentido da aplicação de métodos democráticos nos órgãos de direção da CUT. Os aspectos abordados por Antonio Carlos referem-se aos órgãos de assessoria e ao funcionamento das suas instâncias de direção. Em sua opinião:

As orientações oriundas das análises dos órgãos de assessoria da CUT carecem de uma visão mais plural. O DESEP, por exemplo, é constituído exclusivamente por companheiros identificados com a tendência Articulação. Este deve ser um ponto para a discussão no Congresso, sobre a constituição e funcionamento dos órgãos de assessoria (PT, 1991, p. 6).

[...] Por fim, tem outros pontos importantes de divergência com a tese da Articulação Sindical, que diz respeito ao funcionamento de nossas instâncias. O estatuto não é algo imutável. Normas que foram introduzidas no 2º e 3º congressos da CUT devem ser imediatamente revistos. Acho que o pressuposto para alcançar a unidade entre as forças que atuam na CUT é que radicalizemos a questão democrática. Nós devemos implantar em todos os órgãos de direção da CUT o sistema colegiado, deixar de ter uma postura isolacionista em relação às forças minoritárias, agrega-las ao trabalho de construção da Central (Ibid, p 6-7).

Dentre outros aspectos divergentes, abordados por Paulo Skromov - MTM, ele se refere à proposta de novas alterações estatutárias e suas implicações contrárias ao funcionamento democrático da entidade. A primeira questão tratada por ele expressa a preocupação com a iminência de mais ataques à autonomia das instâncias de base da Central. A Articulação Sindical propôs na sua tese ao IV CONCURT a subordinação das CUT's regionais às políticas e orientações da CUT estadual, constituindo-se numa instância de representação da CUT no âmbito de sua região (ARSIND, 1991, p. 97). Nas palavras de Skromov, "Isso é inaceitável" (PT, 1991, p. 9). Outra proposta de alteração estatutária apresentada pela Articulação Sindical aprofundava ainda mais o quadro de imposição de limites à democracia, pois terminava apontando no sentido de restringir o direito à liberdade de expressão.

Art. 4º Item b. De acordo com sua condição de Central Sindical unitária e classista, garantirá o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão aos seus filiados, *desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores* e seja garantida a plena unidade de ação (ARSIND, 1991, p. 97 grifo meu).

Esta alteração estatutária reafirmava o princípio da liberdade de expressão dos seus filiados, já praticado desde o nascimento da CUT, para em seguida negá-lo, ao incluir condições ao exercício desta liberdade. Para o dirigente do MTM, "o tal art. 4º, que tá se propondo agregar aí, eu acho que é uma peça de autoritarismo" (PT, 1991, p. 9). A contestação a estes dois

novos artigos a serem incorporados ao estatuto, que restringiriam ainda mais a democracia, não se tratava de questionamentos que apresentassem conteúdo casuístico, ao contrário, referia-se à prerrogativa fundamental para a convivência numa mesma organização de correntes de pensamento distintos, que é o direito de crítica. Tratando ainda da necessidade de funcionamento democrático das instâncias de direção, diz Skromov:

A questão da democracia implica o direito à proporcionalidade qualificada nas executivas. No entanto, esse direito na CUT é apenas formal. O cara é eleito para a Executiva com 10% mas depois fica ministro sem pasta. Não tem secretaria, fica marginalizado, só participa de reunião. Precisamos encarar isso e ver como fica agora, com os outros partidos (Ibid, p.9).

O princípio da proporcionalidade qualificada garante às chapas concorrentes à direção, além do direito de indicar membros na proporção dos votos obtidos, também o direito de escolha dos cargos de forma alternada. Assim, cada chapa escolhe um cargo a ocupar, começando pela que obteve maior número de votos, assim sucessivamente, até que cada uma alcance o número de cargos a que terá direito. Este método evita que a chapa vencedora escolha sozinha os principais cargos, deixando às demais os cargos de menor importância ou, como ocorreu em muitos casos, fazendo com que dirigentes das correntes minoritárias sejam simplesmente “diretores executivos”, sem cargos específicos, o que Paulo Skromov chamou de “ministro sem pasta”.

O método de funcionamento da Central, principal questão tratada até aqui neste capítulo, esteve no centro dos debates do 4º CONCUR. Já nos reportamos anteriormente à importância deste Congresso; ao que estava em jogo naquele momento, mas considero importante reafirmar. Conforme disseram Vito Giannotti e Sebastião Neto, “só aparentemente, seria uma pura disputa de poder [...] uma disputa por cargos [...] Esse Congresso discutiu tudo à luz das grandes opções estratégicas da CUT” (1991b, p. 65-66). Seria sim, uma disputa também por cargos, mas principalmente, uma disputa pelo poder de determinar os rumos da Central para o próximo período. Por isto tiveram grande importância as discussões envolvendo o caráter das CUTs Regionais, organismos que estavam mais próximos dos trabalhadores de base. Dependendo das correntes políticas que detivessem maior influência no âmbito de uma Regional, ali se poderia tentar colocar em prática ações orientadas politicamente pela concepção daquela corrente, portanto, diferenciadas da orientação geral. Da mesma forma, na busca pela garantia da completa liberdade de expressão estava em jogo, além do exercício da democracia em si, também o direito de interferir nos destinos da Organização. Mas, no 4º CONCUR, a votação para decidir sobre a proposta de aplicação da proporcionalidade

qualificada nas direções executivas foi a mais acirrada de todas. O conjunto de forças políticas que não haviam conseguido impedir a aprovação dos dois artigos que restringiam ainda mais a democracia no funcionamento da entidade, e que alcançara 47,84 % dos votos para a direção da entidade em 1991, obtendo o direito a indicar 12 dos 25 membros da direção executiva (CUT - *Resoluções*, 1991c, pp. 12, 20) conquistou um número de votos ainda maior a favor da proporcionalidade qualificada. Tecnicamente, a votação terminou empatada; foram contabilizados 742 votos a favor da proporcionalidade e 741 votos contrários, havendo ainda cinco votos em separado para serem apurados. Depois de muitas discussões, terminou não se realizando a apuração dos votos dados “em separado”, estabeleceu-se um impasse, e o princípio da proporcionalidade qualificada não foi inserido nos estatutos, nem foi aplicada à direção eleita naquele Congresso (GIANNOTTI e NETO, 1991b, p. 74-77).⁵⁴ O impasse criado a partir da votação sobre a proporcionalidade qualificada só foi contornado na primeira reunião da Direção Executiva eleita, realizada nos dias 19 e 20 de setembro de 1991, na qual foi produzido “um documento intitulado ‘Bases para um compromisso’ no qual a Direção se compromete a promover a unidade de ação, mesmo que haja críticas às deliberações aprovadas nas instâncias” (CUT - *Resoluções*, 1991c, p. 20).

A saída política a que se chegou com o documento “Bases para um compromisso” relativizou o conteúdo da alteração estatutária instituída via Art. 4º, que tentava tolher o direito de crítica, e resultou na indicação de três membros do bloco oposicionista para secretarias da Direção Executiva para os anos 1991 - 1994, mas a aplicação do princípio da proporcionalidade qualificada, se aplicado, teria alterado radicalmente a correlação de forças na Executiva, em relação ao que ficou estabelecido. O 4º CONCUT alterou a composição da Executiva, que era de 15 titulares e cinco suplentes, para 25 membros efetivos e sete suplentes, dela fazendo parte o presidente e vice-presidente, dez secretarias e mais treze “diretores executivos”. A direção nacional total passou a incluir ainda, mais 83 membros efetivos, representantes das CUTs estaduais e da estrutura vertical da CUT, composta pelos departamentos, federações e/ou confederações dos ramos de atividade (CUT - *Resoluções*, 1991c, p. 12). Se aplicada a proporcionalidade qualificada para a indicação dos membros da Direção Executiva, a vice-presidência e mais cinco secretarias executivas seriam ocupadas pelo segmento que se opunha à mudança de rumo para a Central Única dos Trabalhadores, portanto, metade das secretarias. No entanto, dos 25 membros na Executiva, o

⁵⁴ Detalhes do processo de votação, da apuração de votos, dos encaminhamentos dados pela Mesa diretora dos trabalhos, bem como do clima que se estabeleceu entre os militantes ainda durante o Congresso, e ainda, declarações públicas de dirigentes da CUT sobre este processo, estão narrados por Vito Giannotti e Sebastião Neto (1991b, p. 74-82). A Obra reproduz ainda o documento “Bases para um compromisso”, como um dos seus anexos.

agrupamento que alcançou 47,84% dos votos, ocupou apenas três secretarias e mais nove “diretorias executivas”, aquelas cujos ocupantes não têm atribuições específicas.

Pode-se atribuir o nível de acirramento no 4º CONCUT ao prolongamento do debate sobre a ida da CUT ao *entendimento nacional* no ano anterior e ao processo de eleição dos delegados àquele Congresso. No mês de agosto de 1991, mês anterior ao Congresso, circularam dois documentos, ambos em tons ásperos, sendo um do bloco oposicionista, intitulado “IV CONCUT: A democracia ameaçada”, denunciando e questionando medidas adotadas pela Coordenação do Congresso que, segundo seus autores, visavam reduzir as delegações dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, nos quais a Articulação era minoria. O outro documento, da Coordenação Nacional da Articulação Sindical, em resposta, era intitulado “IV CONCUT: UNIDADE, DEMOCRACIA E RESPONSABILIDADE”, classificando as denúncias como calúnias.

Precisamos nos deter ainda um pouco mais na análise do 4º CONCUT, porque este foi o primeiro congresso em que foi aplicado o conjunto de alterações estatutárias estabelecidas no 3º CONCUT, realizado em 1988. Em pelo menos dois aspectos, podemos perceber nítidas diferenças entre os dois eventos. O primeiro aspecto refere-se ao “tamanho dos congressos”, expresso no número de participantes e de entidades representadas. Do 3º CONCUT, realizado em 1988, participaram 6.244 delegados, contra apenas 1.546 participantes no Congresso seguinte, realizado em 1991. Apesar de corresponder a apenas 25% do número de participantes do congresso anterior, estes delegados corresponderam à representação de 1.679 entidades filiadas, contra 1.150 entidades no Congresso de 1988. Ou seja, estiveram representadas mais 529 entidades, ao mesmo tempo em que se verificou uma drástica redução no número de delegados. O aumento no número de entidades filiadas se deveu, em parte, à participação das entidades sindicais dirigidas pela Corrente Sindical Classista – CSC que, como registramos anteriormente, se decidira a ingressar na CUT.

Outro aspecto em que o 4º CONCUT expressa diferenças em relação ao anterior, foi o perfil dos delegados participantes. O 3º CONCUT já havia registrado uma redução no percentual de delegados de base presentes ao Congresso, em relação ao 2º CONCUT, cuja participação de delegados de base havia superado 70% do total de delegados. Mas, mesmo assim, a percentual de delegados de base no 3º CONCUT ainda alcançou 50,8%, contra 49,2% de direções sindicais, e contou com a participação de delegados oriundos de 160 oposições sindicais. Já no 4º CONCUT, os dados indicaram uma drástica redução da participação dos delegados de base e o correspondente aumento do número de delegados de diretoria.

Iram Jácome Rodrigues realizou uma pesquisa com os delegados presentes ao 4º CONCUT, visando construir o perfil do militante dos sindicatos cutistas e “visualizar o que mudou na prática desses sindicatos e observar a dicotomia existente entre a prática e o discurso”, em

relação a alguns temas (RODRIGUES, 1997, p. 216). Para este trabalho que estamos desenvolvendo, interessa-nos alguns dados colhidos a partir das entrevistas, especialmente: a posição do delegado na entidade a que pertencia, se da base ou da diretoria; o tempo dispendido para a dedicação à atividade sindical (não liberado, liberado parcial ou liberação em tempo integral), e a posição do sindicato a que o delegado pertencia, em relação à participação da CUT no *entendimento nacional*.

QUADRO 1

RELAÇÃO ENTRE DELEGADOS DE BASE E DIRETORIA PRESENTES AO III e IV CONCUTS

%	1988	1991
DIRETORIA	49,2	83,0
BASE	50,8	17,0
Total	100,0	100,0

Fonte: (RODRIGUES, 1997, p.185).

QUADRO 2

DIRETORES SINDICAIS LIBERADOS PRESENTES AO III e IV CONCUTS

%	1988	1991
Liberação total	34,1	69,3
Liberação parcial	14,7	10,1
Sem liberação	49,6	18,7
Outros	1,6	1,9
Total	100,0	100,0

Fonte: (RODRIGUES, 1997, p.211).

Devemos extrair algumas conclusões destas informações que viemos analisando até aqui, especialmente quanto às circunstâncias e premissas que viabilizaram a adoção pela direção da CUT de uma política considerada como de colaboração de classes no ano de 1990, bem como a sua cristalização nos anos subsequentes. Já que estamos tomando como o marco da mudança, a participação da CUT no *entendimento nacional*, e entendendo como sinalização para a continuidade desta política, a avaliação positiva desta decisão que se verificou no 4º CONCUT, estes dois momentos devem figurar no centro das nossas análises.

O 4º CONCURTO foi um Congresso pequeno, o menor de todos os realizados pela CUT e, como vimos, contando apenas com um número de delegados correspondente a 25% do Congresso anterior. Foi um Congresso de diretores de entidades, contando apenas com 17% de participantes oriundos das bases dos sindicatos. Do total de dirigentes, a sua grande maioria, aproximadamente 70%, dispensava dedicação exclusiva à atividade sindical. Se por um lado, a condição de “liberado” proporciona ao dirigente sindical, e conseqüentemente à sua corrente política, relativas vantagens, no sentido de maior dedicação à execução das prioridades definidas, comparando-se com aqueles que precisam todos os dias cumprir a sua jornada de trabalho, como mencionamos anteriormente, por outro lado, afasta-o do “chão-de-fábrica”. O dirigente “liberado” afasta-se do contato diário com os colegas de trabalho, deixando de vivenciar os problemas concretos decorrentes das relações de trabalho vigentes e, em alguns casos, pode até ter mais contatos com empresários, assessores, e com outros sindicalistas, que com os demais trabalhadores, principalmente se o sindicato representar uma base que envolva um número grande de empresas.

Os dados descritos acima são os que caracterizaram o Congresso que apresentou como resolução uma avaliação positiva da decisão de oito membros da Direção Executiva da CUT de participar do *entendimento nacional*. No entanto, algumas considerações ainda precisam ser feitas. Não conseguimos ter acesso ao resultado desta votação, mas sabemos que três outras apurações de votos revelaram resultados muito apertados: apenas 21 votos de diferença, favoráveis à tese que defendeu a filiação a uma central sindical mundial; 65 votos de diferença, favoráveis à Chapa 1- encabeçada por Jair Meneguelli, e a diferença de um voto a favor da proporcionalidade qualificada.

É de se supor que, num evento que contasse com mais de seis mil trabalhadores, sendo a maioria destes, ativistas sindicais de base, diferente do 4º CONCURTO, seria mais difícil desrespeitar o resultado de uma votação como a da proporcionalidade qualificada e, menos ainda, seus defensores convidados a deixar a Central.

Segundo Vito Giannotti e Sebastião Neto, as palavras de ordem mais repetidas no plenário por quem estava a favor da proporcionalidade qualificada foram: “Democracia já, Democracia já [...] Apuração, apuração, agora chega de ganhar no tapetão” (1991b, p. 76). Ainda segundo os autores, “Do lado da Articulação, a resposta ao grito de ‘Democracia já’, era: ‘Olê, Olê Olá... Rachar, Rachar’” (Ibid. p. 77).

Podemos considerar então que, o 4º CONCURTO, um Congresso que teve o número dos membros de várias delegações questionado, com uma configuração completamente diferente dos congressos anteriores da entidade, tanto em tamanho quanto em perfil dos participantes, foi o que deu aval para a continuidade e aprofundamento da política de colaboração de classe. Como vimos, em 1992, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, por sua iniciativa, participou das câmaras setoriais do setor automotivo, e a 5ª Plenária nacional da CUT recomendou a sua continuidade. Interessam-nos então, os dados obtidos pela pesquisa coordenada por Iram Jácome Rodrigues, entre os delegados daquele Congresso, quanto à posição do sindicato a que o delegado pertencia, em relação à participação da CUT no *entendimento nacional*, considerando-se a origem, se urbano ou rural.

QUADRO 3

POSIÇÃO DO SINDICATO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA CUT NO ENTENDIMENTO NACIONAL

	Urbano	Rural
A favor	35,2	54,1
Contra	48,4	21,3
Não tem posição	12,4	16,4
Não sabe	2,4	6,6

Fonte: (RODRIGUES, 1997, p.228).

Não foi possível levantarmos o número de delegados da bancada da Articulação, oriundos da zona urbana e da zona rural. Apenas para ter uma noção da composição, ciente de que não se pode fazer uma relação direta entre número de entidades e de número de delegados, buscamos acompanhar as entidades que assinaram a tese 13, da Articulação, apresentada ao Congresso de 1991. De um total de 258 entidades que assinaram a tese, 143 eram entidades rurais, o que representa 55% do total. Esse dado nos dá uma visão da influência da corrente majoritária entre esse segmento. Mas interessa aqui, ao se tentar acompanhar os métodos utilizados para se tomar deliberações, destacar que apenas 35,2% dos delegados oriundos de sindicatos urbanos se pronunciaram favoráveis à participação da CUT no *entendimento nacional*, posição que guarda relação com a continuidade desta política, via participação nas câmaras setoriais. Já nos referimos à análise de Andréia Galvão que destaca o aspecto da fragmentação da classe trabalhadora, decorrente destas saídas corporativistas, e neste caso, uma posição de maioria entre os sindicatos rurais foi utilizada para referendar uma política cujos efeitos

recairiam sobre sindicatos urbanos. Também foram montadas câmaras setoriais voltadas para o segmento de tratores e implementos agrícolas, mas nestas, os maiores interessados eram, de um lado, a indústria de produção destes maquinários, e de forma indireta os trabalhadores vinculados a este segmento da indústria, e de outro, o grande produtor rural.

Outra importante deliberação do 4º CONCUT, que aprofundou o estreitamento das possibilidades de maior rotatividade entre os membros da direção nacional da Central, e dificultou a possibilidade de ocupação de um dos seus cargos por um delegado de base, foi a que modificou sua forma de composição. Os 83 membros efetivos, que se somavam à direção executiva, para formar a direção nacional, passaram a ser escolhidos entre os *representantes das CUTs estaduais e da estrutura vertical da CUT*, composta pelos departamentos, federações e/ou confederações dos ramos de atividade (CUT - *Resoluções*, 1991c, p. 12). Assim, a partir de 1991, mesmo sendo dirigente de um sindicato, tendo participado do CECUT – congresso estadual da CUT, e tendo sido escolhido como delegado ao Congresso nacional da entidade, caso não tenha sido indicado pela sua corrente para ocupar um cargo na direção executiva, não poderia fazer parte da Direção nacional, a não ser que fosse um dos representantes da CUT estadual ou de um órgão da estrutura vertical da CUT.

Nesta trajetória da Central Única dos Trabalhadores, desenvolvida desde o seu congresso de fundação no ano de 1983, constata-se um crescimento permanente da Entidade. De um total de 912 entidades sindicais representadas no CONCLAT – 83, ainda não formalmente filiadas, representando, aproximadamente 12 milhões de trabalhadores na base (*Almanaque da Cut*, 1986, p. 12), se chegou a 2.235 sindicatos filiados em 1994, quando da realização do 5º CONCUT, representando mais de 18 milhões de trabalhadores (*Informa Cut*, 1994 p. 5), até alcançar 3.334 sindicatos filiados em junho de 2003, no 8º CONCUT, com 22 milhões de trabalhadores representados (CESIT/UNICAMP, Apud FSP).⁵⁵ Este aumento do número de entidades filiadas decorreu de decisões tomadas em assembleias de trabalhadores favoráveis à filiação, dos êxitos eleitorais de oposições sindicais que, ao passar a dirigir sindicatos também realizaram assembleias de filiação, além da criação de novas entidades sindicais, já identificadas com a CUT e ainda, deveu-se à entrada em bloco dos sindicatos orientados politicamente pela Corrente Sindical Classista – CSC. Observou-se, portanto, um aumento em termos absolutos do número de dirigentes sindicais, vinculados à Central Única dos Trabalhadores. Ocorre que, em 1991 se verificou uma drástica diminuição no “tamanho” do

⁵⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0205200419.htm>

Congresso, reflexo das alterações estatutárias realizadas em 1988, e de forma progressiva vai se dando a mudança no perfil dos delegados participantes, em parte decorrente das mudanças estatutárias, mas também devido a outros fatores, ligados à pequena renovação dos dirigentes.

Com a concentração de poder nas mãos da Direção Executiva, como já mencionamos, e as reuniões da Direção Nacional só sendo realizadas de quatro em quatro meses, praticamente deixavam de existir órgãos de recorrência quanto a deliberações tomadas pela Executiva. Esta situação foi agravada porque, quando o bloco de oposição à Articulação alcançou 48% da direção (que em 1991 passou a ser de 108 membros), o que poderia resultar em maioria circunstancial, o percentual de votos obtidos só foi aplicado sobre a Diretoria Executiva (sem obedecer ao princípio da proporcionalidade qualificada), já que os demais membros passaram a ser oriundos das representações das CUT' estaduais. Assim, só nos congressos, apesar da configuração que estes foram assumindo com o tempo, com um universo de participantes superior às reuniões da direção nacional, havia algum espaço para se buscar o convencimento de alguns sindicalistas não vinculados diretamente a alguma corrente política, em questões pontuais, como parece ter ocorrido na deliberação da proporcionalidade qualificada.

Outro aspecto a ser observado no funcionamento dos congressos da CUT, especialmente se pretendemos tomá-los como fóruns de debates, convencimento e de deliberações, é quanto ao papel cumprido pelos “painéis” apresentados sobre determinados temas, anteriores aos debates. Nos eventos sindicais, os debates são organizados com inscrições de debatedores e tempo definido para cada intervenção, situação que leva, algumas vezes, o orador a não concluir a sua argumentação, constituindo-se, portanto, em grande vantagem o fato de ter havido uma anterior explanação sobre o tema, sustentada num determinada concepção. Como já foi mencionado, nos órgãos de assessoria havia uma concentração de membros identificados com as posições da corrente majoritária.

Consideramos que já seja suficiente este panorama sobre as condições que permitiram à Articulação Sindical implementar as mudanças no rumo político da CUT. Examinemos, agora, algumas das interpretações das mudanças processadas presentes na literatura que trata da trajetória desta Central sindical, em confronto com nossa hipótese de trabalho. Gostaria de me referir a um comentário de Iram Jácome Rodrigues (1997, p. 181 - 182) quando o autor trata dos debates realizados no 4º CONCUR, envolvendo “a luta interna pelo controle do poder na Central”:

Esta luta política ficou mascarada por questões ‘administrativas’: problemas de estatutos; redução em uns casos e, em outros, aumento do número de

delegados ao Congresso; a questão da chamada proporcionalidade ‘qualificada’ (RODRIGUES, 1997, P. 181 – 182).

É certo que esta era uma luta política que, como dito por Jácome Rodrigues, se desenvolvia a partir da organização interna, mas precisa ficar claro que o plano organizativo não significa, necessariamente, questões administrativas. Ao contrário, no caso da CUT, representava a discussão das regras que definiam o relacionamento político entre as suas correntes. Por elas, era possível perceber a disposição de se estabelecer consensos e incorporar posições divergentes da corrente majoritária ou, simplesmente, impor uma maioria construída por critérios estatutários, que foi o que prevaleceu no momento em que se consolidava a mudança de estratégia da Central.

As mudanças foram profundas, mas persistiam as formulações dúbias. Ao mesmo tempo em que se mantinha um discurso sobre a “existência de um projeto de sociedade mais justa, livre e democrática, através do qual os trabalhadores buscam uma vida melhor, *com dignidade e cidadania plena*, rumo à sociedade socialista” (CUT – Resoluções, 1994, p. 9), reforçado no ponto da *Estratégia*, com “a perspectiva de uma sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, econômica e social” (Ibid., p. 12), faziam-se caracterizações da economia e apresentação de um *Plano de ação* onde desapareceram as categorias de análises fundamentadas na luta de classes. O ponto da Análise de conjuntura das resoluções do 5º CONCUR, sobre a situação nacional, foi aberto com a afirmação de que “A crise econômica brasileira está historicamente vinculada ao nosso desenvolvimento capitalista dependente e à cumplicidade das *elites* brasileiras” (Ibid., p. 4). A existência de classes dominantes, que marcava as análises anteriores, deu lugar às *elites*. Até mesmo no Congresso de 1991, que apresentou dentre os itens para *Atuação frente à conjuntura nacional*, a proposta de combater o projeto neoliberal e defender uma política que apontasse para a reversão do modelo econômico, o crescimento e a distribuição de renda (CUT – Resoluções, 1991, p. 10), ainda se fez referência à classe dominante (Ibid., pp. 8 - 10). A situação de miséria dos trabalhadores aparece não mais como decorrente da existência da sociedade capitalista, mas do modelo de desenvolvimento econômico, daí a proposta de “busca do fortalecimento do mercado interno, como motor para o desenvolvimento industrial” (CUT – Resoluções, 1994, p. 15) e de saídas globais para o conjunto da sociedade. São os fatores que levaram a estas mudanças, que precisamos entender.

5.2 - Que caminhos levaram “dois rios” a se encontrarem?

Vito Giannotti e Sebastião Neto buscaram retratar as articulações e os passos dados que levaram à fundação da Central Única dos Trabalhadores e, posteriormente, da Força Sindical, usando a imagem de dois rios que caminharam paralelos (1991b, p. 20-21). De um lado, dois afluentes, as oposições e os “autênticos”, formaram a CUT e, num outro curso, os sindicalistas que se organizaram na “Unidade Sindical” criaram a CGT que, como vimos, após cisões, alguns setores ingressaram na CUT e outros criaram a Força Sindical.

A análise da trajetória da CUT confirma a sua mudança de estratégia, que foi se consolidando ao longo da década de 1990. A independência de classe deu lugar à colaboração; as lutas diretas protagonizadas pelos trabalhadores deram lugar às negociações, especialmente àquelas que estabeleceram premissas de médio e longo prazos, visando atenuar os conflitos, e o poder decisório passou a concentrar-se nas mãos de um núcleo dirigente. As definições iniciais no sentido do engajamento em prol de uma sociedade socialista foram substituídas por propostas, que tinham como propósito o desenvolvimento econômico. Assim, “dois rios” que correram em paralelo se encontraram, não necessariamente porque “alguns braços” de um destes desaguarão no outro, mas porque um rio assumiu a forma do outro. Podemos, portanto, dizer que a CUT transformou-se naquilo que ela negava.

Os elementos que estão presentes nos diversos trabalhos que analisam a trajetória da CUT com o objetivo de compreender as mudanças que nela se processaram são praticamente os mesmos. Um ou outro trabalho deixa de considerar algum dos elementos presentes nas demais análises, assim, no geral, o que tem diferenciado esses estudos seriam as abordagens e o peso que é atribuído a cada um dos fatores apresentados como determinantes.

A burocratização aparece em diversos trabalhos como um dos elementos que contribuíram decisivamente para a mudança de estratégia da CUT, existindo, no entanto, diferenciações no entendimento de como este fenômeno se processou. Há visões que ligam a burocratização a uma tendência inata às organizações, portanto, algo que fatalmente iria se estabelecer. Compreensão diferente pode ser encontrada em trabalhos sobre sindicalismo que veem este fenômeno como algo decorrente do tipo de relação que a entidade sindical estabelece com a estrutura sindical oficial, ou ainda, visto também como um “germe” ou uma “tendência”, mas que pode ser potencializado, ou não. Fizemos uma análise da composição da direção da CUT e do funcionamento dos seus organismos dirigentes, inclusive dos seus congressos, que se soma à vasta bibliografia que trata do tema, com a pretensão que ela nos permita perceber o

papel que estes elementos desempenharam no processo de realimentação da burocratização e se estes, por si só, foram determinantes para a mudança de orientação da CUT.

Vamos tratar a burocratização como algo distinto dos complexos aparatos administrativos utilizados na gestão e funcionamento das organizações. Aqui ela tem o sentido de afastamento progressivo dos dirigentes sindicais em relação aos demais trabalhadores, chegando a constituir-se, em algumas situações, num segmento social específico da classe trabalhadora, mas sem, necessariamente, assumir o programa da classe dominante. A tendência das organizações operárias à burocratização tem despertado a preocupação de intelectuais de esquerda ou, nas palavras de Antonio Gramsci, dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, ao longo da história do movimento operário, atentando-se para as condições em que este fenômeno se potencializa. A Alemanha assistiu ao desenvolvimento precoce do problema, chamando a atenção de intelectuais revolucionários como Rosa Luxemburgo:

A especialização de sua atividade profissional como dirigentes sindicais, assim como o horizonte, naturalmente estreito, das lutas isoladas de uma etapa pacífica, fortalece a tendência dos funcionários sindicais para a burocracia e para a estreiteza de objetivos, que se manifestam em toda uma série de tendências que podem ser fatais para o futuro da organização sindical (LUXEMBURGO, Apud TEIXEIRA, 2009, p. 217).

Se, por um lado, existem diversos elementos da realidade concreta que potencializam o processo da burocratização, por outro, decisões tomadas podem alimentá-lo, ou neutralizá-lo. Nas palavras de José Maria de Almeida:⁵⁶

Não temos controle sobre vários deles [elementos da realidade]. O refluxo das mobilizações sindicais que acompanhou a recessão econômica do início dos anos 1980 e todo o processo vivido na década de 1990 facilitou o processo de burocratização da CUT, de afastamento da Central de sua base. No entanto, há elementos sobre os quais, sim, temos controle [...] As políticas que aplicaremos na realidade, concretizando o nosso programa no dia a dia da luta de classes, dependem das nossas decisões [que] têm incidência no processo de burocratização de uma entidade, no sentido de coibi-la ou de incentivá-la (ALMEIDA, 2007, p.8).

Ainda de acordo com José Maria de Almeida:

A existência [...] de um processo permanente e democrático de discussão e deliberação internas, de forma a possibilitar um efetivo controle pela base sobre as decisões tomadas na organização, é fundamental e ajuda enormemente a evitar que a entidade fuja de seus princípios e se *degenere* (Ibid., p.8, grifo meu).

⁵⁶ José Maria de Almeida é dirigente sindical, participou da fundação do PT e da CUT, tendo iniciado sua militância no movimento operário-metalúrgico, em Santo André - SP. Membro da Convergência Socialista, corrente que fez oposição de esquerda à ARSIND e, atualmente, dirigente do PSTU e da CSP – CONLUTAS.

Gostaríamos de chamar atenção para a expressão utilizada pelo autor, que destacamos em grifo. José Maria procura distinguir dois momentos do processo de burocratização. Um que ele chama de ‘deformações burocráticas’, que seriam ‘vícios’, decorrentes de circunstâncias em que os dirigentes atuam, um problema, segundo ele, de natureza política, contornável. O outro “momento” da burocratização é o que ele chama de “degeneração burocrática”, quando a “burocracia autonomiza-se em relação aos seus representados, usurpa o poder que lhe foi concedido para defender os trabalhadores e passa a usá-lo em defesa de seus próprios interesses” (Ibid. p. 26). Percebo nestas afirmações o mesmo sentido das palavras de Eurelino Coelho, referindo-se às correntes dirigentes do Partido dos Trabalhadores [Articulação e Democracia Radical – DR], mesmo sem este recorrer à noção de “degeneração”: “Trata-se do esgarçamento e ruptura da conexão orgânica viva, existencial, das duas tendências com a classe trabalhadora” (COELHO, 2012, p. 302).

Percebe-se na elaboração de Eurelino Coelho (2012) a compreensão da existência de múltiplas determinações no processo de realimentação da burocratização. Segundo suas afirmações “os postos burocráticos exercem certa atração exatamente pela possibilidade de assegurar vantagens materiais que não estão ao alcance do conjunto da classe”. Assim, os dirigentes estariam permanentemente tensionados entre garantir a preservação da organização (de onde advêm seus privilégios) e levar adiante a luta pelos objetivos da classe, nem sempre compatível (p. 303). Ao que parece, tal qual José Maria de Almeida, o autor identifica que “esta pressão poderia ser, a princípio, contrarrestada por formas de organização e por práticas que soldem a atividade da organização com a experiência real vivida pela classe, suas lutas e suas vicissitudes” (Ibid. p. 303). Contudo:

A situação mudaria completamente de figura se a expansão da burocracia se dá num momento em que a ‘condensação ou concentração orgânica’ da classe trabalhadora, isto é, seu poder de atração, encontra-se em declínio. Nessas condições, a fratura no elo entre a organização que sofre pressões burocratizantes e a classe torna-se uma possibilidade bem maior, enquanto a resistência a este afastamento se debilita (COELHO, 2012, p. 303).

Vamos recorrer a partir de agora, às contribuições dos demais autores a que já nos referimos quanto às explicações para a mudança de orientação da CUT, que se posicionaram sobre esta questão, à luz da realidade vivida por esta Central sindical. Visamos, assim, tentar entender o papel cumprido pela burocratização na trajetória da organização.

Leôncio Martins Rodrigues (1990) vê a profissionalização e a pouca rotatividade dos dirigentes como algo necessário e benéfico, devido à possibilidade da continuidade política e de acúmulo de experiências (p. 63). Referindo-se aos sindicalistas que passaram a ocupar

cargos no Legislativo ou Executivo, o autor diz que: “Pode-se deplorar o fato, na medida em que prejudica a estabilização de lideranças e o acúmulo de experiências”. Esta situação só seria compensada pela oportunidade criada com a ocupação destes espaços, para a defesa dos interesses da classe trabalhadora (Ibid., p. 61). Quanto a esta ocupação de postos nas instituições da ‘ordem capitalista’, por parte de dirigentes sindicais, o autor destaca que: pela ótica do sindicalismo revolucionário isto seria impensável; para a social-democracia, ela seria legítima, pela possibilidade de ocupação de espaços no sistema político; pela ótica leninista, seria admissível, desde que ‘os representantes da classe trabalhadora’ procurassem usar o parlamento como tribuna para a politização e conscientização dos trabalhadores, opção que, segundo Leôncio Martins Rodrigues teria sido “claramente descartada pelos sindicalistas [brasileiros] que chegam a ocupar postos no Legislativo (ou no Executivo)” (Ibid., p. 61-62).

Sentido contrário à última afirmação de Leôncio Martins Rodrigues, encontramos em *Uma esquerda para o capital*, de Eurelino Coelho (2012), quando este analisa pela ótica do Partido dos Trabalhadores a participação de sindicalistas no parlamento: “Não é ocioso insistir: ocupar espaços no Estado burguês, por si só, não implica romper os vínculos com a classe trabalhadora. Há inúmeros exemplos de participação de organizações revolucionárias em parlamentos” (p. 305).

Para Vito Giannotti e Sebastião Neto as alterações estatutárias realizadas no III e IV CONCUR foram decisivas para o processo de burocratização da Central. Para esses autores:

O processo de verticalização imprimido na Central a partir de [19] 88 retira das instâncias de base (sindicatos, oposições, CUTs regionais, etc.) o papel de eixos fundamentais da construção da CUT e os transfere para as CUTs estaduais. Por este caminho, a participação dos sindicatos e das CUTs regionais se encerra nas CUTs estaduais e é a partir delas que se constrói a CUT Nacional [...] o processo de burocratização se acentua devido aos ataques feitos à democracia interna a partir do Congresso de BH (1991b, p. 63).

A ênfase na necessidade de um funcionamento democrático das diversas instâncias da Central é uma constante nas obras de GIANNOTTI e NETO:

As várias premissas da CUT [o objetivo socialista], suas raízes e sua história [a diversidade de experiências que lhe deram origem] exigiam uma procura de democracia interna muito grande dentro da Central [...] As Oposições Sindicais sabiam, por ter sentido em sua pele, o que significava lutar contra a máquina antidemocrática e burocratizada típica do sindicalismo oficial (1993, p. 40-41).

Percebe-se também, em diferentes passagens das obras de Vito Giannotti e Sebastião Neto, a compreensão de que a permanência da estrutura sindical oficial exerceu influência para o processo de burocratização. Vejamos:

[...] Além disso, a CUT não construiu uma estrutura sindical alternativa, pois, enquanto central ela é livre e independente, mas os Sindicatos estão dentro da velha estrutura. Esse fato gera uma série de vícios na relação da direção com a base, na supervalorização do aparelho sindical e na prática de uma atividade, que mais substitui a massa do que a envolve na luta (1991b, p. 63).

Na estrutura oficial da CLT, a democracia passa bem longe do sindicato. É uma estrutura centralizadora, cupulista, presidencialista, burocratizada, afastada das bases. A rigor um sindicato pode decidir qualquer coisa com o voto de meia dúzia de associados. Conceitos como ‘controle das bases sobre a direção’ ou poder autônomo dos trabalhadores’ são ideias completamente alheias à estrutura oficial (1993, p. 41).

No entanto, para GIANNOTTI e NETO, recai sobre as decisões tomadas pela ARSIND a responsabilidade no processo de burocratização, afinal, foram decisões políticas que levaram à adoção de medidas que caminham na contramão da proposta de “livrar-se” da estrutura oficial. É este o caso, por exemplo, quando se substituiu o universo dos trabalhadores na base pelo número de sindicalizados, como referência para definição do número de delegados, decisão que incidiu decididamente no “tamanho” dos congressos, a partir de 1991.

Vimos em capítulo anterior que, assim como Vito Giannotti e Sebastião Neto, Rodrigo Teixeira e Armando Boito Junior analisaram vários elementos que contribuiriam para a mudança de orientação política da Central, dentre eles a burocratização. Percebe-se, no entanto, no posicionamento destes dois últimos, especialmente nas obras de Armando Boito Junior, o peso que o mesmo atribui à sobrevivência da estrutura sindical oficial para que a CUT deixasse de alcançar outro patamar de organização e de conquistas. A estrutura oficial teria como função política “limitar e moderar a ação sindical dos trabalhadores” (BOITO Jr., 1991, p. 50). O autor destaca a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado, como “o elemento essencial da estrutura sindical brasileira [...] que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado [o que] permite que falemos numa representação sindical outorgada pelo Estado” (Ibid., p. 50–51).

Armando Boito Junior afirma que o modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado implantado pela ditadura militar esteve em crise, a partir de 1978, mas não a estrutura sindical. Teria sido contra este modelo que correntes da CUT lutaram, não contra a estrutura (Ibid., p. 58) e identificou no período que vai de 1978 a 1985 contradições que poderiam ter produzido uma situação de crise da própria estrutura sindical, o que não ocorreu (Ibid., p. 59).

A acomodação nos sindicatos oficiais produziria, dentre seus efeitos, burocratismos, legalismos e descrença na capacidade de auto-organização dos trabalhadores (Ibid., p. 91).

Sem apresentar discordâncias no essencial com estas afirmações de Armando Boito Junior, recorri a algumas situações concretas, algumas delas narradas pelo autor, para analisar até que ponto a estrutura sindical existente teria limitado ou inibido as ações da classe, a sua organização e o alcance de conquistas.

O resultado de uma pesquisa realizada pelo próprio Armando Boito Junior, tendo como universo, seis setores operários, envolvendo os anos de 1985, 1986 e 1987, teria revelado uma grande concentração das greves neste período nas empresas com mais de 500 operários. Constatou-se ainda que a maior capacidade de organização e de luta dos trabalhadores deste segmento teria permitido a conquista de acordos mais vantajosos do que as convenções coletivas assinadas pelos sindicatos oficiais (BOITO Jr., 1991, p. 60). Os funcionários públicos, a partir da década de 1980, “converteram suas associações em poderosos sindicatos [e] passaram a evidenciar que era possível organizar os trabalhadores sem a proteção tutelar do Estado” (Ibid., p. 64). Armando Boito Junior sustenta ainda a compreensão de que a limitação das ações da CUT teria sido determinada, “de diferentes maneiras pela estrutura sindical corporativa”, no fato de que “A luta salarial nos anos 80 manteve a tradição de luta segmentada por categoria profissional legal” (BOITO Jr., 1999, p. 141). Vejamos outros dois momentos das lutas dos trabalhadores analisados pelo autor. Primeiro, discutindo a proposta do contrato coletivo de trabalho defendido pela CUT e pelos sindicatos metalúrgicos do ABC, Boito Junior afirma que:

A estratégia participacionista estimulou o insulamento corporativo dos diferentes setores do movimento sindical [...] desde sua deserção da greve geral de maio de 1991, os sindicatos metalúrgicos do ABC tendem a uma prática corporativista que isola o restante do movimento sindical (Ibid., p. 148).

A Articulação Sindical, ao propor que a CUT assumisse a proposta de contrato coletivo [...] queria era uma proposta de contrato de trabalho que se coadunasse com a nova estratégia sindical (Ibid., p. 149).

Para o outro momento, vamos dar um salto para destacar processos concretos de mobilizações desenvolvidos no ano de 1995, um destes, a partir das palavras de Armando Boito Junior:

No dia 3 de maio, sindicatos cutistas do setor público federal organizaram uma greve geral contra as privatizações, a quebra dos monopólios estatais e a reforma da previdência. O que parecia estar ocorrendo era uma unificação da luta econômico-corporativa dos trabalhadores do setor público com a luta contra a política neoliberal de privatização. Porém, foi *justamente nesse momento em que as manifestações pareciam indicar maior disposição de*

luta dos trabalhadores, que a direção da CUT começou a abandonar a luta contra as privatizações. Dois dias depois da greve geral dos funcionários públicos federais, a direção nacional da Central reunida em Cajamar decidiu, por iniciativa da corrente Articulação Sindical, abrir negociações com o governo em torno das reformas constitucionais [...] Essa decisão representou o aprofundamento da estratégia sindical propositiva. Foi ela que fundamentou a disposição de Vicente Paulo da Silva negociar, no início do ano seguinte, a Reforma da Previdência com o governo FHC (1999, p. 179).

Além das mobilizações do funcionalismo público federal, no mesmo momento teve início a greve nacional dos eletricitários e de petroleiros, também deflagradas no dia 3 de maio, tendo esta última durado 32 dias. Esta greve foi realizada pela exigência de cumprimento de acordos anteriormente firmados (STIEP – Boletim 216) e tem sido narrada como:

[...] A mais longa greve de sua história [e] não foi apenas uma luta por melhores salários, mas acabou se tornando uma verdadeira batalha contra todo um sistema. A consolidação da política neoliberal de FHC [...], com as reformas constitucionais que retiram conquistas mínimas, mas importantes dos trabalhadores, necessita enfraquecer ou exterminar seus maiores obstáculos, os sindicatos (STIEP – Boletim 236).

Na visão de Antonio Carlos Spys, à época coordenador da FUP – Federação Única dos Petroleiros, “a greve de maio de 1995 foi o maior momento de enfrentamento classista ao governo FHC e às suas políticas neoliberais” (Spys, *Apud Sindipetro - MG*).⁵⁷

Na opinião de José Maria de Almeida:

A greve dos petroleiros foi o principal enfrentamento contra o governo FHC, desde a sua posse. Ao questionar pilares básicos do projeto neoliberal – o arrocho dos salários e as reformas da Constituição e do Estado – essa greve acabou extrapolando as reivindicações salariais e específicas, e se transformou num amplo movimento de contestação a FHC e a seu programa de governo (ALMEIDA, 1995, p. 6).

Um balanço daquela greve, publicado pela Editora Desafio, em agosto de 1995, apresentou a opinião de vários dirigentes da CUT que nela estiveram envolvidos. A leitura atenta às opiniões de José Maria de Almeida (Zé Maria), à época Secretário Nacional de Organização da CUT, e as de Antonio Carlos Spys (Spys), Coordenador da FUP, membro da ARSIND, nos revela um diálogo em que ambos, abordando pontos comuns, terminam expressando visões diferenciadas sobre as possibilidades de ações ofensivas do movimento sindical como um todo, naquele momento, que poderiam ter influenciado nos rumos daquela greve.

⁵⁷Entrevista concedida por Antonio Carlos Spys ao Sindipetro – MG e publicado no site da entidade (<http://www.sindipetro.org.br/artigos.php?id=209> acessado em 10 de jun./2014).

Há diversos pontos em que as avaliações se aproximam. Ambos destacaram o fato de a greve ter extrapolado as reivindicações específicas da categoria. Spys expressou a convicção [que ele admite ser compartilhada por todos da esquerda] de que apenas um setor não conseguiria interferir na conjuntura política do país. É compartilhada também a convicção de que “para implantar o projeto neoliberal, FHC vai tentar destruir a classe trabalhadora e qualquer resistência que ela faça” (SPYS, p. 8). O coordenador da FUP diz ainda que:

[...] Nós tentamos que a solidariedade extrapolasse para movimentos mais amplos a nível de resistência, se possível até mais greves. Mas não foi possível [...] hoje eu tenho convicção de que se fosse chamada a greve geral, que é uma questão que polemiza muito, ela não sairia (SPYS, 1995, p. 9).

Por traz das concordâncias quanto ao significado da greve em si, e quanto ao novo momento vivido pelos trabalhadores, em que ambos ainda não haviam percebido o alcance da derrota, percebemos visões diferenciadas dos dirigentes quanto às opções adotadas pela CUT. José Maria de Almeida afirma que:

Ele [FHC] não teve nenhuma dúvida, o que não se pode dizer infelizmente de todos os nossos dirigentes, de que se tratava de um confronto decisivo entre os interesses do governo (leia-se capital financeiro internacional e grandes grupos econômicos nacionais) e os interesses dos trabalhadores. (ALMEIDA, 1995, p. 6).

José Maria avaliou que, independente de erros cometidos no âmbito do movimento em si, considerando a dureza que a greve enfrentou, o resultado concreto poderia ter sido o mesmo, “no entanto, isso não diminui a gravidade dos erros cometidos pela direção do movimento nesse processo” (Ibid., p. 7). Para José Maria:

Todas as atividades [...] e as ações de solidariedade desenvolvidas pela CUT em apoio à greve ficaram comprometidas já de saída, com a resolução aprovada na reunião da direção nacional a CUT, no dia 4 de maio, um dia depois do início da paralisação. Nessa resolução mudou-se o eixo político da Central. Saiu a construção da resistência contra o projeto neoliberal de FHC e entrou a defesa das reformas populares.

Isso significou concretamente que a prioridade deixou de ser a construção da mobilização para derrotar globalmente o projeto de FHC, e passou a ser a formulação e apresentação de propostas para debater na ‘sociedade’ [...]

[...] Com essa resolução começava a se minar qualquer possibilidade de greve geral (Ibid., p. 7).

Pode-se perceber que existem proximidades entre as opiniões dos dois dirigentes, até mesmo na percepção das possibilidades de realização de uma greve geral em apoio à greve de petroleiros, mas a diferença está situada na estratégia defendida pelas correntes políticas para o conjunto do movimento sindical, e que se expressou na resolução adotada pela CUT, por iniciativa da Articulação Sindical, no dia 04 de maio, um dia após o início da greve.

Buscamos com este rápido balanço da greve dos petroleiros, realizada no ano de 1995, e com uma pequena amostra da dinâmica das lutas sindicais nos primeiros anos da década de 1990, trazer para a análise, elementos que nos permitam tentar identificar quais fatores foram mais determinantes no desfecho destes processos de lutas. É preciso lembrar todo um ciclo de greves realizadas durante o ano de 1990, que mencionamos quando tratamos do debate sobre a ida da CUT ao *entendimento nacional*. Foram realizadas greves em diversos setores da indústria, nos setores de transportes, funcionalismo público das três esferas, bancários do setor privado, metalúrgicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a greve da CSN, petroleiros. Havia ainda uma greve geral marcada para 12 de junho, cuja desmarcação por iniciativa da Articulação Sindical foi objeto de críticas das demais correntes da CUT.

Estão entre nossas preocupações, os elementos objetivos da realidade brasileira deste período, que criaram enormes dificuldades para as ações do sindicalismo classista, resultado das iniciativas da burguesia que visava alcançar um novo padrão de acumulação capitalista, materializadas na reestruturação produtiva e na ofensiva neoliberal. Foi possível contar com a contribuição de intelectuais que se dedicaram a estudar o movimento sindical brasileiro, e em especial a CUT, para percebermos os efeitos que as transformações no mundo do trabalho produziram sobre os trabalhadores e para sua organização sindical. Como destacamos anteriormente, para Armando Boito Junior, “A ofensiva do neoliberalismo e a posse de Fernando Collor de Melo na Presidência da República levaram a uma mudança de estratégia na CUT” (1999, p. 131). Mas o outro elemento que ganha importância nas análises de Boito Junior, como vimos, é a permanência da estrutura sindical oficial. Acredito que já seja possível formular algumas questões no sentido de perceber até que ponto a estrutura sindical teria aumentado as dificuldades para o sindicalismo classista, e gerado implicações para a moderação da Central Única dos Trabalhadores, a partir da década de 1990.

Foi possível perceber processos concretos de lutas que demonstraram a capacidade de mobilização dos trabalhadores e a possibilidade de se alcançar conquistas, a partir de processos de enfrentamento, apesar da estrutura sindical oficial. Em relação às greves dos trabalhadores das empresas que foram objeto da pesquisa de Armando Boito Junior, seria importante questionar quanto à forma de organização destes trabalhadores: não seriam os organismos que comandaram aqueles movimentos grevistas e que firmaram os acordos relatados, também sindicatos “reconhecidos”, portanto, parte da estrutura oficial?

Quanto às lutas da década de 1980 que, para o autor, teriam seguido a tradição de “lutas segmentadas por categoria profissional”, se olharmos para todo este ciclo de greves que

buscamos lembrar, poderíamos questionar: a segmentação destas lutas foi uma imposição inapelável da estrutura sindical, ou as evidências demonstram a ausência de objetivo da direção da CUT em unificá-las?

As próprias palavras de Boito Junior citadas, em relação às negociações via câmaras setoriais, “estratégia participacionista [que] estimulou o insulamento corporativo dos diferentes setores do movimento sindical”, reforçam a ideia de que a nova prática da CUT estava em sintonia com uma nova estratégia, portanto, bem distante de uma determinação da estrutura sindical. Também as suas palavras, baseadas nas mobilizações realizadas no ano de 1995, confirmam a ideia da falta de disposição da corrente majoritária da CUT para unificar as diversas lutas, que eram parte de um enfrentamento à continuidade de implantação do projeto neoliberal no Brasil, comandado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso: *justamente nesse momento em que as manifestações pareciam indicar maior disposição de luta dos trabalhadores, que a direção da CUT começou a abandonar a luta contra as privatizações.*

Precisamos nos reportar aqui, a alguns fatos de extrema relevância para esta discussão do enfrentamento às privatizações e às reformas constitucionais, que expressam contradições entre o discurso e a prática de sindicalistas cutistas que, certamente, ainda não eram do conhecimento de Boito Junior, quando afirmou, olhando para o ano de 1995, que “a direção da CUT *começou a abandonar a luta contra as privatizações*”.

Cyro Garcia (2008) estudou a participação de sindicalistas vinculados ao Partido dos Trabalhadores – PT na gestão da PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, responsável pela administração da previdência complementar destes trabalhadores. À época do estudo, este era o maior fundo de pensão da América Latina, possuindo um patrimônio aproximado de R\$ 100 bilhões (p. 22), mas já em 1991 “contava com o maior portfólio de ações do mercado brasileiro” (p. 26). Os fatos que aqui nos interessam referem-se à participação da PREVI no processo de privatizações, narrados pelo autor:

A posição de destaque assumida pela instituição no mercado de ações culminou com a participação da entidade no processo de privatizações da USIMINAS, a lucrativa siderúrgica mineira, em 1991, ocasião em que adquiriu 14,94% do seu capital votante. Esta participação permitiu-lhe a indicação de representante para o Conselho de administração da companhia privatizada.

[...] A decisão de participação neste leilão foi por unanimidade, e já nesta época os sindicalistas do PT já tinham participação, ainda que pequena, na diretoria da entidade, portanto, corroborando com esta política. Contraditoriamente, os sindicalistas ligados ao PT e à CUT organizaram grandes manifestações de protesto contra o leilão (GARCIA, 2008, p. 26).

O autor destaca a persistência desta contradição com a participação da PREVI no processo de privatização de outras empresas e manutenção de um discurso contrário às privatizações:

Nos leilões da ACESITA – Companhia de Aços Especiais de Itabira, em 1992, além de conseguir 15% do capital votante e assim obter o direito de voto no Conselho de Administração, como ocorria na USIMINAS, conseguiu, pela primeira vez, liderar um acordo de acionistas, o qual elegeu a Diretoria da empresa (Ibid., p. 26 -27).

Segundo Cyro Garcia, no IV Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (BB), realizado em agosto de 1993, “mais uma vez o tema das privatizações foi debatido nas teses apresentadas ao Congresso, porém mais uma vez não se mencionava o papel da PREVI neste processo” (p. 27). Passagens de duas teses, citadas pelo autor, retratam esta situação:

O programa de privatização permanece entregando o patrimônio público a preços irrisórios a investidores, na sua maioria constituída por bancos nacionais e estrangeiros (O ESPELHO, Apud, GARCIA, p. 27).

Interessa a estes setores vender a ideia de que o problema da inflação é essencialmente o problema do descontrole das finanças públicas [...] Esta hipocrisia sustenta o assalto (ainda maior) aos cofres do Estado e ao patrimônio público, obtidos com a política de privatizações, de cortes nos investimentos sociais, de liquidação da previdência [...] E as privatizações continuam e se pretende acelerar o processo, repetindo-se as denúncias de falcatruas verificadas no governo Collor (Ibid., p. 27).

Em dezembro de 1994, a entidade [PREVI] integrou com sucesso o consórcio vitorioso no leilão de privatização da EMBRAER, que envolveu 60% do capital votante da empresa (individualmente, a participação da entidade alcançou o percentual de 10,4% do capital votante), permitindo-lhe mais uma vez a implementação do modelo da ‘administração compartilhada’. Naquele ano, a Carteira de investimentos da PREVI já contava com ações das cem principais empresas de capital aberto do país, o que a transformava numa instituição de grande vulto, estratégica mesmo para a economia brasileira (GARCIA, 2008, p. 28).

À frente, faremos a discussão sobre os novos lugares ocupados por sindicalistas cutistas e os seus efeitos sobre a reorientação da Central, e voltaremos a esta questão da participação destes sindicalistas na gestão de fundos de previdência e no conselho de administração de empresas. Por ora, nos apoiaremos nestes eventos narrados para destacar as suas implicações no desenvolvimento da greve dos petroleiros de 1995. Aquela greve, que ainda precisa ser devidamente estudada, guardava um conteúdo político muito forte de enfrentamento à política neoliberal, e poderia ser utilizada como impulsionadora de grandes lutas. No entanto, desde o ano de 1991, sindicalistas vinculados à Central Única dos Trabalhadores, na condição de representantes dos trabalhadores na gestão da PREVI, concordaram com a participação da

entidade no programa de privatização de estatais, adquirindo ações. Da mesma forma, como mencionado por Boito Junior, logo após a greve geral dos funcionários públicos federais, em maio de 1995, portanto, ainda nos primeiros dias da greve de petroleiros, a “Articulação Sindical, resolveu abrir *negociações com o governo em torno das reformas constitucionais*”, esvaziando assim, o conteúdo da luta contra as reformas constitucionais, uma das bandeiras da greve dos petroleiros, que poderia ser utilizada para a unificação das mobilizações.

Voltemos às contribuições de Rodrigo Teixeira para esta tentativa de explicar as mudanças que se verificaram na CUT. O autor anuncia a tentativa de entender estas mudanças a partir da perspectiva da existência de múltiplas determinações, além de buscar realizar as análises de forma correlacionada, de modo que, por um lado, se propõe identificar a influência da reestruturação produtiva no interior da CUT, e por outro, estaria tentando entender até que ponto a prática da CUT teria viabilizado a reestruturação produtiva. Rodrigo Teixeira avalia que “a redução no número das greves teve grande impacto na transmutação da Central”, no entanto, preocupado em não cair numa explicação que se guiasse pelo determinismo econômico, afirma ter buscado “não cair no erro de derivar da diminuição relativa do emprego nas indústrias o enfraquecimento da CUT”, pois entende que esta tese termina por expressar uma compreensão que tem como ‘pano de fundo’ a incapacidade de resistência dos trabalhadores em uma conjuntura adversa (2009, p. 227). Assim, buscando encontrar um equilíbrio entre base material e fatores subjetivos, traz à discussão o papel dos sujeitos. Afirma que, “no geral tendemos a dar maior peso na correlação de forças o fator subjetivo da ação das classes subalternas do que a atuação dos dirigentes da CUT e seus espaços de organização” (Ibid.). Na sequência, nos pareceu que, pretendendo relativizar o peso da influência das direções, o autor afirma que “essa [a CUT] se molda através da influência direta das mudanças na moral e na mobilização das classes subalternas”. Para ele:

Não devemos, portanto, deslocar a CUT da classe que a organiza; *mais do que organizar as classes subordinadas, a Central é organizada por elas, sendo o reflexo da capacidade de construção de um projeto contra-hegemônico em um determinado período* (Ibid. Grifo do autor).

O raciocínio acima termina atribuindo à base da Central a maior responsabilidade pelos rumos que esta tomou. Se as mudanças não tiveram como fatores determinantes diretos as bases materiais do sistema, e se a moderação da direção da CUT é um reflexo da sua base, residiria então no comportamento desta, a parte mais importante da explicação para a mudança de concepção da Central. É preciso lembrar, entretanto, que já apresentamos evidências de que processos concretos de lutas em desenvolvimento foram “bloqueados” pelas direções ou que,

para dizer o mínimo, faltou empenho para que houvesse uma ampliação. Acrescente-se a isto, o fato de que decisões políticas adotadas contribuíram para que ocorresse um esvaziamento do conteúdo político de algumas destas greves.

Já mencionamos que Rodrigo Teixeira vê na burocratização da CUT o peso fundamental para as mudanças que ela vivenciou. E, semelhante a Armando Boito Junior, destaca a contradição entre a proposição de ser um espaço autônomo de organização dos trabalhadores e ao mesmo tempo conviver com uma estrutura legal que a “forçava” a manter-se atrelada ao Estado. Além desta contradição, identifica “germes” da burocratização na “formação de uma direção sindical profissional” que, só teriam se afirmado devido “aos desvios de rota” decorrente da transformação na estrutura organizativa e na concepção de mundo de alguns de seus dirigentes. Já acompanhamos as mudanças no plano organizativo, e nos foi possível perceber a importância das medidas adotadas para que ocorresse um progressivo distanciamento da direção da CUT das suas bases, configurando um quadro de burocratização, conforme o conceito que adotamos. No entanto, tomando como pressuposto o que afirmou Eurelino Coelho quanto à influência da expansão da burocracia sobre a mudança no projeto político ou na visão de mundo dos intelectuais, em que a primeira não determina, necessariamente, a segunda (2012, p. 303), e à luz do conteúdo e da forma como aquelas medidas foram adotadas, podemos considerar, neste caso, que a burocratização foi fundamental para que um projeto se afirmasse, mas que ela não seria ainda suficiente para explicar a mudança. Restamos, então, acompanhar os caminhos trilhados e os lugares que dirigentes sindicais cutistas passaram a ocupar, tentando encontrar a relação entre esta nova realidade e as transformações na sua concepção de mundo.

Já registramos o primeiro caminho seguido por sindicalistas vinculados à CUT, quando fizemos o levantamento da composição das suas primeiras direções. Alguns destes dirigentes passaram a ocupar cargos eletivos, aos quais posteriormente se somou uma grande quantidade de sindicalistas que obtiveram êxito em eleições, nas três esferas do Estado. Além dos eleitos, os mandatos abarcam um número bem maior de assessores, grande parte destes, recrutados entre os militantes sindicais. Entre 1990 e 1998, o número de deputados federais do PT cresceu de forma constante, alcançando 69% de crescimento no período (RODRIGUES, 2002, p. 187). Acompanhando as profissões de origem dos deputados federais eleitos para a legislatura 1991 – 1994, observou-se a presença de 25 sindicalistas, sendo 20 destes do PT e mais quatro de partidos cujos militantes atuavam na CUT. Naquelas eleições, o PT mais que dobrou sua participação na Câmara federal, pulando de 17 para 35 deputados (DIAP, 1990).

Estudando a alteração do perfil dos militantes do PT e os efeitos da burocratização sobre esse Partido, Cyro Garcia (2008) nos apresenta dados sobre a variação de renda destes militantes, que pode significar a possibilidade de pressões econômicas sobre a sua base sindicalista. O percentual dos petistas que ganhavam entre 10 e 20 Salários Mínimos deu um “salto” entre 1991 e 1999, passando de 14,9% para 34%. Na faixa superior, entre 20 e 50 Salários Mínimos, observou-se outro “salto”, saindo de 6,2 para 22% dos militantes (p. 19).

Os dados referentes à composição do Congresso Nacional correspondem às campanhas eleitorais vitoriosas, sabendo-se que, um número significativamente maior de candidatos disputavam cargos no Parlamento. A importância desta observação reside no fato de que, a perspectiva de altos salários no parlamento pode pressionar sindicalistas a deixarem o cotidiano das lutas como sua prioridade, e ainda, passar a defender publicamente posições que sejam “bem vistas” pela população e pela imprensa, inclusive, desviando o foco das questões de interesse direto da classe trabalhadora para aquelas ligadas à gestão do Estado. Referimos aqui à pressão exercida pela possibilidade de ocupação de postos no aparato estatal sobre os dirigentes, vistos individualmente, mas podemos perceber também, este fenômeno atuando diretamente sobre a Central sindical.

Já nos referimos à percepção de Glauco Arbix (1996) sobre esta questão. Para ele, a viabilidade da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1994 teria estimulado a reflexão da CUT sobre os novos rumos de sua política (p. 173-174). Podemos encontrar evidências neste sentido em dois documentos da Central Única dos Trabalhadores, em momentos próximos. Uma entrevista dada por Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, dias antes da realização do V CONCURT, em maio de 1994, ano de eleições presidenciais, expressa a certeza que este tinha da eleição do candidato do PT à presidência da República.

[...] A CUT deverá ter a capacidade de ver o retrato real do país em cada momento nas evoluções da conjuntura. *O governo Lula será* um governo que do ponto de vista da pessoa, dos compromissos e de propostas tem muitas coincidências com o que pensa a CUT.

A CUT não pode ser uma central sindical puxa-saco do governo, como também *não pode ser uma central de oposição sistemática a um governo democrático/popular* que tem compromissos com a classe trabalhadora (CUT – *Textos para debate*, 1994, p. 2).

[...] Acabar com a fome, através de vários mecanismos, e conquistar o direito à cidadania são coisas muito importantes que vamos querer colocar no debate *nessa primeira etapa do governo Lula* (Ibid., p. 3).

São diversas as passagens em que a certeza de um futuro governo Lula é refirmada, assim como são apresentadas as perspectivas quanto às relações a serem estabelecidas com o

governo. Em nenhum momento ao se discutir a participação da CUT no *entendimento nacional*, se admitiu que ali fosse um fórum de conciliação, tendo os seus defensores insistido que se tratava de um fórum de negociações. Pela primeira vez encontramos passagens em que um dirigente da CUT admitiu a participação no *pacto social*. Nas palavras de Vicentinho, “os governos, ao proporem o pacto social nada fizeram para que desse certo. Eu não tenho nenhum preconceito quanto ao nome ou a maneira que ele vá se dar [em um provável governo Lula], mesmo porque nós participamos das negociações da Câmara Setorial, que foi uma experiência importante” (Ibid., p. 3). O outro documento que expressa o desvio de foco das lutas para as eleições, e daí para a gestão do Estado, foram as Resoluções do V CONCURT. Todo o plano de ação foi elaborado tendo em vista as negociações com um futuro governo do Partido dos Trabalhadores. O plano elaborado substituiu o que seria um *plano de lutas* por um conjunto de propostas que mais aparecem como se fosse um programa de governo.

As mobilizações e greves ocorridas nos últimos meses após o dia 11 de maio na cidade e no campo colocam como importante a continuação dessas mobilizações unificadas e o esclarecimento junto à opinião pública dos efeitos danosos da implantação do Real, rumo à Greve geral (CUT – *Resoluções*, 1994, p. 8).

Além disso, está colocada para nós a disputa eleitoral entre o projeto das elites e o projeto democrático e popular, *e este último, sem dúvida, reforçará nossas reivindicações e a organização da classe trabalhadora* (Ibid., p. 8, grifo nosso).

Nas Resoluções do V CONCURT, o primeiro item apresentado no ponto da Plataforma da CUT foi a proposta da “Reestruturação produtiva com desenvolvimento econômico e social” (Ibid., p. 15), cristalizando a nova plataforma da CUT.

Outro caminho trilhado por sindicalistas vinculados à CUT, que contribuiu para o afastamento individual do dirigente das suas bases, bem como pode provocar implicações diretas na sua visão de mundo, foi a experiência na gestão dos fundos de pensão. Este é um aspecto com maior implicação que o abordado anteriormente, em relação à contradição em se pronunciar contrário às privatizações e, ao mesmo tempo, concordar com a participação num leilão de venda de estatais. Trata-se, neste caso, da participação direta na gestão do capital.

Nos reportamos à participação da PREVI nos leilões de privatização de estatais, aprovada com a concordância dos conselheiros eleitos pelos trabalhadores, todos eles dirigentes sindicais cutistas, episódios relatados por Cyro Garcia. Um dado que este autor chamou atenção foi a ausência de questionamento a esta política também nas teses dos setores de esquerda (2008, p. 28). Mas, na sequência, são fornecidas novas informações que mostram que esse quadro mudou de figura:

O ano de 1997 é marcado por dois grandes eventos que propiciam uma grande divisão no seio do movimento sindical cutista [...] a privatização da poderosa Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, com destacada participação da PREVI e no meio do ano a reforma estatutária que ampliaria os poderes dos dirigentes eleitos na gestão da entidade (2008, p. 30).

A CVRD foi privatizada, estando a PREVI na composição do consórcio vencedor do leilão, realizado após uma batalha judicial que tentava evitar a sua realização a partir da decisão unânime dos dirigentes da entidade. No dia seguinte ao da privatização, o jornal da PREVI estampou manchete ‘Ah! a Vale é nossa!’, palavra de ordem que vinha sendo usada pelos que se opunham à venda da estatal (2008, p. 31).

Já a reforma estatutária foi aprovada após uma intensa disputa entre as correntes que atuavam no interior da categoria dos bancários. A proposta de reformulação do estatuto previa o aumento da participação dos conselheiros eleitos pelos trabalhadores nos órgãos dirigentes da PREVI, só que esta seria uma “venda casada”, em que várias concessões seriam feitas ao Banco do Brasil, empresa patrocinadora do Plano (GARCIA, 2008, p. 33). Para entender a questão: quando foram criados os planos de previdência privada fechados, a exemplo da PREVI, dos funcionários do Banco do Brasil, ou a PETROS, dos trabalhadores no Sistema PETROBRÁS, já existiam trabalhadores que daí a alguns anos viriam a se aposentar, cuja responsabilidade da suplementação das aposentadorias cabia à empresa. Daí surgia um passivo destas empresas em relação aos respectivos planos, que deveriam ser equacionados para fazer face às futuras aposentadorias dos trabalhadores que ingressaram nestas empresas antes da criação do plano de previdência. Na PREVI, então, passou a existir o “Acordo de 67”, e na PETROS, os “Pré-70”, anos respectivos da criação destes Planos. Outra situação que exige explicação é quanto à legislação, pois ela previa que se um fundo de previdência apresentasse *superávit* por três exercícios consecutivos, ou as contribuições seriam reduzidas ou se implantaria melhorias nos benefícios. Um terceiro esclarecimento: tanto na PREVI quanto na PETROS existiam planos de previdência da modalidade BD – benefício definido, pelo qual são definidos os benefícios a serem usufruídos quando da aposentadoria e os valores das contribuições de modo que façam face aos futuros benefícios.

A proposta apresentada pelos representantes do Banco do Brasil no Conselho Deliberativo da PREVI previa quitar a sua dívida em relação ao “Acordo de 67”, através da utilização de parte das contribuições futuras do Banco do Brasil para o Plano, já que existia um *superávit*. Tal proposta teve a concordância dos sindicalistas da Articulação Sindical e foi defendida e aceita pelos membros dos conselhos gestores da entidade. Isto significava não haver redução das

contribuições dos mantenedores (funcionários), e o Banco (patrocinador) usaria parte dos valores que poderia reduzir dos seus repasses ao Plano para, sem nenhum desembolso específico, quitar um compromisso anterior e sem realizar melhorias no Plano, a não ser a maior participação dos representantes eleitos.

Outro ponto da proposta, e o que provocou maior embate entre as correntes no interior da categoria bancária, foi o da obrigatoriedade de que os novos funcionários do Banco do Brasil aderissem à modalidade de aposentadoria por Contribuição Definida. A mudança levaria à existência de trabalhadores na mesma empresa com planos de aposentadorias diferentes.

Os planos de aposentadoria oferecidos pelas diferentes formas de previdência privada tem um espectro de alternativas bastante limitadas no mundo todo. Basicamente eles podem operar por Benefícios e por Contribuição Definida e este é um critério importante para diferenciar os diversos planos de previdência privada. O Benefício Definido ‘promete’ a ‘garantia’ de uma aposentadoria mensal com base em um montante predefinido no momento do trabalho e relaciona-se, fundamentalmente, com o lugar do trabalhador no espaço produtivo, isto é, vincula-se aos salários do trabalhador ao longo da sua vida laborativa.

Os planos de aposentadoria por Contribuição Definida foram criados pelo artigo 401 (K) do Código Americano de Impostos de 1978. Com a instituição de tais planos a contribuição dos trabalhadores é feita em uma conta individual e o resultado das aplicações realizadas ao longo de sua vida produtiva será conhecido no momento da aposentadoria. Se os investimentos lograram sucesso haverá uma substantiva aposentadoria; mas, na ocorrência do contrário, isto é, se a gestão de seus ‘ativos’ não tiver obtido sucesso, o trabalhador poderá não ter aposentadoria. Nestes planos os trabalhadores são ‘instados’ a aplicar o máximo de valores em operações as mais arriscadas para esperar uma aposentadoria a mais elevada possível, daí que as carteiras de aplicações destes planos são quase que majoritariamente em ações e fundos de renda variável (GRANEMANN, Apud, GARCIA, 2008, p.33 – 34).

A proposta de alterações no plano de previdência também se deu na PETROS anos depois, em 2001, e se daria com a criação de outro plano, o Plano Petrobras Vida, na modalidade Contribuição Definida - CD, para o qual os beneficiários de então deveriam migrar. Foram processos similares, com diferenças de nuances e de posicionamento político por parte dos dirigentes sindicais, assim, conhecê-los pode contribuir para um melhor entendimento do tema debatido pelos bancários. À época, a Federação Única dos Petroleiros, com maioria da direção da Articulação Sindical, publicou diversos documentos esclarecendo à categoria sobre os prejuízos do novo plano. Um dos artigos tem como título “*Migrando para uma arapuca*”:

Pressionados pelo governo neoliberal de FHC, que tem como meta principal arrochar o salário do trabalhador e do aposentado para além dos limites do absurdo, a Petrobrás resolveu criar um novo Plano de Previdência Complementar. Fundamentado nos interesses dos dirigentes do governo e da

Petrobras, o plano foi tomando forma, mesmo depois de ter sido rejeitado por nossos conselheiros que, é claro, são minoria no Conselho de Curadores da Petros, que tem 5 membros indicados pela diretoria contra só 2 eleitos por nós [...] A Petrobrás foi acumulando débitos durante três décadas, quando administrou sozinha e sem fiscalização a Petros, e agora deve a ela bilhões. E adivinha quem a Petrobras escolheu para pagar essa dívida? Você, que depositou sua contribuição, religiosamente, durante todos esses anos.

É esta a finalidade do Novo Plano, chamado ironicamente de Petrobras Vida: fazer você pagar uma dívida que é exclusivamente da Petrobrás! Só há, no momento, uma maneira de mudar este destino cruel que vem sendo traçado pelos dirigentes e pelo governo: dizendo não ao Novo Plano Petros (FUP, 2001).

A Petrobrás ofereceu aos então aposentados o valor de três salários-benefícios, de uma única vez, como incentivo à migração para o Novo Plano, obtendo, no entanto, pequena adesão entre os participantes, ficando engavetada a proposta. Houve unidade entre as correntes políticas que atuavam na categoria petroleira, quanto à posição contrária ao novo plano, sendo criado ainda em 2001, o CDPP- Comitê em Defesa dos Participantes da PETROS, do qual passaram a fazer parte, além da FUP e todos os sindicatos de petroleiros a ela filiados, também as associações de aposentados do Sistema Petrobras e a AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobras. A partir de então, este tema da Previdência complementar passou a figurar entre os temas de debate no conjunto da categoria (CDPP, 2005).

Esta tentativa de implantar mudanças no Plano de Previdência Complementar na PETROBRAS no ano de 2001, de início revelou um posicionamento unitário dos dirigentes dos trabalhadores, diferente do que aconteceu entre os trabalhadores bancários, no ano de 1997. A questão da participação da PREVI no processo de privatização de estatais, a concordância com as alterações estatutárias, portanto, com a implantação de planos CD, e o significado da participação de dirigentes sindicais no Conselho de Administração de empresas em que esse Fundo de Pensão detinha ações, passou a ser o centro de um intenso debate na categoria. Discussões acirradas se verificaram ainda nas tentativas de convencimento da categoria, de ambos os lados, inclusive com denúncias. Segundo Cyro Garcia:

A campanha pegou fogo. A Diretoria do BB, a Diretoria da PREVI, indicados e eleitos, e a Articulação Sindical jogaram pesado pela aprovação do estatuto. Esta última, através de materiais coloridos, chegava até os associados com declarações de seus principais dirigentes nacionais: o deputado federal Luiz Gushiken, o presidente da CNB-CUT Sérgio Rosa, o presidente do sindicato dos Bancários de São Paulo Ricardo Berzoini, dentre outros.

A campanha contra a aprovação do estatuto reuniu a esquerda cutista (Democracia Socialista - DS, Articulação de Esquerda-AE, Força socialista, PSTU) e uma série de entidades internas do BB: ANABB, AAFBB, AFABBs, CONTEC, GAREF e UNAMIBB (2008, p. 37).

Cyro Garcia nos fornece ainda informações sobre ganhos financeiros auferidos pelos diretores da PREVI, contidas em um panfleto de denúncias ainda durante a campanha, atribuído à UNAMIBB, cujo título é ‘ESCÂNDALO NACIONAL’:

Diretores da PREVI recebem salários que ultrapassam R\$ 25.000,00 mensais, enquanto o funcionalismo padece com salários baixos, demissões, perseguições, etc.

Agora, acaba de chegar à UNAMIBB a prova de que vários diretores da PREVI participam de Conselhos de Administração de firmas participadas, com rendimentos, em cada um, que vão de R\$ 3.000, 00 a 8.000,00 (ata da CVRD de 12.05.97). E o pior, acumulam esses cargos, para os quais comparecem, se é que comparecem, apenas uma vez por mês, chegando a perceber mais de R\$ 20.000,00 mensais fora o salário do Banco com os mais altos Ap's. E poderão continuar nos seus cargos se o novo estatuto for aprovado (UNAMIBB, Apud, GARCIA, 2008, p. 38).

Com as mudanças estatutárias, a PREVI passou a adotar um modelo de gestão que ampliava a participação dos membros eleitos entre os associados, e com uma nova estrutura organizacional. As diretrizes da PREVI passaram a ser aprovadas pelo então criado Conselho Deliberativo, integrado por quatro membros eleitos pelos associados e três indicados pelo Banco do Brasil. A Diretoria Executiva passou a ser integrada por seis membros, de forma paritária, dentre eles o presidente e cinco diretorias, sendo o Diretor de Participações eleito entre os associados e o responsável pela indicação dos representantes da PREVI nos conselhos de administração das empresas (GARCIA, 2008, p. 39-40).

Já na vigência das alterações estatutárias, se deu o processo de escolha dos representantes dos associados para compor os novos cargos criados. Segundo Cyro Garcia, “além das diferenças de concepção existentes a cerca da forma como se deveria administrar a entidade [se deu também] a luta pelo controle do poder decisório. Isso fez com que aliados em eleições anteriores, preteridos então na indicação de seus nomes na composição final das chapas, se transformassem agora em adversários” (Ibid. p. 40). Três chapas disputaram as eleições, no ano de 1998: *PREVI construindo o futuro*, da Articulação Sindical, que saiu derrotada no pleito, defendendo a política que vinha sendo aplicada à entidade e justificando a participação nas privatizações; *RESISTÊNCIA*, formada pelo MTS e a UNAMIBB que, segundo Cyro Garcia, consciente dos poucos recursos para competir, fez uma campanha sem nenhuma concessão no balanço da direção da PREVI; e a terceira chapa, *Pluralidade & Transparência*”, que saiu vitoriosa, integrada pela DS, FS e algumas entidades associativas dos funcionários do Banco do Brasil, “não tocou em pontos polêmicos, tais como a Reforma Estatutária e privatizações, optando por fazer propostas apoiadas em princípios genéricos. Esta chapa foi encabeçada pelo ex-presidente da CUT-PR, Henrique Pizzolato, que assumiu o

cargo de Diretor de Seguridade da PREVI” (Ibid. p. 40-43). Posteriormente, Henrique Pizzolato foi indicado pela PREVI para compor o Conselho de Administração da EMBRAER, privatizada em 1994 (Ibid., p. 124).

Denúncia dos membros da Chapa ‘RESISTÊNCIA’, ainda durante a campanha para escolha dos futuros gestores da PREVI, em 1998, propondo “*oposição intransigente*”, apresentou esclarecimentos aos trabalhadores sobre a forma como eram viabilizados os recursos financeiros necessários para a compra das estatais, via leilão das privatizações:

[A administração de então do fundo] serviu de braço direito do governo FHC na entrega do patrimônio nacional, ao viabilizar as privatizações, através da composição de consórcios com o capital nacional e internacional, onde *a PREVI sempre integraliza a parte à vista, para que aqueles se apropriem de nossas empresas, utilizando de financiamento subsidiados do BNDES* (RESISTÊNCIA, Apud GARCIA, 2008, p. 41-42).

As teses da Articulação Sindical apresentadas ao X Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado em julho de 1999, nos permitem visualizar a compreensão de representantes dos trabalhadores quanto às privatizações e à política de participação nos conselhos de administração das empresas em que a PREVI possui ações:

Na PREVI, a política de participação no Conselho das empresas, *nas quais somos acionistas*, deve continuar de maneira a garantir a participação dos associados nas decisões estratégicas e na gestão das empresas, a fiscalização de suas contas, e assegurar a rentabilidade dos investimentos, que acabarão por possibilitar as nossas aposentadorias (O BANCÁRIO, Apud, GARCIA, 2008, p. 44, grifos nossos).

O Relatório final do X Congresso manteve o posicionamento da tese apresentada pela ARSIND, em que esta fez a defesa da participação da PREVI no processo de privatizações, consciente do posicionamento contrário dos trabalhadores e de suas consequências:

Do ponto de vista da mera rentabilidade do capital, a participação da PREVI deve obedecer a critérios técnicos, e as privatizações, ao que tudo indica, representaram um bom investimento (senão o melhor investimento do último período). Sob esta ótica, a PREVI agiu certo no interesse do associado.

[...] De outro ponto de vista, no entanto, surge a eventual contradição da PREVI participar de um processo que condenamos [...] a verdade é que a quase totalidade das entidades representativas do funcionalismo condenam as privatizações, enxergando nisto a entrega do patrimônio público a preços aviltados, sem garantia de preservar os interesses da sociedade, e geralmente gerando demissões e outras perdas para os trabalhadores destas empresas.

A bem da verdade (sic), garantir a rentabilidade do patrimônio da PREVI implica inevitavelmente em participar do mercado financeiro e de capitais tais como ele é hoje (X Congresso. Apud., GARCIA, 2008, p. 44-45).

Este relato que tomamos de empréstimo a Cyro Garcia nos forneceu mais elementos para a nossa discussão sobre as transformações na visão de mundo dos dirigentes dos trabalhadores,

ao ocuparem novos lugares, afastando-se das suas bases. Os gestores deste Plano de Previdência, indicados pela empresa ou eleitos pelos trabalhadores, indistintamente, atuaram como executivos em busca de rentabilidade para as ações da entidade que representam. Ao fazer a defesa da participação nos conselhos de administração das empresas, “*em que somos acionistas*”, percebemos a presença da figura do gestor do capital.

Já visualizamos a pressão exercida individualmente sobre o dirigente sindical decorrente da possibilidade deste vir a ocupar postos no aparato estatal, via eleições para cargos no Executivo ou no Legislativo. Estamos também percebendo esta situação em relação aos sindicalistas que passaram a ocupar cargos nos fundos de pensão, como gestores do capital; uma pressão exercida individualmente, decorrente também da sedução advinda das vantagens auferidas ao ocupar estes postos. Vimos também este fenômeno atuando diretamente sobre a Central sindical, quando a CUT alterou sua prática e seu discurso a partir da perspectiva da eleição de um operário à Presidência da República. Outro momento no qual foi possível perceber o aprofundamento deste quadro foi quando a Central Única dos Trabalhadores passou a participar diretamente da gestão do capital financeiro, ao ingressar no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, um órgão tripartite, com a participação de representantes do governo federal, empresários e dos trabalhadores.

Da mesma forma que Cyro Garcia estranhou a ausência de questionamentos sobre a gestão da PREVI nas teses das correntes de esquerda apresentadas aos congressos dos bancários, até o ano de 1997, quando então se deu os debates envolvendo a privatização da CVRD e as alterações estatutárias, também não localizamos documentos estabelecendo o debate sobre a participação da CUT no CODEFAT.

Foi realizada no dia 08 de março de 1990 a reunião que deu início aos trabalhos do Conselho gestor do FAT, na qual se discutiu o regimento interno e o programa de trabalho. A reunião seguinte, realizada no dia 21 de junho, teve a abertura dos trabalhos realizada pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social - MTPS, Antonio Rogério Magri. Na pauta, a eleição do presidente do CODEFAT, tendo sido aprovado que os mandatos de Presidente seriam exercidos, sucessivamente, por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores, pelo período de um ano. Foi indicado então, para Presidente do Conselho gestor do FAT, Adolfo C. A. Rocha Furtado, Secretário Nacional do Trabalho (CODEFAT, atas de 08 de mar. e 21 de jun./1990).

Para se ter uma noção do volume de recursos do FAT, sobre os quais o CODEFAT define as diretrizes para aplicação, o orçamento deste fundo alcançou no ano de 1991, o montante de CR\$ 423.145.804.000,00. Isto equivalia a aproximadamente dois bilhões de dólares, pelo câmbio da época (CODEFAT, ata de 28 de set./1990).

O nível das deliberações no Conselho gestor do FAT incluía um leque grande de decisões, técnicas e políticas. Por exemplo, fez parte da pauta de reunião: 1. Forma de cálculo do benefício do seguro-desemprego; 2. Discussão de critérios para habilitação do trabalhador ao benefício; 3. A realização de contratos com empresas privadas para a realização do processamento dos dados necessários para a operacionalização do pagamento dos benefícios; 4. Contratação de consultorias externas (CODEFAT, ata de 20 de mar./1991). Em março de 1992, surgiram propostas da seguinte ordem: a) avaliação de como exigir o pagamento de empréstimo da ordem de 200 bilhões de cruzeiros que havia sido emprestado ao INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; b) sugestão de encaminhar ao Congresso Nacional proposta para abrir a bancos privados a participação no pagamento dos benefícios, realizados exclusivamente pela CEF – Caixa Econômica Federal, sob o argumento da redução de custos; c) Cobrança aos operadores de créditos, a exemplo do Banco do Brasil e BNDES, no sentido de destinação de recursos para financiamento de projetos de desenvolvimento econômico que apresentassem eficácia quanto à geração de empregos (CODEFAT, ata de 11 de mar./1992). Na reunião do dia 26 de outubro de 1994 foi aprovada no Conselho a solicitação do governo federal de liberação de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de Reais) para o financiamento da safra agrícola 94/95. Na reunião seguinte, realizada no dia 08 de novembro, discutiu-se a “realocação dos R\$ 500 milhões de Reais, aprovados na reunião anterior” (CODEFAT, atas de 26 de mar e 8 de nov./1994).

Visando ainda apresentar uma visão ampla do nível das discussões e deliberações no âmbito do CODEFAT, analisamos os encaminhamentos para a realização do *I Encontro do CODEFAT sobre Política de Emprego*, preparado conjuntamente pelo BNDES e pela Secretaria executiva do CODEFAT, e que esteve em pauta na reunião do CODEFAT do dia 10 de fevereiro de 1993. Para este Encontro ficou definido por consenso o tema e seus eixos, bem como os expositores. Tema central – Políticas de Emprego, subdividido em quatro eixos: 1. Seguro-Desemprego e Formação Profissional; 2. Desemprego Crônico; 3. Formas Alternativas Não Ortodoxas de Enfrentar o Desemprego; 4. Programas de Incentivo para Criar Empregos (CODEFAT, ata de 10 de fev./1993). Pode-se perceber, a partir dos eixos temáticos, e especialmente nos dois últimos subtemas, que estariam voltados para o combate

ao desemprego, que se tratava de buscas “criativas” dentro da lógica do sistema capitalista. Tal perspectiva expressava a compreensão daquele colegiado sobre como enfrentar a questão do desemprego. Naturalmente, não se poderia ter pretensão diferente em se tratando do caráter e composição daquele Conselho.

A CUT teve sua primeira participação no CODEFAT em julho de 1990, tendo como representante Antonio Carlos de Andrade, da Força Socialista, e membro da Executiva Nacional (CODEFAT, ata de 26 de jul./1990). O acompanhamento atencioso da atuação dos representantes da CUT no CODEFAT nos forneceu algumas informações importantes para o nosso estudo. Do ano de 1990 a 2003, o Conselho gestor do FAT teve a participação de oito representantes da Central Única dos Trabalhadores, sendo fundamental que citemos os seus nomes, período de atuação e alguns dados em relação às suas atuações. Entre 1991 e 1992, o conselheiro da CUT, como já anunciado, foi Antonio Carlos de Andrade; 1992, Tiago Nogueira – titular e Rui Cesar de V. Leitão – suplente; 1993, Tiago Nogueira – titular e Ivan Gonçalves Guimarães – suplente. Em 1994, Delúbio Soares de Castro assumiu como titular, e Tiago Nogueira passou à condição de suplente. Do ano de 1994, em que substituiu Tiago Nogueira até novembro de 2001, Delúbio Soares manteve-se como titular, só faltou a uma reunião (dia 12 de agosto de 1998), à qual não compareceu o suplente, como era de praxe nas ausências do titular. No dia 19 de fevereiro de 2002, Remígio Todeschini assumiu a titularidade na representação da CUT no Conselho, em substituição a Delúbio Soares. Finalmente, em 2003, a CUT teve a representação de Carlos Alberto Grana – titular, e Juraci Moreira Souto – suplente. Vale registrar que neste ano, o ex-conselheiro da CUT, Remígio Todeschini também fez parte da composição do conselho Gestor do FAT, assumindo o cargo de Vice-presidente, como representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Identificamos também o retorno de Ivan Gonçalves Guimarães ao CODEFAT, na condição de convidado para participar da reunião realizada no dia 26 de novembro de 1997, estando este à época ocupando o cargo de Secretário do Trabalho do Distrito Federal. Na reunião em questão, a Presidência do Conselho estava sendo ocupada por Delúbio Soares, obedecendo ao critério da rotatividade.

Na reunião do CODEFAT, de 26 de novembro de 1997, esteve em pauta a discussão sobre o andamento do Programa de Reforma da Educação Profissional do MEC – Ministério da Educação e Cultura, que visava a expansão da Educação Profissional e a desvinculação do ensino técnico do ensino acadêmico, aprovado pelos Conselheiros no dia 02 de julho daquele

ano. O projeto era da ordem de 500 milhões de dólares, e envolvia um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de 250 milhões, a contrapartida de 125 milhões de aportes do FAT, e mais 125 milhões de recursos orçamentários do Ministério da Educação (CADEFAT, atas de 02 de jul. e 26 nov./1997).

Como informamos anteriormente, no VI CONCUR, realizado em 1997, mesmo ano em que esteve em pauta no CODEFAT o projeto que mencionamos acima, não houve apresentação de teses das correntes políticas. Foi elaborado um *Texto da Direção Nacional*, que teve como título *CUT 2000: Emprego, terra, salário e cidadania para todos*, ao qual seriam apresentadas emendas, oriundas dos Congressos estaduais ou apresentadas diretamente na Direção Nacional. O texto esteve em debate por alguns meses e foi apreciado no Congresso Nacional da CUT, realizado entre os dias 14 e 17 de agosto de 1997. No documento, a ARSIND fez a defesa de um aprofundamento da política de formação que já vinha sendo adotada, que progressivamente abandonava a formação política, substituindo-a pela formação e requalificação profissional. No *Caderno de Emendas*, apesar de não encontrarmos nenhuma menção direta à participação da CUT no Conselho gestor do FAT, foram apresentadas diversas emendas ao texto base contendo críticas e propostas no sentido de que fosse abandonada a política de participação nos conselhos, de forma genérica. No ponto da *conjuntura nacional* foi apresentada uma emenda substitutiva ao texto, com o seguinte teor:

O governo FHC, com a cumplicidade da maioria do atual Congresso, vem destruindo o patrimônio nacional e os direitos do povo e dos trabalhadores. Acabou-se com os monopólios estatais, quer se acabar com a previdência e com os serviços públicos, a venda da Vale do Rio Doce está sendo encaminhada, as empresas telefônicas e energéticas são as próximas [...] A CUT, nesta situação, precisa mudar radicalmente sua atuação, deixando de participar dos Conselhos que só fazem envolver a Central e seus dirigentes nas políticas do governo.

Como participar do Conselho Deliberativo do BNDES, que é o órgão responsável pelas privatizações?

Como participar do Conselho Nacional do Trabalho (CNTb), se somos contra a ‘flexibilização’ da legislação trabalhista como quer o governo?

O 6º CONCUR deve adotar a posição que a CUT rompa definitivamente com o CNTb., órgão ‘tripartite’ do MTb, encarregado de aplicar as políticas de destruição de direitos trabalhistas e de enfraquecimento dos sindicatos (CUT, 1997b, p. 13–14) .

Outra emenda, no ponto da Política Nacional de Formação, propôs suprimir um item que consta do Texto da Direção Nacional, que incluiu dentre os *objetivos estratégicos* da Secretaria Nacional de Formação: “Ajudar a CUT a intervir com mais qualidade nos espaços

institucionais tripartites ou outros conselhos públicos, sob a orientação de políticas de desenvolvimento, de emprego, de saúde, de educação, etc” (Ibid., p. 51).

É interessante chamar atenção para o fato de que, as formulações da Articulação que figuravam no texto apresentado ao VI Congresso Nacional da CUT tinham sido apresentadas em abril de 1997, e que um programa da envergadura do que foi apresentado e aprovado no CODEFAT no mês de julho exige um longo espaço de tempo para elaboração. O Congresso da CUT foi realizado em agosto, e a assinatura do contrato se deu em Washington – EUA, no mês de novembro, portanto, tudo leva a crer, que a formulação da tese da Articulação obedecia às diretrizes presentes na elaboração do Programa. Cabe aqui, um questionamento político e de método. O representante da CUT no Conselho deu seu voto favorável ao projeto em discussão, antes dos debates e deliberações que se dariam no Congresso da entidade. Quanto à política, esta já vinha sendo implementada, cabendo destacar a subordinação da política implementada pela Central a projetos formulados pelos organismos do capital.

Sendo o CODEFAT um fórum de caráter tripartite, a metodologia das deliberações obedecia ao critério da busca do consenso, o que terminava também por contribuir para uma convivência harmoniosa entre seus membros. Pudemos registrar amabilidades entre os conselheiros, vindas tanto dos representantes dos trabalhadores, quanto do governo e dos empresários. Em fevereiro de 1991, com a substituição do ocupante do cargo de presidente, o Conselheiro Antonio Carlos de Andrade (CUT), apresentou um “voto de louvor” ao trabalho desenvolvido pela Ex-Secretária Executiva e pelo Ex-Presidente do CODEFAT, Sr. Adolfo C. Rocha Furtado, então Secretário Nacional do Trabalho do governo Collor de Mello, destacando “o trabalho de suma importância para a classe trabalhadora” (CODEFAT, ata de 28 de fev./1991). Fato semelhante, agora dedicado a um representante dos trabalhadores, se deu em fevereiro de 2002. O Ex-Conselheiro, representante da CUT no Conselho durante sete anos, Delúbio Soares recebeu as congratulações do então Vice-presidente do CODEFAT, representante do MTE do então governo Fernando Henrique Cardoso, Sr. Paulo Jobim Filho, “manifestando sua admiração pelo Sr. Delúbio Soares, tecendo elogios ao “companheiro” (sic) e agradecendo sua colaboração ao conselho” (CODEFAT, ata de 19 de fev./2002).

Esta parte do estudo se destinou a analisar o processo de burocratização vivido pela CUT, que ganhou concretude com o distanciamento crescente dos dirigentes sindicais em relação às suas bases, buscando perceber a sua influência sobre os novos rumos trilhados por esta Central sindical. Após identificarmos o quadro de burocratização em que se encontrava a CUT no início da década de 1990, em grande parte decorrente da forma de funcionamento dos

seus órgãos dirigentes, e agravado pelas sucessivas mudanças no plano organizativo, afirmamos, concordando com Eurelino Coelho, que este processo por si só não determinava uma mudança no projeto político ou na visão de mundo dos dirigentes. No entanto, o que poderia ser inicialmente um “desvio burocrático”, nos indicou a ocorrência de um “desvio de rota”, ou a “degeneração burocrática”, em que ex-dirigentes sindicais se transformaram em burocratas, gestores diretos do capital. Assim, acreditamos que é possível afirmar, a partir do acompanhamento que fizemos dos novos espaços ocupados pelos dirigentes sindicais da CUT, que estes lugares funcionaram como elementos de realimentação da burocratização, e que foram determinantes para as mudanças vividas por esta Central sindical. Acreditamos também poder concluir que, se funcionou o ‘fetichismo da burocracia’, que estimularia o apego ao aparato, também funcionou a pressão decorrente das vantagens materiais auferidas pelos dirigentes. Recorreremos a mais um episódio patrocinado por dirigentes sindicais para sustentar estas afirmações.

Se, inicialmente, houve um posicionamento unitário das forças políticas no interior da categoria petroleira em relação à proposta de alterações no plano de previdência oferecido pela PETROS, inclusive criando o CDPP para coordenar as ações de resistência às mudanças, bem como de busca de melhorias no Plano, este quadro mudou posteriormente. Não poderemos detalhar o processo, pois ele foge ao limite temporal que estabelecemos para este trabalho, assim, apenas forneceremos algumas informações. Antes, entretanto, são necessários alguns esclarecimentos em relação à organização da categoria petroleira, e considero que se trata de um dado importante envolvendo ações de segmentos dos trabalhadores, realizadas apesar da estrutura sindical oficial.

A Federação Única dos Petroleiros – FUP foi criada em junho de 1993; antes dela “agonizava” a FENAPE – Federação Nacional dos Petroleiros, que sobrevivia com poucos sindicatos filiados, e que foi criada à revelia de fóruns democráticos dos trabalhadores. As direções combativas, que lentamente foram se constituindo entre os petroleiros na década de 1980, criaram a figura do Comando Nacional dos Petroleiros, com direção renovada anualmente e, desde o ano de 1988 até a criação da FUP, era o órgão que coordenava a atuação da categoria (SINDIPETRO–MG/2, 1994). Formalmente, o “Comando” sentava-se à Mesa de negociações com a Petrobrás; era a direção reconhecida pela categoria e pela empresa, apesar da existência de uma Federação legal. Podemos dizer que os trabalhadores petroleiros consolidaram um sindicalismo classista de forma “tardia”. Quando a CUT já havia participado do *entendimento nacional*, metalúrgicos do ABC participavam das câmaras

setoriais, sindicalistas do setor bancário faziam parte da gestão de fundos de pensão, e a CUT estava compondo o CODEFAT, os petroleiros estavam criando uma entidade que nascia com conteúdo classista, apesar da diversidade de concepções existentes no seu interior.

Um intenso debate ideológico se desenvolvia no conjunto da categoria, mas isto não impediu que no ano 2001 houvesse um posicionamento unitário das direções na defesa dos interesses dos trabalhadores. No entanto, posteriormente, já na vigência do governo Lula, com um grande número de ex-dirigentes da categoria alçados à condição de ocupantes de cargos de gerências, de diferentes escalões, o posicionamento mudou. Conselheiros eleitos pelos trabalhadores, passaram a concordar com as mudanças no Plano, as mesmas contra as quais conseguiram convencer os trabalhadores a se posicionar, inclusive, a criação do Plano Petros 2 para os novos empregados, na modalidade Contribuição Definida. Diego Hernandez, ex-diretor da FUP, alçado à condição de Diretor Executivo de RH da Petrobras, e ocupando o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da PETROS, percorreu as instalações da Petrobras defendendo um processo de “Repactuação”. Maurício França Rubem, ex-diretor do Sindipetro – Duque de Caxias, Coordenador da FUP entre os anos de 1994 e 1998, tendo participado da campanha em 2001, contra o novo Plano proposto pela Petrobras, passou à condição de Diretor de Seguridade da PETROS, em 2003, *indicado pela Petrobras*. Da mesma forma que se deu na PREVI, também na PETROS, com o Acordo da “Repactuação”, foram “quitadas” dívidas da Petrobras para com o Plano, havendo aporte de recursos, mas com valor inferior ao das dívidas, e se verificou uma maior participação dos conselheiros eleitos na gestão do Fundo de Pensão. Houve toda uma campanha contra a “Repactuação”, mas a FUP, PETROS e PETROBRAS juntas, obtiveram êxito, e a maioria dos trabalhadores aceitou as mudanças.

Não só a greve de 1995, mas, principalmente, a organização recente da categoria de petroleiros, ainda estar por ser devidamente estudada. No entanto, este rápido registro da experiência da categoria nos permite concluir que, da mesma forma que a Central Sindical, também esta experiência “tardia” de desenvolvimento de um sindicalismo classista vivenciou mudanças. As evidências indicam ter ocorrido com a organização petroleira, um processo similar ao desenvolvido na Central Única dos Trabalhadores em que, sindicalistas passaram a ocupar novos lugares, desempenhando novas funções, que não a de sindicalistas, condição que, além de estimular o apego ao aparato, significou o acesso a vantagens materiais, realimentando o processo de distanciamento do elo entre trabalhadores e dirigentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classe trabalhadora brasileira exerceu influência decisiva nos acontecimentos políticos do país, durante duas décadas, desde a emergência das lutas ainda na década de 1970 até meados da década de 1990. Para esta experiência e realização foi fundamental a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT que, por um lado é fruto das lutas iniciais e, por outro, um instrumento construído pelos trabalhadores visando elevar aquelas lutas a um novo patamar.

Estudar e escrever uma parte da experiência desta organização nos proporcionou muito mais que, simplesmente, produzir conhecimento. Nos permitiu, principalmente, extrair ensinamentos que podem contribuir para a continuidade da tarefa que organizações dos trabalhadores se atribuem no sentido de superar o modelo da sociedade em que vivemos, baseada na exploração e sustentada na exacerbação do individualismo.

O estudo que desenvolvemos confirmou as evidências empíricas e bibliográficas da ocorrência de um grande leque de mudanças na trajetória da CUT. Mas como já sugerimos, podemos afirmar que o universo das mudanças tem relação com a sua reorientação política. Recorrendo às fontes diretas ou a pesquisadores que estudaram a CUT, foi possível demonstrar que esta Central apresentava, nos seus primeiros anos, um perfil anticapitalista, com objetivos estratégicos bem mais amplos que a luta pela cidadania, e que passou a uma prática sindical orientada por uma concepção que a levou à acomodação e à cooperação de classes. Assim, no geral, as mudanças que ela vivenciou estariam relacionadas a esta mudança de concepção. Por exemplo, o abandono das definições iniciais de autonomia frente às centrais sindicais internacionais, para uma posição de vinculação, só foi realizado porque existiram afinidades políticas entre a CIOSL e a nova orientação política que a Articulação Sindical imprimiu à CUT. Mas como este não é um caminho de mão única, as mudanças levaram a CUT a se aproximar da CIOSL assim como foi fortemente influenciada por ela.

Não estamos querendo destacar as vinculações internacionais da CUT como fator determinante para a sua mudança, ao contrário, reafirmar que o estudo demonstrou a existência de múltiplas determinações. Não podemos incorrer no erro de, pretendendo fugir do determinismo econômico, desconsiderar as alterações que existiram no mundo do trabalho e que, conforme estudos já demonstraram, criaram enormes dificuldades para a classe trabalhadora em nível mundial, e no Brasil em especial. Por outro lado, os estudos demonstraram que as condições materiais a que os trabalhadores estavam submetidos não

seriam suficientes para explicar a conversão desta Central sindical. As condições adversas dos anos iniciais da CUT, que foram superadas, nos aconselharam a perseguir outros elementos para a explicação. A compreensão contrária à ideia da inevitabilidade da linha que passou a ser adotada pela direção da CUT foi reforçada pela constatação da existência de processos de greves e mobilizações que estavam sendo desenvolvidos por categorias de abrangência nacional e de atividades estratégicas, e que foram “travados”, enquanto a CUT discutia a participação num fórum considerado como de conciliação de classes. Uma greve geral estava marcada e passos concretos haviam sido dados no sentido da sua realização, no entanto, a Articulação Sindical decidiu suspendê-la, além de não ter buscado a unificação das mobilizações em curso. Portanto, existiram escolhas, que estavam situadas no campo das opções dos sujeitos, apesar de influenciadas pelas condições concretas da realidade.

Nossos estudos demonstraram que as escolhas realizadas pelos sujeitos foram determinadas pelas posições que estes passaram a ocupar e que estes novos lugares realimentaram um processo de burocratização em curso. Só foi possível chegarmos a esta conclusão, orientado pela compreensão de que as ideologias não têm uma existência autônoma, daí a opção que fizemos de buscar encontrar elementos da realidade concreta das lideranças sindicais que pudessem ter influenciado nas suas escolhas e assim, contribuído para as mudanças experimentadas pela CUT.

O balanço das alterações estatutárias realizadas, a partir do III CONCUR (1988), demonstraram consequências diretas que impediram o funcionamento democrático da entidade, dificultando a “oxigenação” da Central. Os seus congressos, que deveriam definir as diretrizes e planos de ação da entidade, tiveram o seu perfil alterados, passaram a ser praticamente de dirigentes, em número reduzido, inviabilizando a realização dos debates políticos e assegurando a aplicação de uma determinada linha política.

Concluimos, portanto, que a centralização de poder existente nos órgãos dirigentes da CUT, especialmente em sua Direção Executiva, controlada por uma única corrente política, e exercida por um núcleo dirigente, viabilizou a aplicação de um determinado projeto político, contra o qual existiam oposições, mas que não encontraram espaços de disputa. Por outro lado, a formulação deste novo projeto político só se consolidou em paralelo às novas funções que dirigentes sindicais foram assumindo, especialmente em órgão gestores do capital.

O quadro de burocratização existente na CUT no início da década de 1990, em grande parte decorrente da forma de funcionamento dos seus órgãos dirigentes, e agravado pelas sucessivas

mudanças no plano organizativo, não foi suficiente para a formulação e implantação de um novo projeto político. No entanto, os novos espaços ocupados pelos dirigentes sindicais da CUT funcionaram como elementos de realimentação da burocratização, e foram determinantes para as mudanças vividas por esta Central sindical.

O limite temporal planejado para este estudo encerra-se no ano 2003, exatamente quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República e, juntamente com ele, uma grande quantidade de outros ex-sindicalistas assumiram postos na condução do Estado. Fica pendente um estudo sobre a nova realidade em que passaram a viver esses novos gestores do Estado, análise que permitiria dar maior substância à nossa percepção de que as vantagens materiais auferidas pelos dirigentes também exerceram influência sobre suas decisões. Dados preliminares indicam termos razão na nossa afirmação. A participação de dirigentes sindicais na gestão dos fundos de pensão, nos conselhos de administração de empresas, no CODEFAT, ou ocupando gerências, de diferentes escalões e/ou diretorias de empresas estatais, atuando como executivos, ou gestores direto do capital, além de influenciar decisivamente nas mudanças que se verificaram na Central Única dos Trabalhadores, também ajudaram a transformar as condições de existência particular destes ex-sindicalistas.

Um número muito grande de dirigentes sindicais cutistas, que ocuparam estes novos lugares, passaram a figurar nas páginas da imprensa, não mais sendo destacados os seus posicionamentos políticos frente às greves e demais processos de mobilização e de luta dos trabalhadores. Os destaques voltaram-se para os seus mais variados feitos. Alguns ex-sindicalistas foram mencionados pela condução que deram a órgãos do Estado, aos quais estiveram à frente; outros ganharam destaques pela chegada aos postos mais altos de grandes empresas do setor privado, e ainda foi possível encontrar diversos outros personagens desta nossa História, na condição de réus em processos de corrupção, ativa ou passiva.

Não dirijo o foco aqui a condutas pessoais, mas a uma questão que tem relação com o plano organizativo no movimento sindical. O poder decisório esteve concentrado em um núcleo dirigente, imune ao controle por parte de trabalhadores da base dos sindicatos, situação agravada pelo fato de sindicalistas, obedecendo às regras do jogo, passarem a ocupar postos em instituições que não foram gestados pelos trabalhadores, ao contrário, faziam parte do sistema que estes se declararam dispostos a abolir. É notório o recuo no ânimo da classe trabalhadora brasileira, e no seu poder de exercer influencia nos acontecimentos políticos do país, mas a história já demonstrou, inclusive a que aqui narramos, a capacidade da classe trabalhadora em aprender com os erros e reconstruir a sua própria história.

7. Fontes

1. Fontes documentais

Lista de documentos consultados. Todos os documentos fazem parte de um acervo particular do autor, que será futuramente doado ao LABELU – Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais. A documentação consultada foi citada no corpo do trabalho.

I - Central Única dos Trabalhadores – Resoluções, teses e publicações

1. Resoluções do 1º Congresso nacional da classe Trabalhadora – 1ª CONCLAT, ago./1983.
2. Resoluções do 1º Congresso nacional da CUT, ago./1984.
3. Resoluções do 2º Congresso nacional da CUT, ago./1986.
4. Almanaque da CUT – História e funcionamento da CUT, ago./1986.
5. Boletim nacional Nº 12, abr. 1987.
6. Estatutos – atualizado com as modificações realizadas em set./1988.
7. Boletim nacional Nº 21 – *Terceiro CONCUR* (Resoluções), set./1988.
8. Jornal da CUT – Greve Geral a partir do dia 12, maio/1990.
9. Informa CUT – Plenária nacional, set. 1990.
10. Cadernos da CUT: jurídico e relações sindicais Nº 4, jul./ago./set. 1990.
11. *Caderno de teses ao 4º CONCUR*, 1991.
12. *Resoluções do 4º CONCUR*, 1991.
13. Textos para Debate: Os sindicatos e os governos democráticos, Nº 3, maio/1994.
14. *Resoluções do 5º Congresso nacional*, 1994.
15. *6º CONCUR*: Texto da Direção Nacional, abr./1997.
16. *6º CONCUR*: EMENDAS ao Texto da Direção Nacional, ago./1997.
17. *Informa CUT* – publicação semanal da direção executiva nacional da CUT (nº 93 – 146).

II – Outras publicações:

1. OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA. A lição da greve. *Cadernos políticos 1*. São Paulo: Brasil Debates. Jan. 1980.
2. POR UMA CUT LIVRE. *CONCLAT* – 83, Nº 1, jul. 1983.
3. ARTICULAÇÃO POR UMA CUT DE CLASSE E DE LUTA. *Unir a cidade e o campo numa CUT de classe e de luta* – Tese 8.
4. NOVAES, José. *Considerações sobre a tese 8: Unir a cidade e o campo numa CUT de classe e de luta*. nov./1987.
5. NOVAES, José. *Dossiê sobre a Articulação “Por uma CUT de classe e de luta”*. nov./1988.
6. FRENTE NACIONAL DOS TRABALHADORES. *CUT do Trabalhador* – Tese ao III Congresso. São Paulo, junho de 1988.

7. ARTICULAÇÃO SINDICAL. *CUT classista de massa, democrática, de luta e pela base* – Tese 10, 1988.
8. INSTITUTO CAJAMAR. A relação partido sindicato. *Caderno de debates 1*. São Paulo: DCI Indústria Gráfica S.A. maio 1988.
9. CORRENTE SINDICAL CLASSISTA. *Resoluções do II Congresso Nacional*. São Paulo: Cia Editora Joruês, mar, 1990.
10. VERTENTE SOCIALISTA: *A unificação da intervenção petista no movimento sindical*, set./1990.
11. QUE A CUT SAIA DO PACTO JÁ! Documento dos membros da direção Nacional Executiva da CUT, que discordaram das iniciativas do entendimento nacional, nov./1990.
12. PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT: SECRETARIA SINDICAL NACIONAL. *Debate das divergências entre os petistas no 4º CONCURT*. São Paulo, maio 1991.
13. SINDICATO DOS MOTORISTAS E TRABALHADORES EM TRANSPORTE DE SÃO PAULO. *Nossa vida, nossa luta (1989 – 1991)*, São Paulo: M. Giora Comunicação.
14. IV CONCURT: A democracia ameaçada - Manifesto de membros da direção Nacional Executiva da CUT, agosto/1991.
15. IV CONCURT: Unidade, Democracia e Responsabilidade – Documento da Coordenação Nacional da Articulação Sindical, agosto/1991.
16. CONVERGÊNCIA SOCIALISTA – CS: Contra os pactos, nº 327, abr./1992.
17. CAUSA OPERÁRIA – AOS DELEGADOS DA ESQUERDA DO V CONCURT: Não à chapa única para a direção da CUT [...], abr./1994.
18. SINDIPETRO/MG Nº 2: Boletim especial plebiscito, fev./1994.
19. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO NO ESTADO DA BAHIA. *Extrapetro* (jun., jul. ago., set./1990).
20. COMANDO NACIONAL DOS PETROLEIROS. Telex NR. 182, RJ, 02 de set./1990.
21. STIEP – Unir para avançar (maio a dez./1995).
22. FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS – FUP: A busca da verdade sobre nosso fundo de pensão, mar./2000.
23. FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS – FUP: Novo plano PETROS, saiba porque não migrar, out./2001.

III – CODEFAT - Conselho Deliberativo do FAT

1. Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias (mar./1990 a nov./2003).

IV – Jornais da grande imprensa

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO DA CUT NACIONAL (SID) – Resenhas (Arquivos da CUT). Cópias do autor:

1. *Folha de São Paulo* (de jun. a dez./1990)
2. *O Estado de São Paulo* (de set. a nov./1990)
3. *Gazeta Mercantil* (de set. a dez./1990)
4. *Jornal do Brasil* (de set. a nov./1990)
5. *Diário do Comércio e da Indústria* (de set. a out./1990)

Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís Wendel. *O Resgate da dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT crise e Democracia no Brasil: 1979 – 1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALMEIDA, José Maria de. *Organização por local de trabalho versus burocratização*. In: Para onde vai a CUT? GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião (Orgs). São Paulo, S.P.: Editora Página Aberta LTDA, 1993.

_____. *Greve dos petroleiros: Era possível vencer?* In: PETROLEIROS, uma greve heroica. São Paulo, S.P.: Cadernos DESAFIO, agosto de 1995.

_____. *Os sindicatos e a luta contra a burocratização*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Crise e Poder*. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora – Autores Associados, 1986.

_____. *A Rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio: Editora da Unicamp, 1988.

_____. *Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no Sindicalismo Brasileiro*. In: Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editora, 1998.

ARBIX, Glauco Antonio. *Uma Aposta no Futuro: Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Sritta, 1996.

BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo No Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda, 1999.

_____. Armando (Org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRESCIANI, Luís Paulo, **BENITES FILHO**, Flávio Antonello. *Negociações tripartites na Itália e no Brasil: o acordo nacional e as câmaras setoriais*. São Paulo: Editora LTr, 1995.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

CORRÊA, Hercules. *O ABC de 1980*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A Justiça do Lobo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIREDO, Maria Leite. *Uma alternativa sindical? A negação do “propositivismo” no sindicalismo metalúrgico paulista*. 2007. 319 fls. Dissertação (Mestrado - Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

GALVÃO, Adréia. *Participação e Fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. 1996. 166 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

GARCIA, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: Da Ruptura com a Lógica da Diferença À Sustentação da Ordem*. Tese de Doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GIANNOTI, Vito e **NETO**, Sebastião. *CUT por dentro e por fora*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991a.

_____. *CUT, ontem e hoje*. São Paulo, S.P.: Editora Página Aberta LTDA, 1991b.

_____. *Para onde vai a CUT?* São Paulo, S.P.: Editora Página Aberta LTDA, 1993.

HBSBAWM, Eric. J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. Tradução Marcos Santarrita, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot e **VICTOR**, Leonardi. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982.

IBRAHIN, José. *O que todo cidadão precisa saber sobre comissões de fábrica*. São Paulo: Global Editora, 1986. (Cadernos de educação política).

MARONI, Amnéris. *A Estratégia da Recusa*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1982.

MATOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido (1979 – 1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NETO, Sydenham Lourenço; **ALMEIDA**, Gelson Rozentino de. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru, - SP: Canal6 Editora, 2012.

NOGUEIRA, M. A. *PCB: Vinte anos de política (1958 – 1979)*. Documentos. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1980.

NORONHA, Eduardo. *A explosão das greves na década de 80*. In: *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*. BOITO JR., Armando... [et al] (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NUNES, Edison. *Movimentos populares na transição inconclusa*. Lua Nova, set, 1987, no. 13. p. 86-94).

OLIVEIRA, Edgard L. *Conflito social, Memória e Experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968*. 2010. 229 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de MG.

PAOLI, Maria C. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa)*. In *Revista Brasileira de História*, v. 3, n.6, 1983, pp 129 – 149;

_____. *Trabalhadores e cidadania*. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno. In *Estudos Avançados*, v. 3, n.7, 1989, p. 40 – 65.

PAZZIANOTTO, Almir. *Central Única. Por que não?* São Paulo: Global Editora, 1980.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. Pinheiros – SP: Editora Busca Vida LTDA, 1987.

PONT, Raul. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Editora Seriema LTDA, 1985.

RODRIGUES, Iram Jácome. *As Comissões de empresa e o movimento sindical*. In: O Sindicalismo brasileiro nos anos 80. BOITO JR., Armando... [et al] (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo, SP: Scrita, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *As Tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In: O Sindicalismo brasileiro nos anos 80. BOITO JR., Armando... [et al] (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *O Futuro do Sindicalismo*. Instituto Roberto Simonsen – Confederação Nacional da Indústria. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação e Eventos, 1998.

_____. *Destino do Sindicalismo*. Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Robério Paulino. *Socialismo no século XX: o que deu errado?* Goiânia: Editora Kelps, 2008.

SÁDER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Antonio Ozai da. *Historia das Tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2^a ed. São Paulo: Dag Gráfica e Editora, 1989.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. *Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal (1978 – 2000)*. 2009. 237 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense - UFF.

TROTSKY, Leon. *Programa de Transição*. Trad. da edição em inglês, revisada por Leon Trotsky. São Paulo: Informação Editora, 1989.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1^a ed. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 2003.

Anexos

1. Composição da direção da CUT

ANEXO 1

1983 a 1984 – Executiva: 15 membros / Coordenação: sete - Direção Nacional: 77 membros		Observações	
CARGOS		MEMBROS	
COORDENAÇÃO EXECUTIVA		Jair Meneguelli	Todos estes reconduzidos à Direção Executiva seguinte
		Avelino Ganzer	
		Abdias José dos Santos	
		Paulo Paim	
		José Gomes Novaes	
		João Paulo Pires	
		Jacó Bittar	
Demais membros da Executiva Nacional (8)		Gilmar Carneiro	O único dos oito “Demais membros” desta Executiva Nacional a ocupar cargos nas direções subsequentes.
R E P R E S E N T A N T E	Goiás	Delúbio Soares	Membros da direção Executiva seguinte
	S.CATARINA	Jorge Lorenzetti	
	Rio de Janeiro *Supl	Antonio Carlos de Andrade	Suplente da direção nacional seguinte
	São Paulo *Supl	Arlindo Chinaglia	Membros da direção nacional até 1991
	Rio G. Sul	Olívio Dutra	
	Dist. Federal	Maria Laura Sales Pinheiro	Membros da direção nacional até 1988
	São Paulo	Miguel Rupp	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.

ANEXO 2

1984 a 1986 – Direção Executiva: 15 membros Direção Nacional: 83 membros		Observações
CARGOS	MEMBROS	
Presidente	Jair Meneguelli	Presidente e Vice até 1994, quando Vicentinho assumiu
Vice-presidente	Avelino Ganzer	
Tesoureiro	Abdias José dos Santos	Ocupou o mesmo cargo na Direção seguinte
Primeiro tesoureiro	Antonio Pereira Filho	Apenas nesta gestão fez parte da direção executiva
Secretário-Geral.	Paulo Paim	Membros da direção nacional até 1988
Secret de Política Sindical	João Paulo Pires de Vasconcelos	
Secretaria Rural	José Gomes Novaes	
Secretaria de Divulgação e Imprensa	Gilmar Carneiro	Ocupou o mesmo cargo na Direção seguinte
Sec de Relações Internac.	Jacó Bittar	Membros da direção nacional até 1988
Secretaria de Formação	Ana Lúcia da Silva	Retorna à Direção como represent. da Região Sul
Vice-pres. Reg. Sul	João Paulo B. Marques	Não retornaram à direção Executiva
Vice-pres. Reg. Sudeste	Joaquim Pereira da Silva Neto	
Vice-pres. Reg. Nordeste	Luis Silva	
Vice-pres. Reg. Norte	Paulo Roberto Galvão da Rocha	Membro da Direção Nacional até 1991
Vice-pres. Reg. C. Oeste	Delúbio Soares de Castro	Direção Executiva seguinte

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.

ANEXO 3

1986 a 1988 – Direção Executiva: 15 membros Direção Nacional: 83 membros		Observações
CARGOS	MEMBROS	
Presidente	Jair Meneguelli	Presidente e Vice até 1994, quando Vicentinho assumiu
Vice-presidente	Avelino Ganzer	
Tesoureiro	Abdias José dos Santos	Não voltaram a ocupar a Executiva
Primeiro tesoureiro	Paulo Cesar Fungh	
Secretário-Geral.	Paulo Paim	Esta foi sua última gestão
Secret de Política Sindical	Delúbio Soares de Castro	Assumiu a Tesouraria na gestão seguinte
Secretaria Rural	Paulo Roberto Farina	Não retornou à Executiva
Secretaria de Divulgação e Imprensa	Gilmar Carneiro	Ocupou a Secretaria Geral na gestão seguinte
Secret de Relac Inter	Jacó Bittar	Esta foi sua última gestão
Secret. de Formação	Jorge Lorenzetti	Ocupou esta secretaria até 1994
Vice-pres. Reg. Sul	José Roberto R. Fortunatti	Não voltaram a ocupar cargos na Direção Executiva
Vice-pres. Reg. Sudeste	Martisalém Covas Pontes	
Vice-pres. Reg. Nordeste	José Gomes Novaes	Esta foi sua última gestão
Vice-pres. Reg. Norte	Antonio Carlos Andrade	Ocupou cargos na direção executiva em algumas gestões.
Vice-pres. Reg. C. Oeste	Ana Lúcia da Silva	Não voltou à direção nacional

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.

ANEXO 4

1988 a 1991 – Direção Executiva: 15 membros Direção Nacional: 83 membros		Observações
CARGOS	MEMBROS	
Presidente	Jair Meneguelli	Presidente e Vice até 1994, quando Vicentinho assumiu a Presidência.
Vice-presidente	Avelino Ganzer	
Tesoureiro	Delúbio Soares	Ocupou esta secretaria até 1994
Primeiro tesoureiro	Durval de Carvalho	Ocupou cargos na Direção Executiva em algumas gestões.
Secretário-Geral.	Gilmar Carneiro	Ocupou esta secretaria até 1994
Primeiro Secretário	Delman Sergio Fereira	Única vez que ocupou cargo efetivo na Direção Executiva
Sec. de Política Sindical	José Olívio M. de oliveira	Ocupou a Sec. de Organização na gestão seguinte
Secretaria de Divulgação e Imprensa	Rosiver Pavan	Ocupou a Sec. de Políticas Sociais na gestão seguinte
Sec. de Relações Internac.	Oswaldo Martines Bargas	Ocupou esta secretaria até 1994
Secretaria. de Formação	Jorge Lorenzetti	Ocupou esta secretaria até 1994
Sec. de Política Social	Antonio Carlos Andrade	Ocuparam cargos na Direção Executiva em algumas gestões.
Diretor Executivo	Martiniano Cavalcanti	
Diretor Executivo	Sebastião Lopes Neto	
Diretor Executivo	Cyro Garcia	Esteve na Direção Nacional desde 1984
Diretor Executivo	Gerson de Almeida Silva	Não voltou a ocupar cargos na Direção Executiva

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.

ANEXO 5

1991 a 1994 – Direção Executiva: 25 membros Direção Nacional: 108 membros		Observações
CARGOS	MEMBROS	
Presidente	Jair Meneguelli	Membros da Direção Executiva desde 1983
Vice-presidente	Avelino Ganzer	
Secretário Geral	Gilmar Carneiro	Membro da Direção Executiva desde 1984.
Primeiro Secretário	Kjeld Aagaard Jakobsen	Primeira vez na Executiva
Tesoureiro	Delúbio Soares de Castro	Membro da Direção Executiva desde 1984.
Primeiro Tesoureiro	José Maria de Almeida	Primeira vez na Executiva
Sec. de Relações Internac.	Oswaldo Bargas	Conservando o cargo desde 1988
Sec. de Política Sindical	Durval de Carvalho	Ocupou a Executiva em algumas gestões.
Secretaria. de Formação	Jorge Lorenzetti	Ocupou esta secretaria até 1994
Sec. de Políticas Sociais	Rosiver Pavan	Na Direção Nacional desde 1986. Na Executiva desde 1988.
Secretário de Organização	José Olivio M. de Oliveira	Na Direção Nacional desde 1984 e na Executiva desde 1988.
Secretário de Imprensa e Divulgação	Sérgio Barroso	Membro da CSC. Ingressou na CUT em 1990

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.

ANEXO 6

1991 a 1994 – Direção Executiva: 25 membros Direção Nacional: 108 membros		Observações
CARGOS	MEMBROS	
Diretores Executivos	Cyro Garcia	Na Direção Nacional desde 1984; e na Executiva a partir de 1988.
	Antonio Carlos de Andrade	Algumas vezes ocupou cargos na Executiva
	Paulo Skromov	Primeiro mandato na Executiva
	Vicente Paulo da Silva	Suplente em 1986, membro da direção nacional em 1988. Na Executiva a partir de 1991 e assumiu a Presidência em 1994.
	Miguel Rossetto	Primeiro mandato na Executiva
	Júnia S. Gouveia	
	Wagner Gomes	Membros da CSC. Ingressou na CUT em 1990
	Renildo Souza	
	Pedro Alcântara Moreira	Primeiro mandato na Executiva
	José Raimundo de Andrade	
	Gilmar Pedruzzi	
	José Raimundo de Andrade	
Francisco Zoccolli		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.

ANEXO 7

1994 a 1997 – Direção Executiva: 25 membros Direção Nacional: 108 membros		Observações
CARGOS	MEMBROS	
Presidente	Vicente Paulo da Silva	Neste V Congresso Nacional da CUT ocorreu uma renovação quase total dos membros da Direção Executiva.
Vice-presidente	Altemir Antonio Torteli	
Secretário Geral	João Vacari Neto	
Primeiro Secretário	Marcelo Borges Sereno	
Tesoureiro	Remígio Todeschini	
Primeiro Tesoureiro	Wagner Gomes	
Sec. de Relações Internac.	Kajeld Aagaard Jakobsen	
Sec. de Política Sindical	Jorge Luiz Martins	
Secretaria. de Formação	Mônica Valente	
Sec. de Políticas Sociais	Sandra Rodrigues Cabral	
Secretário de Organização	José Maria de Almeida	
Secretário de Comunicação	Sérgio Barroso	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das resoluções dos congressos da entidade.